

Márcio Júnior Benassuly Barros
Organizador

Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais no Oeste do Pará



Márcio Júnior Benassuly Barros
Organizador

**Políticas Públicas e Dinâmicas
Territoriais no Oeste do Pará**

1ª edição

Márcio Júnior Benassuly Barros

Organizador

Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais no Oeste do Pará

1ª Edição

**Abner Vilhena de Carvalho
Aline Raissa Mota da Silva
André das Chagas Santos
Darlane Silva da Silva
Elzamili Lima Brito
Francilene Sales da Conceição
Giuliana Gonçalves Pereira da Silva
Jarsen Luís Castro Guimarães
Jorgiene dos Santos Oliveira
Márcio Júnior Benassuly Barros
Marcus Vinícius da Costa Rodrigues
Marialva Campos Rêgo
Mario Tanaka Filho
Rafael Stanley do Carmo Henriques
Raoni Fernandes Azerêdo
Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho
Ricardo Gilson da Costa Silva
Rodolfo Maduro Almeida
Taiza Mirella da Silva e Silva
Valdinéia Sauré**

Prefácio: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva (UNIR)

Apresentação: Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima (UNIFAP)

Introdução: Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros (UFOPA)

Editora Itacaiúnas

Ananindeua - Pará

2020

© 2020 por Márcio Júnior Benassuly Barros
Todos os direitos reservados.

Editor da publicação
Márcio Júnior Benassuly Barros

Conselho editorial

Colaboradores:

Márcia Aparecida da Silva Pimentel
Universidade Federal do Pará, Brasil
José Antônio Herrera
Universidade Federal do Pará, Brasil
Wildoberto Batista Gurgel
Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Brasil
André Luiz de Oliveira Brum
Universidade Federal do Rondônia, Brasil
Mário Silva Uacane
Universidade Licungo, Moçambique
Francisco da Silva Costa
Universidade do Minho, Portugal
Ofelia Pérez Montero
Universidad de Oriente- Santiago de Cuba, Cuba

Editora-chefe

Viviane Corrêa Santos
(Universidade do Estado do Pará, Brasil)

Edição eletrônica e capa: Walter Rodrigues
(Foto de capa: Márcio Júnior Benassuly Barros. *Rio Tapajós em frente a Miritituba, município de Itaituba, 2019.*)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

P769	Políticas públicas e dinâmicas territoriais no oeste do Pará [recurso eletrônico] / Abner Vilhena de Carvalho ... [et al.] ; organizado por Márcio Júnior Benassuly Barros. - Ananindeua, PA : Itacaiúnas, 2020. 359 p. ; PDF ; 6,24 MB. Inclui bibliografia e índice. ISBN: 978-65-991434-2-7 (Ebook) 1. Políticas públicas. 2. Dinâmicas territoriais. 3. Pará. I. Carvalho, Abner Vilhena de. II. Silva, Aline Raissa Mota da. III. Santos, André das Chagas. IV. Silva, Dariane Silva da. V. Brito, Elzamili Lima. VI. Conceição, Francilene Sales da. VII. Silva, Giuliana Gonçalves Pereira da. VIII. Guimarães, Jarsen Luís Castro. IX. Oliveira, Jorgiene dos Santos. X. Rodrigues, Marcus Vinícius da Costa. XI. Rêgo, Marialva Campos. XII. Tanaka Filho, Mario. XIII. Henriques, Rafael Stanley do Carmo. XIV. Azerêdo, Raoni Fernandes. XV. Carvalho, Rhayza Alves Figueiredo de. XVI. Silva, Ricardo Gilson da Costa. XVII. Almeida, Rodolfo Maduro. XVIII. Silva, Taiza Mirella da Silva e. XIX. Sauré, Valdinéia. XX. Barros, Márcio Júnior Benassuly. XXI. Título.
2020-1345	CDD 361 CDU 364

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas 361
2. Políticas públicas 364

DOI: 10.36599/itac-ed1.013

SUMÁRIO

PREFÁCIO	8
APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	16
PARTE 1 - POLÍTICAS AGRÁRIAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ	
CAPÍTULO 1 - ENTRE RIO TAPAJÓS E RODOVIA BR-163 EXISTEM TERRITÓRIOS EM DISPUTAS EM BELTERRA-PARÁ, AMAZÔNIA BRASILEIRA.	21
Francilene Sales da Conceição Ricardo Gilson da Costa Silva	
PARTE 2 - POLÍTICAS AGRÍCOLAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ	
CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS DE ESTADO PARA A INTRODUÇÃO DA SOJA EM SANTARÉM, PARÁ	40
Marcus Vinícius da Costa Rodrigues	
CAPÍTULO 3 - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BAIXO AMAZONAS: UMA POLÍTICA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS BENEFICIÁRIOS, PRODUTOS E RENDA	62
Elzamili Lima Brito Márcio Júnior Benassuly Barros Raoni Fernandes Azerêdo	
CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA, SANTARÉM, PARÁ	75
Rafael Stanley do Carmo Henriques	
CAPÍTULO 5 - O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) COMO POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DE SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ	98
Marialva Campos Rêgo	
PARTE 3 - POLÍTICAS AQUÍCOLAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ	
CAPÍTULO 6 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA NO ESTADO DO PARÁ: UMA ANÁLISE SOBRE A REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS/PA	118
Jorgiene dos Santos Oliveira	

PARTE 4 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ

CAPÍTULO 7 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O CASO DO IDEB EM SANTARÉM, PARÁ.....138
Dariane Silva da Silva

CAPÍTULO 8 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BAIXO AMAZONAS, PARÁ.....171
Márcio Júnior Benassuly Barros
Francilene Sales da Conceição

PARTE 5 - POLÍTICAS DE LOGÍSTICAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ

CAPÍTULO 9 - DE AGROVILA A NÓ LOGÍSTICO DO AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA: O CASO DE MIRITTUBA, ITAITUBA, PARÁ.188
Márcio Júnior Benassuly Barros

CAPÍTULO 10 - CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA DA CONVENÇÃO 169 DA OIT: O CASO DOS MEGAPROJETOS PORTUÁRIOS NO LAGO DO MAICÁ, SANTARÉM (PA) 211
Valdinéia Sauré

PARTE 6 - POLÍTICAS AMBIENTAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ

CAPÍTULO 11 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE BIOJOIAS E ALTERNATIVA DE RENDA: O CASO DA COOPERATIVA DE MULHERES DA COMUNIDADE DE JAMARAQUÁ, BELTERRA (PA).....233
Giuliana Gonçalves Pereira da Silva

CAPÍTULO 12 - ECOTURISMO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, BELTERRAPARÁ.248
Aline Raissa Mota da Silva

PARTE 7 - POLÍTICAS REGIONAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ

CAPÍTULO 13 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS A PARTIR DA RELAÇÃO CRESCIMENTO-DESIGUALDADE SOB HIPÓTESE (S) DA CURVA DE KUZNETS.....266
Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho
Abner Vilhena de Carvalho
Jarsen Luís Castro Guimarães

CAPÍTULO 14 - ANÁLISE DA QUALIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS BASEADA NA TEORIA DO CRESCIMENTO PRÓ-POBRE288
Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho
Abner Vilhena de Carvalho
Mario Tanaka Filho
Rodolfo Maduro Almeida

Jarsen Luís Castro Guimarães

PARTE 8 - POLÍTICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ

CAPITULO 15 - ORDENAMENTO TERRITÓRIAL DA AMAZÔNIA A PARTIR DE MEADOS DO SÉCULO XX317

André das Chagas Santos

PARTE 9 - OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO OESTE DO PARÁ

CAPÍTULO 16 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ330

Taiza Mirella da Silva e Silva

SOBRE OS AUTORES.....335

PREFÁCIO

Há vinte anos, em uma jornada de trabalho, conheci Alter do Chão, um dos lugares mais belos da Amazônia. Foi um encontro maravilhoso, extasiante, onde pude vivenciar e admirar a grandiosidade da natureza em sua expressão mais esplêndida, encantadora e envolvente, a qual me fez pensar a diversidade sociocultural em seus espaço-tempos. A paisagem, composta por comunidades, símbolos, memória, pessoas, turistas, reunia natureza, sociedade, espaço e cultura como um todo indissociável, no qual as exuberantes praias e a beleza das águas do rio Tapajós asseguravam o encontro do ser humano com a natureza, num verdadeiro mergulho ao mundo Amazônico.

A experiência vivida me levou a pensar a escala do tempo daquele lugar, imaginando o mundo dos habitantes no transcorrer de décadas e séculos, sendo guiados e envolvidos pela grandiosidade do Tapajós, um rio que inspira e respira territorialidades múltiplas. Pela experiência percebi o que significava a Amazônia com povos amazônicos - com ribeirinhos, indígenas, extrativistas, quilombolas, camponeses -, a reunião indissociável de cultura, natureza, campo e cidade. Essa foi a minha impressão, minha leitura do lugar e do espaço.

Algum tempo depois, soube, pelos jornais, que se planejava construir um porto graneleiro em Santarém. Tratava-se do porto da Cargill, uma das gigantes no mundo do agronegócio da soja. A localização do porto, na entrada da cidade, no encontro da cidade com o rio, era por demais uma irrupção do capital global na paisagem de Santarém, a bela cidade ribeirinha, que podemos gentilmente designar como a capital do oeste paraense. Um objeto, o porto, confere muitos significados ao espaço regional, sobretudo, por ser uma obra do capital global totalmente indiferente aos valores cênicos e simbólicos do espaço local, a qual marcaria, pela sua grafia, os tentáculos do agronegócio no coração da Amazônia. Que significados esse sistema de engenharia acarretara para o lugar, para o espaço ribeirinho, para a região de Santarém?

Sabe-se que os objetos construídos, as formas elaboradas pelo ser humano, não estão destituídos de história. Todo objeto, toda infraestrutura, traz o tempo histórico de sua realização e, por isso mesmo, revela as lógicas políticas, contraditórias e conflitivas, que asseguram sua razão. As adições técnicas ao meio geográfico modificam a composição orgânica dos lugares, de modo a criar valor no espaço. No atual período técnico-científico-informacional, a valorização capitalista do espaço é imperativa à abertura de novas fronteiras agrícolas, sobretudo, quando o tempo de circulação das mercadorias tende a ser mais acelerado, como se verifica na produção de *commodities*.

Desse modo, os modernos *sistemas de engenharia* (estradas, portos, aeroporto, ferrovias, telecomunicações, dutos, transportes de cargas, dentre outros) adicionam fluidez ao espaço geográfico, ampliando a escala geográfica do capital. Quando a Cargill projetou o porto, o fluxo de capital se deslocou para a região de Santarém, impactando as cidades, os povoados, os territórios dos povos amazônicos. A dinâmica econômica do agronegócio produz a negação da Amazônia em sua sociobiodiversidade, de modo que tais processos ensejam a discriminação social no que se tem de mais belo e saudável na região, que é a cultura dos povos amazônicos, que admira, convive e respeita o tempo da natureza. Marx já

havia analisado a ação do capital em sua marcha histórica, quando compreendeu que a acumulação primitiva ou originária era o mecanismo de expropriação em massa do campesinato, de modo que a riqueza só poderia ser gerada com violência utilizada em todas formas de despojo da vida humana e do meio geográfico.

Nessas duas décadas, o mundo da soja se fez com conflitos agrários e territoriais, com agressão à natureza, com roubo de terras públicas e pilhagem ambiental. A modernidade do capital só se realiza com violência, como resta demonstrado em inúmeras pesquisas e publicações referentes à Amazônia e ao MATOPIBA, duas fronteiras agrícolas globalizadas. A propaganda triunfalista do agro “tech, pop e tudo” anuncia o melhor dos mundos. Contudo, o que se verifica para o campesinato é a acumulação primitiva, que arrasta os lugares, as novas regiões agrícolas para o universo da violência, um espaço do conflito social.

Mas há lutas e resistências em vários campos da sociedade. A universidade é um desses campos. Estudos comprometidos com as narrativas dos sujeitos sociais subalternizados em seus territórios pela voraz ação do capital se fazem cada vez mais necessários. O ato científico não dissocia de seu tempo social, de modo que as pesquisas na Amazônia devem revelar o espaço-tempo desses homens e mulheres do mundo Amazônico, cuja paz está ameaçada pela tirania da informação e do dinheiro.

Os territórios tradicionais constituem vida social que incorpora a natureza em seu cotidiano, sendo formas sócio-históricas de coletividades experienciadas com a natureza. Hoje, esses territórios são fontes de resistências ao modelo do agronegócio, que pretende ser hegemônico, porque reúnem memória, cultura, sabedorias, sonhos, vidas e trabalhos, elementos do devir histórico do qual os sujeitos sociais expressam suas lutas sociais e resistências territoriais como garantia às suas existências. Penso que essa coletânea, e seus autores, a partir do conhecimento científico, contribui com a luta em defesa da Amazônia, com os povos amazônicos em suas terras e territórios.

Ricardo Gilson da Costa Silva

Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Porto Velho, Rondônia, 01 de maio de 2020

APRESENTAÇÃO

Eu conheci Márcio Benassuly no mês de setembro de 2018, quando eu fui apresentado “pessoalmente” ao Baixo Amazonas/ Tapajós, por ocasião da *II Expedição científica franco-brasileira sobre os aspectos socioecológicos amazônicos: as expressões interdisciplinares da diversidade na unidade amazônica*, a convite do professor obidense Otávio do Canto (NUMA/UFPA). A partir desse período passamos a compartilhar ideias, elaborar planos, e, juntamente com o professor Sergio Cardoso de Moraes (*in memoriam* – fez a sua passagem no dia 09 de abril de 2019) nos propomos realizar de alguns projetos comuns. Apesar da intemperes do espaço-tempo, o professor Márcio Benassuly e os seus colaboradores conseguiram concretizar algumas dessas tarefas, como a realização do *III Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (III SEP DAM)* e a organização da presente obra.

O livro ***POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ*** é uma coletânea de artigos, resultado de investigações realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq), criado em 02/05/2017. Os textos estão organizados a partir das quatro (4) linhas de atuação do GPDAM. O recorte espacial da presente publicação é a região do Oeste do Pará, constituída por 19 municípios e duas (2) zonas de ocupação (Porção do Baixo Amazonas e Porção do Tapajós – composta pelos Eixos da Transamazônica e da BR-163) que desenharam a lógica histórica da ocupação macrorregional: das margens dos rios-várzeas para o centro de terra firme-floresta, ou da navegação fluvial à rede logística, formando uma complexa tessitura territorial de terras, águas, florestas, campos, cidades, aldeias e muita gente de culturas diferentes.

Esse movimento, típico das fronteiras econômicas (agrícolas, técnica-científica-informacional) vem acompanhado de outra gente e de capitais em busca de terras, sobrevivência, geração de riqueza e lucros; que fazem eclodir numerosos conflitos agrários e territoriais, a partir do enfrentamento entre o moderno (agronegócio sojeiro) e o tradicional (campesinato-agroextrativista), que transformam porções da Amazônia em territórios de produção de *commodities* de grãos.

Na parte 1, inicia-se o debate sobre as *Políticas agrárias e dinâmicas territoriais no Oeste do Pará*, no capítulo 1, *Entre rio tapajós e rodovia BR-163 existem territórios em disputas em Belterra, Pará, Amazônia brasileira* os autores analisam as dinâmicas agrárias e territoriais provocadas

pelo avanço do agronegócio da soja, o que gerou mudanças nas territorialidades e espacialidades do campesinato-agroextrativista do município de Belterra.

O argumento principal do texto é que os conflitos emergem de políticas públicas territoriais contraditórias: mercadorização de terras-áreas protegidas, concentração fundiária-Projetos de Assentamentos); recriação social dos camponeses (camponesas-agroextrativistas) que se opõe à frente a expansão do agronegócio ao longo da rodovia BR-163 e do rio Tapajós. Como resultado da dinâmica dos conflitos, a realidade revela uma aparente harmonia entre os diversos grupos na disputa pelo território, se configurando numa violência simbólica de submissão do campesinato ao agronegócio (nova burguesia agrária) que produz *commodities* e não alimentos para população local.

Seguindo a reflexão anterior, o capítulo II *As políticas de estado para a introdução da soja em Santarém, Pará* atribui a disponibilidade de terras como o principal fator de atração da agricultura da soja no Oeste do Pará (Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos). Devido o amplo apoio do governo estadual, agentes públicos e privados dotaram o território de infraestrutura logística como portos, rodovias, silos voltados para a economia de grãos. Essa estratégia de desenvolvimento resultou em diversas alterações na agricultura e na paisagem regional: substituição de pequenos agricultores pela grande agricultura, desmatamento, êxodo rural e uso de agrotóxico. Estabeleceu um cenário conflituoso entre conservacionista (ambientalistas e populações tradicionais) e desenvolvimentistas (sojeiros, oligarquias tradicionais e governo) que se debatem entre a geração de empregos e aumento da produção de grãos, de um lado, e conservação dos recursos para o desenvolvimento das populações locais, por outro lado. Como conclusão, o agronegócio impacta negativamente a região.

No capítulo III *Programa de Aquisição de Alimentos no Baixo Amazonas: uma política de apoio à comercialização agrícola com ênfase nos beneficiários, produtos e renda*, os autores analisam a luta contra a insegurança alimentar e defendem o fortalecimento da agricultura familiar, cujas estratégias para melhorar a renda é vender para o setor público, ou seja, induzir novas estratégias de desenvolvimento territorial rural do Baixo Amazonas Paraense, através da Associação Agroextrativista dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do município de Óbidos (AAEPPAMO), para combater o avanço da fronteira do agronegócio. Todavia, os autores identificaram uma baixa participação da região Norte no PAA, entre 2010 e 2016, o estudo revelou que o município de Óbidos obteve maior protagonismo devido ser um município pesqueiro, contribuindo para a melhoria da renda dos participantes do programa.

Em abordagem similar, o capítulo 4 faz a *Avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: o caso da comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará*, analisa-se o processo de ocupação de várzeas e de terra firme por indígenas e caboclos, através da implantação, tanto de lavouras temporárias quanto de lavouras permanentes. Está subjacente à pesquisa a contradição entre uso da terra para produção de alimentos (mandioca) nas pequenas propriedades e a produção para o agronegócio (soja) nas grandes propriedades, com impactos negativos para a agricultura familiar: pragas na lavoura, assoreamento de cursos d'água, destruição da paisagem. Conclui-se que o PRONAF possui papel importante na manutenção da atividade familiar diante das novas dinâmicas territoriais capitalistas.

No capítulo 5 - *O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como política pública: o caso de Santarém, estado do Pará*, o estudo destaca o perfil das famílias, os desafios da agricultura familiar diante de um cenário de mudanças. O texto aborda o conceito, a trajetória e a construção do PRONAF como política pública e analisa de que maneira os seus beneficiários são atendidos em Santarém. O texto descreve as novas demandas dos agricultores da comunidade de Boa Esperança, tais como crédito, ampliação do número de famílias beneficiadas e assistência técnica.

A parte 3 do livro está voltada para a cadeia de produção, dessa maneira o capítulo 6 aborda as *Políticas públicas para o fortalecimento da cadeia produtiva da aquicultura no estado do Pará: uma análise sobre a região do Baixo Amazonas/PA*. O artigo questiona a falta de organização do sistema de transferência de tecnologia; a deficiência do sistema de comercialização e distribuição dos produtos pesqueiros. O estudo apresenta uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento do setor aquícola no Estado do Pará, na Região de Integração do Baixo Amazonas. Constatou-se entre as dificuldades da pesquisa sobre aquicultura estão a obtenção e sistematização de dados, bem os gargalos da cadeia produtiva.

Na Parte 4 - *Políticas educacionais e dinâmicas territoriais no Oeste do Pará*, emerge como aporte na formação para o enfrentamento aos diversos conflitos na região. No capítulo 7 intitulado *Avaliação de políticas públicas educacionais: o caso do IDEB em Santarém, Pará*, a autora relata a importância da criação desse índice para avaliar o desempenho de fluxo e aprendizagem em uma escola fundamental, bem como as estratégias adotadas pela mesma para melhorar e manter o desempenho e a qualidade do ensino altos.

Continuando no eixo da educação o *Capítulo 8 - Políticas públicas de educação do campo no Baixo Amazonas, Pará*, explana o resultado das lutas pela participação dos sujeitos do campo, inclusão de suas pautas de reivindicações e a incorporação de uma educação a partir da

realidade social das populações do campo. Esta nova mentalidade educacional é apoiada na pedagogia da alternância, como um propósito de substituição da educação rural pela educação no campo. O estudo revela que esse antagonismo é uma expressão dos conflitos existentes entre o território do agronegócio e o território do campesinato nos municípios do Baixo Amazonas.

Na Parte 5 - *Políticas de logísticas e dinâmicas territoriais no Oeste do Pará*, no Capítulo 9 - *De agrorila a nó logístico do agronegócio na Amazônia: o caso de Miritituba, Itaituba, Pará*, o autor discorre sobre as transformações regionais a partir de novas formas de usos do território pelo agronegócio da soja e da modernização produtiva criada pela rede logística implantada por essa lógica. O artigo reconstitui a trajetória da organização territorial através da associação entre políticas públicas (e de Estado) para a Amazônia e o grande capital, tendo como consequência os impactos socioambientais, no distrito de Miritituba.

O Capítulo 10 - *Consulta prévia, livre e informada da convenção 169 da OIT: o caso dos megaprojetos portuários no lago do Maicá, Santarém (PA)*, é uma tentativa de avaliar a participação social na tomada de decisões pelos povos indígenas e tribais de autodeterminação, com foco nos territórios e organizações quilombolas de Santarém, Conselho Indígenas Tapajós e Arapiuns (CITA), Colônias de Pescadores Z-20 e moradores ribeirinhos do Lago Maicá. Ainda esclarece conceitos básicos, direitos e princípios exarados na Convenção 169 da OIT. A autora parte de três questões fundamentais para fazer suas análises sobre consulta prévia: os destinatários, como realizar e os seus efeitos. Dá voz aos atores sociais que se manifestam sobre os possíveis impactos da instalação portuária sobre a população, onde cultura e direitos adquiridos estão ameaçados.

Na parte 6 aparecem as *Políticas ambientais e dinâmicas territoriais no Oeste do Pará*. Nesse apartado, onde encontra-se a valorização da dimensão ambiental, como alternativa e enfrentamento local ao avanço do agronegócio pois o capítulo 11 apresenta a *Produção sustentável de biojoias e alternativa de renda: o caso da Cooperativa de Mulheres da Comunidade de Jamaraquá, Belterra (PA)*, onde cooperativa de mulheres artesãs tentam conciliar desenvolvimento local com conservação/proteção da floresta, promovendo o desenvolvimento sustentável, produzindo (colares, pulseiras e chaveiros) a partir da sócio-biodiversidade (saberes, látex, sementes e fibras vegetais) na Floresta Nacional do Tapajós, com geração de ocupação e renda mínima na comunidade.

Nessa mesma esteira da sustentabilidade, o capítulo 12, *Ecoturismo na Floresta Nacional do Tapajós, Belterra-Pará*, relata outra parcela de rendimentos provenientes das atividades ecoturísticas desenvolvidas na comunidade de Jamaraquá, onde existem belas praias, trilhas,

árvores gigantes, artesanato, comida local e a hospitalidade dos comunitários. A autora debate as diversas modalidades de turismos, centrando sua análise sobre o ecoturismo em Unidade de Conservação na Amazônia e chama atenção para a necessidade de políticas públicas para o setor. O texto também traz uma periodização sobre o ecoturismo na Flona Tapajós, relata as dificuldades e o protagonismo da comunidade para desenvolver essa atividade.

Em seguida a parte 7 apresenta as *Políticas regionais e dinâmicas territoriais no Oeste do Pará* e no seu capítulo 13 *Desenvolvimento econômico na região de integração do Baixo Amazonas a partir da relação crescimento-desigualdade sob hipótese (s) da curva de Kuznets*. O centro do debate são os conceitos de desenvolvimento econômico e os níveis de desigualdade gerados na busca de geração de riqueza. Para tanto, a pesquisa construiu um modelo econométrico com dados do PIB e das desigualdades nos municípios da região, no período de 2000 e 2010, utilizou como proxies o índice de Gini e o crescimento econômico: a desigualdade (variável dependente) e a renda per capita (variável independente), para verificar se o crescimento econômico gera diminuição na desigualdade e desenvolvimento econômico.

Continuando com as análises regionais, o capítulo 14 propõe uma *Análise da qualidade do crescimento econômico na região de integração do Baixo Amazonas baseada na teoria do crescimento pró-pobre*, que serve para explicar o aumento da renda dos pobres comparando-a à renda dos não-pobres durante um período de tempo. O objetivo do artigo foi verificar a qualidade do crescimento na região, devido apresentar níveis de pobreza consideráveis.

A parte 8 é dedicada às *Políticas de ordenamento territorial e dinâmicas territoriais no Oeste do Pará*, o capítulo 15 faz uma retrospectiva histórica sobre o *Ordenamento territorial da Amazônia a partir de meados do século XX*, onde se apresenta conceitos sobre ordenamento e território, bem como algumas políticas de desenvolvimento da Amazônia, que remontam a construção do espaço nacional a partir da década de 1930.

O livro fecha com a parte 9 mostra a importância do *Observatório de políticas públicas no Oeste do Pará*, no capítulo 16 com a *Implantação do observatório de políticas públicas na Universidade Federal do Oeste do Pará* cuja finalidade é fiscalizar, monitorar e avaliar a viabilidade das ações governamentais na Amazônia, em temas de saúde, educação, violência e direitos humanos. A autora questiona a falta de atuação da administração pública nos municípios da região e sua não inserção em políticas nacionais. Também divulga os Observatórios de Políticas Públicas existentes registrados em universidades brasileiras, por área de conhecimento, temáticos e multitemáticos. Nesse contexto a autora propõe a criação do Observatório de Políticas Públicas da UFOPA devido a existência de múltiplos projetos de extensão e da

inovação na implantação do curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, devido o seu perfil de formar profissionais na área de planejamento.

O livro é um desavio de autores e organizador, para construir e continuar as pesquisas sobre as novas dinâmicas territoriais no Oeste do Pará, pois mesclam textos de pesquisadores experientes em temas amazônicos com a iniciação científica de jovens estudantes motivados por novas descobertas, na tentativa de criar outras narrativas sobre as dinâmicas territoriais nessa região de acelerado processo de transformação.

Ricardo Ângelo Pereira de Lima

Doutor em Geografia Humana pela Universidad Autónoma de Barcelona

Professor Associado IV da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

Macapá, Amapá, 29 de abril de 2020

INTRODUÇÃO

A história da presente publicação surgiu da necessidade de sistematizar as ações realizadas durante os três anos de existência do *Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq)*, criado em 02/05/2017, registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e certificado pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O presente grupo de pesquisa tem como objetivo “analisar as ações estatais voltadas para a Amazônia no que se refere à execução de políticas públicas e seus rebatimentos no território e sociedade regional”.

O GPDAM/UFOPA/CNPq possui quatro linhas de pesquisa, a saber: 1) políticas públicas, agricultura e dinâmicas territoriais na Amazônia; 2) circulação, território e logística do agronegócio na Amazônia e 3) políticas públicas, território e desenvolvimento regional na Amazônia. 4) Observatório do Oeste do Pará: políticas públicas e dinâmicas territoriais.

Atualmente o grupo é formado por 8 pesquisadores com doutorado, 4 com mestrado e 1 com mestrado profissional, além de vários estudantes voluntários, bolsistas e egressos com Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ligados a temáticas do presente grupo de pesquisa, alguns constam nesta publicação com artigos resultados de TCC.

Ao longo destes três anos (2017-2020) de existência do GPDAM/UFOPA/CNPq foram realizadas três edições do *Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (SEPDAM)* que teve início em 2017 quando foi realizada a primeira edição do evento. O *I Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia: Ênfase Floresta Nacional do Tapajós e Agricultura (I SEPDAM)* foi realizado no período de 24 e 25 de Julho de 2017 na UFOPA.

Em 2018 realizamos o *II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (II SEPDAM)* ocorrido no período de 26 a 28 de novembro, no auditório Wilson Fonseca da UFOPA em Santarém, Pará.

Em 2019 ocorreu o *III Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (III SEPDAM)* realizado no mês de novembro de 2019 no auditório Wilson Fonseca do Campus Rondon da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

No período de 21 a 22 de maio de 2018 o GPDAM/UFOPA/CNPq organizou o *Seminário novas fronteiras do agronegócio globalizado da soja na Amazônia: o planalto santareno 20 anos depois (1997-2017)*, no Campus Rondon da Ufopa em Santarém, para discutir os 20 anos da implantação da soja nos municípios do planalto santareno, a saber: Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

No período de 8 a 11 de agosto de 2018 o presente grupo de pesquisa em parceria com a Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus Santarém promoveram o *I Seminário de Geografia da Amazônia: Ensino, Pesquisa e Extensão em debate*, evento que reuniu estudantes e profissionais da geografia de vários estados da Amazônia em Santarém.

Nestes três anos os GPDAM organizou três publicações resultados de trabalhos coletivos. A primeira publicação do grupo lançada em 2018 foi o livro *Floresta Nacional do Tapajós: Território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia*, que reunir trabalhos de discentes de projeto de pesquisa realizado nesta unidade de conservação. A segunda publicação lançada em 2019 foi a *Coletânea de Resumos do II Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia* contendo trabalhos apresentados no II SEP DAM. A terceira publicação foi lançada em 2020 intitulada de *Anais do III Seminário de Pesquisa em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia*, com resumos de trabalhos apresentados no III SEP DAM.

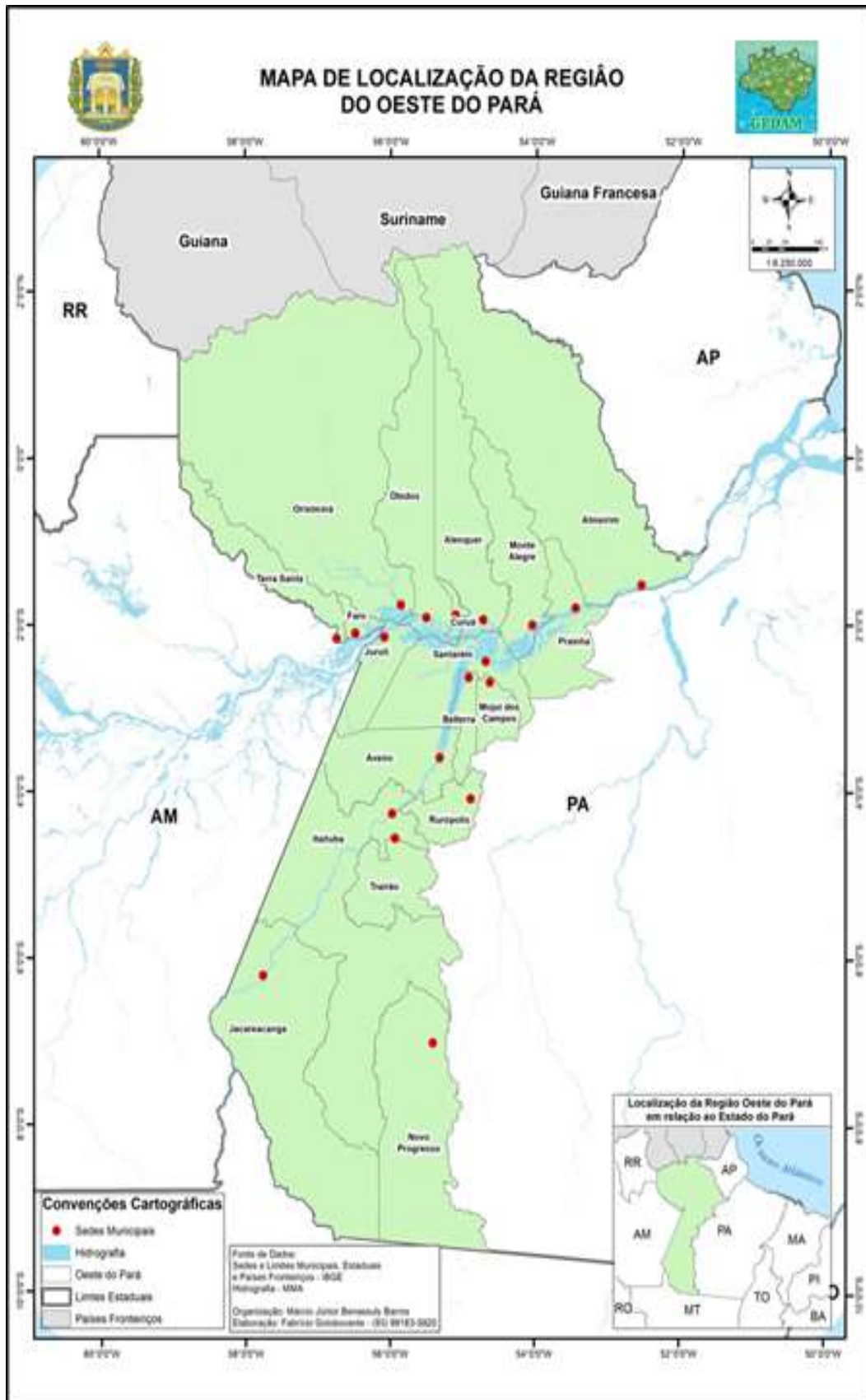
A presente obra aqui organizada é um esforço de sistematizar as ações de pesquisa conduzidas pelo GPDAM/UFOPA/CNPq por meio de orientações de monografias de graduação, artigos já publicados resultantes de projetos de pesquisa, bem como trabalhos de pesquisadores vinculados ao grupo.

O recorte espacial da presente publicação é o *território do Oeste do Pará* é constituído por 19 municípios: Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra, Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Novo Progresso, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa Trairão. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, possui uma população de 888.073 habitantes, e uma área territorial de 505.446,49 quilômetros quadrados. Trata - se um território com municípios de colonização antiga e recente, dividido em duas porções: o Baixo Amazonas ao norte e o Tapajós ao sul.

Em sua *porção do Baixo Amazonas* estão os municípios de colonização mais antiga como Santarém, que teve o início do seu povoamento ligado à expedição de Pedro Teixeira que atingiu a foz do Rio Tapajós em 1626, e a criação da *aldeia dos Tapajós* pelo padre jesuíta Felipe Bettendorf em 1661.

Em sua *porção do Tapajós*, encontramos municípios de colonização antiga e recente. Os municípios de colonização antiga são Itaituba (1857) e Aveiro (1781). Dentre os municípios novos da porção do Tapajós destaca-se Rurópolis (1989) que teve seu processo de povoamento ligado à abertura das Rodovias Transamazônica (BR-230) e a Santarém-Cuiabá (BR-163) na década de 1970. Na década de 1990, foram criados os municípios de

Novo Progresso (1993), Trairão (1993) e Jacareacanga (1993). O mapa seguinte mostra a localização espacial do território do Oeste do Pará.



A presente obra está dividida em nove partes abordando estudos sobre políticas setoriais como: agrária, agrícola, aquícola, educacional, logística, ambiental, regional, e ordenamento territorial nos municípios da região de integração do Baixo Amazonas, a saber: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa. Na publicação o município de Itaituba, que compõe a região de integração do Tapajós também foi pesquisado. Ao todo esta obra é constituída de dezesseis capítulos que tem por objetivos a análise de políticas setoriais e seus rebatimentos no território do Oeste do Pará.

Gostaria de agradecer a elaboração do prefácio realizado com competência pelo prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), bem como a escrita da apresentação desta obra conduzida pelo prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Sou grato as várias leituras da presente obra realizada pela doutoranda em Geografia (PPGG/UNIR) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq), Francilene Sales da Conceição.

Boa leitura.

Márcio Júnior Benassuly Barros.

Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Organizador da publicação.

Santarém, Pará, 05 de maio de 2020.

PARTE 1 - POLÍTICAS AGRÁRIAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ

Figura: Região da rodovia Santarém - Curuá Una em Santarém, Pará.



Foto: Acervo do GPDAM/UFOPA, 2019.

CAPÍTULO 1 - ENTRE RIO TAPAJÓS E RODOVIA BR-163 EXISTEM TERRITÓRIOS EM DISPUTAS EM BELTERRA-PARÁ, AMAZÔNIA BRASILEIRA

Francilene Sales da Conceição¹
Ricardo Gilson da Costa Silva²

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e a expansão da agricultura capitalista a partir da década de 1990 significaram na espacialização das *commodities* no oeste da Amazônia Paraense, em que promoveu a subjugação/subalternização dos territórios dos Povos das Terras, das Águas e das Florestas (TAFs) em suas múltiplas dimensões e escalas espaciais, pois essa população tinha sua base econômica e da vida centrada no extrativismo (animal e vegetal) e na agricultura de subsistência.

Essa relação espoliadora e contraditória em que envolve as classes sociais, *campesinato-agroextrativista* e *agronegócio sojeiro*, cristaliza-se por meio dos conflitos agrários e territoriais, haja vista que, há diferentes formas de usos da terra e do território pelos agentes envolvidos. Este trabalho é resultado de pesquisas desenvolvidas entre os anos de 2015 a 2019, no qual objetiva analisar e compreender as dinâmicas agrárias e territoriais que se cristaliza entre o rio Tapajós e a rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) provocada pelo avanço do agronegócio da soja e que gerou mudanças nas territorialidades e espacialidades do *campesinato-agroextrativista* belterrense.

O recorte espacial é o município de Belterra que está a 36 km a sul-oeste de Santarém, no oeste do estado do Pará. Pertence à microrregião de Santarém e a mesorregião do Baixo Amazonas. O acesso à cidade se dá por meio de via fluvial, através do rio Tapajós, ou por via rodoviária, pela BR-163 (Cuiabá-Santarém).

Esse trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa/descritiva/exploratória. Como procedimentos metodológicos foi realizada uma revisão teórica-conceitual em Matos Pereira (2012, 2013); Haesbaert (2004); Martins (1990, 2013); Cruz (2017); Grandin (2010); Conceição (2017); Conceição, Ribeiro & Silva (2019) e Trindade Júnior (2010). Houve pesquisas e análises de documentos públicos em várias instituições e disponibilizados pelos sites na internet. Fez-se

¹ Licenciada em Geografia (UFPA), Mestre em Geografia (PPGG/UNIR), Doutoranda em em Geografia (PPGG/UNIR), Pesquisadora do GP Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: lenesalesgeo@hotmail.com

² Doutor em Geografia Humana (USP). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA) e do Laboratório de Gestão do Território (LAGET) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pós-Graduação Interdisciplinar Profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS/UNIR). E-mail: rgilson@unir.br

ainda, a utilização do trabalho de campo por meio da técnica de entrevistas semiestruturadas (questionário roteiro com perguntas abertas e fechadas) com camponeses e representantes de instituições públicas. Por fim, foi realizada a técnica da observação na área pesquisada.

Nesse contexto, a problemática em estudo apresentou os seguintes resultados: 1) transformação nas territorialidades e práticas sócioespaciais no município de Belterra, no que corresponde ao *plantation* de seringa de Henry Ford (1927-1945) à territorialização do agronegócio (2002-2019), em que a partir do avanço das *commodities*, transformou os modos de vida dos povos das TAFs, denominado nesse trabalho de *campesinato-agroextrativista*; 2) Políticas públicas contraditórias no espaço agrário, mercadorização de terras/território/natureza, pressões territoriais sobre as áreas protegidas, concentração fundiária e irregularidades fundiárias (Projetos de Assentamentos); 3) Diversas formas de lutas e (Re)existências territoriais e recriação social dos *camponeses/camponesas-agroextrativistas* que vivem na margem da rodovia BR-163 e do rio Tapajós frente a expansão do agronegócio.

Portanto, ainda que o território agrícola do agronegócio tenha avançado consideravelmente no município de Belterra e promovido uma ampla concentração e irregularidades fundiárias, grilagem de terras, ameaça-expropriação-coerção territorial sobre os territórios do *campesinato-agroextrativista*, no qual desvelam a negação das territorialidades camponesas e provoca o aumento da pressão sobre as áreas de preservação, há uma classe social que (re)existe e se recria no interior de modelo hegemônico e conservador que visa, sobretudo, a reprodução ampliada do capital.

UMA PERIODIZAÇÃO DA GEOGRAFIA DE BELTERRA-PA: PLANTATION DE SERINGA DE HENRY FORD, CAMPESINATO-AGROEXTRATIVISTA E AGRONEGÓCIO DA SOJA

Em meados do século XX, o povoado de Belterra considerado, portanto, um distrito da cidade de Santarém, tinha seu padrão de organização espacial, territorial, político, econômico e da vida dos seus povos, com base nas atividades extrativas e ribeirinhas. A caça, a pesca, a coleta de produtos da floresta e a agricultura de subsistência consistiam seu modo de vida amazônico. Esses povos faziam usos das terras, das águas (rio) e das florestas de forma coletiva e solidária, como condição substancial para reprodução social da vida nos múltiplos territórios (HAESBAERT, 2004) existentes, cujas territorialidades estavam representadas simbolicamente no agrohidroflorestal tapajônico.

Para o entendimento dos territórios presentes na Amazônia, o território concebido como “mediação espacial do poder resulta da interação diferenciada entre as múltiplas dimensões desse poder, desde sua natureza mais estritamente política até seu caráter mais propriamente simbólico” (HAESBAERT, 2004, p. 93). Os territórios são plurais porque devem ser consideradas suas estratégias de direitos territoriais, suas formas de usos, bem como suas representações espaciais e do imaginário, pois também são categorias importantes para a compreensão das territorialidades e espacialidades.

Na região amazônica, os territórios são diversos, não apenas na maneira de se organizar em luta em defesa de seus territórios, mas por meio do desenvolvimento de suas *práticas sócio-espaciais* (SOUSA, 2016) que qualificam os territórios de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, das águas e das florestas. Esse fato reforça ainda a concepção de que seus povos possuem especificidades e características singulares no modo de viver, organizar e de se relacionar, pois suas territorialidades são a *priori* “tanto os processos identitários como os conflituosos e transformativos são históricos e relacionais e, ao mesmo tempo, materiais e imateriais” (SAQUET, 2009, p. 85).

O encontro entre temporalidades análogas que envolvem o capital e povos amazônicos são marcados por tensões, conflitos e conflituosidades, pois o modo de produção capitalista na medida em que avança no espaço amazônico, introduz a lógica de violência, criminalização, intimidações e ameaças, resignificando o modo de viver nos lugares de povos e comunidades tradicionais e suas relações identitárias, no qual perduram desde períodos coloniais da formação do território brasileiro.

Foram essas metamorfoses socioespaciais e socioculturais que se difundiram ao longo do rio Tapajós na região oeste do Pará, que perduraram aproximadamente três décadas (1920, 1930 e 1940), porque a partir da territorialização do plantation de seringa de Henry Ford, houve a primeira experiência da cidade-empresa na Amazônia brasileira (MATOS PEREIRA, 2013). Essa *Company Towns* representava um projeto moderno/colonial audacioso que atendia aos interesses econômicos e políticos em escala-mundo.

A presença do capital internacional norte-americano com o discurso de promover o “desenvolvimento” da Amazônia e arraigado na narrativa de que a região se configura como um “espaço vazio” transformaram as práticas sócio-espaciais dos povos e comunidades que viviam sob a lógica das “*idades da floresta*” para as “*idades na floresta*” (TRINDADE JÚNIOR, 2010; MATOS PEREIRA, 2012).

Assim, a articulação das relações comerciais e econômicas das cidades preexistentes na Amazônia não estava mais vinculada somente às dinâmicas da natureza e a escala local e regional,

como nas “cidades da floresta”. Mas, as “cidades na floresta” assume um *status* de exploração econômica que visa atender uma demanda exógena, cristalizada por meio da racionalidade capitalista que se projeta no espaço e promove a “modernização” do território, pois colonialidade e modernidade são indissociáveis (CRUZ, 2017) e representa um projeto de intencionalidades hegemônicas de dominação/opressão e produção/exploração.

Esse modelo de organização singularmente amazônico sofreu modificações, pois a ideia de Henri Ford de implementar um projeto ambicioso que promovesse a industrialização no “interior da selva” e construir uma cidade em meio a floresta, com o *plantation* da seringa e exploração do látex (ouro branco), iniciado primeiramente em Fordlândia (1927-1934) e, posteriormente, em Belterra (1934-1945)³, transformaram essas cidades em uma cidade-empresa de economia extrativa exportadora (GRANDIN, 2010; MATOS PEREIRA, 2012). Esse evento geográfico significou na territorialização do capital norte-americano às margens da região do Tapajós, regido pela Companhia Ford Industrial do Brasil (CFIB).

A margem direita do rio Tapajós, em Belterra, no município de Santarém, durante longo período da exploração da economia gomífera da borracha modificou a lógica do/no lugar, porque se materializou como um ponto estratégico, com a presença de sistemas logísticos que facilitavam as funcionalidades da produção. Foi construído um porto de embarque e desembarque de mercadorias, espaços estes em que os navios ancoravam carregados de matérias-primas explorados em Belterra. Houve ainda, apropriação e recrutamento da mão-de-obra, dos recursos e gerou modificações no modo de vida extrativo e ribeirinho.

Ao longo de todo período ápice da ação do capital na Amazônia pela CFIB, Belterra viveu um momento de exploração da natureza chefiada mais uma vez, pelos “de fora”. A colonialidade é a intenção do colonizador de eliminar “as muitas formas de conhecer” (e viver) dos povos subjugados e colonizados (CRUZ, 2017). A realidade de Belterra durante o processo de extração do látex, experienciava a geografia da colonialidade, que desconsidera saberes, linguagens, memórias, subjetividades e, sobretudo, modos de vidas e constrói estereótipos modernos/coloniais/eurocêtricos para os povos e comunidades tradicionais amazônicas.

Com o declínio em 1945 dessa atividade extrativa na “Cidade Americana” de Belterra, forçaram os trabalhadores extrativos (seringueiros) a se deslocarem em procura de novas terras para trabalhar e viver com suas famílias, juntando-se ao campesinato prontamente territorializados nos espaços agrohidroflorestais. A partir da década 1960 a geografia belterrense é modificada, seja nas/às margens do rio Tapajós, cuja flexibilidade nos deslocamentos se dava por

³ Essa cidade foi construída aos moldes de uma arquitetura norte-americana, marcada por um *design* moderno, parecida com que tinha nos Estados Unidos. Essa *Company Towns* acabou se tornando uma cidade modelo nunca antes encontrada em outras cidades da Amazônia.

via fluvial, ou nas/às margens da BR-163 (Cuiabá-Santarém), pois na época não havia ainda a abertura da estrada, o que existia era apenas um ramal.

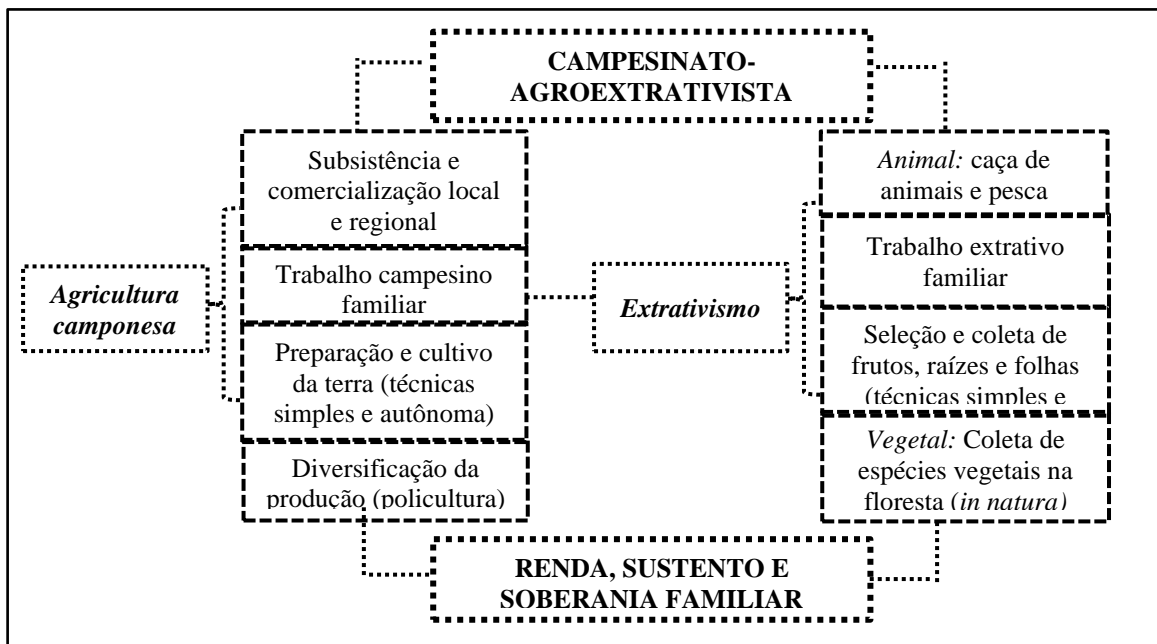
Era a constituição de uma nova tipologia da classe social camponesa, o *campesinato-agroextrativista*. Maioria desses *camponeses/camponesas-agroextrativistas* eram remanescentes da atividade extrativa do látex que lutavam por um “pedaço de terra”. “*Rapaz o trabalho naquela época, era trabalhando como nós trabalha assim de enxada né, capinando, era seringueiro, eu cortava seringa, bahabababaha*” (CAMPONÊS A, em 30/01/2016).

Segundo Martins ([1981]1990), a terra para o campesinato é terra de trabalho e não terra de negócio. Para o campesinato o trabalho é familiar e a natureza não é mercadoria, pois garante a reprodução social da vida. E na Amazônia, as particularidades e singularidades regionais desses trabalhadores e trabalhadoras do campo devem ser levadas em consideração, na medida em que terra/território/natureza são categorias indispensáveis para compreensão dos modos de vidas das comunidades rurais camponesas.

Era de tudo, sempre foi mais trabalho assim, trabalho. Da agricultura mesmo. Milho, roça e arroz. Plantava mais para pegar um troquinho era o arroz. E era o que dava mais trabalho. Que quando a gente começa dava a cortar arroz passava mais de mês cortando arroz. Cortava todo dia pra fazer um carrada de arroz pra vender. A gente criava também bastante porco, naquele tempo não tinha vizinho assim muito perto, os porcos eram criados soltos e era rapidinho se formava. (CAMPONESA-AGROEXTRATIVISTA A, em 28/01/2016).

A geografia agrária/territorial que permeiam as territorialidades e as espacialidades dos povos e comunidades rurais da Amazônia paraense, município de Belterra, possui suas coexistências nas Terras, nas Águas, e nas Florestas (TAFs). Essa tríade das TAFs que corresponde os territórios agrohidroflorestais no espaço agrário belterrense é cristalização e a forma de organização do campesinato, que tem a natureza como um componente de sua recriação social e a concretude de (Re)existências territoriais.

Figura 02: Organograma do campesinato-agroextrativista



Fonte: Dissertação de Mestrado PPGG/UNIR de Francilene Sales da Conceição, 2017. Adaptado pelos autores

É partindo dessa concepção e abordagem é que surge o *campesinato-agroextrativista* (Figura 2) abordado nesse artigo. Para Conceição (2017), o *campesinato-agroextrativista* é aquele que pratica a agricultura de base familiar, no qual cultivam uma diversificação da produção na terra e garante a soberania alimentar, bem como se faz uso do extrativismo animal e vegetal, pois coletam produtos diretamente na natureza. Essas atividades desenvolvidas por essa classe social veem a terra e as unidades florestais como os principais potenciais econômicos que garante a subsistência e a principal fonte de renda das famílias.

Com a territorialização de uma “nova” racionalidade capitalista agroexportadora que acaba impondo outra lógica e ulterior dinâmica socioespacial e socioterritorial, a configuração das TAFs são metamorfoseadas (Quadro 01 e Quadro 02), pois as formas de usos, apropriação, domínio e controle dos recursos disponíveis e da força de trabalho, tonam-se mercadorias e objeto de especulação que está para atender uma escala global, reproduzindo relações desiguais e contraditórias.

Quadro 01: Uso do território pelas TAFs pelo *campesinato-agroextrativista*

Características	1) Terras	2) Águas	3) Florestas
Produção do espaço	Territórios de morada, do trabalho e da reprodução social da vida, com o cultivo das roças e dos quintais produtivos (policultura). Relações de parentesco e vizinhança, trabalho familiar, solidariedade orgânica	Territórios de morada, do trabalho e da reprodução social da vida, por meio do extrativismo da pesca artesanal. Relações de parentesco e vizinhança, trabalho familiar, solidariedade orgânica	Territórios de morada, do trabalho e da reprodução social da vida, com o desenvolvimento do extrativismo da fauna e da flora. Relações de parentesco e vizinhança, trabalho familiar, solidariedade orgânica
Dinâmicas implementadas no espaço	Agricultura de subsistência (corte-queima) e comercialização nos mercados locais e regionais, criação de animais de pequeno e médio porte, produção diversificada/autônoma/agroecológica, soberania alimentar, próprias técnicas de cultivo agrícola, rotação de culturas e sem uso de agroquímicos	Pesca artesanal de subsistência e comercialização local e regional, produção diversificada/autônoma/ecológica, soberania alimentar, próprias técnicas para o desenvolvimento da atividade pesqueira, respeito ao período do defeso e seleção de espécies, sem uso de agroquímicos	Coleta de espécies animais para o consumo e vegetais para o consumo e/ou comercialização nos mercados locais e regionais. produção diversificada/autônoma/ecológica, soberania alimentar, próprias técnicas para o desenvolvimento da atividade extrativa, seleção de espécies que podem ser extraídas da natureza
Resultado das práticas socioespaciais	Ausência de conflitos agrários e territoriais nos campos (Permanência na terra para trabalhar e viver)	Ausência de conflitos agrários e territoriais nas águas (Permanência nas águas para trabalhar e viver)	Ausência de conflitos agrários e territoriais nas florestas (Permanência nas florestas para trabalhar e viver)

Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Organização: Autores.

Quadro 02: Usos do território pelas TAFs pelo agronegócio

Características	1) Terras	2) Águas	3) Florestas
Produção do espaço	Monocultura, silos, galpões, armazéns, maquinários, redes de infraestruturas (rodovias) e carretas	Portos, hidrovias, navios, barcas e balsas	Monoculturas, silos, galpões, armazéns, maquinários, redes de infraestruturas (rodovias) e carretas
Dinâmicas implementadas no espaço	Compra de propriedades, arrendamentos; grilagem de terras, aplicação de insumos, pesticidas (uso de agrotóxicos) que contaminam e matam os agricultores e os animais dos pequenos agricultores e congestionamentos	Contaminação dos corpos hídricos, alteração dos fluxos de circulação pelos moradores locais, mudança da dinâmica do rio	Compra de propriedades, arrendamentos, grilagem de terras, desmatamentos, erosão e extinção da fauna e da flora e uso de agrotóxicos e congestionamentos
Resultado das práticas socioespaciais	Conflitos agrários e territoriais nos campos (expropriação camponesa)	Conflitos agrários e territoriais na água (expropriação camponesa)	Conflitos agrários e territoriais nas florestas (expropriação camponesa)

Fonte: Trabalho de campo, 2019.

Organização: Autores.

A partir da década de 1990, o planalto santareno tem sua geografia social e ambiental metamorfoseada pelo avanço do agronegócio da soja. E, a produção agrícola fundamentalmente no município de Belterra, expandiu não somente nas comunidades rurais camponesas, que foram as que mais sofreram intensivos impactos dessa ação hegemônica, mas ela cresceu consideravelmente no perímetro urbano, elevando a pressão sob a geografia/territorial/local sob as áreas “urbanas” da cidade Bela Terra⁴.

Essa agricultura das *commodities* (“agronegócinho” ou “grão ouro”) que é marcada pela agricultura sem agricultores, agricultura envenenada e o predomínio de uma paisagem homogênea

⁴ Esse nome foi dado devido às várias expedições realizadas pela Companhia Ford, após o declínio da produção de seringa em Fordlândia. Começaram as buscas para continuar o projeto em outro lugar, até encontrar um lugar que eles denominaram de Bela Terra, devido a grande fertilidade do solo e de recursos naturais.

se apropriou das TAFs para transformar em territórios de negócio e de especulação, haja vista que seus mercados consumidores atende um circuito da mobilidade espacial de escala-mundo, fragmentador de territórios e estabelecedor de relações corporativas nos territórios, cristalizando-se por meio dos monopólios ou oligopólios dos grãos sólidos.

TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL ENTRE O RIO TAPAJÓS E A RODOVIA BR-163: A REALIDADE DA POLÍTICA AGRÁRIA E TERRITORIAL

A expansão e o desenvolvimento do capitalismo no campo têm resultado na concentração de TAFs e na instauração da propriedade privada. A natureza vira mercadoria e a prática hegemônica/conservadora que se cristaliza nos territórios dos povos e comunidades da Amazônia obedecem a uma lógica agroexportadora, no qual tem expulsado e excluído milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais de seus respectivos territórios de vidas. Nesse sentido, a territorialização do capital é entendida como:

O processo pelo qual o capital se instala na agricultura e, mediante o controle da terra, seja por meio da compra ou do arrendamento, bem como da contratação de trabalhadores assalariados, realiza sua produção (PAULINO, 2007, p. 344).

O cultivo da monocultura da soja no município de Belterra a partir de 2002 significou na territorialização do capital, pois dilacerou um mercado de terras aquecido, por meio da compra e arrendamento de terras, no qual expulsou e instaurou a proletarização do campesinato. A relação espaço-tempo é alterada na medida em que o (des)encontro entre diferentes temporalidades, *campesinato-agroextrativista* e agronegócio sojeiro, entram em conflito e materializa um espaço agrário socialmente produzido pelos “de fora”.

A geografia do agronegócio é contrária da geografia vivenciada pelo *campesinato-agroextrativista* que vive na “beira” da estrada (rodovia Cuiabá-Santarém ou BR-163) ou nas/às margens do rio Tapajós. O avanço do agronegócio vem projetando cercamentos, enclausuramentos e determinando zonas estratégicas de controle e domínio territorial, cuja narrativa dos ruralistas se fundamenta no *Agro-Pop, Agro-Tech, Agro-Tudo*.

Esse processo avança na Amazônia brasileira, na medida em que as políticas de organização do espaço agrário se volta exclusivamente para os mercados agroexportadores no contexto da totalidade-mundo e projetam novas territorialidades hegemônicas no espaço amazônico e que, por outro lado, negam territorialidades dos povos das TAFs. Assim:

As políticas públicas destinadas ao agronegócio produzem efeitos análogos sobre os territórios do campesinato, porque as políticas governamentais estão para atender o capital e negam uma realidade da classe camponesa para com

seus territórios. Portanto, têm-se duas lógicas em evidência, uma que está em prol do agronegócio outra que está para atender a agricultura camponesa (CONCEIÇÃO, 2017, p. 81-82).

A elaboração das políticas públicas começa a ter lado e a produzir discursos persuasivos, no momento em que o avanço do capitalismo no campo atende aos interesses de uma classe, ou seja, do *agrobusiness*, exigindo maiores investimentos, sobretudo para esse setor, de políticas agrícolas e territoriais. Enquanto que os trabalhadores das TAFs se encontram de fora da agenda da formulação e concretização das políticas agrárias e sociais.

Para os adeptos do agronegócio, os discursos, os *slogans* e a concretização das frentes capitalistas rasgando as áreas de florestas, apropriando de terras/territórios e implementando sistemas logísticos, para exploração dos recursos naturais é a alternativa de promover o “desenvolvimento” falacioso e ocupar os “espaços vazios”, objetivando alcançar a reprodução ampliada do capital. Por outro lado, a história narrada pelos *camponeses-agroextrativistas* de Belterra, demonstram que o agronegócio da soja sempre teve total apoio do governo municipal, legitimam uma geografia dos conflitos e das conflitualidades. Sobre o ano da chegada da soja um entrevistado discorreu o seguinte fato:

“Eu digo porque, que em 95, 95 foi feito uma emancipação né, do município de Belterra. Então nesse tempo, o prefeito que estava eleito que era o Oti Santos, ele sempre dizia, ele sempre dizia, que os sojeiros iam chegar aqui pro Pará, iam chegar pro Pará, eles vinham para comprar terras, das pessoas que queriam vender terras, tinham terras, eles vinham se adaptar, tinham feito uma pesquisa e que essa pesquisa deu muito certo que nós mesmo vimos essas pesquisas que foram feitas e tinham dias de campo”. (CAMPONÊS-AGROEXTRATIVISTA B, em 30/01/2016).

O município de Belterra concebido pelo lema “Belterra livre para o progresso”, reforça bem a territorialização do capital e o seu “projeto desenvolvimentista” construído pelos agentes externos. Os ruralistas do agronegócio vislumbram Belterra como um espaço de acumulação, cujas ações externas que passam a comandar e a gerir o território não apenas no setor produtivo onde se cultivam as *commodities*, mas até no setor legislativo do governo municipal, onde os projetos para o agronegócio são levados para discussões e onde se tomam as decisões para o capital se territorializar no município.

Essa avalanche, na medida em que concentra as terras nas mãos de uma classe capitalista, torna a terra cativa (MARTINS, 2013), querendo silenciar, inviabilizar, marginalizar e criminalizar os múltiplos territórios e territorialidades dos povos das TAFs antes existentes no espaço belterrense. Perguntado um camponês sobre o cultivo e o impacto da soja no momento da territorialização do capital, manifestou o seguinte questionamento:

Ab porque o sojeiro estão derrubando, eles fizeram isso pra explorar a terra. Mas o que acontece é o seguinte: os governos municipais eles abriram oportunidade para o pessoal entrar. Se eu sou, por exemplo, o representante de uma propriedade, eu sou, por exemplo, um prefeito de uma cidade, ali eu determino essa área, essa por onde atinge, então está sob meus cuidados, mas no próprio instante em que eu abri os braços, pode vir, pode chegar, então foi o que aconteceu. Ai eles chegaram entraram, chegaram e fizeram a devastação, mas como a gente como é que tá, o cupado disso são os próprios governos que aceitou que eles viessem pro Pará e que hoje todo mundo está sofrendo as consequências do que está (CAMPONÉS-AGROEXTRATIVISTA B, em 30/01/2016).

O governo municipal contribuiu “solidariamente” para o avanço das relações capitalistas no campo. Legitimou as taxas de desmatamentos, a expropriação dos povos das TAFs para as cidades, o aumento da pressão/coação sobre os territórios em áreas protegidas e de assentamentos rurais que acabam se perpetuando até os dias atuais. De fato, no município de Belterra se cristaliza um sistema de controle e domínio territorial, que na perspectiva do externo de origem sulista, ditam as regras e ordens a serem seguidas e cumpridas pelos povos que habitam o lugar.

A I (2018) e II (2019) edição da Exposição e Feira do Produtor de Belterra (EXPOFEIBEL) escancara a hegemonia exercida pela classe dominante ligado ao setor do *agrobusiness* e reforçam a questão de que os “coronéis do latifúndio” formulam suas estratégias de controle e domínio territorial e de mudanças na cultura e identidade local que geram diversos estranhamentos, representando em formas coloniais de apropriação de territórios. O estabelecimento de uma nova territorialidade metamorfoseiam as dinâmicas agrárias e territoriais entre o rio tapajós e a rodovia BR-163 e faz eclodir territórios em disputas.

Nesse contexto, os movimentos de resistências tem se articulado frente à expansão do agronegócio sojeiro no município de Belterra-Pa. Tem orientado os trabalhadores e trabalhadoras rurais para que estes sujeitos não comercializem suas terras camponesas e de comunidades tradicionais. Por isso, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Belterra-SITRB tem realizado um trabalho de orientação e de garantir a reafirmação de resistência territorial nas classes sociais que habitam nas TAFs.

Sim na importância de, sim eu lembrei agora da gente orientar, conversar né discutir a questão do trabalhador rural na maneira dele segurar a suas terra ele não vender as suas terra né, o sindicato ele dá o seu maior apoio na casa familiar rural, não sei se você sabe nós tem uma Casa Familiar Rural lá no Prata né que tem uns aluno, já foi formado uma turma e tem outra turma lá e nós damos, nós somos parceiro da Casa Familiar Rural porque nós acreditamos na agricultura familiar né? Quando o jovem se qualifica dentro da área que é dele, da de trabalhador rural que ele vai acreditar que a produção familiar, que aquela agricultura familiar ela é de grande importância e aí a gente orienta muito muitos trabalhador rural não vender suas terra por que as vezes ele vende as suas terra ele vai pela cidade, quando aquele recurso acaba, aquele dinheiro que ele acha que foi muito chega lá não é nada, pra quando ele vai comprar um quilim de tudo, aonde ele na roça ele cria ele tem condição de criar galinha, plantar mandioca macaxeira né o feijão, o arroz ter de tudo a batata, tudo aí ele vai chegar

na cidade ele vai comprar de tudo aí muitas vez chega o ponto dele querer voltar e ele não tem mais condição de comprar um pedacinho de terra pra voltar e quando ele tem ele compra uma medida as vez de 10 metro, 30 que não dá mais nem pra ele trabalhar né? Trabalhar na agricultura familiar. Então o trabalho do Sindicato é esse né? (STTRB A, em 15/01/2016).

As comunidades camponesas, ribeirinhas e extrativistas são encurraladas pela monocultura do agronegócio latifundiário e vem perdendo seus territórios para a agricultura envenenada e sem agricultores. O círculo fronteiriço dos granéis sólidos que se formam no município de Belterra e acabam por sujeitar os povos das TAFs a ficarem à margem do rio e da estrada, ou seja, são desprovidos do acesso às políticas sociais e agrárias, encontrando-se fora do planejamento econômico formulado para o município pelos burgueses do agronegócio. Ainda assim, no interior do modo de produção capitalista, esses povos das TAFs acabam se recriando socialmente, lutando e resistindo frente às forças coercitivas do capital.

As diversidades de lutas e resistências territoriais significam a permanência da vida camponesa em comunidade e o desenvolvimento de suas práticas sócio-espaciais. É ato de continuar praticando a diversidade produtiva por meio do trabalho familiar, com produção de alimentos sadios que abastece os mercados locais e regionais e que garante a soberania alimentar. Muitos camponeses estão na margem, seja do rio ou da estrada, mas não desejam está à margem, desprovidos de direitos humanos, direito ao uso da TAFs e ao território.

É DA/À MARGEM DO RIO E DA ESTRADA QUE SURGE AS LUTAS E (RE)EXISTÊNCIAS DO CAMPESINATO-AGROEXTRATIVISTA FRENTE AO AGRONEGÓCIO DA SOJA

A área de Belterra encontra-se ao limite Norte da Antiga Concessão de Belterra, a Leste com a rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), ao Sul com o limite Norte da Floresta Nacional do Tapajós, e a Oeste com o Rio Tapajós.

Em 18 de agosto de 1928 o Governo do Estado do Pará concedeu a Cia Ford Industrial do Brasil uma área de 1.000.000 (um milhão) de hectares para o cultivo de plantações de seringueiras e extração do látex. O projeto era chamado de “Fordlândia” e abrangia os municípios de Santarém, Rurópolis e Aveiro. Devido as dificuldades nos deslocamentos dos transportes fluviais, a Cia Ford permutou em 04 de maio de 1934 em conjunto com o governo do Estado, uma parte de sua concessão, mais ao norte, um total equivalente a 281. 500 ha, sendo chamada de Belterra e Fordlândia ficou com um total de 718. 500 ha.

Com a retirada da Cia Ford em 24/12/1945, por meio do Dcreto-Lei nº 8.440 o Governo Federal adquiriu seu acervo entregue ao Instituto Agrônômico do Norte. Em

18/07/1958, Lei nº 3.431 o estabelecimento Rural do Tapajós passa para a Jurisdição do Ministério da Agricultura que em 11/10/1962 é incorporado a Superintendência da Política Agrária–SUPRA. Com o advento do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504 em 30/11/1964 a SUPRA é extinta passando toda a responsabilidade pelos bens ao Ministério da Agricultura.

Por sua grande parte da área ser destinada a Floresta Nacional do Tapajós (Decreto nº 73.684/74) e outra porção destinada a ocupação de posseiros (aqui denominado de campesinato agroextrativista), Belterra teve sua área reduzida para 50.000 há em 24/10/1980 sobre pressão do Ministério da Agricultura que transferiu a Jurisdição para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária–INCRA toda a área da antiga concessão (Belterra e Fordlândia), margem esquerda da rodovia BR-163, sentido Santarém-Cuiabá. Esta área de 231.500.00 ha está assim distribuída: Gleba Mojuí dos Campos (119.500.00 ha), Curuá- Una (83.460.00 há) e Ituqui (12.800.00 ha). Entretanto, essas áreas não fizeram parte da aquisição de terras pelo INCRA, no qual denominaram em outra, “Gleba da Concessão de Belterra”.

De acordo com os dados apresentados em documentos do INCRA, entende-se que a questão fundiária no município de Belterra até os dias atuais em que esse fato só vem se agravar com a territorialização do agronegócio, sempre apresentou muitas irregularidades fundiárias, resultando em um sistema de grilagem de terras, na materialização da propriedade privada e na elevada concentração de terras. A Gleba arrecadada pelo Projeto Fundiário de Santarém durante a vigência do Decreto Federal nº 1.164/71 (1º de abril de 1971 a 24 de novembro de 1987) foi da Antiga Concessão de Belterra (Santarém e Belterra), terras pertencentes ao Patrimônio da União.

O município de Belterra situado no estado do Pará possui 4 projetos de assentamentos, sendo 2 Projetos de Assentamentos Coletivos (PAC Bela Terra I e PAC Bela Terra II), situados na margem esquerda da rodovia BR-163, sentido Cuiabá-Santarém e 2 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAE Pindobal e PAE Aramanaí) localizados à margem direita do rio Tapajós. Essa área denominada de Gleba de Belterra ou popularmente “Gleba da Bota”, onde se encontram geoestrategicamente esses projetos, possui uma área de 281.500 ha e representa o encontro entre duas temporalidades, a geografia da estrada e a geografia do rio, no qual se encontram no interior da agricultura capitalista (agronegócio).

“O “bico da botina” indica a estrada (rodovia BR-163) e a parte traseira arredondada do calcanhar da botina corresponde ao rio Tapajós” (CONCEIÇÃO; RIBEIRO; SILVA, 2019, p. 20). A Gleba da Bota possui uma representação simbólica, uma construção do imaginário e demarcam a territorialidade dos camponeses agroextrativistas que vê a terra, a floresta e a água (rio) como recursos indispensáveis para reprodução social da vida desses povos amazônicos. Sendo assim:

A complementaridade e o encontro entre a estrada e o rio, no contexto socioespacial belterrense, ocasiona muitos desencontros (conflitos e conflituosidades) entre as classes sociais do agroflorestal/ribeirinho. A territorialização do agronegócio no território do campesinato e nas terras com matas, além de impor o latifúndio, valida as irregularidades fundiárias, por parte do agronegócio, que se encontra incluso nos territórios destinados aos projetos de assentamentos (CONCEIÇÃO; RIBEIRO; SILVA 2019, p 16).

A Área da Gleba da Bota vem sendo pauta de discussões no território belterrense, no qual busca definir se pleiteiam o cancelamento das áreas de assentamentos ou não. Essa tomada decisão envolve, sobretudo, um conjunto de interesses das estruturas de poder ligado ao setor do agronegócio. Esse cancelamento propõe que esses projetos de assentamentos que tem a terra de forma coletiva e de usos múltiplos, sejam transformados em propriedades individuais, uma vez que facilita fundamentalmente a ação de controle e domínio territorial pela agricultura capitalista, efervescendo a compra ou arrendamento de terras ou a manutenção/dilatação da concentração fundiária e propriedade privada.

Essa é uma estratégia do agronegócio, uma vez que, se têm extensas áreas monocultoras produtivas e onde se dilaceram os desmatamentos, processos estes que se encontram situados no interior das áreas de assentamentos, sobretudo, nos territórios do PAC Bela Terra I e PAC Bela Terra II. Esses territórios das TAFs de uso do campesinato agroextrativista são pressionados/coagidos pela força hegemônica do capital, pois além de apresentarem interesses conflitantes, o capital por meio de sua lógica coloca esses trabalhadores rurais à margem da estrada e do rio, desprovidos de políticas agrárias, territoriais e sociais.

Percebe-se nesse campo marcado por forças contrárias, a falta de um planejamento e uma gestão de usos múltiplos dos territórios no município de Belterra, no qual possam identificar, selecionar e deslocar as áreas de plantios de grãos para fora do perímetro urbano. Esse evento particular que ocorre em Belterra gera um enclave para as populações locais, pois tentam “conviver” com essa espacialidade do poder estabelecido pelas *commodities*.

O que querem fazer é o reordenamento territorial, no qual esse processo é muito delicado, primeiramente tem que identificar as áreas de plantio de soja na área do periurbana e propor uma estratégia legal para que as áreas possam ser deslocadas daqui de Belterra. Porque na revisão do Plano Diretor a área expansão urbana e a área urbana não se expandiu. O que era área de expansão urbana 10 anos atrás espera que ela seja considerada área urbana e a área de expansão urbana tenha se expandido não sabe pra que lado. Destacado para o processo de revisão. A solução é propor por meio de instrumentos legais e solucionar esse problema. Tem uma grande preocupação fundiária dentro do município, algo extremamente complicado. Três assentamentos que está na ação judicial dois deles sobrepõe a APA Aramanáí, até uma área de proteção ambiental e daí não se sabe se é do Estado ou da União, do município. Quando a SEMAT chama o INCRA para solucionar essa questão fundiária eles nunca aparecem tentar diálogo no município, mas não conseguem fazer. Tentam

fazer, mas não conseguem fazer. Eles não tem dificuldades com os movimentos sociais eles são super parceiros, STTRB como associação das mulheres (...). (SEMAT, 12/09/2016).

O agronegócio no município de Belterra avançou não somente nas áreas rurais, mas no que corresponde ao perímetro urbano do município. A reformulação do Plano Diretor do município de Belterra em 2018, documento em que se configura como um instrumento que regulamenta o uso do solo e reorganiza o desenvolvimento e expansão territorial de uma cidade, foi reformulado após os 10 anos e além de englobar discussões sobre o planejamento urbano e das políticas públicas educação, saúde, cultura, turismo e outras áreas, apresenta uma discussão sobre a (ir)regularização fundiária.

No novo Plano diretor prevê no Capítulo IV do Art. 128, dos instrumentos de regularização fundiária, visa regularizar os assentamentos irregulares e a titulação dos seus ocupantes (PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE BELTERRA, 2018). Mas esse documento mesmo sendo reformulado e discutido entre os diversos seguimentos sociais e setores da economia e da sociedade civil, não é a garantia de frear as contradições que permeiam a questão fundiária a nível municipal. A mobilização do cancelamento dos projetos de assentamentos principalmente pelos agentes ligados ao setor produtivo do agronegócio significa “legalizar” o que se encontra ilegal, de “regularizar” o que está irregular no que tange a questão fundiária e de “avançar” o poder do agronegócio no que se encontra avançado no interior do município.

São essas as marcas das contradições da geografia agrária belterrense na atualidade. As *Terras* além de ser um mercado fundiário aquecido de preços elevados é o lócus da produção monocultora de grãos que se encontra (em parte) na/à margem do complexo e corredor rodoviário para transporte dessas mercadorias. As *Águas* vêm sendo ameaçadas pelo projeto de construção de um terminal portuário privado às margens do rio Tapajós, além do mais esse território está incorporado na rota do circuito de hidrovias. E As *Florestas* vêm sendo apropriadas, pressionadas e convertidas para o desenvolvimento da cultura agrícola, mesmo as áreas protegidas não estão isentas do alvo de serem dominadas pelo agronegócio.

Todavia, as lutas e resistências territoriais são necessárias em um momento em que os *camponeses-agroextrativistas* estão perdendo seus territórios para o agronegócio latifundiário e este ampliando sua área de influência. É preciso resistir frente às forças contraditórias do capitalismo para que o campesinato possa existir. As (Re)existências nas comunidades rurais de Belterra são latentes, pois as diversas territorialidades são ameaçadas, negadas, coagidas, privando-as do direito de viver e de trabalhar na terra/território.

O STTRB apoia e acompanha de perto a luta dos trabalhadores rurais frente ao agronegócio. Além de trabalhar nas suas campanhas “Não abra mão da sua terra” e “Nossa união

é nossa força”. Esse movimento organizado tem resistido às ameaças hegemônicas contra as territorialidades do campesinato-agroextrativista. Essas formas coercitivas são impostas pela agricultura capitalista, na qual as classes sociais do campo tem lutado coletivamente pelos direitos dos povos das TAFs.

Nós tem toda essa secretaria da mulher a gente vem fazendo o que pode, na hora do momento que a gente luta, que participa, que luta pela agricultura familiar pelo direito do trabalhador, a gente tá lutando pelo direito do jovem, da criança, da mulher e de toda a família né? E aí eu sei que a gente tá fazendo na maneira do possível o que a gente pode, pra representar esse trabalhador rural como sindicato, como eu lhe digo o trabalhador precisa estudar mais o estatuto, precisa é saber a importância que tem o sindicato organizado (STTRB B, em 15/01/2016).

As ações de lutas e resistências são em defesa da permanência e o desenvolvimento da agricultura camponesa de base familiar, objetiva-se por sua autonomia produtiva e a soberania alimentar. Contudo, o STTRB luta com os *camponeses/camponesas-agroextrativistas* por direitos humanos, direitos trabalhistas, direito ao uso da terra/território e direito aos povos definirem políticas e estratégias para produção de alimentos sadios sem comprometer o ambiente e a diversidade cultural. Porquanto, “o Sindicato é uma organização que a gente sabe que é uma organização que luta pelo direito do trabalhador rural (STTRB B, EM 15/01/2016). A luta por políticas públicas é outra pauta trabalhada pelo movimento sindical belterrense, pois se deve reconhecer por meio de ações o direito de cidadania de um determinado seguimento social.

A questão do pequeno agricultor, eu só quero falar de Belterra, e eu vejo que Belterra a gente ainda tem muita dificuldade de puder assim levar as políticas públicas pro trabalhador rural porque ainda é um município... Aí eu ainda vejo que o município que foi fundado em 95 né? Em 1995 aí eu vejo que ainda é muito carente pra gente desenvolver as políticas públicas dentro do município (STTRB B, em 15/01/2016).

A (Re)existência desses povos que habitam nas TAFs depende da garantia da multiplicidade de direitos e da elaboração de políticas públicas agrária e territorial. Entretanto, a política destinada ao agronegócio dissemina práticas violentas, no que tange a intimidações e ameaças, bem como na forma de cultivo da terra. Tem impactado diretamente na produção camponesa, em virtude do elevado grau de uso de agrotóxicos nas plantações.

Afeta por causa do vento, por causa do vento. Ano passado nós plantemo um feijão aqui e o Jeremias⁵ matou a maioria que borrifaram lá e matou o feijão. O feijão não é pra veneno, porque tem o veneno apropriado pro feijão né. Nem a maniva lá onde ele borrifou quase não saiu (...). Afeta muito a gente. Eu fico muito triste de plantar e não colher pelo respeito dos outros né. Porque se você planta é porque você precisa (CAMPONESA-AGROEXTRATIVISTA, em 30/01/2016).

⁵ Foi substituído o nome original do sujeito citado pela entrevistada para preservar a integridade da trabalhadora rural contra possíveis represálias.

É uma luta difusa e direta contra o agravamento dos venenos e a irradiação de superestruturas de poder atrelada à agricultura capitalista. Mesmo assim, o *campesinato-agroextrativista* vem resistindo e se recriando socialmente nos territórios, pois a terra significa um bem valioso que garante a execução do trabalho e a reprodução social da vida.

Eu vou vender minha terra para comprar uma lona, onde é que eu vou estender esta lona pra ficar com a minha família debaixo, eu não faço isso não. Aí eu estou me incriminando e incriminando toda a minha família que pra passar forme depois, não, não faço isso não. Eu não tenho terra para vender. Até que eles desativaram, aí abundaram e não vieram mais aqui (CAMPONÉS-AGROEXTRATIVISTA B, em 30/01/2016).

A gente planta mandioca, banana, milho, arroz, feijão (...). Isso aí, ainda hoje eu vou lá quando o sol não está muito quente, volto pra trás, chego volto voada. Na roça ajuda, todo mundo ajuda (CAMPONESA-AGROEXTRATIVISTA B, em 30/01/2016).

É essa tipologia de campesinato que está na margem da estrada (BR-163) e do rio (Tapajós) resistindo às forças hegemônicas da agricultura capitalista, vislumbrando o fortalecimento de suas existências territoriais no espaço belterrense. A relação entre capital-natureza é do estabelecimento da mercadorização da natureza e do trabalho, na medida em que o agronegócio sojeiro se territorializa, avança e dissemina sua lógica excludente e contraditória sobre os territórios da agricultura camponesa, classe essa em que vê a natureza como possibilidade de se recriar socialmente e territorialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O horizonte projetado para o município de Belterra revela a hegemonia da classe capitalista do setor do agronegócio que nega identidades do lugar e instaura violências simbólicas e ambientais nos territórios de vidas, de áreas protegidas e de projetos de assentamentos do oeste da Amazônia paraense. Há uma inversão de valores nesse processo contraditório, a agricultura capitalista instaura um conservadorismo e realça a superioridade na forma de produção, de vivência e do desenvolvimento de outras práticas sócio-espaciais. É uma ação construída exclusivamente pelos “de fora” de origem sulista que vem desestruturando a existência de povos e comunidades tradicionais nos seus respectivos territórios.

Outrora, a “Bela Terra” de grandes paisagens naturais, de modos de vidas diversificados e atividades culturais múltiplas praticadas pelos Povos da TAFs, vem sendo metamorfoseada pelo avanço do agronegócio. Destaca-se o estabelecimento de um sistema de dominação e da imposição de novas normas e regras, na qual define Belterra, como a ‘cidade “livre” para o progresso’. Essa narrativa construída pelos adeptos do agronegócio acerca da produção econômica da população local belterrense é vista sob a perspectiva do atraso e desconsidera toda

a produção camponesa, ribeirinha e da cidade, conforme é trabalhado por Silva, Lima e Conceição (2018) no artigo intitulado: “Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente as hidrelétricas e ao agronegócio”.

Os territórios do campesinato se tomam cada vez mais ameaçados, na medida em que o agronegócio se expande na sua totalidade. As disputas territoriais não são apenas com a classe que planta grãos (burguesia agrária), espaços estes em que requer um quantitativo de terras maior e usa venenos e outros agroquímicos de forma intensificada. É uma luta contra as grandes *tradings* mundiais de *commodities* agrícolas e sistemas lógicos, materializados nos portos, rodovias, hidrovias e estacionamentos para carretas, projetos que estão previstos para serem instalados em Belterra com o total apoio do governo municipal.

O município Belterra por ser encontrar às margens do rio Tapajós, bem como a cidade de Santarém que se situa às margens do rio Tapajós e Amazonas, configura-se atualmente em uma zona estratégica para a territorialização e da reprodução do capital global. As políticas públicas agrárias e territoriais estão para servir aos interesses do grande capital e as populações locais são cada vez mais subjugadas, criminalizadas, desterritorializadas, excluídas, pois tem seus direitos negados e violados.

As práticas sócio espaciais e os usos determinados para terra/território/natureza vem sendo alterados rapidamente, porque o local acaba sendo subordinado a escala global. No momento em que a racionalidade do capital progride em Belterra, flexibiliza e aumenta as pressões sobre as áreas protegidas (FLONA e APA) e territórios indígenas, eleva a desestabilização das áreas de assentamentos e agrava a perda das terras/territórios dos povos da TAFs.

REFERÊNCIAS

BELTERRA. Prefeitura Municipal de Belterra. Disponível em: <https://belterra.pa.gov.br>, Acessado em 04/09/2019 17h 40 min.

BELTERRA. Prefeitura Municipal de Belterra. **Plano Diretor do Município de Belterra**. Lei Nº 272 de 26 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://www.belterra.pa.gov.br/popups/leis/59faf2509aa70f7f9fca67a3865a12a4.pdf>>. Acessado em: 25/09/2019.

CONCEIÇÃO, Francilene S. da. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra-Pará**. Dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia-Unir. Porto Velho, Rondônia, 2017, 225f.

CONCEIÇÃO, Francilene S. da.; RIBEIRO, Alyson Fernando Alves; SILVA, Ricardo Gilson da Costa.. (Des)encontros entre a estrada e o rio: o caso da gleba da bota no oeste da Amazônia paraense. In. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão, Ano XXX, n. 1, Jan./Jun. 2019, p. 6-25.

- CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denílson A. de. (Orgs.). In: **Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.
- GRANDIN, Greg. **Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Trad.: Nivaldo Montingelli Jr. – Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- HAESBAERT, Rogério (Org.). **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MARTINS, José de S. [1981]. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARTINS, José de S. [1979]. **O cativo da terra**. 9. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.
- MATOS PEREIRA, José C. **Os modos de vida na cidade: Belterra, um estudo de caso na Amazônia brasileira**. Tese de Doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012, 256f.
- MATOS PEREIRA, José C. “Cidade na floresta: Belterra, a experiência da plantation de seringa de Henry Ford na Amazônia brasileira (1934-1945)”, em **Avances del Cesor**, Año X, N° 10, 2013, pp. 129-150.
- PAULINO, Eliane T. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKI, Julio C. (Orgs.). **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. – 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. In: _____; SPÓSITO, Eliseu S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, 368p.
- SILVA, Ricardo G. da COSTA; LIMA, Luís Augusto P.; CONCEIÇÃO, Francilene S. da. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente as hidrelétricas e ao agronegócio. **Confins** [En ligne], 36 | 2018, p. 1-25. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/13980>>.
- SOUSA, M. L. de. Espaço Geográfico, espaço social, organização espacial e produção do espaço. **Os conceitos fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016, 320p, p.21-42.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista ieb** n.50, 2010 set./mar. p. 13-138.

PARTE 2 - POLÍTICAS AGRÍCOLAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ.

Figura: Plantio de mandioca na Flona Tapajós em Belterra, Pará.



Foto: Acervo do GPDAM/UFOPA, 2016.

CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS DE ESTADO PARA A INTRODUÇÃO DA SOJA EM SANTARÉM, PARÁ⁶

Marcus Vinícius da Costa Rodrigues⁷

INTRODUÇÃO

A chegada da soja no estado do Pará, representa mais um grande marco na história da região, que já passou por diversos ciclos econômicos até a chegada do agronegócio globalizado.

Em sua expansão, a implementação da soja passou por outras regiões até encontrar no Pará, a sua principal fonte de recursos terras para o plantio de soja. Essa vasta imensidão de território disponível, que apresenta condições favoráveis para seu sucesso, fez com que o Governo Estadual, vislumbresse na soja a possibilidade de crescer economicamente e se destacar no cenário nacional, abrindo portas para os mercados internacionais.

Para se instalar na região, o agronegócio globalizado da soja, contou com apoio governamental, que através da elaboração do Plano Plurianual do Estado do Pará, no ano de 1995, foram dados os primeiros passos para a chegada da soja no estado. A partir dele, ações foram implementadas para inserir a região no mercado nacional e internacional, com o intuito de fortalecer e tornar competitiva a economia paraense, para isso, o agronegócio passou a receber muitos incentivos do Governo do estado do Pará (BARROS, 2018).

A partir do fomento do agronegócio por parte do Governo Paraense é que foi planejada a introdução da soja no estado. Dentre as ações governamentais presentes no Plano Plurianual (PPA), destacam-se a inserção da economia do Pará na dinâmica da economia do Brasil e dos mercados globais; uma economia dinamizada; agricultura concentrada em poucos produtos; e a introdução da soja no estado (BARROS, 2018).

As primeiras ações possuíam foco apenas no crescimento econômico e aumento da competitividade do estado do Pará, tanto no âmbito nacional, como internacional, e para isso, utilizaram o agronegócio como o trampolim para alcançar esse objetivo, principalmente através da produção de soja.

⁶As reflexões aqui apresentadas decorrem do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Os impactos do agronegócio globalizado da soja no perfil socioeconômico do município de Santarém, Pará* apresentado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros.

⁷Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

Com estas ações, o governo deu forças para o agronegócio se expandir pelo estado, colocando a soja como o produto principal e estratégico para o fortalecimento da economia paraense. Dessa forma, o estado deu seus primeiros passos na produção globalizada da soja, onde os municípios de Paragominas, Ulianópolis e Santarém passaram a produzir suas primeiras colheitas na safra 2006/2007 (BARROS, 2018).

Almeida e Lima (2005) também mostram que a partir de 1999, na elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2000-2003, que levou o nome de Avante Pará: agronegócio o Pará investe nisso! Já colocavam a região como área apropriada para a expansão do agronegócio globalizado da soja, devido as condições de solo e clima, que favoreciam à sua implementação. As ações deste plano, foram traçadas através do Programa Pão Nosso, do Governo do Estado, e contou com apoio de grupos e interesses da iniciativa privada.

A presença da soja nos Planos Plurianuais mencionados acima, revelam que a implantação do agronegócio globalizado da soja, não teve apenas a finalidade de fazer com que o estado se desenvolvesse economicamente, mas também, que atraísse novos empreendimentos para a região, mostrando que a mesma é propícia para investimentos nesse setor.

No entanto, somente mencionar o agronegócio nos PPA's não seria suficiente, o Estado teria que dar demonstrações de que daria garantias ou facilitaria a implementação do agronegócio globalizado da soja na região, e fez isso dando incentivos, fomentando sua expansão pelo território paraense.

Com incentivos governamentais, a soja passou a se expandir pelo estado, levando consigo o discurso do crescimento econômico, bem como enaltecendo o potencial de desenvolvimento que tais empreendimentos trariam para a região, resolvendo boa parte dos problemas encontrados no estado.

Em Santarém, a soja chega na década de 1990, ocorreu através do grupo Quincó, que contou com apoio do Governo do Pará, responsável por contratar uma empresa de consultoria para introduzir novas variedades do grão no município (BARROS, 2017).

Além de incentivos do Estado, a soja também contou com incentivos por parte do governo municipal, que direcionou sua expansão para ao longo das rodovias Santarém – Curuá-Una (PA-370) e Santarém – Cuiabá (BR-163), fazendo com que a cidade de Santarém se tornasse a principal porta de entrada da fronteira agrícola do agronegócio globalizado da soja na região Oeste do Pará (BARROS, 2018).

Em Santarém, a soja começou a ser cultivada a partir do ano de 1997, e teve como um marco importante para a sua expansão, a construção do porto da Cargill, em 2003

(BARROS, 2017).

Na sua chegada em Santarém, o governo demonstrou que estaria presente, para que a sua implementação fosse bem-sucedida, fazendo parcerias que dessem ainda mais condições para que o Município desenvolvesse um produto de qualidade, mostrando que o agronegócio globalizado da soja poderia sim ajudar no crescimento da cidade, e isso fica nítido quando o governo municipal direciona os rumos da implantação da soja, que deveria ocupar as rodovias PA-370 e BR-163.

Além disso, a construção do porto da Cargill, influenciou bastante a vinda de novos produtores, revelando que tanto o governo, como os entes privados atuariam para que a soja se consolidasse na região, promovendo crescimento e desenvolvimento.

Figura 01: Aspectos da Cargill em Santarém.



Foto: Potal JC, 2018.

Para Sauer e Pietrafesa (2013) a combinação de investimentos privados e públicos são parte das agroestratégias, onde destaca-se o asfaltamento da BR-163, obra federal, e parte das obras do PAC, que foram justificadas como fundamentais para a criação de um corredor de exportação da soja. Essa combinação, além de facilitar o escoamento de outros produtos, atrairia mais produtores, favorecendo assim, a expansão do agronegócio da soja no estado.

Ainda sobre o plantio de soja em Santarém, Barros (2018) aponta que o Banco da Amazônia (Basa) é o principal financiador do agronegócio no município, junto a recursos do Fundo Constitucional do Norte (FNO), tem financiado a logística do agronegócio na região Oeste do Pará.

Figura 02: Aspectos da agência do Banco da Amazônia em Santarém.



Foto: G1 Santarém e Região.

Diante disso, percebe-se que o Banco da Amazônia desempenha papel fundamental na expansão do agronegócio globalizado da soja no município, com a disponibilidade de crédito, além de atrair novos produtores, sinaliza que o produtor terá apoio financeiro e logístico para desenvolver sua atividade.

Nota-se que o governo, entes privados, instituições voltadas para o desenvolvimento da região, uniram forças para fazer com que a soja não encontrasse dificuldades e barreiras de resistência, que impedissem sua expansão pelo território, pois cada vez mais ela demonstrava ser fundamental para o desenvolvimento da região.

Através desses incentivos, públicos e privados, no caso da construção do porto da Cargill, o agronegócio globalizado da soja vem adentrando no município de Santarém, onde já conquistou grande destaque, porém ainda é um assunto bastante delicado na região, pois com a chegada da soja, houve uma série de mudanças no cotidiano das comunidades onde os empreendimentos ligados a produção de soja foram instalados, isso fez com que diversos conflitos surgissem no seu entorno. Mesmo com incentivos do Estado, estes conflitos têm se multiplicado cada vez mais, passando por diversos setores da sociedade santarena.

ATORES E CONFLITOS DA IMPLANTAÇÃO DA SOJA EM SANTARÉM, PARÁ.

O cultivo da soja em Santarém, é um assunto bastante delicado, pois gera muita discussão a cerca de seus impactos, que envolvem uma gama de atores, como a sociedade

civil organizada, pequenos produtores, membros da agricultura familiar, camponeses, etc., além de muitas instituições presentes no município.

Sua implantação é um tanto quanto polêmica, pois foi feita de modo que trouxesse mais benefícios para os grandes produtores, vindos de outras regiões do país, e tudo realizado com apoio governamental, olhando apenas para o crescimento econômico do estado.

Antes da chegada da soja, o município de Santarém possuía apenas pequenos produtores da agricultura familiar, tudo de forma tradicional, abastecendo as feiras da cidade. Estas produções se encontravam no planalto santareno, ao longo das rodovias PA-370 e BR-163.

Barros (2017) aponta que antes da chegada da soja em Santarém, a produção familiar não competia com a grande produção. O que só veio acontecer no final da década de 1990, quando os grandes produtores chegam no município, junto com a soja, e passam a disputar com pequenos produtores, gerando conflitos por conta do uso da terra.

Almeida e Lima (2005) afirmam que a soja transformou os espaços da produção familiar, pois deram lugar aos grandes empreendimentos da produção do agronegócio globalizado da soja.

Com a perda de espaço, tanto no mercado, como para produção, os conflitos acabaram se intensificando, principalmente em torno do uso da terra. Pois a soja fez com que muitos dos pequenos produtores fossem expulsos de suas terras, ou vendessem suas propriedades para os grandes produtores.

Barros (2017) destaca que a chegada da soja gerou muita discussão entre eles, pois muitos veem os sojicultores como os portadores do progresso, ao contrário das populações já existentes, que produzem apenas para sua subsistência.

Neste contexto, a soja chega na região como a esperança de desenvolvimento, no entanto, seu discurso é contrário aos produtores tradicionais, pois vê neles o atraso, e se beneficia disso para destacar as inovações que a soja pode trazer para Santarém, sendo entendida por muitos como sinônimo de progresso.

Sua chegada, através de incentivos dos governos federal, estadual e municipal, deram condições para que empreendimentos ligados ao agronegócio globalizado da soja se instalassem no município, trazendo consigo inúmeras modificações. Barros (2017), mostra que essas modificações foram de cunho econômico, social e ambiental, principalmente em comunidades ao longo da PA-370.

Neste sentido, as modificações no cenário econômico, são percebidas na alteração do uso da terra, onde existe uma redução da área disponível para o pequeno produtor, em detrimento do aumento da área destinada ao plantio da soja. Essa redução da área destinada ao agricultor familiar ou pequeno produtor, dá-se por conta da necessidade de amplas áreas de terra para o cultivo da soja, que por sua vez, pressiona os pequenos proprietários, que se veem obrigados a vender suas terras por preços baixíssimos.

Quanto às modificações sociais, é percebida no deslocamento populacional e de famílias que venderam suas terras para sojicultores, sendo obrigados a migrarem para outras comunidades, bairros, e até mesmo para outras cidades da região norte. Essa mudança de ambiente, implica na alteração de estilos de vida de uma população que estava habituada a uma rotina totalmente diferente da vida urbana, e como consequência, acabam contribuindo para o aumento da desigualdade social, pois ao saírem da vida rural, perdem suas funções no trato com a terra, tendo que aprender uma nova atividade para sobreviver.

Já as transformações ambientais estão ligadas ao desmatamento da floresta, no uso de agrotóxicos, e conseqüentemente na contaminação de cursos de água, pois para cultivar a soja é necessário uma vasta área de terras, o que implica no desmatamento, de preparo do solo e controle de pragas, onde existe necessidade de uso de agrotóxicos.

A entrada da soja no município de Santarém, causou sérios transtornos no cotidiano das comunidades tradicionais, que sobrevivem principalmente da produção familiar, nesse contexto, os conflitos se tornam inevitáveis, pois para estas comunidades, a soja não trouxe progresso, mas sim, destruição.

Esses conflitos motivados pela produção de soja, giram em torno dos profundos impactos no modo de vida de muitas famílias que residem próximo às áreas de cultivo de soja, que perdem espaço para o grande produtor, tendo sua rotina modificada por completo.

Na região do planalto Santareno⁸, a disputa entre agricultura familiar e agronegócio globalizado da soja, esta ligada com a posse de terras para o cultivo da soja. A chegada dos grandes produtores na região fez com que muitos agricultores familiares tivessem que vender suas terras, pois a produção de soja, tomou conta do espaço que era dos pequenos produtores.

Almeida e Lima (2005) relatam que a chegada da soja, gerou uma enorme disputa entre dois grupos. No primeiro grupo, encontram-se empresários e governantes, em outro, ambientalistas e povos tradicionais.

⁸ Formada pelos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

Dentre os motivos causadores destes conflitos, Almeida e Lima (2005) dão destaque para os baixos preços da terra, as condições de mercado, os incentivos financeiros do Banco da Amazônia, projetos de infraestrutura, construção de portos, entre outros.

Nesse caso, percebe-se que, mais uma vez o Governo está por trás da expansão da soja em Santarém, e por conta disso, muito se tem debatido, pois nota-se uma forte aliança entre poder público (representado pelo governo federal, estadual e municipal) e o setor privado (representado por empresários do agronegócio, em especial sojicultores).

Almeida e Lima (2005) também apontam resultados da implantação da soja na região, dentre eles encontram-se, o desmatamento, a poluição, a utilização de agrotóxicos, a ida de camponeses para a cidade, etc.

Esses resultados descritos por Almeida e Lima (2005), retratam a verdadeira realidade encontrada na região, principalmente os danos ambientais e expulsão das populações tradicionais de suas terras em prol do progresso prometido pelo agronegócio, que visa apenas o lucro, e não o capital humano, haja vista que, suas atividades, são realizadas em sua maioria por máquinas modernas, que não necessitam de grande quantidade de mão de obra. Essa característica moderna, gera impactos sociais gigantescos, pois as famílias que saem de suas terras, buscam melhores condições de vida na cidade, tendo que aprender uma nova profissão, e se adaptar a uma nova rotina, o que significa, em muitos casos, o aumento do índice de desemprego e aumento da violência.

Diante deste cenário conflituoso acerca da implantação do agronegócio globalizado da soja no município de Santarém, percebe-se que há uma resistência muito grande, pois como é visto, até o momento não trouxe muitos benefícios para a vida das populações tradicionais, camponeses, agricultores familiares, pequenos produtores em geral. Sua chegada, num primeiro momento, gerou esperança de dias melhores em uma parcela significativa da população santarena, pois seu discurso progressista, de geração de emprego e renda estimulou sua implantação e continua estimulando o avanço da fronteira agrícola do agronegócio globalizado da soja por diversas regiões do país.

A soja pode ser uma grande ferramenta de desenvolvimento econômico, mas peca em questões cruciais para a região Amazônica, pois não há de fato uma preocupação com o meio ambiente, muitos menos com questões sociais, haja vista que, muitas famílias foram expulsas de suas terras com a chegada da soja, e isso gerou um forte impacto na cidade, pois as periferias aumentaram, e com ela a desigualdade social cresceu.

A partir desses fatores, a soja se tornou um item bastante debatido no município, pois muitas instituições têm demonstrado preocupação com as populações locais, com a

perda de espaço dos pequenos produtores diante da grande produção de soja, e isso tem dividido opiniões, de um lado governo e empresários defendem que a implantação da soja trará muito benefícios para a cidade, além de desenvolvimento, através de infraestrutura para escoamento da produção, gerando emprego e renda, enquanto sindicatos, associações de moradores, movimentos sociais, etc. afirmam que a chegada da soja não será suficiente para suprir as necessidades da população, que seus impactos serão drásticos, comunidades tradicionais tendem a desaparecer, havendo danos sociais, ambientais e econômicos.

Por conta disso, há em Santarém, muita resistência, muitos embates entre prós e contras a expansão da soja, isso faz com que seja um assunto bastante delicado, e em função disso, existem muitas tentativas de frear o avanço da soja, que chega com um discurso muito forte de desenvolvimento, de ser a salvadora da pátria, pois com todo potencial econômico, afirma-se que pode influenciar positivamente em diversos índices de crescimento e desenvolvimento, daí sua importância, não só no cenário local, mas também no cenário nacional.

Recentemente, surgiu um novo conflito relacionado ao agronegócio globalizado da soja no município de Santarém, esse novo conflito está relacionado a construção de um novo porto para escoamento da produção de soja, cujos impactos afetarão as comunidades no entorno do Lago do Maicá, que podem ser extintas, assim como as diversas espécies de peixes que podem ser facilmente encontradas ali, além disso, muitas famílias terão que sair de suas casas para que o porto possa ser construído.

Mas uma vez fica notório que, o agronegócio globalizado da soja traz muitos transtornos, principalmente para comunidades tradicionais, que são as mais impactadas, com a chegada de novos empreendimentos. Diante disso, percebe-se que o agronegócio não é apenas uma promessa de desenvolvimento, ele é também uma certeza de destruição, principalmente para comunidades que se encontram em volta desses empreendimentos ligados a produção de soja, que visam facilitar o escoamento da produção, sem preocupação alguma com as pessoas e o meio ambiente.

Através dessas situações, o agronegócio vem se tornando vilão para muitos, e a salvação para outros. Sendo necessário que se chegue a um consenso sobre sua chegada e expansão, devendo haver um planejamento mais abrangente, incluindo comunidades tradicionais, pequenos e grandes produtores, bem como agricultores familiares, objetivando gerar de fato benefícios, garantindo oportunidade para todos, cada um tendo o seu espaço.

EVOLUÇÃO DA ÁREA PRODUZIDA E QUANTIDADE PLANTADA DE SOJA EM SANTARÉM.

A produção de soja na região Oeste do Pará, se divide em três municípios: Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Ano após ano, muitas expectativas são criadas em torno da produção agrícola, em especial da soja, que movimenta uma grande quantidade de recursos, e gera muito debate em torno de sua expansão na região.

A cada safra da soja, os números relacionados a ela, tem aumentado, demonstrando grande potencial para o desenvolvimento econômico da região, gerando empregos direta e indiretamente, fazendo o dinheiro circular nos municípios.

A região oeste tem 237 produtores de milho e soja. No total, 35% da produção vão para a indústria de criação de aves e 65% são exportados (O IMPACTO, 25/03/2019).

O vai e vem de veículos pesados essenciais para o processo de plantação e colheita inicia em dezembro e se intensifica em abril, encerrando os trabalhos somente em junho com o fim da colheita. Os grãos são descarregados no porto graneleiro no município, de onde é exportado para outros continentes, como Europa, Ásia e América do Norte.

Nos últimos anos, as colheitas vêm recebendo bastante incentivo por parte dos governos estadual e federal, que organizam grandes eventos para destacar a abertura da colheita da soja, e assim se aproximarem cada vez mais dos produtores, a fim de criar mecanismos que facilitem a produção e o escoamento da soja, bem como a instalação de novos empreendimentos ligados ao agronegócio globalizado da soja.

Através dos eventos realizados para celebrar e divulgar a abertura da colheita da soja, o governo busca fortalecer o agronegócio, e elevar ainda mais a produção de soja na região, facilitando a chegada de novos produtores, e garantindo o crescimento da área produzida e da área plantada, bem como elevar o patamar da economia paraense através do agronegócio globalizado da soja na região.

Os governos, federal, estadual e municipal, enxergam a atividade agrícola como um eixo que deve ser fortalecido e apoiado para garantir o crescimento da economia, agregando valor para a produção, e com isso, gerar emprego, renda e desenvolvimento para a região.

Na safra de 2016, o plantio da soja, ocupou uma área de 60 mil hectares, onde os produtores de soja colheram de 35 a 42 sacas de produto em cada hectare de terra cultivado, na ocasião, a saca da soja era vendida a R\$ 64,00. Ou seja, mais da metade do que colhe, uma média de 50 sacas por hectare, o produtor gasta 24 sacas para colher outras 70

sacas por hectare, o que significa uma injeção de cerca de 120 milhões no comércio de Santarém e região, com a compra de sementes, defensivos agrícolas, aluguel de máquinas e arrendamento de áreas para plantio (O ESTADO NET, 24/11/2015). Com todo esse faturamento, em 2016 o setor ligado a agricultura, pecuária e ao extrativismo teve a participação de 17% no PIB municipal (G1 SANTARÉM E REGIÃO, 22/04/2017).

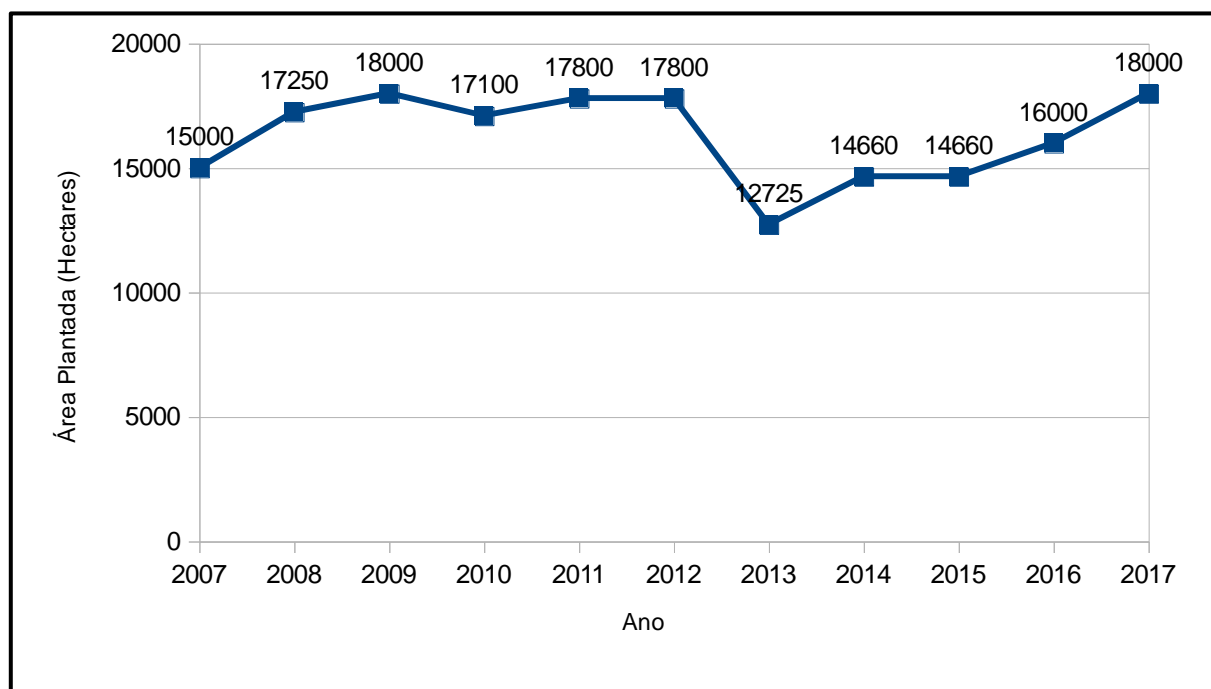
Em 2017, a previsão de safra da soja possuía uma estimativa de produção de mais de 50 sacas de soja por hectare, sendo aproximadamente 200 toneladas da safra em Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra, no Oeste do Pará. A expectativa era que o grão tivesse a melhor produtividade comparada a outros anos, movimentando cerca de R\$ 300 milhões na economia local (G1 SANTARÉM E REGIÃO, 22/04/2017).

No ano seguinte, 2018, a abertura da colheita da soja foi realizada pelo Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), em parceria com as prefeituras de Santarém-PA, Mojuí dos Campos-PA e Belterra-PA, além de órgãos ligados a produção rural do governo do estado e a iniciativa privada. Nesta safra, a estimativa era de colher de 50 a 60 sacas de soja por hectare, vale ressaltar que da área de 70 mil hectares plantados nos três municípios, 60% está no município de Mojuí dos Campos-PA (AGÊNCIA PARÁ, 06/04/2018).

Para 2019, a previsão é de colher 3,3 toneladas por hectare, 200 quilos a mais que a colheita do ano anterior. Nessa produção, a área plantada é de 70 mil hectares, dividida entre os três municípios da região Metropolitana de Santarém: Belterra-PA, Santarém-PA e Mojuí dos Campos-PA. (O IMPACTO, 25/03/2019).

Diante da expectativa de aumento da produção e conseqüentemente dos valores a serem atingidos ano após ano, se faz necessário analisar o aumento da área plantada e produzida, bem como seus respectivos resultados, conforme mostram os gráficos seguinte.

Gráfico 1: Evolução da soja em Santarém-PA: Área plantada nos anos de 2007 a 2017



Fonte: IBGE, 2018. Organizado pelo autor.

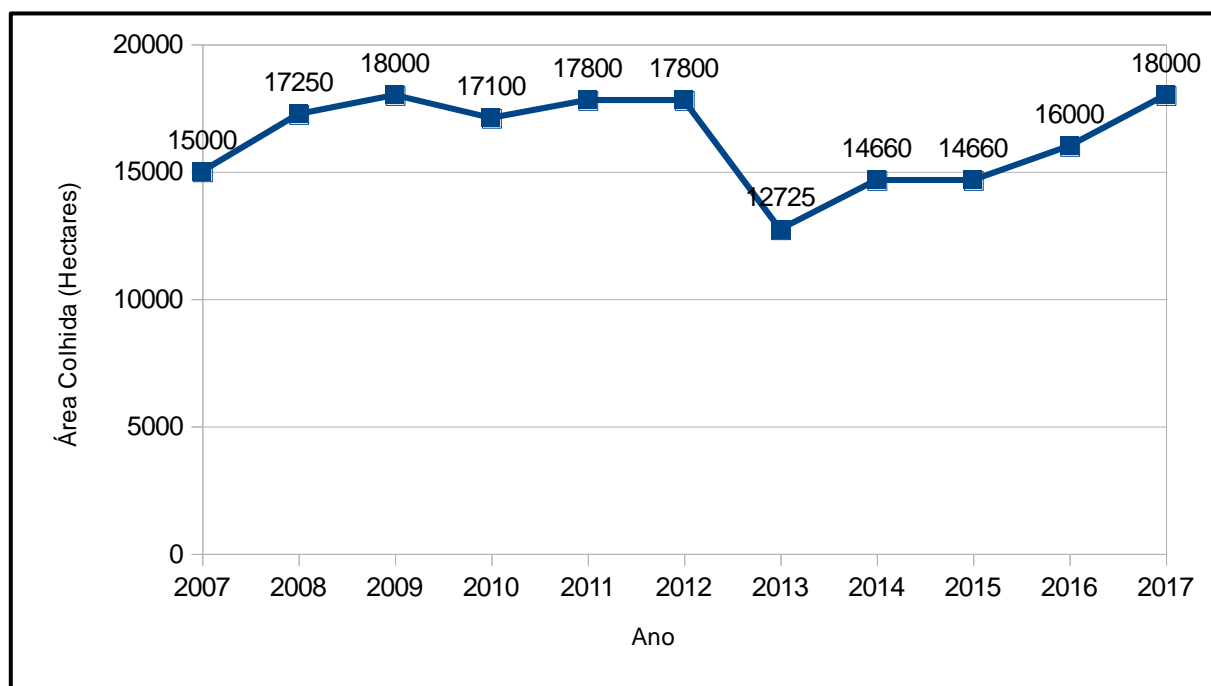
Conforme mostra o gráfico, a área plantada em 2007, era de 15.000 hectares, se mantendo em uma crescente até o ano de 2009, onde atingiu o pico de 18.000 hectares, apresentando queda no ano seguinte (2010), quando obteve a marca de 17.100 hectares de soja plantada. Nos dois anos seguintes (2011 e 2012), a área plantada foi de 17.800 hectares, se mantendo estável nesse período, já em 2013, apresentou uma queda bastante acentuada, atingindo 12.725 hectares de soja plantada.

Após a queda em 2013, no ano de 2014 a área plantada voltou a crescer, alcançando a marca de 14.660 hectares, a mesma do ano seguinte (2015). Em 2016, os números da área plantada voltaram a subir, atingindo 16.000 hectares, e no ano de 2017, voltou a atingir seu pico máximo nesse período (2007 a 2017), 18.000 hectares.

Dessa forma, é possível observar, que a área plantada em Santarém-PA, apresenta alguns altos e baixos, mas, apesar disso, conseguiu manter a regularidade no período de 2008 a 2012, quando a área plantada se manteve entre 17 e 18 mil hectares. Nota-se também, que, após uma queda brusca em 2013, a área voltou a crescer rapidamente, alcançando o pico máximo de 18 mil hectares em apenas quatro anos.

A partir desta análise, faz - se necessário observar a evolução da área colhida, que apresenta números idênticos ao da área plantada, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 2: Evolução da soja em Santarém-PA: Área colhida nos anos de 2007 a 2017



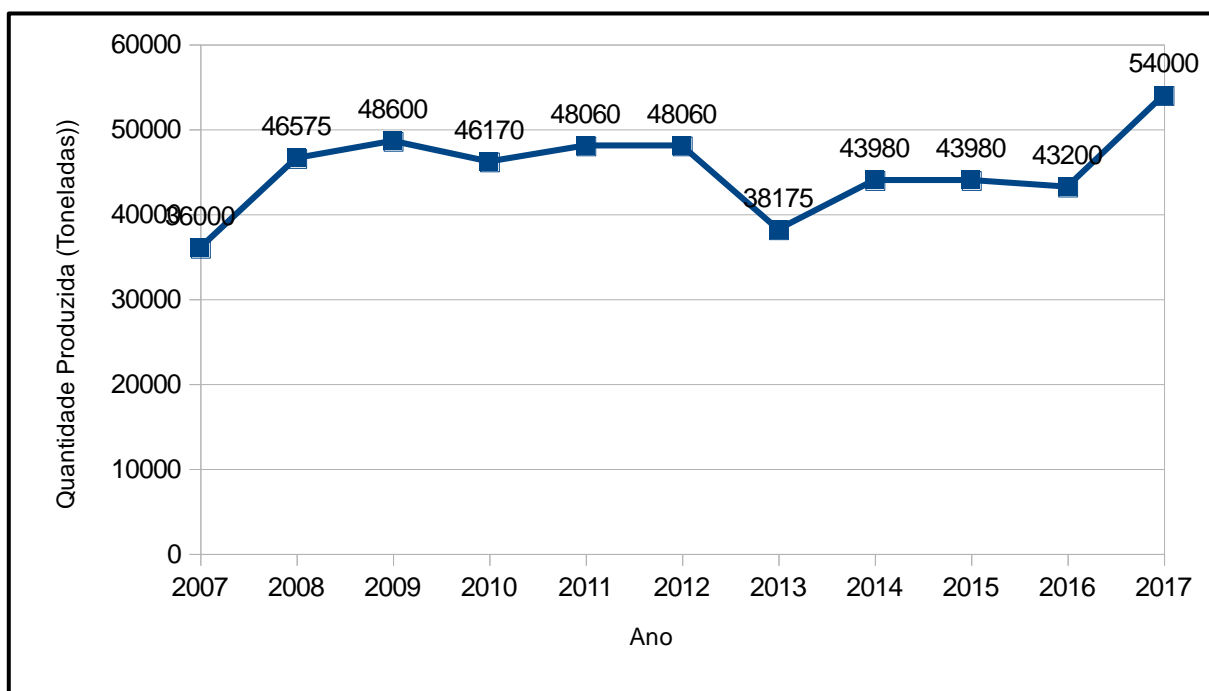
Fonte: IBGE, 2018. Organizado pelo autor.

A área colhida em Santarém-PA, apresenta números idênticos ao da área plantada no período que vai de 2007 a 2017, o que revela grande eficiência, ou seja, não há perdas ou diferenças na quantidade das áreas plantadas e colhidas.

Assim como na área plantada, a área colhida era de 15.000 hectares em 2007, e se manteve regular no período de 2008 a 2012, quando obteve números entre 17 e 18 mil hectares, já em 2013, apresentou queda idêntica ao da área plantada, atingindo 12.725 hectares, voltando a crescer nos anos seguintes, atingindo os mesmos patamares da área plantada, até chegar ao pico de 18.000 hectares em 2017.

Dessa forma, as diferenças ficam mais nítidas ao observar a quantidade produzida nesse mesmo período (2007 a 2017), haja vista que, novas tecnologias foram implementadas ao longo desses anos. O gráfico seguinte, mostra a evolução da quantidade produzida, a fim de chegar a uma melhor conclusão do que vem acontecendo no município de Santarém-PA.

Gráfico 3: Evolução da soja em Santarém-PA: Quantidade produzida nos anos de 2007 a 2017.



Fonte: IBGE, 2018. Organizado pelo autor.

O gráfico acima, mostra uma linha de crescimento semelhante à dos gráficos anteriores, em 2007, foi produzido 36.000 toneladas de soja em Santarém-PA, nos anos seguintes, a produção manteve uma certa regularidade, em 2008, atingiu 46.575 toneladas, já em 2009, foram 48.600 toneladas de soja, no ano seguinte (2010), apresentou uma leve queda na produção, alcançando o patamar de 46.170 toneladas.

No ano de 2011, a produção de soja voltou a crescer, atingido 48.060 toneladas, mesma quantidade obtida em 2012. Em 2013, houve uma queda na produção, sendo ela de apenas 38.175 toneladas, e isso se deu devido a queda na área plantada e colhida no mesmo ano. Nos anos seguintes (2014 e 2015), a produção de soja foi de 43.980 toneladas, em 2016, 43.200 toneladas, alcançando o pico de 54.000 toneladas de soja no ano de 2017.

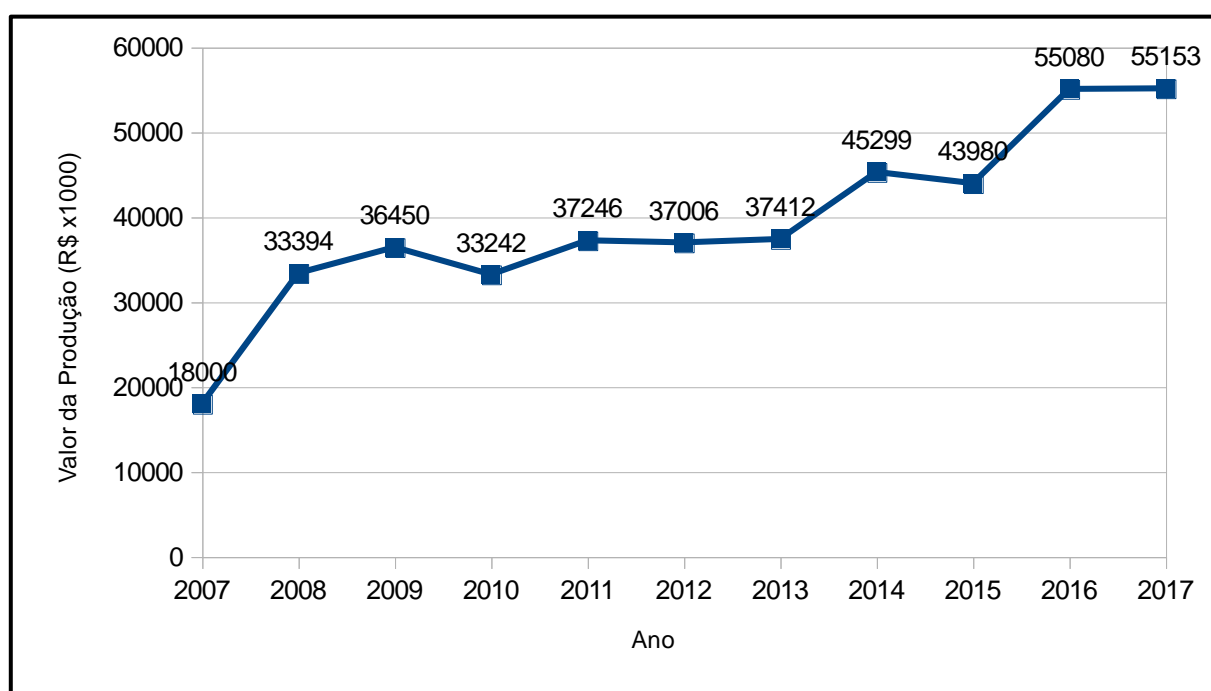
Fazendo uma comparação entre os gráficos 1, 2 e 3, percebe que, em anos que as áreas plantadas e colhidas, foram iguais, como em 2011 e 2012 (17.800 hectares), 2014 e 2015 (14.660 hectares), 2009 e 2017 (18.000 hectares), a quantidade produzida foi de, 48.060 toneladas e 43.980 toneladas respectivamente, exceto nos anos de 2009 e 2017, onde houve uma diferença significativa, haja vista que em 2009 a quantidade foi de 48.600

toneladas, e em 2017, 54.000 toneladas, o que significa a existência de um aperfeiçoamento das técnicas devido ao agronegócio globalizado da soja em Santarém-PA.

A partir desses números, surgem outras questões, como: “Qual o valor dessa produção?”, para que se possa analisar os impactos no perfil socioeconômico do município de Santarém-PA.

O próximo gráfico mostra essa evolução dos valores da produção de soja no Município.

Gráfico 4: Evolução da soja em Santarém-PA: Valor da produção nos anos de 2007 a 2017



Fonte: IBGE, 2018. Organizado pelo autor.

A produção de soja em Santarém-PA, tem evoluído ano após ano, o mesmo acontece com os valores desta produção, que a cada safra vem ganhando destaque. O gráfico acima mostra os valores no período que vai de 2007 a 2017, numa escala de R\$ x1000, para evitar a poluição gráfica, o que significa que, os valores presentes no gráfico devem ser multiplicados por 1.000 para se obter o valor exato.

Olhando para o gráfico, nota-se que os valores da produção mantiveram uma crescente relativamente constante, em 2007, valor da produção era de R\$ 18.000 (dezoito mil reais), no ano seguinte (2008), o valor subiu para R\$ 33.394 (trinta e três mil trezentos e noventa e quatro reais), já em 2009, alcançou a marca de R\$ 36.450 (trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta reais).

No ano de 2010, o valor da produção caiu para R\$ 33.242 (trinta e três mil duzentos e quarenta e dois reais), voltando a subir em 2011, quando o valor foi de R\$ 37.246 (trinta e sete mil duzentos e quarenta e seis reais), já em 2012, o valor teve uma leve queda, atingindo a marca de R\$ 37.006 (trinta e sete mil e seis reais), mas logo voltou a subir no ano seguinte (2013), quando o valor foi de R\$ 37.412 (trinta e sete mil quatrocentos e doze reais).

Em 2014, o valor da produção teve um aumento significativo, alcançando R\$ 45.299 (quarenta e cinco mil duzentos e noventa e nove reais), no ano seguinte (2015), caiu para R\$ 43.980 (quarenta e três mil novecentos e oitenta reais), voltando a subir em 2016, quando obteve o valor de R\$ 55.080 (cinquenta e cinco mil e oitenta reais), e no ano seguinte atingiu a marca de R\$ 55.153 (cinquenta e cinco mil cento e cinquenta e três reais), valor mais alto do período.

Nota-se que, a evolução do valor da produção de soja em Santarém-PA, apresenta valores bastante altos para um setor que ainda está em ascensão no município, são valores que tendem a aumentar cada vez mais, o que pode representar “desenvolvimento” para o município, desenvolvimento tão esperado desde a introdução da soja na região, mas que ainda não é visível.

O agronegócio globalizado da soja, mostra-se de extrema importância diante dos números, principalmente por conta da sua capacidade de movimentar a economia, no entanto, tem se mostrado pouco benéfico para uma boa parcela da população, que tem sofrido com seus impactos, desta forma, é nítida a existência da necessidade de analisar seus impactos no perfil socioeconômico do município de Santarém-PA.

IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA SOJA EM SANTARÉM.

O agronegócio globalizado da soja, representa para muitos municípios a possibilidade de chegar ao progresso e aos mais elevados índices de desenvolvimento, e tudo isso se dá devido a sua importância no cenário econômico. Em Santarém-PA, isso não é diferente, pois a produção de soja tem se expandido, levando consigo o discurso de que, através dela, será possível alcançar o tão sonhado “desenvolvimento” da região e conseqüentemente do município.

Esse discurso, vem se solidificando através da grandiosidade dos números produzidos pela produção de soja, onde fica mais fácil observar sua grandeza, e assim os grandes produtores afirmarem que a mesma precisa de mais espaço para poder alavancar de vez o “desenvolvimento” dos municípios que compõem o planalto santarenense.

Diante disso, é sabido que no município, existe um grande debate em torno dos impactos gerados especificamente pelo agronegócio globalizado da soja, que vem se expandindo em larga escala. Esses debates num primeiro momento, giram em torno dos impactos socioambientais, que atingem principalmente comunidades tradicionais que estão localizadas as margens da Rodovia Santarém – Curuá-Una (PA-370) e da Rodovia Santarém – Cuiabá (BR-163). A chegada da soja nessas comunidades, trouxe inúmeros problemas, como a poluição, desmatamento, problemas associados a venda de terras por conta da moratória da soja, os pequenos produtores deixaram de produzir devido ao êxodo rural, e além disso, problemas de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos.

Num segundo momento, o debate traz a discussão sobre os impactos socioeconômicos, que é disso que este trabalho vem tratar. Para fins de melhor esclarecimento, foi entrevistado um representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de Santarém-PA (STTR), haja vista que, o Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), voltado para a grande produção não deu retorno sobre o agendamento de entrevista.

O entrevistado, respondeu a um questionário de seis perguntas, que será descrito abaixo, junto com suas respectivas respostas:

1. Quantos empregos o plantio de soja empregou em Santarém em 2018?

R= De uma forma geral, especificamente, é difícil dizer se gerou ou não emprego diretamente com soja, porque o processo de plantio geralmente é feito por máquinas, desde a derrubada das árvores até a colheita da soja, e entre esse processo eles acabam chamando em torno de 10, 12 pessoas, trabalhando na diária, recebendo um valor baixíssimo apenas para limpar a área onde o plantio vai ser feito, e também as pessoas contratadas para operar as máquinas acabam sendo de fora, porque aqui em Santarém, não existe mão de obra qualificada, então por isso eu não sei dizer o total de quantos empregos gerou, mas eu sei que houve um grande aumento de lojas voltadas pro agronegócio, principalmente de tratores, e também de oficinas mecânicas para trabalhem com essas máquinas.

2. Qual o número de produtores de soja existente em Santarém em 2018?

R= Mais uma vez eu não vou saber te responder, quem podia dar essa informação era o Sindicato Rural de Santarém, porque o sindicato aqui trabalha só com os pequenos produtores da agricultura familiar, então produtores de soja cadastrados aqui não tem, mas produtores rurais, da pequena produção, são 6.500 cadastrados, sócios no STTR, mais de um modo geral, pode multiplicar esse número por 2, que dá em torno de 13 mil.

3. Qual o valor em impostos que a atividade da soja arrecadou em Santarém em

2018, para a prefeitura municipal, para o governo do estado e para o governo federal?

R= Não tenho essa informação, porque a gente não trabalha com os grandes produtores, quem trabalha com o agronegócio é o SIRSAN, mas os pequenos produtores pagam a mensalidade do sindicato, o INSS, as associações e as cooperativas se eles forem filiados.

4. De que forma o plantio de soja contribuiu para economia de Santarém em 2018?

R= A gente só trabalha com a pequena produção da agricultura familiar, e quem comercializa é a APRUSAN, lá eles pagam uma taxa, e o que os produtores vendem fica pra eles mesmo, mas isso de certa forma contribui, porque faz o dinheiro circular na cidade, e isso tem beneficiado o pequeno produtor porque o dinheiro tem passado na mão deles e eles tão conseguindo se manter durante o mês.

5. De que forma o plantio de soja poderia contribuir para a economia de Santarém na atualidade?

R= Bom, não sei se a soja pode contribuir, porque só tem benefício quem é grande produtor, quem é da agricultura familiar tem sofrido bastante com essa questão do agrotóxico, que tem deixado muita gente doente, tem também a poluição, o êxodo rural, e isso dificulta as coisas pra gente, a nossa realidade aqui é outra, é diferente dos outros estados, pode beneficiar um lado, mas e o outro? Tem que ter espaço pra todos.

6. Outras informações importantes a relatar?

R= A soja trouxe impactos grandes, inclusive na questão dos associados, que tiveram que vender a terra por conta da moratória da soja e pararam de produzir, gerando o êxodo rural, de 2007 a 2015 os impactos foram muito grandes, a maioria por conta dos agrotóxicos, porque tem comunidade em que a plantação de soja fica do lado da casa dos moradores, isso tem causado muita doença de pele e câncer, e também tem a questão da poluição, do desmatamento, foram muitos danos socioambientais.

Diante das respostas do secretário-geral do STTR, fica nítido que o agronegócio causou muitos impactos, principalmente para a pequena produção da agricultura familiar, mas além disso, influenciou a abertura de novos empreendimentos, principalmente no comércio, através da venda de máquinas e peças para tratores, assim como na venda de sementes e fertilizantes, e também oficinas especializadas para trabalharem na manutenção das máquinas utilizadas no agronegócio globalizado da soja.

No sentido de possibilitar a abertura de novos empreendimentos, e movimentar a economia do município de Santarém, o presidente do Sindicato Rural de Santarém (SIRSAN), afirma que o agronegócio globalizado da soja injeta cerca de R\$ 300 milhões

por ano no município, sendo dividido em máquinas, equipamentos, casas, roupas, mão de obra, entre outras coisas, existindo uma previsão de que, daqui a 5 anos, esse valor seja de R\$ 700 milhões por ano (O IMPACTO, 04/10/2018).

Os altos valores gerados pela produção de soja, resultam na abertura de novos empreendimentos ligados ao setor, o que conseqüentemente gera emprego para a população. Só no ano de 2017, foram gerados 1.000 empregos ligados diretamente a soja e 3.500 empregos indiretos, além disso o SIRSAN contabilizou o total de 40 empresas atuando diretamente com o agronegócio globalizado da soja, principalmente na venda de sementes, maquinários, defensivos, adubo, combustíveis e manutenção de máquinas agrícolas (O ESTADO NET, 27/06/2017).

Além de todas essas empresas, e os empregos por elas gerados, existem em Santarém-PA, outra questão ligada diretamente ao agronegócio globalizado da soja, que é a construção de portos na região para o escoamento da produção, onde também é prometido geração de emprego e renda para população santarena. Para o município, existe um projeto de construção de porto na região do Maicá, que segundo o presidente do SIRSAN, pode movimentar cerca de R\$ 750 milhões na economia local, gerando emprego e renda, possibilitando a arrecadação de impostos pelo município, transformando-a em benefícios para a população. (O IMPACTO, 16/04/2019).

A partir dessa perspectiva, de novos empreendimentos, o agronegócio globalizado da soja pode vir a ser a principal atividade econômica do município de Santarém-PA, mas isso está longe de se tornar realidade. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2017, o município de Santarém-PA, produziu cerca de 54.000 mil toneladas de grão de soja, totalizando um valor da produção de R\$ 55.153 (cinquenta e cinco mil cento e cinquenta e três reais), e de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2018), no mesmo ano o setor agropecuário gerou apenas 65 vagas de emprego no município, números baixos para a grandeza do setor.

Diante dos números, levando em consideração que o município possui aproximadamente 300 mil habitantes e apesar da forte ligação econômica que a soja possui, percebe-se que ela não tem contribuído para alterar positivamente o perfil socioeconômico do município de Santarém-PA, isso se dá por conta da modernização do setor, onde um trabalhador pode controlar uma máquina que é capaz de realizar uma série de atividades, não sendo necessário contratar mão de obra humana em grande quantidade, o que produz um resultado negativo na redução dos índices de desigualdade social, pois há grande concentração de renda no município.

Além disso a produção da soja gera muitas expectativas em boa parte da população santarena, porém não tem sido capaz de satisfazer as necessidades do povo no que diz respeito a geração de emprego e renda, e em muitos casos contribui para a periferização da cidade, pois com a expansão da produção de soja no município, muitos agricultores se veem obrigados a vender suas terras e partem rumo a cidade buscando outras alternativas para o sustento da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio globalizado da soja no município de Santarém-PA, cresce a cada ano, sua evolução é constantemente acompanhada de uma alta expectativa, tanto dos produtores, como dos governos estadual e municipal, que atuam fortemente para o crescimento e fortalecimento da produção de soja na região.

Sua área plantada e colhida, apresentam crescimento ano após ano, assim como a quantidade produzida, que gera altos valores na comercialização do produto e anima produtores e todos os entes envolvidos no desenvolvimento desta atividade, pois o Município possui uma vasta área de terras não cultivadas, que se forem utilizadas para o plantio de soja, podem representar, em um período de 5 anos, uma injeção de mais de R\$ 700 milhões ao ano na economia de Santarém-PA.

A evolução desta atividade, apresenta grande potencial econômico no município, haja vista que, movimenta cerca de R\$ 300 milhões ao ano, incluindo nesta soma, atividades comerciais, como venda de semente, adubos, maquinários, oficinas mecânicas, mão de obra, dentre outras coisas, o que gera muitas expectativas para os anos que ainda estão por vir.

Mas por outro lado, o crescimento dessa atividade no município, representa sérios riscos para uma boa parcela da população, que habitam comunidades tradicionais, e possuem como meio de subsistência a agricultura familiar. Essas comunidades, sofrem os impactos do agronegócio globalizado da soja de uma maneira mais severa, pois perdem suas terras, seu espaço para produzir, e além disso, sofrem por conta do uso de agrotóxicos, utilizados pelos produtores de soja, que causam doenças em moradores de muitas comunidades afetadas por estes empreendimentos.

Outro impacto dessa atividade, esta relacionada com a baixa oferta de empregos, uma vez que, a maior parte do trabalho é feita por máquinas agrícolas, que são operadas por poucas pessoas, mais, não há mão de obra qualificada no município, o que obriga os

grandes produtores a recrutarem mão de obra externa, ficando para os nativos de Santarém, apenas o trabalho braçal, na limpeza da área, após derrubada de árvores (feita por máquinas, tratores), e queima do solo.

Apesar da grandeza desta atividade, que é o agronegócio globalizado da soja, todos os recursos gerados por ele, ainda não refletem de uma maneira positiva no cenário local, pois seus impactos são bastante controversos, ótimo para alguns, e prejudicial para muitos. E a consequência disso, são inúmeros conflitos, sociais, ambientais, territoriais, etc., que afetam a vida de toda população, tanto daqueles que são favoráveis, como daqueles que são contra esses empreendimentos.

Em função destes conflitos, o agronegócio da soja acaba sendo pouco efetivo, quando seus resultados não influenciam positivamente no perfil socioeconômico do município, principalmente no que tange aspectos sociais, do qual mantém certo distanciamento, aproximando apenas dos aspectos econômicos, onde ostenta resultados positivos.

Por conta disso, existem vários questionamentos relacionados a produção de soja, principalmente ligados ao desenvolvimento regional, pois sua importância como setor econômico acaba influenciando no crescimento de muitas regiões do país. Mas ao olhar para o município de Santarém-PA, é possível concluir que a produção de soja pode vir a ter um papel importante no desenvolvimento e crescimento da região, porém é necessário pensar em outras alternativas que sejam condizentes com a realidade do município.

Temos em Santarém muitas opções para buscar o tão sonhado “desenvolvimento”, haja vista que, a cidade tem um excelente potencial turístico e conta com inúmeras instituições de ensino, podendo ser caracterizada como uma cidade-universitária, o que possibilita a realização de novos estudos que podem indicar quais os rumos que Santarém deve seguir.

Políticas públicas também devem estar alinhadas com as características da cidade, para que não fujam da realidade vivida neste município, fazendo com que a produção de soja seja a mola propulsora do desenvolvimento, ou que junto a outros segmentos ela possa contribuir de forma mais eficaz gerando emprego e renda para a população, e também proporcionando o crescimento de outros setores, reduzindo índices de desigualdade social, contribuindo positivamente no perfil socioeconômico do município de Santarém-PA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ruth Helena Cristo; LIMA, A. F. O Papel dos Mediadores na Discussão Sobre o Avanço da Fronteira Agrícola da Soja na Comunidade Corta-Corda, Santarém, Pará. **Textos e Debates** (UFRR), v. 9. p. 151-189, 2005.

AGÊNCIA PARÁ. **Produção de Grãos é Destaque em Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.** 06/04/2018. Disponível em: <<http://agenciapara.com.br/Noticia/165149/producao-de-graos-e-destaque-em-santarem-belterra-e-mojui-dos-campos>>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BARROS, M. J. B. Expansão do Agronegócio da Soja na Amazônia: O Caso da Comunidade de Boa Esperança, Santarém (PA). In: **Anais do Fórum Internacional Sobre a Amazônia**. Brasília: Editora da UNB, 2017. v. 1. p. 1-15.

BARROS, M. J. B. O Avanço do Agronegócio da Soja Sobre Terras Camponesas em Comunidades da Rodovia PA 370 em Santarém, Pará. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geógrafos**. João Pessoa: ENG, 2018. v.1, p. 1-12.

BRUM, Argemiro Luís; DALFOVO, Wylmor Constantino Tives; AZUAGA, Feliciano Lhamos. Alguns Impactos da Expansão da Produção de Soja no Município de Sorriso-MT. **Desenvolvimento em Questão**. Ed. Umijuí. Ano 7, n. 14. jul/dez. 2009. p. 173-200.

G1 SANTARÉM E REGIÃO. **Safra da soja deve movimentar cerca de 300 milhões na economia de Santarém.** 22/04/2017. Disponível em: <g1.globo.com/pa/santarem-regiao/safra-de-soja-deve-movimentar-cerca-de-300-milhoes-na-economia-de-santarem.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola – Lavoura Temporária.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/pesquisa/14/0?tipo=gráfico&indicador=10368>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Brasil – Saldo do emprego formal de janeiro a dezembro de cada ano por município, com ajustes.** Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged/caged-2017/caged-dezembro-2017>>. Acessado em: 21 de novembro de 2018.

O IMPACTO. **Adriano Maraschin: Produção de grãos injeta R\$ 360 milhões por ano na economia de Santarém e região.** 04/10/218. Disponível em: www.oimpacto.com.br . Acesso em: 16 abr. 2019.

O IMPACTO. **Belterra inicia colheita de grãos com aumento de produção.**

25/03/2019. Disponível em: <http://www.oimpacto.com.br> . Acesso em: 16 abr. 2019.

OESTADONET. **Os números da produção de grãos no planalto santareno em 2017.**

27/06/2017. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/11961/os-numeros-da-producao-de-graos-no-planalto-santareno-em-2017/>. Acesso em: 16 abr. 2019.

OESTADONET. **Plantações de soja ocuparão 60 mil hectares de terras em Santarém e região.** 24/11/2015. Disponível em:

www.oestadonet.com.br/noticia/8492/plantacoes-de-soja-ocuparao-60-mil-hectares-de-terras-em-santarem-e-regiao/ . Acesso em:15 abr. 2019.

SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José Paulo. Novas Fronteiras Agrícolas na Amazônia: Expansão da Soja Como Expressão das Agroestratégias no Pará. **Revista Acta Geográfica**, [s. I.], p. 245-264, 2013.

CAPÍTULO 3 - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO BAIXO AMAZONAS: UMA POLÍTICA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA COM ÊNFASE NOS BENEFICIÁRIOS, PRODUTOS E RENDA.⁹

Elzamili Lima Brito¹⁰
Márcio Júnior Benassuly Barros¹¹
Raoni Fernandes Azerêdo¹²

INTRODUÇÃO

O PAA ao longo dos anos se consolidou como um instrumento de luta contra a insegurança alimentar e representa o fortalecimento da agricultura familiar, na inserção dos seus produtos nas compras públicas (mercados institucionais), o que possibilita melhores renda dos agricultores, valorização da produção local e sua diversificação. Este programa, portanto, se apresenta como opção estratégica na indução de uma nova dinâmica de desenvolvimento territorial rural, e pelo fato de ser recente no cenário social do Brasil, a academia universitária tem incipientes pesquisas na região amazônica e inexistente no território do Baixo Amazonas Paraense. Sendo assim, este artigo se justifica pela imperatividade de realizarem análises para esclarecer e aprofundar os limites e potencialidades da operacionalização do programa.

O artigo tem por objetivo, analisar a espacialização da política pública, no Baixo Amazonas Paraense, com destaque aos limites e potencialidades da operacionalização do programa, pela Associação Agroextrativista dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do município de Óbidos (ACEPPAMO). A escolha do município e desta organização, deve-se ao fato de ser a única no Baixo Amazonas Paraense, que tem uma regularidade nos contratos firmados, por iniciativa e protagonismo dos agricultores e pescadores da associação.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram: 1) Pesquisa Bibliográfica: Foi realizada revisão da literatura sobre políticas públicas e agricultura familiar. 2) Pesquisa

⁹ Artigo publicado no livro *As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano* 4 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

¹⁰ Pedagoga e Bacharel em Gestão Pública pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM). E-mail: elzamili.brito@gmail.com

¹¹ Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM). E-mail: marcio.barros@ufopa.edu.br

¹² Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Campus de Alenquer. E-mail: raoniazereado@gmail.com

Documental: Foram analisados documentos e dados quantitativos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) disponibilizados no site da instituição. 3) Pesquisa de Campo: Ocorreu no município de Óbidos-PA com sujeitos associados, famílias beneficiárias e instituições que participam das ações do PAA.

TIPOLOGIAS DE MODALIDADES DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA PELA CONAB

A atuação da CONAB no PAA teve início desde a territorialização das ações no território brasileiro do programa em 2003, dentro da Diretoria de Política Agrícola e Informações (DIPAI) e da Superintendência de Suporte à Agricultura Familiar (SUPAF).

O Quadro 1 a seguir, descreve as modalidades em que a CONAB possui destaque suas modalidades de atuação, seus objetivos, por quem o programa é operacionalizado e os valores dos recursos aplicados.

Quadro 1 – Execução do PAA pela CONAB.

MODALIDADES	OBJETIVOS	QUEM OPERA	FONTE DE RECURSOS
Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação	Aquisição de alimentos de Organizações Fornecedoras constituídas por Beneficiários Fornecedores, com objetivo de atender as demandas locais de suplementação alimentar, promovendo o Direito Humano à Alimentação Adequada.	Operacionalizada pela CONAB e recebe recursos do MDSA.	Até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar/ano civil. E até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) por organização fornecedora por ano civil, sendo a primeira operação limitada a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque	Apoiar financeiramente a constituição de estoques de alimentos por organizações da agricultura familiar, para posterior comercialização e devolução dos recursos financeiros ao Poder Público	Operacionalizada pela CONAB e recebe recursos advindos da SEAD.	O valor da produção própria, não pode ultrapassar R\$ 8.000,00 (oito mil reais) /unidade familiar/ano. Das Organizações Fornecedoras: até R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), sendo a primeira operação limitada a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

CDAF–Compra Direta da Agricultura Familiar	Sustentar preços de uma pauta específica de produtos definida pelo GGPAA, para a constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação	Operacionalizada pela CONAB e recebe recursos advindos da SEAD E MDSA.	Permite a aquisição de produtos até o limite anual de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por unidade familiar, e é acessada individualmente.
PAA – Leite	Contribuir com o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares.	Operacionalizada pelos estados do Nordeste e Minas Gerais.	Recebe 85% dos recursos do MDSA e o restante dos próprios estados. O valor comercializado por agricultor/semestre é R\$ 4.000,00
Aquisição de Sementes	Comprar sementes, mudas e outros materiais propagativos para alimentação humana ou animal de beneficiários fornecedores para doação a beneficiários consumidores ou consumidores.	Operacionalizada pela CONAB e recebe recursos advindos do MDSA, por meio do Termo de Cooperação para a Descentralização de Crédito.	Permite aquisição de até R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais) por unidade familiar/ano; e até R\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de reais) por Organização Fornecedora por ano; as operações de aquisição executadas pela CONAB, acima de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), serão realizadas mediante “chamada pública”.

Fonte: CONAB, 2017. Organizado pelos próprios autores, 2019.

Para participarem do programa, os agricultores precisam obter gratuitamente junto às instituições oficialmente autorizadas, a exemplo das entidades oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) ou as Federações e Confederações de Agricultores, por meio de seus sindicatos, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), principal documento que vai identificar o trabalhador /agricultor/da pesca artesanal, extrativistas que praticam a atividade de maneira ecologicamente sustentável, piscicultor, comunidades quilombolas, silvicultores e povos indígenas, enquadrados como agricultor familiar pessoa física, e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, que conferem a estes o direito a acessar políticas públicas e programas de crédito, como o Programa de

Agricultura Familiar (PRONAF), o PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Habitação Rural, entre outras.

TRAÇOS GERAIS DA EXECUÇÃO DO PAA NO TERRITÓRIO DO BAIXO AMAZONAS PARAENSE

Em 2008 foi lançado o programa Território da Cidadania, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Este, dentro do seu escopo, voltava-se a fortalecer a agricultura e à promoção do desenvolvimento rural sustentável pela via da ação pública governamental e não governamental, neste último caso, envolvendo organizações sociais, solidárias e de controle social (CARDOSO et. al.). Portanto, baseado numa concepção de políticas agrárias de âmbito territorial, fundamentada na valorização das práticas e experiências locais por meio do incentivo à participação das organizações sociais e demais instâncias do poder público e privado e da sociedade civil organizada, esta proposta consiste um caráter inovador: promover a descentralização do poder do Estado por meio da agregação dos diversos atores sociais para a proposição e execução de projetos, de acordo com os princípios de governança, gestão social e empoderamento, visando a promover a cidadania e a democracia (BARBOSA, 2012).

No Pará foram delimitados 08 Territórios da Cidadania. Neste artigo trataremos do Território da Cidadania do Baixo Amazonas Paraense, que compreende 13 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa, somando uma população de 708,245 habitantes (IBGE 2010), com densidade demográfica de 4,7 habitantes por km². É válido ressaltar, que não se trata de espaços vazios, mas de uma ocupação pautada pelas populações tradicionais e indígenas, em que os recursos naturais são mobilizados como condição da própria reprodução (BARBOSA, 2012).

Este autor citado acima, aponta que a agricultura familiar aparece como o elemento preponderante na definição da identidade do território seguido do meio ambiente. Em uma escala que vai de 0 a 01, a agricultura aparece com o indicador de 0,826 e o meio ambiente com 0,802. Para os autores a conjunção dessas duas variáveis (agricultura familiar e meio ambiente), como já demonstrado diz respeito ao fato da agricultura familiar, entendida como a produção nas roças, coleta de frutos da floresta, extrativismo a pesca está diretamente associadas à sobrevivência material e cultural, seja porque fazem parte da base

nutricional daqueles povos ou pelo fato de que uma parte da produção se destina ao mercado.

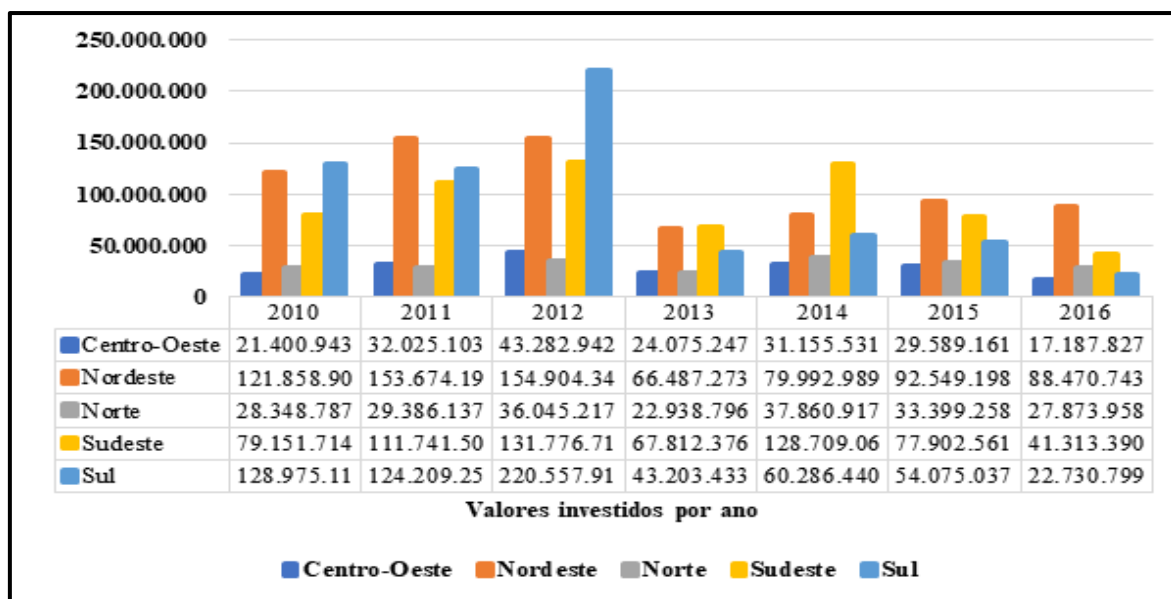
No Baixo Amazonas Paraense, existem 25 mil estabelecimentos rurais da agricultura familiar, com pessoal ocupado de cerca de 100 mil indivíduos (IBGE, 2006). Da mesma forma, verificamos na Figura 01, que o Território do Baixo Amazonas Paraense concentram 115 assentamentos de reforma agrária (75% dos assentamentos do Oeste Paraense), com uma área de 4.500.604 hectares e 40.601 famílias assentadas (75% das famílias assentadas do Oeste Paraense) e aproximadamente 115 organizações associativas, apresentam grande potencial para estabelecer uma economia de base florestal e de agricultura familiar/camponesa, a partir do manejo sustentável do uso e dos bens produtivos. Entretanto constatou-se que os assentamentos de reforma agrária do Oeste Paraense (leia-se também do Território do Baixo Amazonas), apresentam altos índices de vulnerabilidade social bem abaixo dos índices do Estado do Pará e da Amazônia Legal (IMAZON, 2012).

Neste contexto, consideramos que as políticas públicas, a exemplo do PAA, além de reconhecer a importância da agricultura familiar e das dinâmicas de desenvolvimento local, sendo uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural e a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, minimizando a dependência dos agricultores familiares de intermediários (atravessadores) no processo de comercialização, e garantindo alimento de qualidade para a sociedade.

Contudo, observamos a seguir, o quanto esta política pública está distante do Baixo Amazonas Paraense.

Por meio de pesquisa preliminar na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) verifica-se que nos anos de 2010 a 2016 os Estados mais beneficiados nesse período, estão nas regiões Sul e Nordeste, onde há mais investimentos de recursos.

Gráfico 1 – Aplicação de recurso do PAA nas regiões brasileiras nos anos de 2010-2016.



Fonte: CONAB, 2017. Organizado pelos próprios autores, 2019.

O quantitativo correspondente ao período de 2010 a 2016 de cada região apontado no Gráfico 01, pode-se observar que nos anos de 2011 e 2012 foram os que mais houveram investimento e captação de recursos nos programas do PAA em todas as regiões brasileiras, sendo lideradas pelo Nordeste no *ranking* de captação de recursos, seguido pelo Sul e Sudeste. Assim, esses dados que se destacaram, equivalentes aos anos supracitados e suas respectivas regiões, reforçam a hipótese de que a política pública aplicada nessas duas regiões por meio do PAA provocaram alguns avanços e reestruturações na economia regional. É importante apontar ainda, que em 2013 houve uma queda abrupta da arrecadação de recursos em todas as regiões brasileiras, voltando a ter uma sucinta elevação no ano de 2014 e caindo exponencialmente a partir de 2016.

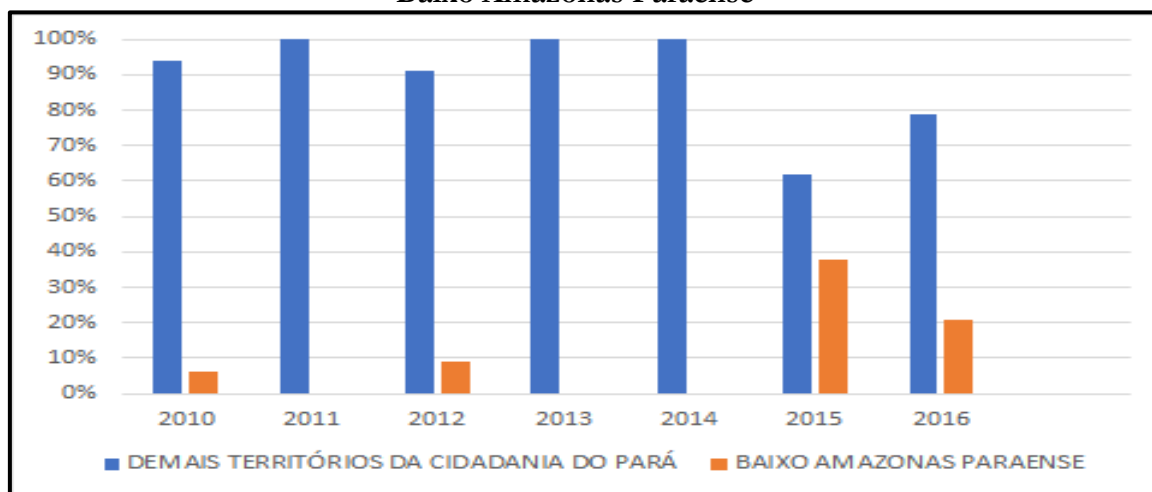
Em relação ao estado do Pará, observa-se que neste período, uma média de 97% dos recursos do PAA foram destinados a modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. No quadro 02 e Gráfico 02, conforme indicado posteriormente, verifica-se com nitidez a baixa participação dos municípios do Baixo Amazonas Paraense no acesso a política pública.

Quadro 02 - Proporção de acesso entre os municípios paraenses e os municípios do território do baixo amazonas paraense

Ano	Total dos municípios paraenses que acessaram o programa	Valor executado Total r\$	Municípios do baixo amazonas paraense que acessaram o programa	Valor executado dos municípios Território do baixo amazonas paraense
2010	40	3.520.222,15	2	227.000,00
2011	36	4.509.989,23	0	0
2012	42	5.463.808,90	2	494.014,91
2013	3	485.544,13	0	0
2014	8	1.031.318,77	0	0
2015	10	1.958.671,60	1	752.664,59
2016	11	3.227.730,63	1	669.631,60

Fonte: Conab, elaboração dos autores

Gráfico 2 – Proporção de acesso entre os municípios paraenses e os municípios do Baixo Amazonas Paraense



Fonte: Conab, elaboração dos autores

Interessante destacar que em 2010, os municípios que executaram o PAA Doação Simultânea foram Belterra e Óbidos, em 2012 Juruti e Óbidos e em 2015 e 2016 apenas Óbidos. A saber em 2015 e 2016, Óbidos respondeu respectivamente por 38% e 21% dos recursos totais executados pelo estado do Pará nestes anos. Portanto a regularidade das compras públicas e os limites e potencialidades da operacionalização e gestão da

Associação Agroextrativista dos Pescadores e Pescadoras do município de Óbidos (AACEPPAMO), é o que iremos analisar na seção seguinte.

A OPERACIONALIZAÇÃO DO PAA NO BAIXO AMAZONAS PARAENSE: O CASO DA AACEPPAMO

O locus da pesquisa é a Associação Agroextrativista dos Pescadores e Pescadoras do Município de Óbidos (AACEPPAMO) que tem como sede o município de Óbidos - Pará, cidade pertencente à mesorregião do Baixo Amazonas.

A partir do ano 2000, inúmeras políticas públicas promoveram qualidade de vida dos povos do campo, principalmente as voltadas para a agricultura familiar, com a instituição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Esse Programa garante aos produtos da agricultura familiar o acesso a mercados institucionais e representa uma das principais fontes de financiamento para o setor.

A AACEPPAMO, objeto desta pesquisa, foi fundada no dia 18 de agosto de 2006, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede administrativa provisória, à Rua Antônio Brito de Sousa, 502, bairro de Santa Terezinha, município de Óbidos estado do Pará, constituída pela união e solidariedade de pescadores e pescadoras residentes na área urbana e rural do município, cuja principal atividade econômica é a pesca artesanal.

A associação conta com 84 sócios cadastrados, destes, 40% são mulheres e todos fazem parte da Colônia de Pescadores e Pescadoras Artesanais Z-19 de Óbidos. Suas principais atividades econômicas, sempre estiveram voltadas para a pesca artesanal e a comercialização das diversas variedades de pescados (aracu, curimatã, dourado, matrinhã, pacu, pescada, sarda e surubim).

A associação ganhou impulso no decorrer dos anos, especialmente com a criação de uma nova metodologia voltada para maximização dos resultados, mas sempre focando esforços no desenvolvimento sustentável.

Em entrevista com uma beneficiária do PAA através da AACEPPAMO, esta relata que: “há mais ou menos 4 anos recebe peixe da AACEPPAMO, que o pescado tem melhorado a alimentação de sua família e que os produtos recebidos suprem a necessidade de sua família por uma semana em média e que o pescado recebido é bem conservado” (Entrevista com a Sra. Josilene Barbosa Vieira, cedida a autora em 16 de junho de 2018).

Gradativamente a atuação do PAA, através da AACEPPAMO foi expandindo-se no município de Óbidos, aonde a cada ano vem adequando-se às normas legais, e

proporcionando o que de fato é o propósito da associação de do PAA, ou seja, estimular a produção familiar sustentável no intuito de beneficiar a inúmeras famílias das zonas urbana e rural de diversos municípios, fornecer alimentos e gerar renda através da comercialização do pescado, para o comércio local assim como para o Governo Federal.

Antes da entrega do pescado às famílias beneficiárias é construído um cronograma pela AACEPPAMO em conjunto com a Coordenação da Pastoral da Criança da diocese de Óbidos, líderes de comunidades, representante da EMATER e da Secretaria Municipal de Abastecimento e Agricultura (SEMAB) e Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Esse cronograma é constituído sempre no início de agosto, período que começa a piracema que vai de agosto à início de novembro quando começa o período do defeso.

Nessa reunião, não fica definido a data exata para a pesca, mas todos ficam de sobre aviso. Segundo o presidente da AACEPPAMO, tudo começa quando algum pescador avisa que já está dando peixe, a partir daí se organizam e definem a data de entrega que é sempre segunda, quarta e sexta - feiras. A entrega só acontece nos outros dias da semana, quando tem muito peixe e não conseguem entregar todo o pescado no dia agendado.

A entrega do pescado é sempre realizada no período da piracema, mas quando os pescadores não conseguem entregar sua cota de pescado no prazo estipulado na proposta, é feito um pedido de prorrogação pela organização fornecedora, através de ofício à Conab, justificando o pleito com antecedência mínima de 30 (trinta dias) antes do vencimento.

De posse do cronograma, a coordenação da Pastoral da Criança, se reúne com as lideranças comunitárias para definir os dias que cada paróquia irá receber o pescado, assim como os horários.

Figura 1 – Processo de entrega do pescado pela AACEPPAMO



Fonte: CONAB, 2017. Adaptado: BRITO, E., 2018.

Quando os pescadores chegam no porto com o produto, é entregue ao presidente da AACEPPAMO que realiza o peso e anotações no recibo de venda de peixe, discriminando o tipo, o preço e total em quilos, na presença de representantes da Pastoral da Criança, representantes da EMATER, SEMAB e pescadores. Em seguida esse produto é entregue para a Coordenação da Pastoral da Criança. No mesmo momento, todo o pescado é encaixotado e levado para o caminhão frigorífico da Colônia Z-19 que já fica aguardando para fazer a entrega nas comunidades atendidas.

Figura 2: Entrega e pesagem do pescado



Fonte: Trabalho de Campo. Foto: BRITO, E., 2018.

A entrega do pescado pela AACEPPAMO à Pastoral Sempre inicia das comunidades mais distantes para as mais próximas. Nesses dias, às 6 horas a equipe da Pastoral coordenadora diocesana e presidente da AACEPPAMO se dirigem ao Porto do Matadouro, como é chamado o lugar onde os pescadores estão aguardando para receber os pescadores. Em contrapartida, existe toda uma dinâmica de organização por parte dos pescadores para receber a equipe da AACEPPAMO e da Pastoral da Criança.

Os peixes são armazenados no caminhão da Colônia de Pescadoras e Pescadoras (Z-19) e são levados para as comunidades destinatárias. Algumas comunidades rurais atendidas pela AACEPPAMO solicitam que o pescado seja enviado por via fluvial (barcos) no Porto do Matadouro.

Enquanto isso, as lideranças da Pastoral da Criança e das comunidades estão distribuindo as senhas para as famílias que fazem parte da pastoral e organizando as famílias no local de distribuição. É notável que durante a distribuição do pescado

compareçam no local de distribuição famílias que não são atendidas pela Pastoral da Criança, mas que sempre recebem pescado da AACEPPAMO, embora em quantidade menor.

Ao todo a associação atende 3 paróquias em Óbidos: Paróquia de São Martinho de Lima, Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana e Paróquia de São Francisco e Santa Clara (paróquias unificadas). Além das paróquias, a AACEPPAMO atende outras entidades da cidade, como no Hospital Municipal, a Fazenda da Esperança vinculada à Diocese de Óbidos, três Secretarias Paroquiais, a Cúria Diocesana, num total de aproximadamente 400 pessoas.

A cada duas semanas é feito a nota fiscal para pagamento da AACEPPAMO pela CONAB, nesse período geralmente já foram entregues de quinze a vinte toneladas de pescado. É confeccionada uma planilha de entrega de pescado e assinada pelo presidente da AACEPPAMO e da coordenação da Pastoral da Criança, após confeccionar a planilha o presidente da AACEPPAMO vai na Receita Estadual para extrair a nota fiscal que posteriormente é encaminhada via correios para a CONAB, juntamente com o Termo de Recebimento e Aceitabilidade (TRA), Relatório de Entrega e Relatório de Pagamento, para fins de prestação de contas.

A liberação dos recursos acontece por meio de transferência da conta bloqueada (vinculada) para a conta de livre movimentação, mediante autorização formal da Conab, correspondente à prestação de contas das entregas realizadas, após apresentação dos documentos descritos no parágrafo acima no prazo em média de 40 dias.

No município de Óbidos, a AACEPPAMO possui um papel e uma função preponderante no que tange à distribuição do pescado em várias localidades de áreas urbanas e rurais.

É notável que a ação do PAA como política pública tem transformado o panorama socioespacial devido ao grande nível de abrangência do programa. Além do mais, a AACEPPAMO vem contribuindo com a subsistência e a renda de muitas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAA desempenha grande importância na manutenção da AACEPPAMO, posto que apresenta uma política diferenciada em termos de segurança alimentar e de fomento à produção agroextrativista e pesqueira na escala local e regional, envolvendo, de um lado, os produtores rurais que têm dificuldades para comercializar a sua produção e de outro, as

instituições sociais que precisam adquirir produtos no mercado, beneficiando, desta forma, produtores e consumidores.

A atuação do PAA em Óbidos através da AACEPPAMO possui papel destacado quando comparado com os demais municípios do Baixo Amazonas que tem a economia pesqueira como forte atividade econômica devido à diversidade de espécies exploradas, percentual de pescado capturado e pela alta receptividade da população local com este programa.

Constata-se que o PAA contribui para a melhoria da renda dos pequenos agricultores/pescadores, provando através de suas modalidades admirável poder estruturante, uma vez que, através desse mercado institucional a agricultura familiar e a pesca artesanal geram trabalho e renda, dinamizando a economia local, fortalecendo as organizações econômicas de produção familiar, contribuindo para a segurança alimentar, a estabilidade econômica no meio rural e a manutenção da população no campo. Também gera empregos, agrega valor, distribui a renda e alimenta as cidades e, ainda contribui para conservação do meio ambiente.

Dessa forma, o PAA mostra-se como um importante instrumento de fortalecimento da política social e econômica da região, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais envolvidos, assim como para equiparação de oportunidade, fortalecendo o cooperativismo e o associativismo por valorizar os produtos da agricultura e da pesca artesanal, aproximando produtor e consumidor, pagando preços mais vantajosos, representando assim um marco na política agrícola.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, M.J. **Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas – Pará, Belém**, 2012

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012** (Regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm. Acesso em: 25 nov. 2018.

CARDOSO, B. L. D. et al. Desenvolvimento territorial sustentável: estudo comparativo de indicadores do sistema de gestão estratégica em territórios rurais do Rio Grande do Norte. **RECADM**, v. 13, n. 1, p. 39-55, Jan-Abr. 2014.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA: a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatísticas Municipais Paraenses: Óbidos**. Belém, 2016.

GUARESCHI, A. **A Operacionalização da política de segurança alimentar**: O caso do Programa de Aquisição de Alimentos em Tenente Portela, RS. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2010.

HONDA, Yohane Figueira; GOMES, Sérgio Castro; CABRAL, Eugênia Rosa. Participação dos produtores familiares no PAA: estratégias de produção e comercialização em área periurbana do município de Ananindeua, PA. *In: Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, v.21, n.1, p. 125-145, jan./jun. 2016.

IMAZON, **Calha Norte Sustentável**: situação atual e perspectivas, 2013

SOARES, Ana Marialva. **Entrevista com a coordenadora da Paróquia São Martinho de Lima**. [Entrevista cedida a] Elza Lima de Brito. Óbidos, 15 de junho de 2018a.

SOARES, Osvaldo Procópio Soares. Presidente da AACEPAMO. **Entrevista sobre a atuação da AACEPPAMO**. [Entrevista cedida a] Elza Lima de Brito. Óbidos, 06 de jul. 2018b.

VIEIRA, Josilene Barbosa. **Entrevista sobre a atuação da AACEPPAMO**. [Entrevista cedida a] Elza Lima de Brito. Óbidos, 16 de junho de 2018.

CAPÍTULO 4 - AVALIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA, SANTARÉM, PARÁ.¹³

Rafael Stanley do Carmo Henriques¹⁴

INTRODUÇÃO

O respectivo artigo é resultado de Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido através do projeto de pesquisa “Políticas públicas e dinâmicas territoriais: o caso do Pronaf na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará”, realizado no período agosto de 2015 a julho de 2017. A monografia foi desenvolvida e apresentada na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) no ano de 2017. O artigo discutirá sobre a atuação e o desempenho do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará.

A comunidade de Boa Esperança é uma localidade situada às margens da rodovia Santarém – Curuá Una (PA 370), zona rural de Santarém. A mesma tem se destacado por ser um importante centro de produção agrícola do município, principalmente se destacando no que diz respeito a atividade da agricultura familiar.

O Pronaf foi criado em 1996 através do decreto nº 1.946 como uma política pública de atuação em todo o território nacional com a função de fornecer o crédito acessível aos pequenos agricultores familiares. O mesmo possui o objetivo de manter o agricultor no campo e evitar o êxodo rural, a garantia de produtividade e melhoria de vida no campo.

A pesquisa utilizou como metodologia, revisão bibliográfica, análise documental, trabalho de campo e entrevistas. Este presente trabalho está dividido em 5 seções, além da introdução e das considerações finais. As seções são: A produção Agrícola Familiar em Santarém; As Ações do PRONAF em Santarém; Agricultura Familiar e Agronegócio; Caracterização dos Beneficiários Entrevistados do PRONAF na comunidade de Boa Esperança; Resultados Socioeconômicos do PRONAF na Comunidade de Boa Esperança.

¹³ As reflexões aqui apresentadas decorrem do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Os impactos socioeconômicos nos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará* apresentado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros.

¹⁴ Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR EM SANTARÉM

A agricultura familiar em Santarém é uma atividade socioeconômica muito comum. A produção agrícola praticada pela mão de obra familiar representa a maior parte do que é comercializado nas principais feiras do município. Ao longo da área rural de Santarém, “terra firme” ou “várzea”, nota-se a prática da agricultura familiar. A ocupação humana na região iniciou pelos povos tradicionais, primeiramente pelos povos indígenas, posteriormente o “caboclo¹⁵”, a qual passa a agregar o espaço amazônico e assim surgem as comunidades tradicionais. No município de Santarém esse processo ocorreu da mesma maneira, hoje são encontradas diversas comunidades que surgiram semelhante percurso histórico.

Nas comunidades de Santarém, em sua maioria, uma de suas características significativas é a prática da agricultura familiar. O manejo da mandioca, planta de raízes comestíveis, é a cultura mais comum. Além dela, a produção de hortaliças, frutos e criação de animais de pequeno porte, tem se destacado no município. A produção familiar é a garantia de sustento de muitas famílias da zona rural, sendo uma importante atividade que ajuda a promover o desenvolvimento social e econômico nessas comunidades. Esses alimentos produzidos contribuem expressivamente para o consumo das famílias da zona rural e urbana de Santarém.

O Banco da Amazônia (BASA) é uma das instituições criadas pelo governo federal com objetivo de promover o desenvolvimento da região amazônica. O Órgão é o maior financiador da agricultura familiar da região e é também um dos que concede o acesso do produtor rural ao PRONAF. O Banco tem atuado como um importante intermediador entre o governo federal e os produtores familiares que procuram crédito conforme a condição específica de cada um. A unidade bancária de Santarém atende os agricultores familiares do município e do Oeste do Pará e anualmente é feita a apuração do total de financiamentos concedidos do ano anterior.

Em 2015 o BASA aplicou R\$ 3.974.795,14. Em 2016 o valor aplicado foi de R\$ 3.307.494,21 na agricultura familiar em Santarém, como podemos verificar na tabela seguinte.

¹⁵ Pessoa que resulta da mistura de branco com índio.

Tabela 01: Aplicação do BASA em créditos direcionados para a Agricultura Familiar em Santarém, Pará (2015-2016).

ANO	TOTAL DE APLICAÇÃO
2015	3.974.795,14
2016	3.307.494,21

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Banco da Amazônia – Agência Santarém, 2017.

A produção agrícola pode ser dividida em duas categorias, as lavouras temporárias e permanentes, conforme o conceito das mencionadas segundo as informações coletadas no site do IBGE:

Lavouras permanentes - Compreende a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessite de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. [...] **Lavouras temporárias** - Abrange as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessite, geralmente de novo plantio após cada colheita (IBGE¹⁶, 2017).

As lavouras temporárias são caracterizadas por possuírem a colheita e um novo plantio em determinada época do ano. As permanentes são aquelas em que não é preciso fazer um novo plantio da cultura e a sua colheita pode ser feita por anos consecutivos.

Durante a pesquisa e coleta de dados, foram trabalhados duas variáveis, a área colhida (hectares) e a quantidade produzida (toneladas) tanto das lavouras temporárias quanto das lavouras permanentes no período de 2010-2015. As tabelas 02 e 03 referem-se aos principais produtos das lavouras temporárias em Santarém, são eles: abacaxi, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, milho, soja e tomate. É importante ressaltar que a cultura da soja foi citada por estar entre as de maior destaque na produção agrícola do município, sendo cultivada pelo agronegócio e não uma produção explorada pela agricultura familiar. O arroz e o milho são produzidos majoritariamente nas lavouras dos grandes agricultores, tendo seu plantio e colheita realizados antes da introdução da soja. A produção familiar também explora o arroz e o milho, porém em pouca quantidade.

Conforme a análise da tabela 02, as culturas que tiveram maior destaque em área colhida (hectares) no período de 2010-2015, foram: Mandioca (135.330); Soja (94.745); Milho (53.506) e Arroz (22.518).

¹⁶ Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtml>. Acesso em: 20.03.2017.

Tabela 02: Área colhida dos principais produtos das lavouras temporárias no município de Santarém, Pará (2010-2015).

Produtos	Área Colhida (ha)						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Abacaxi (mil frutos)	125	125	150	7	7	7	421
Arroz (em casca)	10.700	3.500	3.325	1.663	1.850	1.480	22.518
Cana-de-Açúcar	30	30	30	15	15	15	135
Feijão (em grão)	870	1.150	1.150	825	825	825	5645
Mandioca	21.000	23.000	27.000	20.790	21.770	21.770	135.330
Melancia	250	350	400	300	300	300	1900
Milho (em grão)	4.400	8.000	5.100	11.750	12.828	11.428	53.506
Soja (em grão)	17.100	17.800	17.800	12.725	14.660	14.660	94.745
Tomate	20	20	20	15	15	15	105

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do IBGE, 2017.

As culturas que obtiveram maior destaque em quantidade produzida (toneladas), foram: Mandioca (1.830.080); Soja (268.425); Milho (146.350); Melancia (62.500) e Arroz (61.194), conforme pode ser observado na tabela 03.

Tabela 03: Quantidade produzida dos principais produtos das lavouras temporárias no município de Santarém, Pará (2010-2015).

Produtos	Quantidade Produzida (t)						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Abacaxi (mil frutos)	2.500	2.500	3.000	140	140	140	8.420
Arroz (em casca)	25.740	10.500	9.975	4.989	5.550	4.440	61.194
Cana-de-Açúcar	600	600	750	375	375	375	3075

Feijão (em grão)	732	1.290	690	495	495	495	4197
Mandioca	273.000	322.000	378.000	291.060	261.240	304.780	1.830.080
Melancia	10.000	10.500	12.000	9.000	10.500	10.500	62.500
Milho (em grão)	15.420	22.500	15.750	27.700	29.856	35.124	146.350
Soja (em grão)	46.170	48.060	48.060	38.175	43.980	43.980	268.425
Tomate	400	400	400	300	300	300	2100

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do IBGE, 2017.

Conforme a análise das duas últimas tabelas, é perceptível que a área colhida e a quantidade produzida total são maiores referente a mandioca, totalizando 135.330 hectares e 1.830.080 toneladas, respectivamente. Isso mostra como comprovação a importância que este produto agrícola tem em Santarém, sendo o alimento mais produzido pela agricultura familiar no município.

Figura 01: Lavoura de Mandioca na Comunidade de Boa Esperança, em Santarém, Pará.



Fonte: Rafael Henriques, 2017.

As tabelas 04 e 05 referem-se aos principais produtos das lavouras permanentes em Santarém: banana, cacau, café, coco, laranja, limão, mamão, maracujá, pimenta-do-reino, tangerina e urucum.

Tabela 04: Área colhida dos principais produtos das lavouras permanentes no município de Santarém, Pará (2010-2015).

Produtos	Área Colhida (ha)						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Banana	200	180	180	110	85	85	840
Cacau (amêndoa)	5	5	5	5	45	45	110
Café (em grão)	100	30	30	27	20	20	227
Coco-da-Baía (mil frutos)	50	50	50	20	20	20	210
Laranja	214	214	214	150	150	150	1.092
Limão	85	85	85	43	43	43	384
Mamão	45	45	45	24	40	29	228
Maracujá	60	60	60	15	15	27	237
Pimenta-do-Reino	100	100	100	60	60	60	480
Tangerina	50	50	50	30	30	30	240
Urucum (semente)	356	30	30	25	15	15	471

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do IBGE, 2017.

As maiores áreas colhidas (em hectares) das lavouras permanentes no período abrangido 2010-2015 foram: laranja (1092), banana (840), pimenta-do-reino (480) e urucum (471), conforme a análise da tabela anterior.

Figura 02: Produção de Urucum na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará.



Fonte: Rafael Henriques, 2017.

Os produtos que tiveram maior expressão de quantidade produzida (em toneladas) no período de 2010-2015 foram: laranja (26.208), banana (13.588) e limão (8.448), de acordo com a tabela 05.

Tabela 05: Quantidade produzida dos principais produtos das lavouras permanentes no município de Santarém, Pará (2010-2015).

Produtos	Quantidade Produzida (t)						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Banana	3.520	3.168	2.700	1.650	1.275	1.275	13.588
Cacau (amêndoa)	3	3	3	3	16	16	44
Café (em grão)	50	15	15	14	10	10	114
Coco-da-baía (mil frutos)	400	425	425	170	170	170	1760
Laranja	5.136	5.136	5.136	3.600	3.600	3.600	26.208
Limão	1.870	1.870	1.870	946	946	946	8.448
Mamão	675	675	675	360	640	435	3.460

Maracujá	540	540	540	135	135	243	2.133
Pimenta-do-Reino	250	250	250	150	150	150	1200
Tangerina	725	725	725	435	435	435	3480
Urucum (semente)	236	24	24	20	20	20	344

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do IBGE, 2017.

Apesar da agricultura familiar em Santarém ter se destacado nos últimos anos, a atividade tem enfrentado dificuldades para o seu desenvolvimento. Uma das maiores barreiras é o avanço do agronegócio no município. A disputa dos grandes empreendedores por terras é frequente, afetando os agricultores familiares, uma vez que o “capital” tende a excluir os menos desfavorecidos.

Desde quando a Amazônia foi inserida no contexto econômico internacional, diversas mudanças ocorreram em seu espaço. A ideia de “integrar” ao País, era muito além de defesa do território amazônico por parte do Estado, mas também promover a sua inserção à economia nacional e internacional. Na década de 1950 o governo federal começa a atuar maciçamente na região, criando políticas “desenvolvimentistas”, iniciando a abertura de capital na mesma. Durante o período militar esse processo intensifica, vários projetos de infraestrutura e econômicos são aplicados no Norte do País, abertura de rodovias, mineração, agro exportação e extrativismo.

Hoje a Amazônia vem sendo considerada uma produtora moderna de commodities. O campo amazônico está vivenciando um novo ciclo de expansão do capital, inclusive com investimentos nacionais e estrangeiros na compra de terras, em decorrência da demanda de incentivos na produção de commodities agrícolas (grãos, carnes, etc.) e não agrícolas (madeiras, minérios, entre outros), com preços em alta no mercado internacional (CUNHA, 2014, p. 31).

Santarém esteve inserida nessa contextualização. No município, foram abertas rodovias como Santarém-Cuiabá (BR 163) e a Santarém-Curua Una (PA 370). As ações do Estado em Santarém contribuíram para a consolidação do pólo agroexportador e extrativista para atender o mercado nacional e internacional.

Percebe-se assim que quem mais perde são as populações tradicionais e os pequenos produtores familiares que em muitas vezes se veem obrigados a vender suas terras para a expansão do agronegócio, principalmente com a soja, pois como se sabe esta atividade demanda grandes quantidades de terras, e é uma atividade altamente mecanizada que gera poucos empregos, logo causa sérios problemas nos locais onde se instala e, isso já vem ocorrendo de maneira bastante acentuada ao longo da BR-163, principalmente na parte norte do Estado do Mato Grosso (CUNHA, 2014, p. 33).

A implantação da soja em Santarém ocorreu no ano de 1997, quando foi feita a primeira colheita na região. A BR-163 foi a entrada principal para que a soja pudesse ser instalada, visto que já havia êxito no norte do estado de Mato Grosso, sendo assim ocorreu e ainda continua uma expansão da monocultura dentro do estado do Pará. O agronegócio avançou e ao chegar no Baixo Amazonas, surgiram diversos problemas. Dentre as problemáticas surgiram as disputas de terras entre os produtores familiares e os grandes agricultores, doenças na área rural por conta da contaminação dos agrotóxicos utilizados na produção de soja, contaminação dos mananciais e desmatamento desenfreado. Os povos tradicionais que já se encontravam presentes em suas comunidades foram ameaçados pela frente dos grandes agricultores, ameaças de forma física quanto psicológicas. Muitos agricultores familiares foram expulsos de suas terras.

O processo de grilagem, falsificação de documento de terras em Santarém tem crescido de forma exorbitante, sendo assim muitos moradores de localidades distantes na zona rural são expulsos de suas terras, tendo em vista o avanço do agronegócio.

AS AÇÕES DO PRONAF EM SANTARÉM

Em Santarém, o Pronaf tem atuado expressivamente, o BASA é um dos bancos responsáveis por conceder o crédito do programa aos produtores familiares da Amazônia legal. Conforme dados fornecidos pelo banco, constatou-se que a maioria dos financiamentos feitos no município é voltado para o Grupo B do Pronaf. Os mesmos compõem ao programa do BASA, o MPO RURAL (Microcrédito Produtivo e Orientado). O valor máximo que pode ser financiado do MPO é de R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais).

O crédito rural no PRONAF possui diferentes planos de concessão ao crédito de acordo com cada diferente grupo de agricultores. Bianchini (2015) categoriza em três diferentes grupos de beneficiários do Pronaf, como é descrito a seguir:

Grupo A: Formado pelos assentados da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário;

Grupo B: Caracterizado pelos agricultores situados abaixo da linha da pobreza, com renda Bruta Familiar não ultrapassando ao valor de R\$ 20 mil reais;

Os demais Agricultores Familiares: São aqueles com Renda Bruta Familiar entre R\$ 20 mil e R\$ 360 mil.

Produtores da comunidade em estudo, Boa Esperança, receberam financiamento no período de 2012-2016, conforme dados fornecidos pelo BASA.

Tabela 06: Atividades Financiadas do MPO RURAL na Comunidade de Boa Esperança, 2012-2016.

Atividades	Período					
	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Raízes (mandioca ou casa de farinha)	7	12	9	5	8	41
Fruticultura	2	-	-	-	-	2
Avicultura	-	-	5	2	2	9
Outras Agriculturas	3	1	-	-	-	4

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Banco da Amazônia – Agência Santarém, 2017.

Analisando as atividades financiadas no período de 2012-2016, é possível observar que a maior parte dos financiamentos foram direcionados para Raízes, a produção de mandioca ou para a casa de farinha (manutenção ou construção), totalizando 41 financiamentos. Em seguida, destaca-se a avicultura (9); outras agriculturas (4) e fruticultura (2).

Tabela 07: Valores Financiados por Atividades do MPO RURAL na Comunidade de Boa Esperança, 2012-2016.

Atividades	Período					
	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Raízes (mandioca ou casa de farinha)	R\$ 15.911,00	R\$ 31.500,00	R\$ 29.300,00	R\$ 17.500,00	R\$ 26.930,00	R\$ 121.141,00
Fruticultura	R\$ 4.396,00	-	-	-	-	R\$ 4.396,00
Avicultura	-	-	R\$ 16.500,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.500,00	R\$ 31.000,00
Outras Agriculturas	R\$ 7.500,00	R\$ 2.500,00	-	-	-	R\$ 10.000,00

Fonte: Organizado pelo autor com base nos dados do Banco da Amazônia – Agência Santarém, 2017.

Conforme a análise da tabela 07, seguindo a mesma lógica da tabela 06, porém observando os valores financiados por atividades, a maior parte é representada pelas Raízes, totalizando R\$ 121.141,00. Em seguida, aparece a avicultura (R\$ 31.000,00); outras agriculturas (R\$ 10.000,00) e (fruticultura 4.396,00).

Figura 03: Mandioca colhida na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará.



Fonte: Rafael Henriques, 2017.

Figura 04: Casa de Farinha na comunidade de Boa Esperança em Santarém, Pará.



Fonte: Rafael Henriques, 2017.

O BASA é responsável somente em conceder o crédito do Pronaf ao agricultor familiar. Porém o responsável em prestar assistência técnica aos produtores é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PA), conforme diz a sua missão no site da Emater - Pará, “contribuir com soluções para agricultura familiar, com serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisas baseadas nos princípios éticos e agroecológicos¹⁷.”

¹⁷ Fonte: <http://www.emater.pa.gov.br/menu/10>. Acesso em 30.05.2017

Portanto a Emater - PA deve acompanhar o agricultor familiar, estabelecer quais as suas condições econômicas, demanda de produção e categoria da atividade a ser financiada, para depois ser gerada a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que permite o agricultor ter o acesso ao financiamento conforme o seu enquadramento nos grupos e linhas de crédito estabelecidos de acordo com sua condição. Após esse processo acompanhado pela Emater, o agricultor direciona-se ao BASA levando a proposta com o objetivo de adquirir o financiamento.

AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO: UMA DISPUTA PELO TERRITÓRIO

A história da comunidade de Boa Esperança em Santarém começa em meados do final da década de 1930 do século XX. Nesse período começou a exploração do Pau Rosa no planalto santareno, na região onde se localiza a comunidade, planta nativa da Amazônia, muito utilizada como matéria prima para produção de fragrâncias. Essa atividade econômica provocou o deslocamento dos primeiros grupos populacionais para a localidade, ainda que de tímida expressão. Foram abertos diversos ramais para facilitar a atividade extrativista, o Ramal do Paxiúba era onde localizava se a usina de beneficiamento do Pau Rosa. No ano de 1948 as atividades encerraram na região da comunidade de Boa Esperança, e mudaram para as proximidades do Rio Moju, ainda no planalto. Logo, os diversos ramais abertos na mata, inclusive o de Paxiúba, ficaram abandonados, foi então que colonos começaram a explorar os terrenos em torno dessas vicinais para o desenvolvimento da agricultura e onde ali passaram a viver junto com suas famílias.

Conforme o autor Raimundo dos Santos (2012) em sua obra relata a história da comunidade.

No ano de 1961 o Sr. Raimundo Pereira da Silva tirou um terreno que se localizava no ramal do Paxiúba, no km 43, onde atualmente é o distrito de Boa Esperança. Neste terreno, o Sr. Raimundo fez um roçado, construiu uma casa e no dia 21 de agosto veio morar com sua esposa, dona Maria Martins de Sousa, e deu o nome de Boa Esperança a este local (SANTOS, 2012, p.8).

De acordo com o relato, nesse episódio em 1961 a comunidade de Boa Esperança é consolidada e nomeada, onde o Seu Raimundo Pereira da Silva e sua esposa Maria Martins de Sousa, são os primeiros moradores definitivos do local. O Senhor Raimundo fez um roçado na comunidade. Logo percebe-se que a atividade da agricultura familiar esteve presente desde a fundação da Boa Esperança.

Na década de 1970 é construída a rodovia Santarém-Curuá Una (PA 370) e a hidrelétrica no rio Curuá Una. Nesse período o governo da época investiu em infraestrutura na Amazônia para “desenvolve-la”, provocando uma atração populacional em direção ao norte do País. Com a abertura da estrada a qual atravessa a comunidade de Boa Esperança, favoreceu a migração de pessoas para a região, a partir de então a vila começou a se expandir.

Figura 05: Comunidade de Boa Esperança às margens da rodovia Santarém Curuá-Una (PA 370), Santarém, Pará.



Fonte: Rafael Henriques, 2017.

Com a chegada de novos moradores na comunidade, a agricultura familiar ganhou dinamismo, todas as famílias na época passaram a desenvolver a atividade como sustento. Desse modo esta tornou-se a principal atividade econômica da vila comunitária. De acordo com Raimundo dos Santos (2012), em 1984 começou no local a produção de farinha de tapioca. A partir desse ano até a atualidade a mesma vem se especializando no cultivo da mandioca e o seu beneficiamento em farinha de tapioca e farinha amarela, produtos de grande destaque na região oeste do Estado do Pará. Além da mandioca, a produção é diversificada na comunidade, hortaliças, frutas e a criação de pequenos animais, passaram a ter destaque também na Boa Esperança.

Apesar de Boa Esperança ter se destacado pelo desenvolvimento da agricultura familiar, a comunidade tem enfrentado ao mesmo tempo o avanço da fronteira da soja.

Quando a monocultura foi introduzida no lugar, surgiram diversos resultados negativos, afetando os moradores. De acordo com o relato do Entrevistado 1¹⁸:

Chegaram as pragas para as lavouras da produção familiar. Pois as pragas fogem da lavoura do grande produtor, por conta dos defensivos químicos, e migram para às terras do pequeno produtor. Um desses pontos forçou os agricultores familiares a venderem suas áreas, por conta da dificuldade em produzir. Doenças apareceram na comunidade, doenças respiratórias e problemas de pele.

Durante a pesquisa de campo feita na comunidade de Boa Esperança, vários relatos semelhantes a este acima foram identificados. As propriedades do agronegócio utilizam agrotóxicos para serem usados em suas lavouras, logo as pragas saem desse local e migram para as terras dos pequenos produtores que são próximas, impactando a produção familiar. Os agricultores familiares não utilizam esses elementos químicos em suas plantações, tudo é produzido de maneira natural. Diversos casos de doenças em moradores da comunidade surgiram, doenças respiratórias e de pele. Os resíduos dos agrotóxicos aplicados pelo agronegócio, são levados pelo ar e afetam os moradores que segundo relatos dizem sentir o cheiro forte quando são utilizados. Além dos problemas sociais, ocorreram diversos impactos ambientais na comunidade, conforme relato do entrevistado 1 (2017):

A cultura da soja provocou muitos danos ambientais, assoreamento de igarapés, tínhamos um igarapé aqui considerado o cartão postal da vila, a qual era destino de lazer no fim de semana, foi todo assoreado, conhecido como igarapé da bica, tinha em torno de 5 metros de largura por 2,5 metros de fundura.

O igarapé da bica, importante símbolo ambiental e cultural da comunidade foi assoreado e contaminado. Com o avanço da plantação da soja, houve a retirada da vegetação nativa que cercava diversos cursos de água da região, conseqüentemente o solo foi imensamente fragilizado por não ter as raízes das plantas como suporte. As chuvas que ocorrem na Amazônia provocam grandes enxurradas, assim os igarapés são assoreados com o solo ao redor, sendo depositados em seus leitos e juntamente suas águas são contaminadas pelos agrotóxicos utilizados. No passado o manancial serviu como fonte de água potável aos moradores, contribuiu também imensamente para a irrigação da agricultura familiar, e hoje o que se encontra é apenas a nascente em que brota as suas águas e um pequeno curso de água que restou. Essa foi uma das maiores perdas para a comunidade de acordo com as entrevistas feitas com os moradores.

¹⁸ Visando manter o anonimato, os entrevistados não serão identificados, para evitar possíveis represálias.

Figura 06: Rede de abastecimento de água da Comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará.



Fonte: Rafael Henriques, 2017.

Outra problemática que afetou o desenvolvimento da agricultura familiar na comunidade foram as propostas de compra de terras feitas pelos sojicultores aos pequenos produtores. Esse fato foi um dos maiores propulsores para que o agronegócio pudesse avançar nessa área. Os sojicultores lançavam a oferta aos pequenos agricultores, assim lotes de terras foram comprados por preços insignificantes se comparados ao cenário atual em que os lotes na Boa Esperança estão supervalorizados por conta da valorização da terra. Muitos produtores familiares na época achavam que o valor de compra proposto era bem significativo, assim eles aceitavam, e mudavam para outro lugar, principalmente para a área urbana do município de Santarém.

De acordo com as entrevistas aplicadas, muitos desses que venderam suas terras não passaram muito tempo na cidade e voltaram à Boa Esperança por conta da dificuldade em se manter e os recursos financeiros terem esgotados. Retornando à comunidade passaram a morar em casa alugada e tornando-se empregados, a qual antes eles eram donos de sua pequena produção. Conforme o depoimento do entrevistado 2 (2017) afirma, “o grande agricultor chegava e olhava o terreno dos pequenos produtores com muita mata sem ladeira e dava a proposta de compra desses terrenos por valores irrisórios”.

Figura 07: O agronegócio da soja na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará.



Fonte: Rafael Henriques, 2017.

Além de não trazer nenhum benefício à comunidade, o agronegócio da soja também não promoveu geração de empregos. Os contratados para trabalhar na grande produção são para pessoas que não são naturais da comunidade de Boa Esperança, pertencem a outros municípios e estados. Vale ressaltar ainda que são poucas as contratações, as máquinas agrícolas são responsáveis pela maior parte do trabalho no campo, é necessário poucos controladores desses equipamentos. O entrevistado 2 (2017) diz sobre essa questão:

Com a produção de soja se tem dois ou três operadores de maquinas faz tudo. A comunidade só fica olhando os caminhões cheios de soja passando. Rapando mandioca emprega muito mais. Eu trago uma fabricada de mandioca, para fazer farinha amarela, tem que descascar tudinho, são seis, sete ou oito pessoas para fazer isso o dia todo. E para eu plantar eu tenho que pagar alguém para ajudar a plantar e capinar, a agricultura familiar emprega muito mais do que a grande plantação.

O relato acima detalha que a grande produção não tem gerado oportunidades de empregos na comunidade e conseqüentemente não gera renda também. Em contrapartida a agricultura familiar gera muito mais oportunidades, envolve a família e por conta de existir muitos serviços para atender a demanda, é necessário contratar diaristas para ajudarem. Os diaristas são pessoas que não fazem parte da família, porém são pagos para darem suporte a

demanda de produção agrícola familiar. O termo “fubricada” relatado acima refere se a certa quantidade de mandioca sendo transportada pelas fubricas das lavouras para as casas de farinha. Fubrica é o termo conhecido na comunidade em referência ao carro que faz esse transporte.

A agricultura familiar na comunidade de Boa Esperança vem sofrendo com o agronegócio da soja e perdendo o seu espaço. Uma parte da produção familiar deslocou-se para lugares distantes, chegando a distância de até 95 km do centro da comunidade, devido os problemas provocados pelos agrotóxicos. Os números de casas de farinha diminuíram expressivamente com esse impacto gerando queda na produção do beneficiamento da mandioca. Conforme afirma o entrevistado 1 (2017), “a agricultura familiar caiu em torno de 80% na Boa Esperança”. Sobretudo o avanço do capital representa uma ameaça à comunidade, aos seus moradores, ao meio ambiente e aos valores culturais deste lugar que foi constituído historicamente de características tradicionais.

CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS DO PRONAF NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA

Na comunidade de Boa Esperança existem aproximadamente cerca de dez agricultores beneficiários do Pronaf, segundo informações obtidas na COOPBOA (Cooperativa dos produtores da agricultura familiar de Boa Esperança). Nas pesquisas de campo foram realizadas entrevistas com quatro agricultores.

Existe uma dificuldade em conseguir conversar com os pequenos produtores, pois muitas vezes eles não estão presentes na região central da comunidade, estando na maioria das vezes em suas lavouras que podem ser distantes. Ao analisar as entrevistas dos agricultores beneficiários do Pronaf, destacamos as características mais relevantes para assim fazer as devidas interpretações, conforme o quadro a seguir.

Quadro 01: Principais características dos agricultores beneficiários do Pronaf na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará.

Principais Características	Agricultor 1	Agricultor 2	Agricultor 3	Agricultor 4
Sexo	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino
Ano do Financiamento	2011	2014	2015	2015
Financiamento	Arroz	Avicultura	Fruticultura/Pimenta-do-Reino	Mandioca/Batata Doce/Feijão
Tamanho da Propriedade (ha)	48	22,8	69,5	22

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Em geral os quatro agricultores tomaram financiamento nos últimos oito anos. O agricultor 1 possui financiamento na cultura de arroz. A agricultora 2, possui financiamento na atividade de avicultura. O Agricultor 3 tomou financiamento na atividade de fruticultura (frutas em geral) e pimenta-do-reino. O Agricultor 4 obteve crédito para financiar mandioca, batata doce e feijão.

O agricultor 1 possui a propriedade do tamanho de 48 hectares, o agricultor 2 possui 22,8 hectares, o agricultor 3 possui 69,5 hectares e o agricultor 4 possui 22 hectares. Obtendo uma análise geral, o financiamento ocorreu de forma diversificada.

O Pronaf valoriza a variedade na produção, tornando-se uma das principais metas do programa, e sua atuação tem promovido cada vez mais a pluriatividade entre os agricultores familiares da comunidade em estudo.

Todos os agricultores entrevistados estão associados à COOPBOA. Criada no ano de 2011, tem atuado em prol de seus cooperados, procurando melhorias e soluções ao prestar assistência devida a eles. A cooperativa é uma das maiores aliadas dos agricultores familiares em geral na comunidade e nos últimos anos tem lutado por políticas públicas para atender seus cooperados.

Figura 08: Sede da Cooperativa dos produtores da agricultura familiar de Boa Esperança (COOPBOA).



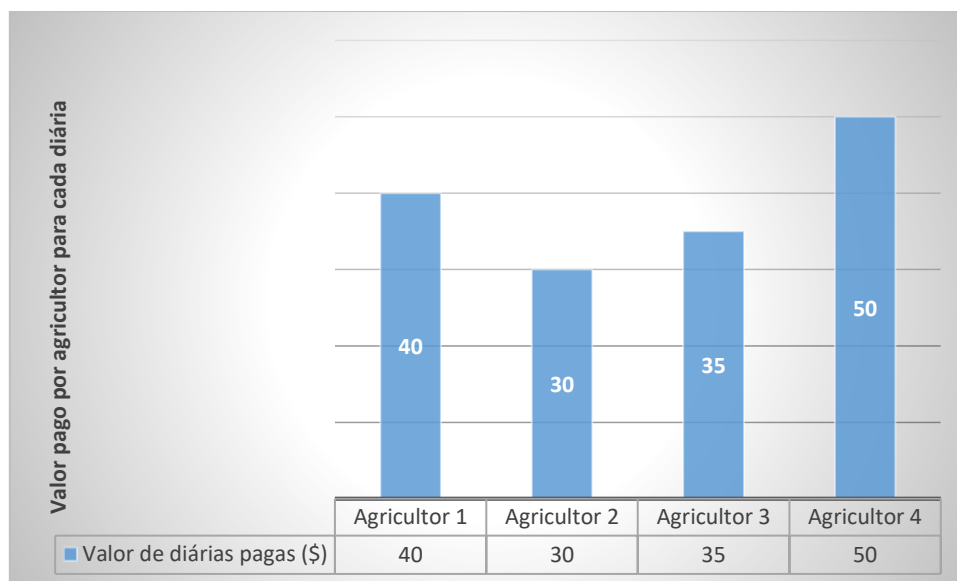
Fonte: Rafael Henriques, 2017.

A COOPBOA é a intermediadora da comercialização entre os agricultores e os compradores de parte da produção agrícola da comunidade. A COOPBOA comercializa parte da produção agrícola para a SEMED (Secretaria Municipal de Educação e Desporto), órgão responsável pela merenda escolar do município. Outra parte é comercializada em feiras da APRUSAN (Associação dos Produtores Rurais de Santarém), associação que controla as principais feiras da cidade, a feira do Mercado 2000, Feira do Aeroporto Velho e Feira da COHAB.

CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO PRONAF NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA

Os agricultores em suas lavouras necessitam do trabalho dos diaristas para ajudarem na demanda de serviços no campo. O gráfico 01 detalha o valor das diárias pagas por cada agricultor aos contratados.

Gráfico 01: Valor pago por cada agricultor beneficiário do Pronaf à diária contratada na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará, 2017.

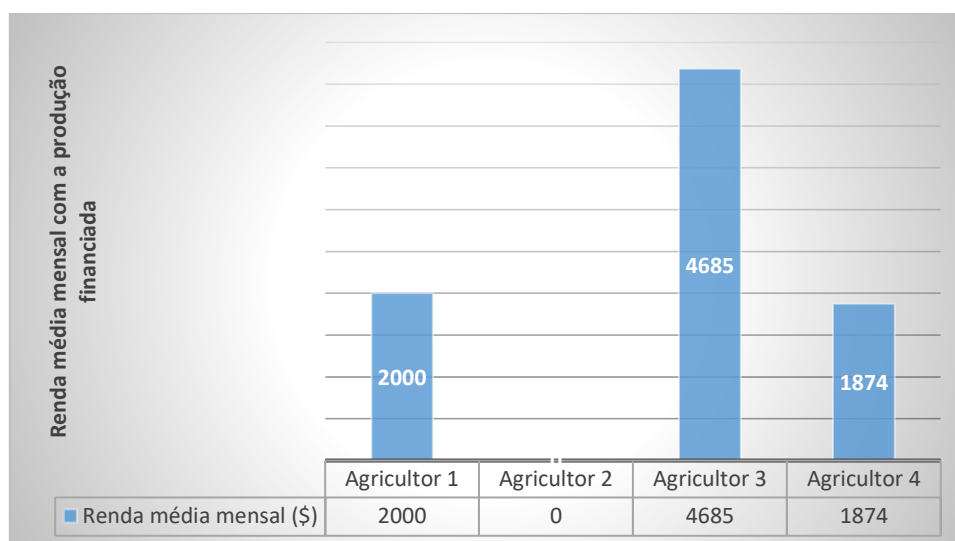


Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

O agricultor 1 paga o valor da diária por R\$ 40,00; o agricultor 2 paga R\$ 30,00; o agricultor 3 paga R\$ 35 e o agricultor 4 paga R\$ 50,00. Os valores das diárias podem variar, pois ocorrem em geral uma negociação entre contratante e contratado. O trabalho de diarista é muito importante, pois oferece oportunidade para aqueles que necessitam de fonte de renda na comunidade de Boa Esperança. Além disso, contribui para a economia local, pois os diaristas consomem os produtos dos comércios da comunidade, trazendo um retorno positivo a localidade. Sendo assim, a atividade de diarista é uma propulsora para a geração de emprego e renda para Boa Esperança.

A renda média mensal para cada beneficiário do Pronaf foi de: Agricultor 1 (R\$ 2000,00); Agricultor 2 não soube responder; Agricultor 3 (R\$ 4.685,00) e Agricultor 4 (R\$ 1.874,00). Esses valores são significativos para a renda mensal de um agricultor brasileiro, bem acima do valor do salário mínimo atual do Brasil (R\$ 998,00), isso comprova como o Pronaf tem contribuído de maneira positiva para seus beneficiários da comunidade de Boa Esperança.

Gráfico 02: Renda média mensal com a produção financiada dos agricultores beneficiários do Pronaf na comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará, 2017.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

O Pronaf tem trazido resultados significativos para os agricultores da comunidade de Boa Esperança. Porém, um dos grandes obstáculos do programa constatado é a dificuldade de novos agricultores terem o acesso a esta política. O processo de cadastro para obter o financiamento é burocrático e requer um tempo significativo, isso implica que muitos produtores rurais desistem de concluir o procedimento das exigências estabelecidas. Quanto a isso, o programa trouxe um bom retorno aos beneficiários da comunidade de Boa Esperança, concedendo crédito acessível conforme a condição de cada agricultor familiar cadastrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é uma importante atividade econômica que garante a subsistência de muitas famílias que vivem na zona rural. Na comunidade de Boa Esperança a respectiva atividade foi a qual impulsionou o seu crescimento juntamente com seus moradores que foram primordiais para tal efeito. Nos últimos anos a localidade se destacou na região Oeste do Pará pela produção e qualidade das farinhas amarela e tapioca. Sendo assim, a mandioca tornou-se a principal cultura explorada nesta comunidade.

O PRONAF, política pública criada na década de 1990, tem como objetivo manter o agricultor no campo e evitar o êxodo rural, a garantia de produtividade e melhoria de vida no campo. Na comunidade de Boa Esperança é possível encontrar beneficiários desse programa, que através do financiamento passam a executar a aplicação do crédito na sua produção. A política pública mencionada é uma forma de promover a sustentabilidade na

comunidade, uma vez que, a intenção do programa é garantir o sustento das famílias de baixa renda no campo. Sendo assim são estabelecidas normas e limites para a produção agrícola familiar. Diferente da ação do agronegócio na comunidade que devido executar sua produção de forma insensata, tem trazido diversos problemas socioambientais, avanço do desmatamento, contaminação e degradação de cursos de água e surgimento de doenças.

Os agricultores beneficiários do PRONAF na comunidade de Boa Esperança, tem obtido resultados satisfatórios, tendo cada um integrado as suas condições de financiamento e período de pagamento do empréstimo. Uma barreira encontrada no programa é a burocratização que o agricultor familiar passa para obter o cadastro. É um processo que requer um tempo significativo e várias exigências. Na pesquisa constatou-se também outra dificuldade que o produtor enfrenta, o acesso a assistência técnica devida. Depois de obter o financiamento, o beneficiário pode encontrar dificuldades com assistência técnica que nem sempre é garantido pelo programa. O PRONAF possui essa dificuldade no que diz respeito a assistência.

Devido existir a carência quanto a assistência aos agricultores familiares do PRONAF, a COOPBOA tem atuado para reverter essa situação, uma vez que trabalha em busca de melhorias para os produtores familiares associados da comunidade de Boa Esperança.

A renda média mensal com a produção financiada dos beneficiários do PRONAF representa os bons resultados do programa na comunidade em estudo. Constatou-se valores acima da média salarial do Brasil, sendo assim a política pública cumpriu uma de suas metas, a garantia de produtividade. Além do mais, o PRONAF promove em Boa Esperança a geração de emprego e renda de forma direta e indireta, trazendo resultados socioeconômicos positivos para toda vila comunitária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. In. **Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols. 28 n°s 1,2 3 e 29, n°1 – Jan/dez 1998.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

CUNHA, Aline Silva da. **Os Rearranjos da Agricultura Familiar face a Modernização da Produção de Farinha de Tapioca: O Caso da Comunidade de Boa Esperança no**

Município de Santarém-PA. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Santarém, Universidade Federal do Oeste do Pará, 2014.

LEITE, Sérgio Pereira. Análise do financiamento da política de crédito rural no Brasil (1980-1996). In. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 16, Abril, 2001: 129-163.

OLIVEIRA, Geane Martins de; ARAÚJO, Marinêz Sousa. **Políticas públicas de agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Esperança, Santarém, Pará.** Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia). Santarém, Universidade Federal do Oeste do Pará, 2015.

PIRES, Murilo José de Souza. **Contradições em processo: Um Estudo da Estrutura e Evolução do Pronaf de 2000 a 2010.** Brasília: IPEA, dezembro de 2013.

_____ **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural.** RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007.

SANTOS, Raimundo Alberto dos. **O planalto em destaque: história da comunidade de Boa Esperança.** 2ª Edição. Santarém, 2012

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. In. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 18 Nº. 51, fevereiro 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. In. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

CAPÍTULO 5 - O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) COMO POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DE SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ¹⁹

Marialva Campos Rêgo²⁰

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no município de Santarém-Pará é uma prática bastante antiga e de grande importância para a economia local e regional. Dentro dessa prática que ainda é na maioria das vezes tradicional, o trabalho proposto procura conhecer mais sobre essa prática, o perfil das famílias agricultoras e os desafios que essas famílias enfrentam para a continuidade nessa prática que é de tamanha importância para todos.

Com base no tema, estudou-se a finalidade do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que surgiu como forma de fortalecer a agricultura familiar, porém, constatou-se que os benefícios não atendem a todos os agricultores. Quanto mais afastado da cidade, maior é a necessidade e menos assistências têm as famílias agricultoras. São trabalhadores com baixa escolaridade, que na maioria das vezes, desconhecem qualquer política de incentivo, orientação e técnicas de reutilização do solo, além do trabalho mecânico. Isso ocorre principalmente no plantio e escoamento da produção agrícola. Isto ocasiona na maioria das vezes o abandono ou venda de suas propriedades, venda por baixo custo da produção e desestímulo por falta de uma agricultura familiar consolidada e fortalecida com políticas públicas, levando ao crescimento das cidades.

Tendo em vista a grande importância que tem a agricultura familiar, o trabalho proposto surge como forma de conhecer a realidade das famílias agricultoras, as dificuldades enfrentadas desde o cultivo até o escoamento da produção. Assim como verificar as dificuldades e o excesso burocrático que as famílias agricultoras enfrentam para participarem das políticas públicas com foco no PRONAF.

O presente trabalho busca abrir oportunidades para novas discussões e continuidade de novos projetos voltados para a agricultura familiar de forma eficaz,

¹⁹ As reflexões aqui apresentadas decorrem do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de mesmo título apresentado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros

²⁰ Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: mari.alvacampos@hotmail.com

levando ao conhecimento das verdadeiras necessidades do pequeno agricultor aos órgãos competentes, gerando soluções para o desenvolvimento da agricultura familiar de forma equitativa e inclusiva. Discussões estas que venham contribuir para o fortalecimento das políticas públicas voltadas para o tema trabalhado.

Para conhecer esta problemática, o presente trabalho busca analisar as diversas dificuldades enfrentadas pelas famílias agricultoras no município de Santarém e o difícil acesso ao PRONAF nas 18 comunidades selecionadas para esta pesquisa tendo como foco a comunidade de Boa Esperança.

O objetivo deste trabalho é analisar de que forma os beneficiários do PRONAF são impactados no município de Santarém por esta política pública e quais as necessidades dos agricultores.

Para a realização deste trabalho, inicialmente foi feito um estudo bibliográfico, posteriormente elaborado questionário de pesquisa aplicado às famílias agricultoras, representadas por dezoito comunidades selecionadas. Consultamos também representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PA).

POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas têm suas origens nos diversos problemas presentes na sociedade. Vale destacar que não existe um consenso na comunidade acadêmica de um conceito aceito por todos. Para Souza (2006, p. 24), “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. Segundo a autora, “apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes” (SOUZA, 2006, p. 25).

Portanto, a política pública deve ter uma visão ampla e não restrita, ela não apresenta uma fórmula pronta, ou seja, busca atender a diversidade social em suas particularidades.

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos (SOUZA, 2006, p. 25).

Segundo a autora, “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade” (SOUZA, 2006, p. 25).

O esclarecimento a respeito da relação mútua e o envolvimento entre Estado, política, economia e sociedade é de suma importância na elaboração das políticas públicas em prol da sociedade, para que haja uma boa repercussão. E para que isso aconteça é necessário que fique bem claro qual o papel que cada parte exercerá dentro dessa relação de complementariedade.

De acordo com Silva (2012, p. 21), “a política pública é constituída pelos grupos de interesse, específico àquela temática, mas representativos para externar a ação do governo por meio daquela política para atender uma determinada demanda”.

A ação do governo através das políticas públicas surge como forma de buscar atender as necessidades reivindicadas pela sociedade, mas precisamente pelos grupos que se organizam e se manifestam em busca de interesses coletivos, ou seja, na maioria das vezes só é constituída, após pressão do povo ao governo.

Desta forma, “a política pública é uma ação intencional, com objetivo a serem alcançados. Sem a interação e integração dos agentes para alcançar estes objetivos à política pública não tem vida e não interfere efetivamente naquela sociedade” (SILVA, 2012, p. 23).

Em seguida, Saraiva e Ferrarezi (2006, p.28), definem políticas públicas como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade [...]”.

As políticas públicas tem justamente a finalidade de condicionar a estabilidade grupal, adotando uma espécie de “arrumação” para que na prática a real situação venha a ser alterada e possibilite um resultado positivo. A harmonia e o alto controle precisam está presente na formulação dessas políticas, para que haja de fato o equilíbrio nessa corrente de decisão.

É importante destacar que o processo de política pública não possui uma racionalidade manifesta. Não é uma ordenação tranqüila na qual cada ator social conhece e desempenha o papel esperado. Não há no presente estágio de evolução tecnológica, alguma possibilidade de fazer com que os computadores – aparelhos de racionalidade lógica por excelência – sequer consigam descrever os processos de política (SARAIVA; FERRAREZI, 2006, p. 29).

É interessante ressaltar, que mesmo nos dias de hoje, não existe uma fórmula pronta na elaboração das políticas públicas que atenderá a vontade de todos nesse

processo, ou seja, sempre existiu e existirá conflitos na elaboração, aprovação e execução das mesmas.

A perplexidade perante a turbulência e a aparente não governabilidade das políticas públicas e da ação governamental, a sensação de “desordem” que elas deixam perceber, não afetam apenas o cidadão. Os atores administrativos, políticos e seus analistas constatam igualmente a extrema complexidade das políticas e as aparentes debilidades do estado para cumpri-las. (SARAIVA; FERRAREZI, 2006, p. 29).

A importância de uma reflexão quanto à responsabilidade dos atores envolvidos desde a elaboração até a execução de uma política pública, será sempre necessária. Pois, além de tentar atender os anseios da sociedade, estará em evidência a repercussão do próprio governo, que pode ser de forma positiva ou negativa. E é por essa razão que o Estado precisa estar envolvido e buscando meios de cumprir com seu papel que é de suma importância.

É importante que haja uma relação harmoniosa entre política pública, sociedade e Estado, para quebrar essa visão de um Estado autônomo. Sabe-se que cada um possui um papel importante na sociedade, porém é preciso que o Estado esteja junto, colaborando e tornando menos complexo esse processo que ao longo dos tempos sofre intervenção e que é visto como entrave para o desenvolvimento de uma política transformadora.

Por isso, o governo deve pensar estrategicamente, agindo de modo planejado para o bem público, pois a dinâmica regional do País é influenciada pelas políticas públicas que buscam promover o desenvolvimento e especificamente, a redução das desigualdades regionais brasileira. Desta forma, é preciso fazer um diagnóstico preciso da realidade, em busca de superar e repensar regiões isoladas, refletindo sobre os possíveis entraves que dificultam o acesso às políticas públicas.

AGRICULTURA FAMILIAR.

A Agricultura familiar no Brasil remonta o período colonial, mas somente “em 24 de julho de 2006, foi sancionada a Lei n. 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar” (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2010, p. 128). Segundo os autores, “a realização do Censo Agropecuário de 2006 trouxe luzes para a compreensão da importância da agricultura familiar brasileira, com seus contornos e nuances” (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2010, p. 127).

A partir de uma colaboração entre o MDA e o IBGE, o Censo Agropecuário de 2006 veio possibilitar o preenchimento de uma importante lacuna de informações oficiais

para as políticas públicas de desenvolvimento rural: quantos são, onde estão, como e o que produzem os agricultores familiares no país (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2010, p. 127)

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. A elevação do número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem e alimentam este debate na sociedade (INCRA/FAO, 2000, p. 7).

A agricultura tem papel de suma importância na sociedade, mantendo as famílias no campo e produzindo alimentos. Segundo França, Grossi, Marques (2010) abordam a evolução do marco legal relacionado à agricultura familiar, para que possamos compreender as mudanças e conquistas de hoje, que os agricultores alcançaram e quais os avanços, retrocessos e perspectivas para essa classe trabalhadora. Segundo eles, “antes de apresentar a Lei n. 11.326 é oportuno relembrar que conceitos próximos ao da agricultura familiar não são inéditos no arcabouço legal brasileiro, sendo importante registrar sua evolução nas últimas décadas” (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2010, p. 129)

Proteger as propriedades rurais era uma forma de manter talvez o único patrimônio das famílias intacto, pois a maioria dessas famílias faziam empréstimos nas agências bancárias e com os juros altos se tornava impossível pagar. Muitas vezes a única saída era dispor do seu único e valioso bem. E perdendo a propriedade não teria como trabalhar para o sustento da família. Em 1988, a Constituição Federal já trabalhava formas de manter as famílias trabalhadoras rurais em suas propriedades, mas apenas manter essas famílias em suas terras não era o suficiente. Era preciso pensar novas maneiras de levar as famílias rurais a conseguir meios que fortalecesse a propriedade.

Vale destacar que “em 1995, surge o primeiro arcabouço legal de crédito rural específico para agricultores familiares, o Programa de Geração de Emprego e Renda do Setor Rural (PROGER RURAL) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)” (FRANÇA; GROSSI; MARQUES, 2010, p. 131).

Os programas destinados à agricultura familiar buscam identificar as famílias dos campos que sempre cultivaram e continuam cultivando a terra para produzir o sustento da família e da população em geral, dando acesso aos produtores que seguem os critérios estabelecidos pela Lei, estando aptos a participarem dos programas sociais desenvolvidos pelo governo federal.

Em suma, a agricultura familiar está conceitualmente alicerçada no uso, predominante, da força de trabalho familiar, que é a fonte de trabalho para a exploração da unidade de produção agropecuária, mas restrita ao uso de uma área de até quatro módulos fiscais e uma faixa de renda familiar pré-definida (IPEA, 2013, p. 22).

A agricultura familiar está no campo, representada pela força de trabalho das famílias agricultoras, que produzem alimentos para seu próprio sustento ou para comercializar no local ou nas cidades vizinhas. E o mais importante de tudo é que as características de agricultor familiar seguem a critérios definidos em lei, não é apenas morar no campo.

O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): OBJETIVOS E DIRETRIZES.

O PRONAF é um programa do Governo Federal, criado em 1996, pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, revogado pelo Decreto nº 3.200, de 1999 (BRASIL, 1996, p.1). Posteriormente, modificado pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, (Decreto 3.991, 2001, p. 1).

O Decreto no 1.946/1996, em seu Artigo 2o, parágrafo 2o, assenta os objetivos e as diretrizes do PRONAF:

- a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;
- b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;
- c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- d) adequar e implantar a infraestrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;
- e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;
- f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;
- g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa;
- h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados;
- i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras (Decreto 1.946/1996, p. 1).

O Decreto nº 1.946/1996 foi modificado pelo Decreto nº 3.991 de 30 de outubro de 2001, objetivando com isso, ampliar os benefícios para a agricultura familiar.

[...] o PRONAF tem a função de promover o desenvolvimento no seio dos agricultores familiares nacionais e, por isto, tem o papel de transformar a realidade concreta destes agricultores; ou seja, suas condições objetivas e materiais de vida. [...], o PRONAF, ao conceder crédito, seja de custeio ou investimentos, aos agricultores familiares, potencializa o meio material para a penetração das forças produtivas capitalistas na unidade de produção familiar, pois reorganiza os procedimentos, as formas e o modo de produzir desta unidade de produção, incrementando, assim, a produtividade do trabalho e, por conseqüência, o produto agropecuário. Por sua vez, este processo se objetiva em um substrato real, que é condicionado pelo processo histórico da formação econômica da economia brasileira (IPEA, 2013, p. 34).

O papel do PRONAF na agricultura familiar é muito importante, sua responsabilidade é transformar os problemas existentes na agricultura em uma realidade diferente da que se encontram os agricultores. O programa busca investir meios materiais para que a agricultura possa se desenvolver e criar novas oportunidades de emprego. Porém, mesmo com os créditos disponíveis para investir na produção, não chega ser tudo para o pequeno agricultor, pois na maioria das vezes essas famílias agricultoras conseguem participar do menor grupo de crédito do programa, o que possibilita com muita dificuldade apenas iniciar o trabalho na produção, impedindo o crescimento e o contrato de mão de obra de fora.

O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF) NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM: UM PERFIL DAS COMUNIDADES SELECIONADAS.

De acordo com dados da Empresa de Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER\PA), no ano de 2014, foram emitidos 281 contratos de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) no município de Santarém. Estes contratos representaram uma receita de enquadramento de R\$ 3.550.546,00. Receita esta que serviu de base para o cálculo do crédito do ano de 2014. Estes dados foram organizados em cinco grupos²¹, a saber: rios²², várzea²³, eixo - forte²⁴, planalto²⁵ e urbana²⁶. Na sequência passamos a descrever cada grupo analisado.

²¹Informação confirmada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR)

²²Comunidades rurais situadas na terra firme, às margens dos rios.

²³Comunidades localizadas em área alagável.

²⁴Caracteriza-se pela estrada Santarém – Alter do Chão ser considerada o eixo central que fortalece as demais comunidades que ficam nos ramais, ao longo da estrada, que formam os raios fortalecidos pelo eixo central.

²⁵Comunidades localizadas em parte alta e plana do município.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na zona rural/ rios em Santarém/ Pará em 2014. Tendo como base de análise as DAPs emitidas pela EMATER \PA em 2014 para a zona de rios, foram emitidos 56 contratos, do grupo “B” e “V²⁷”, gerando uma receita de R\$ 517.020,00. Os beneficiados foram: posseiros, arrendatários, uso coletivo e proprietários. Tendo como atividade principal a agricultura, seguida da pesca, extrativismo e artesanato.

As DAPs emitidas na zona rural/rios gerou um valor de receita bem baixo em relação ao total de DAPs emitidas para a zona rural/várzea. Sendo que o investimento do crédito na área de rios está mais direcionado a pequenas produções agrícolas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na zona rural/ várzea em Santarém/ Pará em 2014. As DAPs emitidas para a área de várzea em 2014 totalizou 120, do grupo “B” e “V” gerando uma receita de R\$ 1.276.006,00. Sendo que a atividade principal foi à pesca, seguida da agricultura e da pecuária, e em menor quantidade o extrativismo, o artesanato e outros. No que se refere ao uso da terra, a maioria se classifica como posseiro, em seguida, o uso coletivo, arrendatários e proprietário.

Os beneficiados com o crédito do PRONAF, da zona rural/várzea, também foi superior aos beneficiados da zona rural/Eixo-Forte. Sendo que a área de várzea, além da atividade principal que é a agricultura, a pesca predomina em grande quantidade e a pecuária também contribuem para que a receita seja mais alta em comparação as demais zonas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na zona rural/eixo - forte em Santarém/ Pará em 2014. Na área do Eixo-Forte, apenas 05 DAPs emitidas em 2014, do grupo “B”, a atividade principal foi à agricultura e a receita gerada totalizaram R\$ 4.650.

Com o resultado das DAPs emitidas para a zona rural/Eixo-Forte, o número representa uma baixa participação dessas famílias agricultoras em relação às outras zonas.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na zona rural/planalto em Santarém/ Pará em 2014. As DAPs emitidas para a área do planalto totalizou 85 contratos em 2014, para o grupo “B” e para o grupo “V”, gerando uma receita de R\$ 1.496.230,00. Em termo de atividade principal, aparece a agricultura seguida do extrativismo, pecuária, fruticultura, horticultura e pesca. Quanto ao uso da área,

²⁶ Referente à cidade.

²⁷ As DAPs do grupo V funcionam para os produtores que possuem uma renda anual maior que 20 mil, sendo emitido pela EMATER\PA.

a predominância é de posseiro em maior quantidade, seguida de arrendatários, uso coletivo, assentados e proprietários.

As DAPs emitidas para a zona rural/planalto têm uma receita mais aproximada da zona rural/várzea. O resultado demonstra maior participação das famílias agricultoras à linha de crédito do Pronaf nessas duas áreas (várzea e planalto).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na zona urbana em Santarém/ Pará em 2014. Na zona urbana, as DAPs emitidas totalizou 14 contratos em 2014, do grupo “B” e do grupo “V”. Estes contratos geraram uma receita de R\$ 266.640,00. Dentro da atividade principal, a pesca está em maior quantidade, e em menor quantidade vem à agricultura. Quanto ao uso da terra, temos posseiros e uma minoria de proprietário.

O grande número de DAPs emitidas pela EMATER ocorre pela facilidade que os técnicos possuem em visitar os agricultores que pretendem participar das linhas de crédito do PRONAF.

A AGRICULTURA FAMILIAR EM COMUNIDADES SELECIONADAS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, ESTADO DO PARÁ EM 2014.

De acordo com dados das pesquisas de campo realizadas no ano de 2014 e início de 2015, com 49 agricultores de 18 comunidades selecionadas, os agricultores entrevistados têm entre 10 a 65 anos de trabalho na agricultura. Sendo que para a maioria destes agricultores trata-se da única fonte de renda, onde esta produção é destinada para o consumo e outra parte para a comercialização.

São pessoas com pouco ou nenhum conhecimento técnico, baixa escolaridade e sem capital para investir na produção. Pais de família que mesmo com os diversos problemas enfrentado, tentam manter uma cultura deixada pelos seus antepassados. Mesmo com a existência de políticas públicas destinadas para este público, ainda existe dificuldade de escoamento da produção, introdução de técnicas modernas, empobrecimento do solo e outros problemas que se tornam entraves da produção agrícola familiar.

Com base na pesquisa de campo, com as famílias agricultoras, envolvendo as áreas do planalto, eixo-Forte, várzea, rios e Urbano, podem-se obter os seguintes perfis desses agricultores. Quanto aos produtos comercializados por essas comunidades, se destaca a farinha, pimenta do reino, hortaliças, milho, feijão, criação de pequenos animais e frutas.

Quadro 01: Produtos da agricultura familiar comercializados por comunidades selecionadas em Santarém em 2014.

Comunidades	Grupo	Nº de Entrevistados	Produtos comercializados
Vila de Arapixuna	Rio	08	Farinha, feijão, laranja, manga
Atodí	Rio	01	Farinha
Bacurizinho	Rio	01	Farinha, urucum
Boa Esperança	Planalto	17	Farinha, pimenta do reino, milho
Cachoeira do Aruã	Rio	05	Farinha, milho, banana
Estrada Nova	Eixo Forte	01	Hortaliças
Hengênio	Rio	01	Farinha, milho
Bairro do Maicá	Urbano	02	Hortaliças e frutas
Nova Bela Vista	Rio	02	Farinha, arroz, café
Nova Pedreira	Rio	01	Farinha
Nazário	Rio	01	Farinha, milho, feijão
Parauá	Rio	01	Farinha, milho, feijão
Paricatuba	Rio	01	Milho, feijão, macaxeira
Ponte Alta	Eixo Forte	01	Farinha, galinha, porco, milho
São Francisco	Rio	02	Farinha, mel de abelha
São Pedro	Rio	01	Farinha
Sociedade dos Parentes	Rio	02	Farinha, tapioca, banana
Vila Gorete	Rio	01	Farinha

Fonte: Pesquisa de campo realizada com as famílias agricultoras, no ano de 2014 e início de 2015. Elaborado por Marialva Campos Rêgo, 2015.

Os meios de transporte mais utilizados pelos agricultores, são os transportes públicos, como ônibus e barco de linha, sendo na maioria das vezes o único meio para alguns agricultores, outros possuem pequenas embarcações como a bajara ou fretam carros.

Dentre os 49 pesquisados no ano de 2014 e início de 2015, das 18 comunidades, apenas 11 têm acesso a crédito para se manterem na agricultura familiar. Desses 11, somente 10 participam do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

(PRONAF). Outros não têm conhecimento do programa ou desistiram por enfrentarem dificuldades em termos burocráticos. Os dados são apresentados conforme comentário, na tabela seguinte.

Quadro 02: Acesso a crédito rural segundo entrevistados em comunidades selecionadas em Santarém em 2014.

Comunidades	Tipos de crédito	Numero de beneficiários
Vila de Arapixuna	PRONAF	02
Atodi	-	-
Boa Esperança	PRONAF, Banco da Amazônia	09
Cachoeira do Aruã	-	-
Bacurizinho	-	-
Estrada Nova	-	-
Hengênio	-	-
Maicá	-	-
Nova Bela Vista	-	-
Nova Pedreira	-	-
Nazário	-	-
Parauá	-	-
Paricatuba	-	-
Ponte Alta	-	-
São Francisco	-	-
São Pedro	-	-
Sociedade dos Parentes	-	-
Vila Gorete	-	-

Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo realizada em 2014 e início de 2015. Elaborado por Marialva Campos Rêgo, 2015.

Quanto à renda das famílias agricultoras, baseia-se na agricultura familiar, aposentadoria, membros assalariados da família e benefícios sociais. A agricultura familiar está presente na renda de todos os entrevistados, embora não seja para muitos a única fonte de renda. Apenas uma minoria tem a agricultura como única fonte de renda e não participam dos benefícios sociais por opção.

Quadro 03: Renda familiar segundo entrevistados em comunidades selecionadas em Santarém em 2014.

Comunidades	Fonte de renda	Numero de beneficiários
Vila de Arapixuna	Agricultura, bolsa família, bolsa verde, assalariado,	08
Atodí	Agricultura e benefício social	01
Boa Esperança	Agricultura, bolsa família, aposentadoria	17
Cachoeira do Aruã	Agricultura	04
Bacurizinho	Agricultura, benefício social	01
Estrada Nova	Agricultura	01
Hengênio	Agricultura, benefício social	01
Maicá	Agricultura,	02
Nova Bela Vista	Agricultura, bolsa família	02
Nova Pedreira	Agricultura, bolsa família	01
Nazário	Agricultura, bolsa família	01
Parauá	Agricultura, bolsa família e bolsa verde	01
Paricatuba	Agricultura, bolsa família	01
Ponte Alta	Agricultura, benefício social	01
São Francisco	Agricultura, benefício social	02
São Pedro	Agricultura, benefício social	01
Sociedade dos Parentes	Agricultura, benefício social	01
Vila Gorete	Agricultura, benefício social	01

Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo realizada em 2014 e início de 2015. Elaborado por Marialva Campos Rêgo, 2015.

Em relação às dificuldades enfrentadas na agricultura familiar, quase todos os entrevistados demonstraram que a falta de assistência técnica continua sendo uma das dificuldades enfrentada por todos os agricultores. O acesso ao crédito também é uma problema, pois sem dinheiro não tem como investir mais na produção, sendo que uns agricultores precisam alugar terras para plantar e sem investimento não é possível desenvolver um bom trabalho que permita pagar o aluguel. Para outros, a falta de mão de

obra está se tornando uma dificuldade, pois com o acesso ao benefício social, algumas famílias deixam de trabalhar na agricultura, tornando difícil a contratação. O quadro abaixo destaca as dificuldades enfrentadas pelos agricultores.

Quadro 04: Principais dificuldades na agricultura familiar segundo entrevistados em comunidades selecionadas em Santarém em 2014.

Comunidades	Dificuldades
Vila de Arapixuna	Falta de assistência técnica, acesso ao crédito, comercialização.
Atodí	Comercialização.
Boa Esperança	Pouca terra, solo esgotado, transporte, comercialização, acesso ao crédito.
Cachoeira do Aruã	Assistência técnica, escoamento da produção, transporte.
Bacurizinho	Assistência técnica.
Estrada Nova	Assistência técnica, transporte.
Hengênio	Assistência técnica.
Maicá	Transporte, irrigação, comercialização e mão de obra.
Nova Bela Vista	Estrada, transporte, assistência técnica.
Nova Pedreira	Assistência técnica.
Nazário	Estrada, assistência técnica.
Parauá	Acesso ao crédito, transporte e assistência técnica.
Paricatuba	Transporte, distancia da cidade e comercialização.
Ponte Alta	Acesso ao crédito, transporte e assistência técnica
São Francisco	Assistência técnica, acesso ao crédito
São Pedro	Assistência técnica, comercialização
Sociedade dos Parentes	Assistência técnica, estrada, transporte
Vila Gorete	Assistência técnica

Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo realizada em 2014 e início de 2015. Elaborado por Marialva Campos Rêgo, 2015.

O quadro anterior demonstra a grande problemática enfrentada pelos agricultores das comunidades pesquisadas, pois todas enfrentam problemas na produção. São dados que deixam visível a importância da assistência técnica no acompanhamento das práticas desenvolvidas pelos agricultores, além de outras problemáticas que precisam ser sanadas para melhorar a vida das famílias agricultoras.

A AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DE BOA ESPERANÇA EM 2014.

A pesquisa de campo foi realizada na comunidade de Boa Esperança, no ano de 2014 e janeiro de 2015, tendo como finalidade coletar uma amostra das famílias que utilizam o PRONAF no desenvolvimento da agricultura familiar. A comunidade de Boa Esperança tem 52 anos de fundação, está localizada na rodovia PA 370, a 42 km de Santarém. Tem uma população de quase dois mil habitantes.

Sua economia está baseada no cultivo da mandioca (figura 01), tradicionalmente conhecida pela produção de farinha puba e da farinha de tapioca e outros derivados da mandioca.

Figura 01: Plantação de mandioca.



Fonte: Marialva Campos, janeiro de 2015.

Cultivam ainda a pimenta do reino (figura 02), o feijão, o milho e outros em menor quantidade. Além da agricultura, os comunitários contam com aposentadorias, e famílias beneficiadas pelos programas sociais do Governo Federal.

Figura 02: Plantação de pimenta do reino.



Fonte: Marialva Campos Rêgo, Janeiro de 2015.

O trabalho na agricultura ainda é bastante tradicional e algumas famílias criam suas próprias técnicas mecanizadas para enfrentar as dificuldades no campo e produzir com mais qualidade, como é o caso do forno de farinha o lava-massae o “poc-poc”²⁸.

Os agricultores constroem barracões apenas coberto de telhas, que dão o nome de casa de farinha. Local onde os agricultores mantêm os objetos de uso no preparo dos derivados da mandioca.

A mandioca que é utilizada para fazer a farinha puba fica de molho antes do preparo dos derivados em uma estrutura de madeira, um trabalho tradicional que ajuda na hora de preparar a farinha.

Um dos meios de transporte utilizado pelos agricultores para transportar a produção até a casa de farinha, além da carroça de boi é o carro poc-poc. Espécie de carro onde é adaptado um gerador de energia e gás de cozinha em uma estrutura de carro com carroceria.

O trabalho “braçal” ainda é muito utilizado no preparo da terra, assim como a carroça de boi para transportar a produção do campo para a casa de farinha. A técnica mecanizada mais conhecida e utilizada por alguns agricultores é o trator e a terra gradeada.

A ausência de assistência técnica, falta de transporte adequado para escoar a produção para comercialização nas feiras de Santarém, mecanização da terra e burocracia ao acesso ao crédito, são alguns dos problemas enfrentados pelos agricultores.

²⁸Carro criado pelos gaúchos, que ajuda a transportar a produção, principalmente no período do inverno.

Na pesquisa realizada, foram aplicados 17 questionários, sendo que apenas oito dos entrevistados participam do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e participam na maioria das vezes, do grupo final “B”, direcionado a produção de mandioca e plantio de pimenta do reino. As outras famílias tentaram acessar o programa mas não conseguiram o crédito, e outras não têm conhecimento do programa e a única saída é o empréstimo diretamente nas agências financeiras, o que passa a ser um problema pelo fato dos juros serem bem mais elevados. As famílias que conseguiram o crédito, afirmam que foi uma forma de investir mais na produção e o juro é bem mais baixo, porém pelo fato de ser baixo o valor do crédito, não conseguem investir em outra produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A agricultura familiar no município de Santarém conta com um grande número de famílias que desenvolve essa prática que é muito importante no desenvolvimento da região. A finalidade deste estudo foi analisar os impactos do PRONAF na agricultura familiar, no município de Santarém, sendo representado através de uma amostra realizada em 18 comunidades selecionadas tendo como foco os agricultores da comunidade de Boa Esperança.

Através do trabalho desenvolvido, verificou-se que o PRONAF, assim como outras políticas públicas, surgiu da necessidade em atender os anseios dos pequenos agricultores. O acesso ao crédito e a inclusão das famílias nos programas do Governo Federal, para que pudessem ser inseridas técnicas novas e meios de desenvolver a produção sem que fosse preciso recorrer às agências financeiras. Porém, somente criar o programa, não chega a ser motivo de desenvolvimento para a região e nem de inclusão ou progresso para os pequenos agricultores do município de Santarém. Pois, ao acompanharmos de perto a realidade desses agricultores e a aplicação dessa política de crédito como “facilitadora”, constata-se, que apenas uma minoria participa do programa. Vale destacar que o PRONAF, ainda é um meio de acesso a crédito desconhecido por uma grande parcela desses agricultores com pouco conhecimento e que estão distante da cidade.

Quanto à renda das famílias agricultoras, na maioria das vezes tem como base o trabalho desenvolvido na agricultura. Outras, além da agricultura participam de benefício social, aposentadoria e assalariados. Vale ressaltar que uma pequena parcela destas famílias tem a agricultura familiar como única fonte de renda. O que torna o quadro preocupante quanto à continuidade dessa prática pelos membros mais jovens, pois a agricultura familiar

é na maioria das vezes comandada por pessoas de mais idade, responsáveis pelo sustento da família.

Famílias agricultoras que em pleno século XXI ainda usam técnicas tradicionais que foram passadas de geração em geração, sem nenhum acompanhamento técnico. A falta de uma política pública bem estruturada pode levar essas famílias a abandonarem o campo em busca de novas e ilusórias oportunidades de desenvolvimento financeiro.

Sabe-se que a agricultura familiar é responsável pela economia local, regional e nacional. Porém é necessário que haja mais engajamento por parte dos governantes em busca de aprimorar cada vez mais essa política de fortalecimento.

É importante ainda ressaltar a adoção de novas estratégias que venham resolver os principais problemas que afetam diretamente os agricultores, como baixa escolaridade, desconhecimento de técnicas modernas, novas formas de aproveitar o solo já desgastado pelo constante uso produtivo e noção de valor de mercado para comercializarem seus produtos. Assim como o transporte da produção, vicinais intrafegáveis, armazenagem, comercialização e reaproveitamento dos produtos.

Buscar formas de planejar e capacitar os pequenos agricultores, que comercializam sua produção no local em que vive e repensar a sustentabilidade deste setor é essencial para a permanência dessas famílias no local. Comercialização esta que, na maioria das vezes ocorre com os agricultores que se encontram longe da cidade e que por vários motivos são obrigados a passarem sua produção para os atravessadores por um preço abaixo do mercado.

Em relação à participação das famílias agricultoras no acesso as linhas de crédito do PRONAF, ainda é bem tímida, e dentro do município de Santarém, na maioria das vezes esse acesso se restringe ao menor financiamento, tendo como um número maior de participação, o grupo final “B”.

O valor do crédito é baixo e não chega a atender a necessidade dos mesmos, pois principalmente na comunidade de Boa Esperança, há agricultores que para plantar, precisam alugar a terra, pagar mão de obra, pagar transporte para comercializar e ainda gerar um capital que possa investir e pagar o financiamento que é anual. Ressaltando, que o crédito do PRONAF possui juro bem abaixo dos juros das agencias bancárias.

Faz-se necessário que o planejamento e avaliação das políticas públicas, sejam constantes, para que as deficiências da aplicabilidade não venham comprometer o bom andamento da produção das famílias agricultoras. Pois, o resultado da pesquisa de campo realizada com as famílias beneficiadas pelo programa de crédito do PRONAF, revela que o

impacto foi positivo, porém ainda existe por parte de muitos, anseio em participar de financiamentos maiores, que possa suprir as necessidades básicas da produção e diversificar, o que ocasionaria uma renda mais alta, aumento na produção e na economia local, regional e nacional. E quanto às outras comunidades que é maioria, o programa ainda não atende de forma satisfatória. O impacto ainda não acontece de forma positiva em nível de município, pois apenas uma pequena parte participa dessa política que é de grande importância para o desenvolvimento rural.

Por tanto, a importância de se analisar e acompanhar a elaboração e aplicação das políticas públicas com mais responsabilidade e participação do governo é fundamental para que os resultados possam surgir de forma positiva. Esta medida visa dar oportunidade às famílias agricultoras de crescerem produtivamente, e continuando no campo com dignidade e inclusão social, sem a necessidade de se deslocarem para a cidade e sem risco de ficarem de fora das políticas que foram pensadas para esse fim. É preciso mais envolvimento do poder público municipal com as lideranças comunitárias. Uma aproximação que possa firmar parcerias e acompanhamento da execução dessas políticas. Assim como avaliar os critérios estabelecidos nas políticas públicas elaboradas, se estão sendo executados de acordo com o estabelecido na lei e se corresponde aos anseios do público que será beneficiado. Pois ninguém melhor para saber o que deve continuar ou melhorar dentro de um projeto, que o próprio público alvo. Para isso conhecer as diversidades apresentadas nas diversas comunidades do município de Santarém e propor novas formas, menos burocráticas que leve a inclusão de todos.

Ressaltando que a importância do PRONAF como política pública de fortalecimento da agricultura familiar só será eficaz quando oferecer meios menos burocráticos e que inclua todos, pois toda política pública deve ser pensada de forma ampla e voltada para a realidade do público beneficiado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006.** Brasília, 24 jul. 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 12/12/2014.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. **Agricultura Familiar no censo agropecuário 2006**: o marco legal e as opções para sua identificação. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 18, n. 1, 2010: 127-157.

INCRA / FAO. **Novo Retrato da Agricultura Familiar**. O Brasil Redescoberto, Brasília, 2000.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial**: uma análise dos impactos socioeconômicos do Pronaf no território médio Jequitinhonha – MG: Brasília. 2012.

_____. **Contradições em processo**: um estudo da estrutura de evolução do PRONAF de 2000 a 2010. Brasília-DF, 2013.

SARAIVA Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**. Brasília, DF. ENAP, 2006.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: Uma revisão da literatura. Porto Alegre, Ano 8, nº16, jul/dez/ 2006, p. 20-45.

PARTE 3 - POLÍTICAS AQUÍCOLAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ

Figura: Pesca no rio Tapajós na Flona Tapajós em Belterra, Pará.



Foto: Acervo do GPDAM/UFOPA, 2016.

CAPÍTULO 6 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA AQUICULTURA NO ESTADO DO PARÁ: UMA ANÁLISE SOBRE A REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS/PA

Jorgiene dos Santos Oliveira²⁹

INTRODUÇÃO

É consenso entre os autores que analisam a cadeia produtiva da aquicultura no Brasil que a mesma enfrenta grandes problemas relacionados a falta de organização do sistema de transferência de tecnologia; a carência de pesquisa aplicada, de ordenamento e desenvolvimento; bem como a deficiência do sistema de comercialização e distribuição dos produtos pesqueiros (CARNEIRO, 2000). Mesmo assim, afirma o autor, o setor da aquicultura a médio prazo é o que mais oferece possibilidades de aumento de produção pesqueira no País.

No entanto, para que a médio prazo o setor produtivo se fortaleça, ainda que existe a necessidade do desenvolvimento de estudos que possibilitem a formulação de um programa de desenvolvimento da aquicultura levando em conta as diferentes regiões brasileiras (CARNEIRO, 2000).

Dialogando com o autor, este artigo visa apresentar uma análise sobre as políticas públicas para o desenvolvimento do setor aquícola no estado do Pará em seus diferentes aspectos, dentre eles recursos financeiros, infraestrutura e equipamentos, dentre outros elementos da cadeia produtiva referentes a aquicultura no estado. Com isso, buscaremos levantar sugestões sobre a aplicabilidade dos resultados encontrados para o fomento da aquicultura.

O estado do Pará foi selecionado dentre os estados da região Norte devido ser o maior produtor de pesca extrativa continental do Brasil (com destaque também para o Amazonas), ficando com 6.6% da produção nacional (SEPAq, 2008). Outro fator diz respeito ao estado possuir grande extensão territorial em área para cultivo; abundância de água doce e ainda limpa; dentre outros, considerados como elementos essenciais para o desenvolvimento do setor aquícola (SEBRAE, 2010).

²⁹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutora em Ciência Política (UFSCAR/SP), Pesquisadora Visitante em Universidade Livre de Berlim (Alemanha/Berlim), Mestre Planeamentos dos Trópicos Úmidos da Amazônia (UFPA/NAEA/PA) e Graduada em Ciências Sociais (UFPA/PA). E-mail: jorgienes03@gmail.com

No Estado do Pará os valores de produção da pesca extrativa industrial (21,1%) e artesanal (77,3%) sobrepõem os 1,6% da produção aquícola (IBAMA 2008). Isto mostra que ainda há muito o que se buscar para que a atividade aquícola alcance índices seguros de produção.

Neste aspecto, apresentar um levantamento e uma avaliação das políticas públicas voltadas à aquicultura no estado do Pará poderá subsidiar: o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações (CUNHA, 2006).

Neste produto a avaliação das políticas públicas seguirá a orientação metodológica do marco lógico, por partir da concepção de que políticas são processos articulados e estabelecem recursos que configuram a política pública, seus programas e projetos, e encadeiam as etapas de um mesmo programa, desde o diagnóstico da população-alvo até a definição de critérios para intervenção estatal (CARVALHO, 2003).

Em razão de a modalidade de aquicultura apresentar diversas ramificações (piscicultura, carcinicultura, ostreicultura, dentre outras), analisou-se os elementos da cadeia produtiva que consideramos comuns a todas as modalidades aquícolas, que são: recursos financeiros, produtores, material institucional, recursos de treinamento, infraestrutura, ordenamento e equipamentos.

É importante ressaltar que ao buscar listar as políticas públicas por órgãos e instituições envolvidas nas aplicações das mesmas, nos deparamos com um entrave de nível institucional no desenvolvimento da aquicultura no Pará, que foi a falta de (ou limitada) cooperação entre as Instituições de Pesquisa, Extensão e de Governo. Por exemplo, durante a busca nos dados pretéritos da aquicultura na SAGRI, (instituição a qual era responsável pela aquicultura até a criação da SEPAq), foi afirmado que todas as informações foram repassadas a SEPAq (Secretaria Estadual de Pesca e Aquicultura do Estado do Pará). Quando as informações foram pesquisadas na SEPAq em 2014, aparentemente nenhuma informação havia chegado à secretaria.

A dificuldade de obtenção de dados apurados e precisos mostra uma das características do setor aquícola no estado, a dificuldade que as instituições têm de compartilhar dados e em especial, a desconfiança que existe entre os produtores privados (especificamente produtores de alevinos) que se recusaram a fornecer dados específicos sobre a produção dos mesmos. Tal dificuldade pode explicar em parte a

ineficiência dos órgãos públicos em criar políticas de incentivo e planejamento para o setor. Sem dados apurados, torna-se impossível decidir áreas de maior importância para a aquicultura. O que leva a adoção de políticas com poucos subsídios concretos.

Após longa pesquisa, identificamos no estado do Pará dentre órgãos e instituições implementadoras (os) e fomentadoras (os) da aquicultura a SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca), MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), SEPAq, Basa (Banco da Amazônia), Banco do Brasil, EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e SAGRI (Secretaria Estadual de Agricultura).

É importante mencionar que este artigo terá um recorte analítico embasado na ciência política, devido seus objetivos estarem relacionados à implementação de políticas públicas voltados ao fomento para a aquicultura.

METODOLOGIA

Foram levantados dados secundários por meio de visitas às instituições não-governamentais e governamentais como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (CEPNOR), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI), o Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (FAEPA), o Sindicato dos Aquicultores do Estado do Pará (SINAQUIC) e o Banco da Amazônia. Além da realização de consulta a sítios oficiais dos governos Federal e Estadual sobre as políticas voltadas a aquicultura para o estado do Pará. Bem como entrevistas semiestruturadas com gestores e técnicos em aquicultura da Sepaq.

A REGIÃO DE INTEGRAÇÃO BAIXO AMAZONAS

A Região de Integração do Baixo Amazonas é formada por 12 municípios: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná,

Prainha, Santarém e Terra Santa, cobrindo uma área de 315,86 Km², o que corresponde a 25,3% do território paraense, concentrando 8,9 da população paraense 684 mil habitantes (IBGE 2010). É a terceira maior região do Estado do Pará em número de habitantes.

Na composição do Produto Interno Bruto (PIB) da região em relação ao Estado do Pará, a Indústria corresponde a 5,3% das atividades, o setor de Serviços 7,6% e o Agropecuário 13,3%. O PIB da Região de Integração do Baixo Amazonas foi de 4.227 milhões em 2009 equivalendo a 7,2% do PIB paraense, sendo o 2º maior entre as regiões do estado. Os setores que mais se destacam são os ligados a Agropecuária (ANUÁRIO PARÁ, 2017/2018).

AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR AQUÍCOLA EM SEUS DIFERENTES ASPECTOS.

De acordo com a UNICEF (1990), avaliação, trata-se do exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desempenho, implementação e resultados, com vistas à determinação de sua efetividade, eficiência, sustentabilidade, impacto, e a relevância de seus objetivos. “O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (COSTA; CASTANHAR, 2003, p.972).

A ação de análise não é uma ação isolada e independente. Ela é uma das etapas do processo de planejamento das políticas e programas governamentais, assim geram informações que possibilitam novas escolhas, verifica resultados que podem sugerir a necessidade de reorientação das ações para o alcance dos objetivos traçados (CUNHA, 2006). Ala-Harja e Helgason (2000, p.8) definem análise em termos simples, afirmando que “o termo compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos”.

Diante do exposto, concentrar-nos-emos na análise denominada como *metodologia do marco lógico* (COSTA; CASTANHAR, 2003). Esta metodologia parte da concepção de políticas públicas como processos articulados e estabelece os recursos que configuram a política pública, e encadeiam as etapas de uma mesma política, desde o diagnóstico da população-alvo até a definição de critérios para intervenção (CARVALHO, 2003).

A ferramenta de base se estrutura em forma de uma matriz de organização: de um lado ficam os objetivos, indicadores, meios de aferição e fatores ~~externos a influenciar os~~ resultados do programa; de outro, a especificação dos objetivos geral e específicos, componentes e atividades (CARVALHO, 2003).

Outra forma de se estruturar a matriz lógica é dada por Costa e Castanhar (2003), para os autores, começa-se pela identificação dos objetivos gerais e específicos do programa e dos indicadores pelos quais o programa será avaliado, assim como a identificação das fontes de dados que serão usadas para as mensurações, comparações e análises.

Num segundo momento volta-se para a identificação dos recursos (financeiros, humanos, infraestrutura) alocados ao programa, as atividades previstas, os resultados esperados e as relações causais que a teoria por trás do programa pressupõe que podem ser atingidas.

Trevisan e Bellen (2008) identificam os fatores contextuais como aspectos que estão fora do controle da equipe de planejamento e gestão do programa, porém podem exercer impacto positivo ou negativo sobre os resultados, tais como: características empreendedoras dos beneficiários, perfis de gerentes envolvidos na execução do projeto, características e atuação dos líderes comunitários.

Para Carvalho (2003, p. 193), a metodologia do marco lógico se destaca pela clareza na distinção dos conceitos de avaliação e das atividades necessárias para seu desenvolvimento, bem como na proposição de dimensões para avaliação, “possibilitando resultados analíticos baseados em uma interpretação integrada do comportamento dos agentes, das atribuições das instâncias de implementação e da interação com as populações potencial.

Delgado (2010) afirma que as pré-condições podem ajudar na formulação de um programa com marco lógico coerente, pois todo projeto tem um modelo causal, uma hipótese ou conjunto de hipóteses que orientam a intervenção. Esse modelo causal pode estar enunciado de forma explícita ou implícita.

A forma explícita é a preferencial pois fornece uma clareza sobre a cadeia lógica e apresenta hipóteses testáveis sobre os fatores condicionantes de uma situação social. Em alguns casos, se baseia em hipóteses já estabelecidas e analisadas. Entretanto nem sempre a forma explícita está disponível (é importante sempre buscá-la). Em alguns casos não há teoria ou evidências concretas, isso não quer dizer que o programa deve deixar de existir. Porém os formuladores devem estar atentos para procurar sempre

a cadeia causal, por vezes, reconstruí-la enquanto o programa é implementado ajudando a evidenciá-las.

No entanto é difícil estabelecer as cadeias de causalidade pois problemas sociais são multifacetados, com causas múltiplas que interagem, como é o caso da aquicultura. Assim, às vezes, é difícil definir os mecanismos necessários para enfrentar o problema compará-los com outros programas. Neste aspecto, ao tentar analisar as políticas públicas voltadas a aquicultura no Pará, nos deparamos com dois entraves o de nível institucional (falta de informações sistematizadas pelos órgãos) e a falta de cadeias de casualidades na formulação das políticas localizadas.

A seguir vamos apresentar os órgãos e instituições fomentadores da aquicultura no estado do Pará, também indicaremos dentre outros aspectos os pontos positivos e os negativos de cada política implementada no estado, na tentativa de apresentar o início de um modelo do marco lógico.

OS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À AQUICULTURA NO ESTADO DO PARÁ

Em 2015 o governador eleito realizou uma reforma administrativa e extinguiu a SEPAq, agregando-a a SAGRI e desta união surgiu a SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA (SEDAP) com o objetivo de revitalizar o parque industrial da indústria pesqueira; aprofundar o apoio à pesca artesanal e estimular a expansão da aquicultura no Estado, o que dificultou ainda mais a coleta de dados, pois não localizamos informações sobre políticas direcionadas a aquicultura na recém-criada secretaria de estado neste ano. O quadro abaixo apresentará os entraves e avanços na aquicultura no estado do Pará, região do Baixo Amazonas, chamada também de Calha Norte Paraense localizados com muita dificuldade, pois como já mencionado as informações acerca do setor são poucas e sem uma sistematização seja, em documentos oficiais e/ou sites governamentais.

QUADRO 1: Órgãos e instituições estaduais envolvidas na aplicação da política pública para aquicultura no Pará (2008 a 2014)

INSTITUIÇÃO/ORGÃO	FOMENTO	POLÍTICA	LOCAL	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
A secretaria municipal de agricultura e abastecimento (Semab) de Santarém, SAGRI e EMATER.	INFRAESTRUTURA	25 tanques-rede nas comunidades de Anaã, Aritapera, Vila Brasil e Maripá, que atenderá 60 famílias, com financiamento da prefeitura.	Santarém	Implantados	Obtenção do licenciamento, o Preço alto da ração e recursos financeiro para ampliação da produção. E a Ausência de assistência, o que gerou alta mortalidade dos Alevinos. A produção é em geral toda vendida para Consumidores na forma viva ou fresca e é realizada pelos proprietários
SEPAq	INFRAESTRUTURA/INSUMO	INFRAESTRUTURA/INSUMO	Santarém	Reformas realizadas	Foram realizadas reformas na estação, no entanto o laboratório ainda precisa de equipamentos mais modernos. Também é preciso ampliar o número de técnicos do governo do estado para fornecer assistência técnica aos 203 empreendimentos da região.
SEBRAE	ASSITENCIA TÉCNICA/QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA	Fornece treinamento para assistência técnica	Todos os municípios da região	Os municípios atendidos tem melhoras na criação de peixes	Municípios das regiões de Baixo Amazonas como Faro, Terra Santa e Alencar não recebem apoio. Em geral o apoio técnico limita-se aos municípios de grande e médio porte, não atingindo os de pequeno porte.
SEPAq/MPA	COMERCIALIZAÇÃO	Feira do Peixe Vivo	Santarém	Oferta de pescado vivo da aquicultura regional no período da semana santa	Infraestrutura para comercializar o produto vivo e os custos financeiros para realizar o evento, a secretária não tem uma dotação orçamentária específica para tal.
SEPAq	ASSITENCIA TÉCNICA	Cartilhas explicativas sobre o cultivo de peixes e tartaruga da Amazônia (Podocnemis expansa), e sobre a	Geral	3 cartilhas elaboradoras e divulgadas	Divulgadas em meios eletrônicos são de difícil acesso ao pequeno aquicultor no Pará.

		logística de transporte do Caranguejo Uçá (<i>Ucides cordatus</i>) assim como de técnicas já testadas experimentalmente e para facilitação do manejo nas espécies trabalhadas.			
--	--	--	--	--	--

Fonte: SEPAq, SAGRI, EMATER, INCRA, SEBRAE (2008 a 2014).

A lógica interna da política se aplica aparentemente em uma escala menor ao estado do Pará, aparentemente pode-se perceber que as políticas federais são pensadas e implementadas sem considerar as singularidades do estado do Pará; as políticas estaduais ainda são insuficientes para o desenvolvimento sustentável da aquicultura. Na tentativa de contribuir com futuras iniciativas políticas sobre a cadeia da aquicultura no Pará, apresentamos abaixo as caracterizações da cadeia produtiva no estado.

O quadro acima apresenta os entraves e avanços na aquicultura no estado do Pará localizados com muita dificuldade, pois como já mencionado as informações acerca do setor são desfragmentadas, não existindo um banco de dados com informações precisas sobre a implementação e monitoramento, por exemplo. Pode-se perceber que mesmo existindo investimentos em apoio técnico para orientações referentes as áreas de nutrição, construção de Infraestrutura, produção e venda de alevinos, manejo de peixes e de viveiros, as políticas precisam avançar, pois existem produtores em todas as regiões do Pará e políticas públicas em apenas algumas regiões. A atual secretária de estado que hoje comporta a responsabilidade sobre a aquicultura não apresentou nenhum programa, política ou projeto direcionado ao setor conforme indicou o site da mesma até o momento. Em relação as informações sobre as políticas públicas implementadas no Pará pelo o MPA, localizamos, apenas dados gerais sobre o Brasil e o Pará no site sobre indicadores (geral) das políticas públicas do governo federal, ou seja, não foi no site do MPA, conforme demonstra tabela abaixo:

Tabela 1: Políticas para a aquicultura no Pará (MPA -2003-2013)

ACÇÃO	FOMENTO	QUANTIDADE E/VALOR	TOTAL GERAL(BRASIL)
Repasses de apoio ao programa da cadeia produtiva	FINANCIAMENTO	819.991,75	118.223.459
Número de beneficiados com o programa da cadeia produtiva	FINANCIAMENTO	477	46.173
Número de beneficiários no Apoio a Unidade de Ensino em Aquicultura	CAPACITAÇÃO	1490	47310
Quantidade de editais de pesquisa lançados ou apoiados para o setor da pesca e aquicultura	CAPACITAÇÃO	9	343
Recursos repassados via editais de pesquisa na área de pesca e aquicultura	CAPACITAÇÃO	3.914.684,69	70.632.497,53
Número de projetos apoiados no setor de pesca e aquicultura Desenvolvimento incubação/associativismo/assistência técnica/capacitação	ASSOCIATIVISMO, ASSISTENCIA TÉCNICA, CAPACITAÇÃO, INCUBAÇÃO	5	185
Número de projetos apoiados via descentralização orçamentária que possuem algum componente de pesquisa na área de pesca e aquicultura	DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA	0	9
Valor gasto com registro de pescadores no Regime Geral da Pesca	ORDENAMENTO	1.410.415,35	7.136.552,04

Fonte: Indicadores do Governo Federal (2014)

CARACTERIZAÇÕES DA CADEIA PRODUTIVA AQUÍCOLA NO PARÁ

O potencial da aquicultura na região Norte, como tem sido demonstrado em diversas revisões na literatura (OSTRENSKY *et al*, 2008b), é enorme visto a situação privilegiada que a região tem (i) em relação aos recursos hídricos, (ii) o alto índice de consumo de peixes na região amazônica e (iii) o crescimento apresentado pela aquicultura nas últimas duas décadas em relação às outras atividades agropecuárias (SEPAq, 2008).

A produção aquícola Paraense dentro da Região Norte ficou abaixo de outros Estados como Amazonas, Rondônia e Tocantins, representando apenas 12,8% da produção regional, e produzindo 2.284 toneladas em 2004, com taxa de incremento de 5,6%. Em relação à produção nacional, o Pará contribuiu com 0,8% e a principal espécie de cultivo é o Tambaqui. No ranking brasileiro, o Pará está apenas em 21º lugar na produção aquícola. Na região, Norte 98,6% da produção é baseada na aquicultura continental, mas essa produção representou apenas 9,7% da aquicultura continental Brasileira (BOSCARDIN, 2008).

Diferente do estado do Tocantins em que a piscicultura já representa 80% da produção total de pescado (piscicultura e pesca juntas), no estado do Pará os valores de produção da pesca extrativa industrial representam (21,1%) e artesanal (77,3%) e sobrepõem os 1,6% da produção

aquícola, conforme Ibama (2008). Isto mostra que apesar do empenho do governo em aumentar essa produtividade, ainda há muito o que se buscar para que a atividade aquícola alcance índices seguros de produção e que o objetivo de fornecer proteína animal de elevado teor nutricional, principalmente às populações carentes, seja alcançado de maneira eficiente, menos oneroso e em curto prazo. No Estado do Pará a aquicultura continental produziu 2073 toneladas de pescados (peixes e crustáceos) em 2005, o que representa apenas 1% da aquicultura continental no Brasil (IBAMA 2007). Desta produção, 99% é baseada no cultivo de peixes, em que predominam o Tambaqui (*Colossoma macropomum*) e a Tilápia (*Oreochromis niloticus*), que representam 94% e 4%, respectivamente (IBAMA, 2007).

Um padrão similar ocorre na maricultura do Pará, que é caracterizada pelo cultivo de camarões, e produziu apenas 278 toneladas em 2005. Esta quantidade representa menos de 1% da produção de camarões cultivados no Brasil (63.134 toneladas). A falta de políticas com planos de metas ou diretrizes claros e articulados nas diferentes instituições que implementam políticas voltadas a aquicultura, fez com que a atividade crescesse praticamente por conta própria, através de iniciativas privadas individuais.

Isto gerou uma diversidade e desorganização de empreendimentos nos diversos níveis da cadeia produtiva, fazendo com que os problemas individuais fossem resolvidos de formas diferentes. Por exemplo, a falta de apoio técnico gerou produtores buscando tecnologias muitas vezes em outras regiões que não condiziam com a realidade local, causando prejuízos financeiros e ambientais. Os entraves no licenciamento ambiental e falta de centralização da atividade também estimularam a desorganização do setor e atualmente nenhum órgão público tem uma ideia realista do número de produtores existentes, nem o impacto causado por estas (SEPAq, 2008).

Consequentemente não se pode prever o potencial de impacto ou sustentabilidade ambiental ou econômica de um crescimento que tem ocorrido independente das políticas de governo e que segundo a tendência continuará em desenvolvimento. Vale salientar que estas políticas e planejamentos somente serão possíveis e coerentes com a realidade do estado, se estas forem realizadas a partir de uma base de dados sólida e continuamente atualizada. Diante do contexto pode-se afirmar que a cadeia produtiva da aquicultura no Pará apresenta os seguintes entraves: I) O **ordenamento** das diferentes etapas da cadeia produtiva da aquicultura praticamente inexistente; II) As alternativas para o **beneficiamento** são limitadas; III) Ausência de **assistência técnica** tanto em número quanto em qualificação profissional; IV) Não existe a possibilidade de conquista e ampliação de **novos mercados**; V) Dificuldade na **comercialização** da produção; VI) Falta de organização na distribuição

dos **alevinos**; VII) Devido à ausência de uma fábrica de **ração** no estado o custo da mesma é muito alto, prejudicando principalmente o pequeno produtor; VIII) A dificuldade de transporte afeta diretamente a disponibilidade de alevinos, ração, distribuição da produção e o acesso dos extensionistas, ou seja, a falta de **infraestrutura** nos municípios; IX) A maioria dos produtores entende a aquicultura **como atividade secundária**; X) A falta de informações específicas sobre a documentação necessária para o licenciamento e a dificuldade de se deslocar a Belém para realizar o **licenciamento** ambiental; XI) A dificuldade e a morosidade na obtenção do licenciamento ambiental; XII) A dificuldade de acesso ao crédito rural para investimento e o custeio do Empreendimento; XIII) Prática limitada de Associativismo entre os produtores.

RESULTADO ENTREVISTAS: TÉCNICOS DA SEPAQ SOBRE A APLICABILIDADE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS NO FOMENTO DA AQUICULTURA NO PARÁ

Após a avaliação das políticas públicas seguindo a metodologia do modelo lógico apresentadas no quadro e tabela anteriores, o cruzamento destas informações com a realidade do estado e levantamento de estudos já existentes sobre a aquicultura no Pará, indicaremos abaixo as sugestões de aplicabilidade em relação aos resultados encontrados, sobre os “*inputs*” levantados para o funcionamento da cadeia produtiva da aquicultura.

No entanto, a nossa principal recomendação, dentre os outros aspectos que serão apresentados a seguir, é a de que consultores e especialistas preocupem-se com a etapa de construção do programa, não tão somente na etapa de avaliação. Pode-se ter uma avaliação concomitante de um marco lógico do programa. Líderes locais, estudo de caso, *survey* e pesquisas anteriores auxiliam na identificação da estrutura prévia onde o programa poderá atuar. A literatura sobre a aquicultura deve ser consultada (DELGADO,2010). Estas ações poderão ajudar a resolver problemas identificados para a construção do marco lógico e a superar a restrição de tempo e orçamento na implementação de políticas voltadas ao setor aquícola no estado do Pará.

Sobre a cadeia produtiva da aquicultura, sugerimos as seguintes ações:

A) FINANCIAMENTO

O produtor tem tido dificuldades na aquisição de crédito junto às instituições financeiras. Muitas vezes é necessário que se tenha como comprovar garantias para efetivar o empréstimo, que pode chegar a 150% do valor do empréstimo, o que se

torna um grande problema para os pequenos e micro produtores que na maioria dos casos não possuem o título definitivo de propriedade da terra. No caso dos produtores de ostras e mexilhão, em sua maioria não são licenciados, estas exigências são de difícil comprovação porque a maior parte das áreas pertence à União, onde há o direito de uso e não de posse, logo essas áreas não são aceitas como garantia (SEPAq, 2010).

Uma opção para o impasse seria a intermediação ou convênio junto aos agentes financeiros no processo de aquisição de crédito. Alternativamente, a secretaria poderia criar créditos ao produtor durante a aquisição de ração e alevinos com a mesma, com o pagamento após o término do ciclo de produção. As garantias de pagamento poderiam ser monitoradas com visitação e assistência de técnicos.

B) INFRAESTRUTURA DE ALEVINAGEM

As atuais ações no sentido de ampliar os laboratórios públicos de alevinagem são acertadas. Apesar de já existirem alternativas particulares, a região do Nordeste paraense em especial tem a enorme demanda destes alevinos (SEPAq,2010). A região de Marabá, que tem surgido como um polo aquícola também deve ser incluso como uma das possíveis áreas para implantação de novos laboratórios de alevinagem (SEPAq,2010). Os CIAQs devem ampliar consideravelmente a produção de alevinos de qualidade visto a enorme demanda dos produtores. Cabe enfatizar que a decisão de investir em criação de novos laboratórios de alevinagens deve ser julgada levando-se em consideração as reais necessidades dos produtores em adquirir alevinos a preços competitivos, uma vez que o custo dos alevinos em geral não ultrapassa 5-10% do custo de produção e sempre existirão reclamações de altos preços.

Outra sugestão seria o convênio com propriedades que já produzam alevinos para uso próprio, para que estes aumentem a produção e atendam outros produtores regionais. Esta alternativa pode ser possivelmente uma solução em curto prazo, uma vez que estas propriedades já apresentam as estruturas e conhecimento técnico para a produção de alevinos.

Cabe também organizar e fomentar um sistema de distribuição da produção do pequeno produtor como já existe em alguns municípios, em convênio com as prefeituras e cooperativas, pois a maior parte do pequeno produtor tem dificuldade de distribuir sua produção (SEBRAE, 2011).

C) RECURSOS DE TREINAMENTO: QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Sem um crescimento da competitividade dos produtores do estado, não existe a possibilidade de conquista e ampliação de novos mercados, visto que o setor é extremamente competitivo em outras regiões do país. Dessa maneira, é essencial a qualificação e treinamento técnico em toda cadeia produtiva, mas principalmente em duas frentes: (1) na qualificação técnica dos extensionistas com cursos de reciclagem, já que as mudanças tecnológicas são rápidas; também deve haver (2) a disseminação de técnicas básicas aos produtores (uma sugestão seria reunir os produtores nas associações ou escolas para a realização de cursos de maiores durações ao longo do ciclo de produção, de modo que o produtor possa ir aplicando os conhecimentos na propriedade ao longo do curso). Estes projetos devem contar com a parceria entre instituições de Extensão Agrícola, Ensino/Pesquisa e Governo.

Estimular a melhoria da competitividade do processo produtivo, através de intercâmbio em níveis regional, nacional e internacional, entre pesquisadores, extensionistas e produtores é fundamental (SEPAq, 2010).

Particularmente criar cursos de aprimoramento para os produtores organizados em associações, que criará subsídios para que os pequenos e médios produtores consigam ter a aquicultura como principal fonte de renda e assim alavancar a atividade no estado.

D) EQUIPAMENTOS

Como bem ilustrado por Ostrensky *et al* (2008b) enquanto a maioria das outras carnes (aves, bovinos e suínos) chega ao consumidor completamente processada, o pescado costuma chegar inteiro, e dificilmente está em uma forma pronta. Além disso, o processamento e a industrialização permitem a popularização do consumo do produto, como correu na cadeia produtiva do frango, cuja expansão e a consolidação da atividade só se deram após uma mudança significativa nas formas de apresentação dos produtos (OSTRENSKY *et al*, 2008a).

Assim, o incentivo de estabelecimentos existentes (ou criação de novos) para o beneficiamento do pescado pode solucionar diversas dificuldades dos produtores. Além de solucionar o problema de venda imediata, no caso de peixes frescos, aumenta o percentual de lucro através de agregação de valor ao produto final (SEPAq,2010).

Esta foi uma solução adotada pelos carcinicultores após a quebra nas vendas devido à taxação das exportações do camarão brasileiro pelos Estados Unidos e a grande desvalorização do dólar norte-americano. Os carcinicultores tiveram que diminuir a

produção e investir na venda do produto no mercado local, tendo sido a forma salgada uma maneira de aumentar o valor agregado do produto.

A possibilidade de implantação de unidades de beneficiamento em regiões de grande concentração de produtores deve ser avaliada. Essas estruturas vão beneficiar não apenas o produto da aquicultura, mas também o da pesca extrativa e os parceiros ideais seriam as prefeituras, indústrias privadas e institutos de pesquisas da área de engenharia de alimentos para a elaboração de novos produtos.

E) NOVOS MERCADOS

Busca de novos mercados nacionais e internacionais com a criação de grupos específicos para tal. Caberia propor parcerias com o SEBRAE para o desenvolvimento da experiência comercial dos produtores visto que esta entidade já possui um programa de auxílio aos aquicultores do estado. Muitos produtores vendem seus produtos a atravessadores pela falta de experiência ou experiência frustrada durante a comercialização do produto (SAGRI, 2008).

A busca de novos mercados e consumidores através de incentivo a criação de produtos com valor agregado. A instalação de estruturas para beneficiamento requer, porém, que exista uma constância na produção, o que atualmente ainda não existe para maior parte dos produtores. Especificamente no mercado externo, as exigências primordiais são produção em quantidade suficiente para que a operação seja economicamente viável pelos custos de frete, regularidade da produção e uniformidade do produto em relação a tamanho e qualidade.

F) ORDENAMENTO

O ordenamento das diferentes etapas da cadeia produtiva da aquicultura praticamente inexistente em níveis estaduais, porém existe em níveis federais. Nota-se que o governo federal assumiu a responsabilidade sobre o ordenamento do setor através da criação de mecanismos e infraestruturas com objetivo de promover um crescimento autossustentado.

No entanto, é preciso enfrentar as diferenças regionais e avançar na elaboração de ações que contemplem as diferenças de legislações e situações geográficas de cada região, no estado do Pará, por exemplo, devem-se criar políticas tais como:

I - estabelecer convênios com alevinagens particulares para diminuir a dificuldade de obtenção pelos produtores;

II - intermediação da compra de ração com empresas para obtenção de melhor poder de barganha;

III - convênios com prefeituras para a criação de mercados e sistemas de distribuição da produção;

IV - estimular os pequenos produtores de regiões pobres para que a atividade seja uma forma de complementação da renda e da alimentação, e ao mesmo tempo, estimular os médios e grandes produtores que são os mais competitivos para conseguir entrar em mercados fora do estado (UFRA, 2008).

G) PESSOAL ALOCADO AO PROGRAMA PRODUTOR(A): FOMENTO AO ASSOCIATIVISMO

O fomento do associativismo e cooperativismo, para o fortalecimento principalmente dos pequenos produtores, mas também do associativismo dos grandes produtores que tradicionalmente não possuem ou não participam das associações e cooperativas são legítimos (SEPAq, 2010).

Este é um dos primeiros passos para se conseguir a expansão de novos mercados e competitividade no valor de compra de insumos e venda da produção. Além de facilitar a disseminação de técnicas mais adequadas de produção e controle sanitário.

CONCLUSÕES

A dificuldade de obtenção de dados apurados e precisos mostra uma das características do setor aquícola no estado, a dificuldade que as instituições têm de compartilhar dados e em especial, a desconfiança que existe entre os produtores privados (especificamente produtores de alevinos) que se recusaram a fornecer dados específicos sobre a produção de alevinos. Tal dificuldade pode explicar em parte a ineficiência dos órgãos públicos em criar políticas de incentivo e planejamento do setor. Sem dados apurados, torna-se impossível decidir áreas de maior importância para a aquicultura. O que leva a adoção de políticas com poucos subsídios concretos.

A falta de compartilhamento de informações mostrou ainda que diversas vezes, as instituições realizam diagnósticos similares, repetindo o trabalho e os gastos para obter informações semelhantes, ao invés de compartilharem dados para que haja uma melhor abrangência das informações. Certamente é uma questão sensível a centralização dos dados obtidos individualmente em cada instituição, mas a atividade só tem a ganhar com

a aquisição de dados mais completos e atualizados da atividade. Isto é particularmente relevante, pois a aquicultura apresenta uma taxa de modificação do número e do tipo de empreendimento muito rápida, uma vez que, os ciclos de produção são relativamente curtos. Assim o MPA deve liderar o intercâmbio entre as instituições de governo, pesquisa e extensão, estimulando também as pesquisas de tecnologia de importância local/regional para o setor. Durante a elaboração das políticas públicas é preciso traçar e principalmente seguir planos de metas claros e realistas de médio e longo prazo para o desenvolvimento do setor, especificando nos planos, áreas prioritárias de investimento e montantes disponibilizados, tendo ainda o cuidado de buscar parceiros no setor privado para estas ações.

Ao apresentar uma avaliação da implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do setor aquícola em seus diferentes aspectos, notamos que as políticas públicas conseguiram abranger as áreas identificadas por nós como necessárias ao fomento da aquicultura no estado do Pará (infraestrutura, financiamento, ordenamento, equipamentos, novos mercados, dentre outros), no entanto, não ficou totalmente claro nos documentos analisados os objetivos a médio e a longo prazo. É importante mencionar que um programa/política deve possuir ao nosso ver, uma trajetória onde os impactos a curto, médio e longo prazo sejam bem definidos.

Os principais gargalos ao nosso ver para o desenvolvimento da aquicultura no Pará tanto em relação as políticas públicas estaduais como federais foram identificados na falta de uma política clara em relação ao ordenamento das diferentes etapas da cadeia produtiva; não identificamos nenhuma política como alternativas para o beneficiamento; a limitada assistência técnica tanto em número quanto em qualificação profissional; A falta de incentivos aos produtores para que possam atingir novos mercados; a dificuldade na comercialização da produção; a baixa organização na distribuição dos alevinos, ficando a cargo apenas do governo do Estado; a ausência de uma fábrica de ração; a dificuldade de transporte afeta diretamente a disponibilidade de alevinos, ração, distribuição da produção e o acesso dos extensionistas, ou seja, a falta de infraestrutura nos municípios; a maioria dos produtores ainda entende a aquicultura como atividade secundária, é preciso uma política de formação sobre os potenciais e benefícios sustentáveis que aquicultura possui; a falta de informações específicas sobre a documentação necessária para o licenciamento e a dificuldade de se deslocar a Belém para realizar o licenciamento ambiental; a dificuldade

e a morosidade na obtenção do licenciamento ambiental; a dificuldade de acesso ao crédito rural para investimento e o custeio do empreendimento; prática limita de associativismo entre os produtores.

REFERÊNCIAS

BORGHETTI, J. R.; U. A. T. DA SILVA. Principais sistemas produtivos empregados comercialmente. In: A. OSTRENSKY, J. R. BORGHETTI, et al. (Ed.).

BOSCARDIN, N. R. A produção aquícola Brasileira. In: OSTRENSKY, A. et al.

Aquicultura no Brasil. O desafio é crescer. Brasília, DF: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; FAO, 2008. p. 27-72.

CASTAGNOLLI, N. **Criação de peixes de água doce.** Jaboticabal-SP: FUNEP, 1992.

In: Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, Recife.11, 1999.

CARNEIRO, D.J. Efeito da temperatura na exigência de proteína e energia em dietas para alevinos de *Piaractus mesopotamicus* (HOLMBERG, 1887). São Carlos, SP: UFSCAR, 1990. 55p. Tese (Doutorado em Ecologia) - Universidade Federal de São Carlos, 1990.

COSTA, F; CASTANHAR, J; C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./out. 2003.

CUOCO, L. Organic aquaculture in Equador: a more sustainable solution?. *Tropical Resources Bulletin*, n. 243, v. 59-65, 2005.

DELGADO, V, M, S. Modelos de Causalidade Lógica e Marco Lógico. II Seminário de Avaliação de Políticas Públicas e Qualidade do Gasto. Fundação João Pinheiro, Porto Alegre, nov/2010.

EMBRAPA e a Aquicultura. **Demandas e prioridades de pesquisa.** FAO **The State of World Fisheries and Aquaculture.** (ED.) QUEIROZ, Júlio Ferraz de et al. Brasília, df : EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002. 35 p. (Texto para Discussão;11).

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. 2013ª.Censo Aquícola Nacional Ano 2008.Disponível em:<

http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Censo_maio2013-2.pdf > Acesso em: 29 set. 2014.

McGLADDERY; J.R. ARTHUR (ED.). Aquaculture in the Third Millenium. Technical Proceedings of the Bangkok Conference on Aquaculture in the Third Millenium. **Thailand**, 20-25, p. 43-48, feb. 2000.

OSTRENSKY, A.; Borghetti, J. R.; Soto, D. **Aquicultura no Brasil. O desafio é crescer**. Brasília, DF: 2008. p.73-94.

IMA, C. A. **Piscicultura na Amazônia**. Manaus, AM: INPA; CBPA, 1994. p. 26.

LIMA, C. A.; M. GOULDING, Eds. **Os frutos do tambaqui. Ecologia, conservação e cultivo na Amazônia**. Estudos do Mamirauá. 4. ed. Tefé AM: Sociedade Civil Mamirauá, 1998. p.186.

OSTRENSKY, A. e W. A. BOEGER. Principais problemas enfrentados atualmente pela aqüicultura brasileira. In: OSTRENSKY, A. et al. **Aqüicultura no Brasil. O desafio é crescer**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; FAO, 2008. p.135-158.

OSTRENSKY, A. et al. Potencial para o desenvolvimento da aqüicultura no Brasil. In: _____. **Aqüicultura no Brasil. O desafio é crescer**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; FAO, 2008a. p.159-182.

OSTRENSKY, A. et al. **Aqüicultura no Brasil. O desafio é crescer**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca/FAO, 2008b. p. 276.

PETRERE , JUNIOR. M. **Desarrollo sostenible del área Amazónica fronteriza: Brasil y Colombia**. OEA; SINCHI; SUDAM, 2001. 89 p.

PRÉVENTION ET CONTRÔLE" AQUACULTURE *et* ENVIRONNEMENT, **Nantes**, oct, 1993.

RODRIGUES, M. D. J. J. et al. **A Aqüicultura no Estado do Pará**. Belém. FCAP; SEBRAE; SACE, 1998. p.31-49.

MPA. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim estatístico da pesca e aquicultura**. 2012. Disponível em:< www.mpa.gov.br>. Acesso em: 9 nov.2014.

_____. **Produção pesqueira e aquícola. Estatística 2008 e 2009**. 2010. <Disponível em www.mpa.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2014.

_____. **Amazônia Aquicultura e Pesca**. Plano de desenvolvimento sustentável. Ministério da Pesca e Aquicultura. 28pp. 2010b Disponível em:< http://www.sae.gov.br/seminarioamazonia/wp-content/uploads/2010/08/Artigo-Minist%C3%A9rio-da-Pesca-amazoniasustentavel-final_baixa.pdf>. Acesso em: 9 nov.2011.

SEBRAE (Brasil);SACE. **História da aquicultura no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/setor/aquicultura>

pesca/1302- Acesso em: 20 jan. 2014.

SEPAq. Secretaria de Pesca e Aqüicultura – 2008. **Diagnóstico, tendência, potencial, e políticas públicas para o desenvolvimento da aqüicultura.**

Universidade Federal do Pará / Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Volume 6 de 8.

VAL, A. L.; SILVA, M. N. P.; ALMEIDA-VAL, V. M. F. Hypoxia adaptation in fish of the

Amazon: a never-ending task. South African Journal of Zoology , Pretoria, v. 33, p. 107-114, 2000.

WORLD BANK. **Aquaculture:** changing the face of the Waters meeting the promise and challenges of sustainable aquaculture. 2007. The World Bank, Agriculture and Rural Development, Report No. 36622- GLB. Washington DC.

INFOPECA. Série de Pescado nas Grandes Cidades Latino-Americanas, Vol.

4. TEIXEIRA, Rui Donizete; MADRID, Raul Malvino - O Mercado de Pescado em Brasília, 1998.

AliceWeb - Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (<http://www.ibge.com.br/home/>).

PARTE 4 - POLÍTICAS EDUCACIONAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ.

Figura: Aspecto da Escola São José em Belterra, Pará.



Foto: Acervo do GPDAM/UFOPA, 2019.

CAPÍTULO 7 - AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O CASO DO IDEB EM SANTARÉM, PARÁ³⁰.

Darlane Silva da Silva³¹

INTRODUÇÃO

A educação básica, em todo o país, sempre enfrentou diversas problemáticas, que vão além das dificuldades de acesso a sala de aula. Esses problemas perpassam tanto pelo defeituoso ensino, muitas vezes repassado, quanto pela má remuneração de muitos professores e pela precária infraestrutura das instituições de ensino. É por enfrentar estas e outras problemáticas que a educação deve estar sempre vinculada à avaliação, seja no sentido de haver uma avaliação dentro das escolas para medir o grau de aprendizado ou ainda uma avaliação da instituição para medir a qualidade do ensino ofertado. Logo, se o ensino é repassado de qualquer forma, sem que haja uma avaliação e posteriores resultados provenientes destas ações avaliativas, não resultará em melhorias e nem em amostras dos pontos falhos para posteriores ajustes. Assim, a avaliação atua na área educacional no sentido de medir e dispor resultados do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade educacional.

Foi a partir destas e de outras preocupações sobre as crescentes problemáticas norteadoras da área da educação, que se percebeu a necessidade de intervenção na área educacional. Porém, intervir não apenas para se detectar problemáticas e sim para buscar soluções para os problemas já existentes. Necessitou-se então da criação de um “termômetro” para monitoramento da realidade do ensino, básico, no Brasil e a partir desta necessidade, convergiu-se para a criação de critérios para o monitoramento do sistema de ensino no país.

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) relaciona

³⁰ As reflexões aqui apresentadas decorrem do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de mesmo título apresentado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros.

³¹ Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: darlane_stm@hotmail.com

informações sobre desempenho escolar e desempenho em exames padronizados sendo atualmente utilizado unicamente para análise da qualidade educacional no Brasil.

Soares e Xavier (2013) enfatizam que:

O IDEB tornou-se a forma privilegiada e frequentemente a única de se analisar a qualidade da educação básica brasileira e, por isso, tem tido grande influência no debate educacional no país. Sua introdução colocou no centro desse debate a ideia de que hoje os sistemas educacionais brasileiros devem ser avaliados não apenas pelos seus processos de ensino e gestão, mas principalmente pelo aprendizado e trajetória escolar dos alunos. A valorização dos resultados estava ausente nas análises até então dominantes da educação básica brasileira, que eram centradas na questão de expansão dos sistemas. Nessas abordagens a solução para os problemas educacionais era sempre a expansão de algum aspecto dos sistemas educacionais: mais horas-aula, mais etapas obrigatórias, mais recursos, mais escolas e mais professores. O Ideb, sem questionar a necessidade de novos recursos e expansões, coloca o aprendizado e a regularidade na trajetória escolar dos alunos como elementos essenciais de um sistema educacional. (SOARES E XAVIER, 2013, p. 2)

Observa-se que o IDEB com seus novos métodos de medir a qualidade educacional dispondo de resultados estatísticos tornou-se importante nos debates que norteiam a educação. A partir de sua introdução o processo de avaliação da qualidade educacional nas escolas passou a avaliar o aprendizado do estudante que é o fator principal neste eixo temático.

Com a implantação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) começaram a ser traçadas políticas educacionais em busca de melhorias na qualidade do ensino ofertado. O Decreto nº. 6.094/2007, que regulamenta o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, estabelece em seu capítulo II:

Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único. O IDEB será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso.(BRASIL, 2007)

Este indicador surge como condutor da criação de políticas públicas educacionais e monitora o sistema educacional, analisando e embasando-se, principalmente no fluxo escolar que consiste na evasão, repetência e promoção escolar e ainda no aprendizado do ensino que é avaliado através de pontuações obtidas em resultados de exames padronizados submetidos a estudantes do sistema educacional.

Brasil (2010) destaca que:

Art. 11. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os

dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar.

§ 1º O IDEB é calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, vinculado ao Ministério da Educação (BRASÍL, 2010)

Assim, o objetivo do IDEB não se prende em analisar apenas números e resultados obtidos a partir destes dois indicadores de desempenho (fluxo e aprendizado) escolar, logo, ele possui a finalidade de conduzir políticas públicas em prol da qualidade educacional, uma vez que, seus resultados permitem obter um diagnóstico da real situação da educação no país, podendo ainda auxiliar no traçado de metas para que se alcance a tão almejada qualidade educacional no Brasil.

Fernandes (2007) aborda que:

Um sistema educacional que reprova sistematicamente seus estudantes, fazendo que grande parte deles abandone a escola antes de completar a educação básica, não é desejável, mesmo que aqueles que concluem essa etapa atinjam elevadas pontuações nos exames padronizados. Por seu lado, um sistema em que os alunos concluem o ensino médio no período correto não é de interesse caso eles aprendam muito pouco. Em suma, um sistema ideal seria aquele no qual todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendessem. (FERNANDES, 2007, p. 7)

Portanto, de acordo com a abordagem de Fernandes (2007) observa-se que, a preocupação do IDEB não é apenas que os alunos obtenham uma nota elevada nos exames padronizados, pois a solução deste fato não eliminaria todos os outros problemas presentes no sistema educacional. A problemática maior da educação engloba o grande número de repetência, gerando assim um aumento no número de evasão escolar e por consequência desses atos o aumento no índice de pessoas que não concluem seus estudos, abandonando à escola precocemente. Desta forma, mesmo que alguns estudantes obtenham notas excelentes nestes exames padronizados isso não compensa o elevado número de repetência e evasão escolar presentes no sistema de ensino.

Fernandes (2007) destaca ainda que, melhorar esses altos índices de fluxos escolares não significa dizer que deve-se aprovar todos os alunos no tempo certo, sem que eles tenham obtidos conhecimentos necessários para tal fato. Assim, o sistema educacional perfeito, seria aquele em que todos os estudantes pudessem ingressar na escola, e que, de fato, aprendessem os conteúdos programáticos educacionais, obtendo os conhecimentos ideais e necessários, resultando assim na erradicação da repetência e da evasão escolar, gerando ainda eficientes resultados obtidos nos exames padronizados.

Desta forma, observa-se que os principais problemas educacionais não resumem-se na falta de acesso à escola, sendo que atualmente o número de indivíduos que tem acesso a

escola superam aos que não possuem a oportunidade de ingressarem em instituições de ensino. De acordo com Fernandes (2007) os maiores problemas educacionais residem nas altas taxas de repetências, no elevado número de evasão escolar sem conclusão da educação básica e nas baixas notas adquiridas nos exames padronizados.

DOS COMPONENTES DO IDEB

O IDEB como avaliador da qualidade educacional declara as notas obtidas pelas instituições de ensino, tanto urbanas como rurais, em escalas de 0 a 10, onde são avaliadas as notas obtidas pelos estudantes na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) mais conhecida como Prova Brasil que é uma prova com avaliações para diagnóstico, nela constam questões das disciplinas de português e matemática, e são aplicadas no quinto e nono anos do ensino fundamental e terceira série do ensino médio. Além disso, o indicador de rendimento de cada estudante é baseado também na taxa de aprovação da etapa de ensino, ou seja, o rendimento escolar do estudante.

Soares e Xavier abordam que:

O Ideb de uma escola ou de uma rede de ensino é definido como o produto de um indicador de desempenho, tomado como o nível médio da proficiência dos alunos da escola ou sistema, obtido na Prova Brasil, por um indicador de rendimento, definido como o valor médio das taxas de aprovação da escola ou sistema, obtido no Censo Escolar. O valor do Ideb cresce com melhores resultados do aprendizado dos alunos e cai se as taxas de aprovação também caem. Um dos motivos da grande respeitabilidade que o Ideb obteve é o fato de agregar, em um único indicador, uma medida de desempenho e outra de rendimento, dimensões fundamentais para uma análise relevante de sistemas de educação básica. (SOARES; XAVIER, 2013, p. 4)

Assim, o IDEB agrega às instituições de ensino as devidas notas obtidas que, por sua vez, designam como está a situação educacional nas escolas, servindo assim, como um avaliador a ser percebido pela própria instituição de como ela está se saindo nas avaliações e como melhorar seus ensinamentos ofertados, que resultarão no melhoramento do seu IDEB. Além disso, este indicador conduz para a criação ou aprimoramento das políticas públicas educacionais em prol da melhoria e qualidade educacional.

Dessa maneira surge a pergunta: Quais os conteúdos inclusos nestes exames padronizados aplicados aos estudantes?

De acordo com o INEP (2011a):

Os conteúdos associados às competências e habilidades desejáveis para cada série e ainda, para cada disciplina, foram subdivididos em partes menores, cada uma especificando o que os itens das provas devem medir – estas unidades são denominadas "descritores". Esses, por sua vez, traduzem uma associação entre os conteúdos curriculares e as operações mentais desenvolvidas pelos alunos. Os descritores, portanto, especificam o que cada habilidade implica e são

utilizados como base para a construção dos itens dos testes das diferentes disciplinas. (INEP, 2011a)

Assim, os conteúdos dos exames padronizados exigem ensinamentos que devem ser repassados em cada série e em cada disciplina, incluindo questões de Língua Portuguesa, principalmente enfatizando a leitura, e Matemática, enfocando a resolução de problemas. Logo, são avaliados através desta prova os conhecimentos que cada estudante deveria ter adquirido durante o percurso escolar. Portanto, se os alunos adquirem notas baixas, isto é reflexo do ensino ofertado na instituição e de que estes estudantes não estão conseguindo reter estes conteúdos repassados em sala de aula. A partir de seus resultados obtidos, cada escola deve fazer uma auto-análise de seus índices adquiridos, buscando possíveis falhas e melhorias para sua instituição.

Nem todos os alunos das escolas avaliadas realizam os exames padronizados, pois, só são aptos a fazerem a Prova Brasil os alunos que estiverem presentes na escola no dia de aplicação do exame, porém aos alunos que estiverem ausentes não serão feitas segunda chamada.

DO CÁLCULO UTILIZADO NO IDEB.

De acordo com o INEP (2011b), a fórmula geral do IDEB é desenhada da seguinte maneira: Calcula-se a média dos estudantes da escola em avaliação obtidas em Língua Portuguesa e Matemática, que deve resultar em uma média entre 0 e 10, posteriormente este resultado é multiplicado pelo indicador de rendimento que é resultado da taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da escola avaliada, obtendo uma nota final, que é o índice final da escola.

Para a realização deste cálculo é utilizado a fórmula escrita abaixo:

$$\text{IDEB}_{ji} = N_{ji}P_{ji};$$

Onde,

i = ano do exame (SAEB e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

N_{ji} = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

P_{ji} = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j ;

Logo, os itens avaliados pelo IDEB possuem relação entre si, uma vez que, se uma instituição de ensino lança uma medida para melhorar o aprendizado dos alunos e esta é executada com sucesso, fixando melhorias na retenção de ensino dos estudantes,

consequentemente isso resultará na diminuição tanto da repetência como da evasão escolar, influenciando assim na melhoria das notas obtidas nos exames padronizados. Percebe-se ainda que a melhoria no âmbito educacional deve partir sempre da melhoria do ensino, pois se o ensino ofertado for de qualidade e de maneira que todos os estudantes possam reter esses conhecimentos isso acarretará em melhorias tanto no índice de aprovação como nas notas obtidas em exames padronizados e também na redução da evasão escolar. Porém, se for lançada uma meta para reduzir apenas a taxa de reprovação isto não significará que o ensino ofertado esteja perfeito e nem que os alunos estejam aprendendo os conteúdos repassados ou que estes estudantes terão um excelente desempenho nas notas obtidas nos exames padronizados.

A qualidade do ensino repassado aos alunos é o que determina os posteriores resultados nos fatores avaliados pelo IDEB, e o índice adquirido pela escola é o que demonstra a qualidade do ensino ofertado pela instituição de ensino, desta forma, percebe-se a importância de se priorizar a preocupação com o ensino já que ele influencia diretamente nos resultados obtidos pela escola.

Observa-se ainda que é necessário a avaliação dos dois fatores pelo IDEB, uma vez que, se este índice avaliasse apenas o fator fluxo, as escolas para obterem notas elevadas poderiam adotar medidas que reduzissem apenas a reprovação, sem qualquer preocupação com a melhoria dos ensinamentos ofertados. Assim, todos os fatores avaliados possuem uma relevância e, necessariamente, um fator complementa o outro.

DAS METAS DO IDEB

Todo estado, município e escola possuem metas de IDEB's a serem atingidas, metas estas que são reestabelecidas a cada dois anos onde é avaliado o índice atingido tanto pelas escolas, municípios e estados. Cada escola que atinja a meta prevista pelo INEP ganha, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), um acréscimo de 50% em seus recursos financeiros, este é um incentivo para que as escolas atinjam as metas previstas.

Faz-se necessário que estas metas sejam alcançadas para que haja o alcance de uma meta maior, que é a meta do IDEB em âmbito nacional. É a meta prevista para 2021 onde no Brasil todas as instituições alcancem média 6,0 no IDEB. Assim se o Brasil alcançar esta meta será considerado como país com boa qualidade no ensino ofertado, já que todas suas escolas possuem IDEB's iguais ou maiores a 6,0 igualando-se aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Porém, para que esse resultado seja

alcançado faz-se necessário que haja um esforço de cada instituição de ensino, buscando metas diferenciadas no intuito de melhorar cada vez mais o ensino ofertado por elas. Porém, essas metas devem ser pensadas não somente para obter resultados a curto prazo, com a pretensão de se alcançar as metas do IDEB e sim objetivar melhorias a médio e longo prazo no intuito de tornar seus resultados fixos em busca da qualidade educacional e não de solucionar temporariamente problemas que mais tarde poderão se agravar ainda mais.

O IDEB ajuda ainda no monitoramento das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), verificando se suas metas estão sendo almeçadas e se os objetivos estão sendo alcançados. Sobre estas questões Laurentino, Cardeal e Diógenes (2012) abordam que:

O resultado do IDEB é utilizado como critério para que as escolas e redes sejam consideradas prioritárias para receber assistência técnica e financeira por meio do Plano de Desenvolvimento da Escola o PDE/Escola, e programas que atendam as escolas daquela rede, podendo receber programas como o Programa Mais Educação, pois para o MEC, o PDE é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a realizar seus planejamentos pedagógicos e administrativos, e o programa Mais Educação é uma forma de estímulo a fim de manter o aluno na escola, entretanto, ao privilegiar escolas com os mais baixos IDEB, fica claro que, dessa forma existe uma política compensatória(LAURENTINO,CARDEAL e DIÓGENES, 2012, p.6)

Desta forma, as escolas que adquirem baixos índices no IDEB recebem prioridade quanto aos recursos técnico-financeiros relacionados à educação. Além disso, recebem prioridade também na implantação de programas educacionais com finalidades de melhoria no sistema educacional para que haja uma evolução no ensino ofertado, contribuindo para um aumento nos próximos IDEB adquiridos pela instituição de ensino. É neste sentido, que o IDEB funciona como um condutor de políticas públicas educacionais, uma vez que, revela a partir de seus dados como está à situação educacional de cada instituição e quais necessitam de uma atenção maior para a melhoria do ensino e atinja a meta almejada para 2021, porém, para que esta meta seja alcançada pelo país, precisa-se antes do esforço de cada instituição para a evolução de seus índices, evoluindo e contribuindo para que o país alcance sua meta até o ano previsto.

Laurentino, Cardeal e Diógenes (2012) enfatizam que:

Para entender o IDEB enquanto monitorador de políticas públicas é necessário conhecer seu funcionamento. A análise das políticas públicas envolve o grupo que as elabora e as executa, bem como aquele grupo social que será contemplado com esta política, construindo processos diferenciados de aceitação, de rejeição, ou de adaptação. Existem medidas que podem estar em discordância com as necessidades sociais, no caso da educação, as redes ou as escolas e as comunidades nelas envolvidas. Depois de determinadas, às políticas públicas se concretizam a partir principalmente de planos de ação, programas e projetos, sendo estes submetidos a acompanhamentos e avaliação, pois a

avaliação deveria ser a etapa mais importante da aplicação de uma política pública. Hoje o IDEB é mais que um número, é mais que um avaliador, ele determina as principais políticas públicas para o ensino básico no país. (LAURENTINO; CARDEAL; DIÓGENES, 2012, p.5)

Assim, o IDEB é um fator de suma importância, principalmente como condutor de políticas públicas educacionais, sendo muito mais do que simples números e índices, o IDEB é fator relevante no ciclo de políticas públicas educacionais, tendo seus índices explícitos, demonstrando melhora ou piora na educação e conduzindo para a criação de políticas públicas educacionais em prol da melhoria da educacional. Além disso, pode também ser uma ferramenta de fundamental importância para diretores, coordenadores e professores no conhecimento da situação educacional da instituição onde atuam, obtendo essas informações e podendo fazer uso delas em função da melhoria da gestão, da escola e do ensino ofertado em sua instituição.

Percebe-se ainda a responsabilidade que a escola assume em busca da qualidade educacional, onde devem se mobilizar em busca da melhoria da qualidade da educação de seu ensino ofertado e não apenas por busca em melhores notas obtidas no IDEB. Portanto, é nesse sentido de escalonar resultados de instituições de ensino pública que o IDEB torna-se importante, uma vez que, proporciona a melhoria da qualidade educacional e incentiva a auto avaliação nas instituições, além de diagnosticar, avaliar e gerar resultados educacionais das escolas, conduzindo assim, políticas públicas em prol da qualidade educacional.

Desta forma, percebe-se a importância do IDEB para o desenvolvimento educacional, uma vez que, ele funciona como um medidor da qualidade da educação nas escolas e redes de ensino, diagnosticando tanto a real situação educacional das escolas avaliadas como incentivando na criação de metas individuais para que estas instituições melhorem a qualidade de seus ensinofertados, determinando ainda políticas públicas em prol da busca de uma melhoria na qualidade educacional. O IDEB ajuda ainda a identificar quais são as escolas com maior fragilidade no ensino, por meio, das notas obtidas nesse indicador, identificando assim as instituições que necessitam de uma atenção maior por parte do governo, buscando o porquê de tais resultados e que políticas adotar para que haja um melhor desempenho escolar dos alunos nestas instituições.

Assim, com a criação do IDEB a intervenção nos problemas educacionais passaram a ser mais técnicos e financeiros, gerando melhorias, porém a passos lentos, pois a melhora nos índices das escolas são poucas, em torno de 0,4 a 0,5 pontos, ou seja, embora tenha se criado diversas políticas voltadas para a educação, o encaminhamento para um IDEB igualado aos dos países de primeiro mundo estão se dando de forma lenta e que para um

país que almeja atingir sua meta em, no máximo 2021, ainda há muito o que se melhorar para que se alcance o tão almejado 6,0 em 2021.

O que se vale ressaltar é que se de fato atingir em todas as escolas este índice 6,0 até 2021 garantirá a qualidade da educação em âmbito nacional, uma vez que, muitas escolas apresentam bons IDEB's, porém não há garantia de que nelas a educação atenda a todos os padrões de qualidade educacional. Deveria haver então uma garantia de que na prática os índices escolares obtidos condigam com o ensino ofertado pelas instituições, pois uma instituição de ensino pode elevar seus índices de aprovação para então compensar possíveis notas baixas obtidas em exames padronizados. Dessa forma, a escola ainda poderia obter um bom IDEB, porém com um ensino ofertado que não atinge os padrões de qualidade educacional, isto geraria o contrário do real objetivo do IDEB em monitorar e gerar políticas públicas em prol de melhorias na qualidade educacional, pois teríamos escolas com bons índices, porém com qualidade de ensino precária e alunos com pouco grau de aprendizagem. O que deve ser certo é que estes resultados obtidos no IDEB devem ser utilizados pela sociedade em busca da melhoria educacional e para se garantir uma eficácia na busca de melhorias na educação o IDEB.

O que se deve de fato é envolver toda a sociedade na luta pela busca em prol da melhoria educacional, uma vez que, muitos pais de alunos não sabem da existência do IDEB e nem como funciona deixando de participar ativamente na busca pela melhoria do ensino por falta de conhecimentos e não são apenas os responsáveis dos alunos que desconhecem o IDEB, muitas vezes os próprios professores desconhecem os índices das próprias escolas onde atuam e se estes desconhecem o índice de sua instituição fica complicado que almeje metas para melhorar estes índices e mais complicado ainda que se alcance as metas previstas para as escolas.

DAS CRÍTICAS AO IDEB

É certo que o IDEB contribuiu para o avanço na busca da qualidade educacional e tornou-se relevante nos debates educacionais. Porém, o que se reprova ainda é que os fatores educacionais analisados por este índice restrinjam-se apenas ao fluxo escolar e notas obtidas em exames padronizados, pois haveriam outros fatores que poderiam ser inclusos na avaliação deste índice, fatores estes que contribuem tanto ou mais para um melhor desempenho educacional dos alunos.

Chirinéa (2010) aborda que:

No entanto, existem algumas dimensões que contribuem para qualificar escolas e aumentar o nível do IDEB, mas que são negligenciadas pelos testes

padronizados. O tipo de gestão, o ambiente educativo, a formação e as condições de trabalho dos profissionais da escola, sua estrutura física e a prática didático pedagógica, não são considerados no momento da aferição do IDEB. Contudo, constituem fatores determinantes para a qualidade, na medida em que se articulam em prol de um bom desempenho escolar.(CHIRINÉA, 2010, p. 12)

Assim, não adianta apenas avaliar os indicadores e seus resultados quantificáveis esquecendo-se de avaliar o qualificável, e tratando como menos importante a realidade de cada escola, sem analisar o contexto em que estas escolas estão inseridas, uma vez que, cada instituição possui suas próprias particularidades e que - querendo ou não - interferem nos resultados adquiridos nesses indicadores de qualidade obtidos pelas escolas. Desta forma, o IDEB escalona as escolas em apenas índices estatísticos quantitativos, outrora, a sociedade em conjunto com a escola devem traçar metas para que se alcance uma melhor qualidade na educação, influenciando assim, na melhoria destes índices estatísticos e quantitativos da qualidade educacional.

Desta maneira percebe-se que o IDEB é um índice de qualidade de suma relevância para a melhoria na área educacional, demonstrando o desenvolvimento dos alunos no decorrer de seus estudos e a situação das escolas em relação aos fatores que são analisados pelo IDEB. Além disso, através do IDEB é possível observar de forma detalhada estatisticamente como está a situação educacional de cada região, estado, município, escolas e grau de ensino, porém ele se torna bastante restrito quando avalia apenas dois fatores como fluxo e desempenho escolar, deixando de avaliar outros fatores que influenciam igual ou mais que estes fatores e que atingem diretamente na melhoria da qualidade educacional de cada escola, como a questão socioeconômica dos alunos e suas famílias, a relação do gestor escolar e dos profissionais que atuam na instituição e a questão da infraestrutura.

O IDEB é considerado como o termômetro da educação, porém quando este índice avalia apenas dados estatísticos e quantitativos passa a se tornar insuficiente em sua avaliação, uma vez que, deixa de avaliar outros fatores importantes. Além disso, o IDEB aponta apenas que as escolas possuem problemas, porém não aponta quais são esses problemas e nem meios de solucioná-los, nesse sentido, torna-se ainda fundamental que o país possua um indicador que siga junto ao IDEB na identificação dos reais problemas escolares, pois o IDEB aponta apenas as escolas com maiores fragilidades porém não aponta quais são essas fragilidades e nem direciona quais políticas exatas a serem adotadas para soluções destes problemas.

O mesmo acontece com as avaliações dos estudantes que são avaliados apenas se estão retendo e adquirindo realmente os conhecimentos ofertados pela rede de ensino porém não se leva em consideração os fatores que implicam nesse processo em busca da

qualidade. Assim, apesar de ser um indicador novo e de apresentar inúmeras fragilidades o IDEB é um excelente indicador de qualidade e como qualquer outro programa com poucos anos de implantação necessita de alguns ajustes.

Este indicador não surge com a função de reprovar instituições quanto a sua qualidade e sim possui a função de demonstrar através de índices como está a situação de cada escola, município, estado ou rede de ensino, com a finalidade de tornar públicas informações relevantes tanto para os docentes e gestores escolares como para o público em geral. Ainda que se restringindo apenas a avaliação de dois fatores, este índice contribui para a melhoria educacional, o que demonstra resultados de desempenho do sistema de ensino e serve ainda como base para auto avaliações e busca de melhoras para as escolas, além de conduzir a criação, implantação e melhorias de políticas públicas em prol da busca pela qualidade educacional. O IDEB proporciona ainda impactos na educação já que as escolas se empenham em sempre melhorar a qualidade de seu ensino ofertado para que atinjam altos índices. Desta forma, o IDEB é uma ferramenta importante no auxílio em busca da melhoria da qualidade educacional e com suas avaliações demonstra estatisticamente a situação educacional de distintas escolas.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL MARIA DE LOURDES ALMEIDA.

Segundo informações do Projeto Político Pedagógico fornecido por Santarém (2015) a Escola Municipal de Educação e Ensino Fundamental Maria de Lourdes Almeida foi criada em 1974, na gestão do prefeito municipal Paulo Imbiriba Lisboa. O nome da escola é em homenagem a enfermeira/santarena Maria de Lourdes Almeida, pelos seus relevantes trabalhos desenvolvidos na área da enfermagem.

Figura 01: Escola Maria de Lourdes Almeida



Fonte: Santarém (2015)

Assim, a escola já desenvolve suas atividades há 42 anos, trabalhando com séries do 1º ao 9º ano. Desenvolvendo atividades que visem o aprimoramento da instituição, além de busca por melhorias e adaptações anualmente.

De acordo com este documento a escola desenvolve os seguintes programas educacionais como: Mais Educação, PROERD, Correção de Fluxo: Acelera, e ainda os projetos: Música: Banda Percussão, Socialização digital, Ciranda de Artes. A escola executa diversos Programas do Governo Federal como o: Escola Sustentável; o PDDE Interativo, o Atleta na escola e o Programa Mais Cultura (SANTARÉM, 2015)

Assim, a escola desenvolve distintos programas que são relevantes tanto para os educandos como para a sociedade que participa na instituição, pois estes programas favorecem a relação destes indivíduos e trabalham a melhoria do desenvolvimento do estudante no contexto escolar. Além disso, os programas desenvolvidos na escola promovem também inclusão da comunidade na escola desenvolvendo uma excelente oportunidade de integrar os pais a rotina educacional de seus filhos na escola.

O projeto político pedagógico fornecido por Santarém (2015) destaca que:

A partir do ano de 1997, na gestão do Prefeito Joaquim de Lira Maia e da Secretária de Educação Maria José Marques, a escola passou a receber os recursos vindos do Governo Federal-FUNDEF- hoje, FUNDEB, após toda uma organização exigida pelo MEC como a criação dos Conselhos Escolares, a fim de que as decisões partissem de toda a comunidade escolar, onde estão envolvidos pais, alunos, professores e funcionários de outras categorias da escola para assim avaliarem e questionarem sobre as necessidades da escola e efetuar devidamente a aplicabilidade do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE. Com isto melhorou muito a rotina da escola em vários aspectos. (SANTARÉM, 2015, p. 9)

Assim, a partir da inclusão de toda a comunidade em determinados assuntos referentes à melhoria da escola e seu ensino ofertado contribuíram para envolver os pais na rotina escolar dos filhos, participando ainda na escolha das melhores decisões em busca da qualidade educacional na instituição. Desta forma, as decisões tomadas na escola, a partir do ano de 1997, referentes às necessidades da escola são de comum acordo entre a comunidade envolvida na escola e não apenas decisão da equipe gestora, logo a decisão tomada deve ser um consenso de todos e não apenas de uma minoria.

Santarém (2015) destaca que com a Prefeita Maria do Carmo Martins assumindo a nova gestão do município, houve a partir do mês de julho de 2005 o desenvolvimento de alguns programas na escola Maria de Lourdes Almeida, dentre eles estavam: o programa 2º tempo com atividades desenvolvidas com os alunos em um campo próximo a escola conhecido como campo da Embratel; outro programa desenvolvido foi o Arte na Escola da Gente que levou como representante a aluna Evellen Assunção dos Santos à praça

Barão de Santarém que conquistou o primeiro lugar na competição, outra aluna da escola que também se destacou em competições foi a aluna Juliana vencedora do concurso aluno nota 10.

Desta forma, a escola é percebida como incentivadora de talentos dos estudantes, uma vez que, o papel da escola não resume-se apenas em ter alunos com boas notas e sim incentivar o descobrimento e aprimoramento de talentos até então despercebidos pela sociedade. Ressalta-se novamente a importância dos programas desenvolvidos na escola para o descobrimento de habilidades dos alunos, pois através deles, pode-se identificar e aprimorar essas habilidades ocultas no dia a dia.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico concedido por Santarém (2015), no final do ano de 2008 através de um projeto firmado entre MEC/SEMED, concluiu-se um pequeno Laboratório de Informática que havia capacidade para 10 computadores, porém só em julho de 2009 que a professora e Técnica em computadores Neci Tapajós instalou os computadores começando a desenvolver as atividades de inclusão digital apenas em agosto do mesmo ano.

A escola desenvolve então a inclusão digital de seus alunos, ou seja, através da implantação deste mini laboratório de informática há uma inclusão dos estudantes no meio tecnológico podendo ainda usar a tecnologia a favor do desenvolvimento educacional destes estudantes.

Segundo Santarém (2015) em outubro de 2009, deu-se início ao desenvolvimento de mais um programa na escola, o Projeto “Mais Educação”. Desta forma, com a implantação deste projeto “Mais Educação” há maior tempo do estudante na escola, que contribui para a formação integral destes alunos, ou seja, os estudantes desenvolvem atividades educativas em horários contrários ao de seu estudo em sala de aula. Destaca-se, assim novamente a importância do desenvolvimento de projetos dentro de uma escola em busca da qualidade no desempenho de suas atividades, uma vez que, os projetos buscam talentos dos estudantes, aproveitando a oportunidade para aprimorar e reforçar os conhecimentos até então já adquiridos pelos alunos.

Santarém (2015) destaca que:

Atualmente a escola está sob a direção da Prof.^a Vanice Rebelo Rirotheau, possui 02 Vices- Diretoras: Alba Neila e Hérica Cordeiro, 01 Pedagoga Ana Maria, 01 secretaria Cleonice Nobre, 05 auxiliares de secretaria, 32 professores, 09 serventes e 03 vigias. Estão regularmente matriculados 902 alunos no ensino regular e 27 recebem Atendimento Especial (AEE) Trabalha a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas turmas regulares, sendo os alunos atendidos em horário contrário na sala de atendimento especializado.(SANTARÉM, 2015, p.11)

O Projeto Político Pedagógico da escola Maria de Lourdes de Almeida destaca ainda que todos os anos a escola participa de diversas atividades com inovações trazidas pelo governo, como o PNAIC, que resultou em melhorias na nota do IDEB do ano de 2013 que foi de 5.4 para o Ensino Fundamental inicial, e 4.8 para o fundamental final, fazendo com que a escola melhorasse seu índice de qualidade educacional.

Desta forma, observa-se que as atividades desenvolvidas na escola promovem resultados positivos no desenvolvimento do aluno, que por sua vez, resulta em melhoras no IDEB.

Santarém (2015) aborda que:

A escola em parceria com o Laboratório de Informática tem mostrado suas atividades através de projetos educacionais como Mostras de Animações, Reciclagem e Curta nas Escolas promovido em parceria com o NIE-Núcleo de Informática Educativa, assim como o Laboratório Oferece Mini-Cursos e Oficinas de Edição de Vídeos, Áudios, Animação e Blog, sendo ministrados pela profª Neci Tapajós Especialista e Técnica em Informática, como forma de integrar tecnologia e currículo e proporcionar tanto aos docentes como aos discentes novas formas de dinamizar as aulas e adquirir novos conhecimentos, sendo esta uma das metas do Plano de Ação da diretora e vice-diretora durante os 4 anos de sua gestão. A escola também participa das Olimpíadas de Língua Portuguesa e Matemática cujos alunos já foram premiados pela sua competência. (SANTARÉM, 2015, p.12)

Observa-se que a escola busca não somente o desenvolvimento de atividades dentro de sala de aula enfatizando apenas a relação escrita. Desenvolve ainda atividades de inclusão digital na busca por inovar no modo de aprendizagem dos estudantes.

Quanto à situação dos alunos, a maioria dos alunos que estuda na escola provém de famílias de baixo poder aquisitivo, do próprio bairro e adjacentes. Já os professores todos possuem o ensino superior. A escola conta com uma equipe por especialistas em Gestão, Planejamento Escolar, Psicopedagogia e Secretariado Escolar para o desenvolvimento na escola (SANTARÉM, 2015)

O contexto em que a escola insere-se é de indivíduos de classe baixa, apontando que o fator de baixo poder aquisitivo não é determinante para se tirar notas baixas no IDEB, uma vez que, ao conhecer a realidade da situação financeira de seus estudantes, a escola busca promover ações que desenvolvam a melhoria do aluno, desenvolvendo atividades que estimulem os estudantes ao progresso escolar.

De acordo do o PPP a escola tem como missão “assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência com sucesso dos alunos na escola, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de enfrentar os desafios do mundo moderno” (SANTARÉM, 2015, p. 15). Como visão a escola propõe “ser uma escola de

excelência pela qualidade do ensino, pela união da comunidade escolar e pela competência profissional do grupo de trabalho” (SANTARÉM, 2015, p 15).

Assim, a escola propõe a oferta de ensino de qualidade e excelência, porém não enfatiza apenas a oferta do bom ensino ofertado, procura, além disto, garantir que o aluno possa ter acesso à escola e ainda permanecer nela até que conclua sua educação básica.

Segundo este documento o objetivo geral da escola é “proporcionar uma educação de qualidade que se oriente por princípios éticos, políticos, culturais, sociais e religiosos, que dizem respeito à dignidade humana e que valorize as diferenças e o potencial de cada pessoa envolvida na dinâmica escolar” (SANTARÉM, 2015, p. 15).

Desta maneira, a escola busca como seu objetivo principal a oferta de ensino não só de qualidade mas que atenda aos princípios da ética, socioculturais, políticos e religioso, ou seja, não é apenas ofertar um ensino de qualquer maneira, mas trabalhar para que estes ensinamentos atendam aos requisitos de valoração do ser humano enquanto componente do meio social.

Já os objetivos específicos segundo Santarém (2015, p.15) da escola são:

- a) Possibilitar uma aprendizagem significativa aos alunos, no sentido de desenvolver suas competências e habilidades, aprimorando essencialmente o domínio da leitura, escrita e cálculo;
- b) Melhorar os indicadores de aprovação e frequência dos alunos;
- c) Reduzir o índice de evasão da Educação de Jovens e Adultos;
- d) Garantir a qualidade e melhoria do desempenho da prática docente;
- e) Assegurar a responsabilidade dos pais ou responsáveis para o acompanhamento da aprendizagem dos filhos, baseados no ECA, LDB, Regimento Escolar Unificado e o Conselho Escolar;
- f) Sensibilizar alunos e servidores para a responsabilidade com a preservação do Meio Ambiente, atentando para o desperdício de água, merenda escolar, energia elétrica e papel;
- g) Assegurar aos professores condições necessárias ao atendimento dos alunos com necessidades especiais que frequentam a Sala regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- h) Garantir a participação efetiva do Conselho de Classe e do Conselho Escolar, nas decisões e atividades desenvolvidas na escola.

Assim, observa-se o desempenho da equipe educacional da escola na busca pelo desenvolvimento de novas atividades em prol de melhorar a qualidade de sua instituição,

desenvolvendo novas práticas a cada ano e buscando atingir os objetivos e metas da gestão atual sempre buscando conciliar a relação melhoria na instituição e no ensino ofertado.

CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO FUNDAMENTAL JOAQUIM CAVALCANTE MAIA

De acordo com informações do Projeto Político Pedagógico fornecido por Santarém (2014) a Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Cavalcante Maia foi inaugurada no dia 20 de junho de 2001 na gestão do Prefeito Joaquim de Lira Maia, a qual recebeu o nome em homenagem ao seu genitor.

Foto 02: Escola Joaquim Cavalcante Maia



Fonte: Dariane Silva da Silva, 2016

Assim, a escola Joaquim Cavalcante Maia possui 15 anos, ofertando ensino de educação básica do 1º ao 5º ano, passando por diversas mudanças, ao longo destes anos, mudanças estas tanto estruturais como da equipe gestora.

Segundo este documento a escola é contemplada com os programas do Governo Federal: PDDE, Mais Educação e Atleta na escola, os quais vieram contribuir com algumas ampliações na escola que contribuem para um melhor desenvolvimento no ensino-aprendizagem dos educandos. (SANTARÉM, 2014)

Desta maneira, a escola busca através de programas estimular seus estudantes ao desenvolvimento educacional. Desenvolve assim programas em horários contrários de aula em sala, buscando reforçar a relação ensino-aprendizagem já desenvolvida em sala de aula.

Santarém (2014) destaca que:

Atualmente a escola funciona nos turnos matutino e vespertino, tendo a estrutura composta de 07 salas de aula, uma sala de Informática a qual funciona como sala

de aula do regular e uma sala multifuncional, 01 secretaria, 01 área coberta, 01 copa, 03 depósitos, 02 passarelas, 03 banheiros sendo um de acessibilidade. Atende 416 alunos regularmente matriculados no Ensino fundamental do 1º ao 5º ano, sendo sua maioria, oriundos de famílias que moram em bairros periféricos, que sobrevivem de salário mínimo e bolsa família, a escola é composta por alunos carentes que necessitam de acompanhamento especial no ensino-aprendizagem e orientação psicossocial familiar; além disso, também fazem parte do contexto escolar, as problemáticas comuns às escolas brasileiras, como a violência, dificuldades na aprendizagem, ausência familiar e falta de infraestrutura.(SANTARÉM, 2014, p. 6)

Assim, a escola trabalha apenas com a oferta de ensino fundamental e atende alunos com a situação financeira, na maioria dos casos, pouco favorável, e – querendo ou não – esta instabilidade financeira acaba influenciando no desempenho das atividades educacionais dos estudantes.

Santarém (2014) destaca que a escola é formada por 01 Diretora, 02 coordenadoras pedagógicas, 06 serventes, 02 Vigias, 01 Porteiro, 01 Secretária, 04 Auxiliar administrativo e 14 Professores, sendo: 05 especialistas, 08 graduados, 01 com magistério.

Assim, estes são os funcionários da escola Joaquim Cavalcante Maia, que se esforçam para melhorar a escola a cada dia, buscando metas para que então se alcance a melhoria da qualidade educacional da escola ofertada pela instituição.

Segundo seu Projeto Político Pedagógico a escola tem como missão “contribuir para a constante melhoria da educação por excelência, assegurando a formação integral do educando para efetivo exercício da cidadania garantindo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (SANTARÉM, 2014, p.7).

Desta forma, a escola se empenha em formar o aluno como um cidadão que exerce a sua cidadania de forma correta, ou seja, a escola não trabalha apenas o aprendizado de disciplinas de ensino, a escola trabalha também valores éticos do ser humano que são essenciais para o bom convívio em sociedade.

A visão da escola é “ser uma escola reconhecida em nosso município pela excelência de nossas práticas educativas, pelo trabalho participativo, comprometido e inovador de nossa equipe e pela maneira respeitosa que atendemos nossos alunos, pais e comunidade em geral” (SANTARÉM, 2014, p.7).

Assim, observa-se que a escola não almeja obter reconhecimento apenas por ofertar ensinos de qualidade e por possuir alunos que tirem todos os pontos em suas avaliações, este educandário se esforça para inovar em suas práticas diárias, comprometendo-se com o respeito a todos que de alguma forma participam na escola, formando assim cidadãos compromissados com o meio em que habita.

A escola tem como princípios éticos: os seguintes valores: a inovação, o

compromisso, a excelência, o respeito e a participação (SANTARÉM, 2014, p.8). A missão da escola reforça o que foi dito anteriormente, ou seja, a escola assume o compromisso de inovar em suas práticas realizando-as sempre com excelência, comprometendo-se ao respeito com todos.

O objetivo geral da escola é “fortalecer a gestão democrática na escola, promovendo ao aluno o acesso, a permanência e a qualidade de ensino, por meio do aperfeiçoamento do processo ensino aprendizagem [...]” (SANTARÉM, 2014, p.8). Desta maneira, é perceptível que a escola trabalha para manter seus alunos na escola até a conclusão de sua educação básica, ou seja, a escola não preocupa-se apenas em aperfeiçoar o ensino tornando-o excelente, preocupa-se também em fazer com que o estudante tenha acesso a este ensino e que após este acesso ele possa permanecer estudando até a conclusão de sua educação básica.

Segundo Santarém (2014, p.9) os objetivos específicos da escola são:

- a) Elevar o índice de aproveitamento escolar;
- b) Melhorar as práticas pedagógicas;
- c) Promover parcerias que favoreçam a integração entre escola, família e comunidade;
- d) Contribuir para o crescimento profissional e pessoal de todos os seguimentos;
- e) Promover palestras e encontros de formação para os docentes;
- f) Fortalecer a gestão democrática da escola;
- g) Reavaliar o Projeto Político Pedagógico da escola;

Com seus objetivos específicos almeja traçar melhorias para a escola, trabalhando o melhor desempenho tanto o aluno como melhorias nas práticas dos professores e ainda almejando incluir os pais na rotina escolar dos filhos.

Santarém (2014) enfatiza que a escola Joaquim Cavalcante Maia procura contribuir para a construção de pessoas responsáveis, assim possui como princípio ético formar indivíduos responsáveis e independentes, capazes de fazer escolhas que favoreçam sua qualidade de vida e do grupo social a que pertencem.

Desta maneira, a escola busca formar indivíduos sensatos e que estejam preparados à tomar decisões sábias ao longo de sua vida. Para conseguir atingir seus princípios, “a escola desenvolverá ações orientadas pelo respeito, pela liberdade, pela solidariedade e pelo direito. Estas ações serão efetivadas através de: Combinados, Projeto Valorizando a Diversidade, Projeto Resgatando os Valores, os quais já estão sendo desenvolvidos em

nossa escola”. (SANTARÉM, 2014, p. 12)

Assim, para conseguir formar indivíduos responsáveis e independentes a escola traça ações que reforcem estas características em um ser humano. Estas ações são desenvolvidas na escola através de programas e projetos que possuem como objetivo instruir os alunos ao papel do cidadão ao meio em que está inserido.

Santarém (2014) aborda que:

Neste aspecto, e com o desejo de buscar uma educação por excelência, a escola continuará desenvolvendo atividades nas quais os alunos possam expressar suas ideias e trocar experiências através dos projetos já existentes na escola, como: Projeto Resgatando os Valores, Projeto Escola Limpa, Projeto Mais Educação que desenvolve as oficinas de, banda/fanfara, ensino coletivo de cordas, Rádio escolar, Orientações de estudo, Esporte na escola, Mais um pouquinho na escola (Projeto de leitura e escrita), PSE (Programa saúde na escola, Educação Fiscal, Educação Especial, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) em parceria com ULBRA (SANTARÉM, 2014, p.12)

Assim, percebe-se que a escola para trabalhar a construção educacional de seus alunos investe em projetos e ações, desta forma, os projetos assumem importante papel no desenvolvimento e busca da qualidade educacional.

ESTRATÉGIAS UTILIZADAS PELOS GESTORES ESCOLARES VISANDO MELHORAR OS INDICADORES DO IDEB NAS ESCOLAS SELECIONADAS

Cada escola possui suas estratégias para melhorar seus índices adquiridos na avaliação do INEP, estas estratégias diferenciam-se em cada escola, porém todas possuem o mesmo objetivo que é proporcionar melhorias na escola e no ensino ofertado. Nesta subseção será exposto as diferentes estratégias adotadas pelos gestores da escola Maria de Lourdes Almeida e Joaquim Cavalcante Maia para elevar o IDEB de suas respectivas escolas.

Segue abaixo a tabela de avaliação do IDEB na escola Maria de Lourdes Almeida, com seus índices obtidos desde o primeiro ano de avaliação até o último índice obtido, juntamente com as metas projetadas para a escola.

Tabela 01: Avaliação do IDEB e metas projetadas da educação básica na escola Maria de Lourdes Almeida.

ESCOLA	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
E M E F Maria de Lourdes Almeida	3,7	3,7	4,4	4,9	5,4	3,8	4,1	4,6	4,8	5,1	5,4	5,7	6,0

Fonte: INEP, 2015. Organizada pela autora.

Observa-se através da tabela que a escola Maria de Lourdes Almeida vem aumentando seus índices de qualidade educacional nas avaliações do INEP e encontra-se superando as metas projetadas para a instituição. Caso a escola continue superando suas metas projetadas, ao chegar no ano de 2021 – ou até antes - ela conseguirá atingir a meta estipulada para todas as escolas do país, que é obterem até o respectivo ano de 2021 o IDEB 6,0. Atingindo esta meta a escola estaria estatisticamente com um bom índice de qualidade educacional, o que significaria que a escola possui um processo de ensino-aprendizagem muito bom.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA EQUIPE GESTORA DA ESCOLA MARIA DE LOURDES ALMEIDA PARA AUMENTAR O IDEB DA ESCOLA.

A seguir segue as estratégias adotadas pela escola Maria de Lourdes para aumento de seu IDEB. De acordo com Santarém (2015), o plano de ação da gestão é o direcionador das atividades desenvolvidas pela equipe gestora, ele deve ser desenvolvido por toda a equipe e ser composto pelas necessidades primordiais da escola, traçando-se metas para que essas necessidades sejam sanadas.

Assim, o plano de ação da gestão não pode ser desenvolvido apenas pelos diretores ou professores da escola, uma vez que, neste documento deve estar traçadas metas para sanar problemas existentes na escola devendo ser formulado por todos que atuam no desenvolvimento educacional da instituição.

Quadro 01: Plano de ação da gestão da Escola Maria De Lourdes Almeida

METAS	AÇÕES	PRAZOS
1ª META: Elevar o índice de aprovação de 90% para 95% em 4 (quatro) anos.	1.Fazer acompanhamento da frequência dos alunos,	Diariamente 2014 a 2017
	2.Realizar o acompanhamento sistemático do rendimento dos alunos,	Mensalmente
	3. Realizar reforço escolar para alunos com baixo rendimento.	Bimestralmente
	4.Motivar os professores a desenvolverem metodologias e didáticas eficazes para diminuir o índice de reprovação.	

2ª META: Reduzir para 1,5% o índice de evasão escolar no Ensino Fundamental.	1. Melhorar a qualidade das aulas, através de troca de experiências e oficinas,	Bimestralmente
	2. Reunião com os pais,	
	3. Monitoramento da frequência.	Diariamente
	4. Palestras motivacionais para os alunos.	Bimestralmente
3ª META: Proporcionar capacitação para os professores e servidores de apoio.	1. Levantamento das necessidades de capacitação dos professores e servidores de apoio.	Semestralmente 2014 a 2017
	2. Oferecer capacitação de acordo com a demanda levantada pelos docentes e pessoal de apoio.	
	3. Proporcionar espaços para troca de experiência.	
	4. Realizar oficinas e palestras motivacionais.	
4ª META: Estimular o relacionamento entre a escola e a família	1. Reunião com os pais,	Semestralmente
	2. Encontro para debates e palestras.	
	3. Realizar parcerias para desenvolvimento de atividades de saúde e psicossocial.	
5ª META: Avaliar o processo ensino – aprendizagem desenvolvido na escola.	1. Apresentação de dados estatísticos, 2. Reunião com os professores e pais de alunos, 3. Aplicar questionários para avaliar a eficácia do ensino.	Anualmente
6ª META: Garantir o aumento do índice de aprovação no IDEB conforme Meta do Governo federal.	Realização de palestras sobre temas diversos / oficinas. Fazer acompanhamento pedagógico sistemático da frequência diária dos alunos, Promover simulados para acompanhar o desenvolvimento dos alunos Dar subsídios aos professores para desenvolver metodologias diferenciadas e eficazes.	Semestralmente Bimestralmente

Fonte: SANTARÉM, 2015. Modificado pela autora.

Através do quadro observa-se que a escola trabalha a diminuição da reprovação, almejando aumentar o índice de aprovação de 90% para 95% no período de quatro anos, e para que esta meta seja alcançada serão desenvolvidas distintas ações que trabalham o desenvolvimento escolar do aluno, reforçando, aprimorando e inovando conhecimentos à estes estudantes, fazendo assim com que eles aprendam realmente os ensinamentos que são repassados, estas ações, por sua vez, implicam em outra meta, que é a diminuição para 1,5% do índice de evasão escolar que será almejada através de melhorias nas aulas,

tornando-as mais didáticas e interessantes, além disso a escola busca através desta meta envolver os pais nesta questão de monitorar os filhos em seu desempenho enquanto aluno.

Observa-se que essas metas são afetadas diretamente pelos resultados de outras metas traçadas, como a meta de proporcionar capacitação para os professores e servidores de apoio, pois se os profissionais que atuam na escola possuírem capacitação e continuarem atualizando-se profissionalmente, isso implicará em bons resultados no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido no educando. Outra meta da escola consiste em estimular o relacionamento entre a escola e a família, ou seja, a escola entende a importância de formar parceria com os pais dos alunos, uma vez que, esta parceria pais-escola resulta em melhorias no desempenho dos estudantes. A escola avalia ainda o processo ensino – aprendizagem desenvolvido na escola, analisando sempre os resultados obtidos e procurando melhorar sempre que o resultado não for satisfatório. Todas estas metas desenvolvidas são objetivando garantir o aumento do índice de aprovação no IDEB realizando ações que melhorem seus índices e seu ensino ofertado.

Observa-se ainda que para cada meta traçada são desenvolvidas ações e cada ação possui prazos para serem realizadas e ainda possuem responsáveis pelo seu desenvolvimento e uso específicos de recursos. E que as metas em busca da qualidade educacional da escola não envolve apenas ações voltadas para os estudantes, envolve toda a equipe que atua na escola e essas metas ainda são desenvolvidas em diferentes períodos que vão desde diariamente até anualmente, ou seja, a busca pela melhoria da instituição deve ser almejada pouco a pouco todo dia para que então possa se chegar a um resultado maior que é realização de uma meta maior em prol da qualidade educacional ofertada.

Além do plano de ação da gestão, a escola Maria de Lourdes dispõe de outro documento importante para a escola, o plano de ação pedagógica, neste documento estão dispostas todas as ações que serão desenvolvidas pelos pedagogos da escola ao longo do período de exercício da equipe gestora.

As ações estratégicas do plano de ação pedagógica são ações voltadas para busca da melhoria educacional da escola. Em entrevista³² com a coordenadora pedagógica Telmaelita Rocha dos Santos da escola Maria de Lourdes Almeida afirma que:

O acompanhamento pedagógico que nós fazemos, é o estar todo dia buscando a criança pra não faltar, é o professor, o aluno tem duas ou três faltas já nos comunica, já pede ajuda, a ficha de acompanhamento de demonstrativo mensal que fica lá na sala do professor que até a própria criança fica se autopoliciando faz com que eles também não falem é o acompanhamento durante as aulas, fazendo observações dos pontos positivos e negativos que serão expostos em

³² Entrevista concedida em 07 de junho de 2016 a Dariane Silva da Silva

reuniões mensais que ocorrem primeiramente com todos os professores e depois reuni por turma.(Telmaelita Rocha dos Santos, 2016, informação verbal)

Assim, de acordo com a abordagem da pedagoga da escola Maria de Lourdes Almeida, observa-se a importância que o pedagogo assume em uma instituição de ensino, uma vez que, é através das observações do pedagogo que se pode identificar os maiores problemas existentes na escola.

Santarém (2016) aborda que:

O Plano de Ação Pedagógica objetiva: Promover a atuação conjunta com os profissionais da escola, nos turnos matutino, vespertino e noturno, fornecendo subsídios para o desenvolvimento do trabalho, possibilitando meios para que o alunos desenvolvam suas habilidades na busca de conhecimentos e de suas capacidades afetivas, físicas e cognitivas para a construção do exercício da cidadania. Realizar planejamento pedagógico (Semana Pedagógica). Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem atuando junto aos gestores, ao corpo docente, alunos e pais no sentido de analisar os resultados da aprendizagem com vistas a sua melhoria. Desenvolver ações coletivas no sentido de superar os desafios diários. Orientar e acompanhar Planejamento por série e disciplinas a partir da proposta pedagógica da Escola. (SANTARÉM, 2016, p. 07)

Assim, o plano de ação pedagógica é desenvolvido em busca da melhoria para a escola, alunos e ensino ofertado na instituição, nele é contido as ações que serão desenvolvidas pela equipe pedagógica ao longo do ano. Ainda neste plano de ação pedagógica deve estar explícito as atividades, o período de desenvolvimento e os responsáveis por executá-las.

Quadro 02: Plano de ação pedagógica da escola Maria de Lourdes Almeida

Atividades	Período	Responsável
1. Realizar Jornada Pedagógica e elaboração do planejamento anual de Metas;	Início do ano letivo	Equipe gestora
2. Realizar oficinas para elaboração das atividades que nortearão o plano de ação de cada série e ou disciplinas;	Início do ano letivo	Pedagogas
3. Realizar reuniões Pedagógicas mensais do Infantil ao 5ºano e bimestrais, do 6º ao 9º ano para estudo e reflexões sobre a prática pedagógica (centro de estudos, formação continuada), bem como análise dos resultados através das planilhas e gráficos;	Mensal e bimestral	Equipe Gestora
4. Realizar conselho de classe, para analisar e avaliar junto com os professores as causas e consequências que levam o aluno a não adquirirem as habilidades propostas no período.	Bimestral	Equipe Gestora
5. Acompanhamento e avaliação dos projetos;	Mensal	Equipe gestora
6. Reunião de pais por bimestre com enfoque na melhoria do rendimento escolar.	Bimestral	Equipe gestora
7. Palestra para pais com o tema: “O papel da família na aprendizagem do aluno”	Semestral	Pedagogas
8. Palestras com temas significativos para toda a comunidade escolar;	Semestral	Pedagogas

9.Implementação de Projetos a serem trabalhados na escola, como: olimpíadas, transito, etc;	Anual	Equipe gestora
10. Apoio técnico nas campanhas de incentivo à leitura, entre outras,promovidas pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto - SEMED.	Bimestral	Equipe gestora
11. Atendimento e entrevistas com alunos e pais sempre que necessário.	Bimestral	
12. Observação sistemática e assistemática de atitudes e comportamento dos alunos para que em conjunto com a direção, proceder às intervenções necessárias.	Semanal	Equipe gestora

Fonte: SANTARÉM, 2016. Modificado pela autora

Através da análise do quadro é possível observar a importância que os pedagogos assumem dentro de uma instituição de ensino. Na escola Maria de Lourdes os pedagogos são responsáveis por realizar a jornada pedagógica e elaboração do planejamento anual de metas, isso no início de cada ano letivo, pois estes documentos irão servir de base para a atual equipe gestora da escola. Eles realizam também no início do ano letivo oficinas para elaboração das atividades que nortearão o plano de ação de cada série e ou disciplinas, assim estas oficinas também são relevantes para o bom desenvolvimento das atividades em sala de aula, uma vez que elas servirão de subsídio para a elaboração dos planos de ações de cada série e/ou disciplinas.

Os pedagogos da escola realizam também reuniões pedagógicas mensais do infantil ao 5º ano e bimestrais, do 6º ao 9º ano para estudo e reflexões sobre a prática pedagógica (centro de estudos, formação continuada), bem como análise dos resultados através das planilhas e gráficos; tornando-se estas reuniões importantes para apuração dos resultados dos trabalhos desenvolvidos na escola detectando os pontos negativos e os pontos positivos dentro da instituição. Eles participam também do conselho de classe, para analisar e avaliar junto com os professores as causas e conseqüências que levam o aluno a não adquirirem as habilidades propostas no período, uma vez que, torna-se importante esta reunião com os professores para entender determinados comportamento de alguns alunos. Além disso, cabe também ao pedagogo da escola acompanhar e avaliar os projetos desenvolvidos neste educandário assegurando que todos os programas estejam sendo desenvolvidos de forma eficiente, além de avaliar estes projetos o pedagogo analisa ainda a implementação de novos programas que visem a melhoria da instituição de ensino.

Os pedagogos realizam também as reuniões com os pais mostrando-lhes a importância da participação dos responsáveis no contexto escolar dos filhos, além disso, realizam palestras com assuntos relevantes para a comunidade em geral, e não apenas para os pais de alunos. Ao pedagogo da escola cabe ainda apoiar as campanhas desenvolvidas na

escola garantindo que tudo ocorra de forma eficaz. O pedagogo observa ainda as atitudes e comportamento para quando achar necessário efetuar a realização de entrevistas com os alunos e responsáveis sempre soluções para problemas que surgirem.

Além do plano de ação da coordenação pedagógica, a escola desenvolve ainda a proposta de ações com a comunidade através de: reunião de pais feita bimestralmente; festa Junina; projetos e feira do conhecimento. (SANTARÉM, 2015, p. 21)

Observa-se então que a escola procura inserir a comunidade no contexto escolar, desenvolvendo ações que incluam a comunidade na escola.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA EQUIPE GESTORA DA ESCOLA JOAQUIM CAVALCANTE MAIA

Assim como em outras instituições de ensino a equipe gestora da escola Joaquim Cavalcante Maia desenvolve diversas estratégias visando à melhoria da escola e de seu ensino ofertado, almejando ainda alcançar a qualidade da educação que oferta e buscando ser referência no processo de ensino-aprendizagem. A seguir será exposto a tabela com os IDEB's adquiridos pela escola Joaquim Cavalcante Maia desde a implantação do índice até a última avaliação publicada.

Tabela 02: Avaliação do IDEB e metas projetadas da educação básica na escola Joaquim Cavalcante Maia

ESCOLA	IDEB OBSERVADO					METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EMEF Joaquim Cavalcante Maia	3,4	3,4	3,8	4,5	4,5	3,5	3,9	4,3	4,6	4,8	5,1	5,4	5,7

Fonte: INEP, 2015. Organizada pela autora.

Observando a tabela é perceptível que a escola oscila em seus índices obtidos, na maioria das vezes não conseguindo atingir a meta projetada para a instituição, conseguindo atingir a meta apenas em 2011, ficando nos outros anos com indicadores abaixo do que se projetava. A seguir serão expostas as distintas estratégias desenvolvidas pela equipe gestora da escola Joaquim Cavalcante Maia para melhorar seus índices de desenvolvimento da educação básica.

Segundo o Plano Político Pedagógico fornecido por Santarém (2014) a escola Joaquim Cavalcante Maia possui uma proposta de ações desenvolvidas com a comunidade onde procura envolver a comunidade com suas atividades desenvolvidas na instituição.

Desta forma, a escola procura envolver a comunidade na rotina escolar, ou seja, a escola entende que principalmente os pais são essenciais para o bom desenvolvimento escolar dos filhos e que a inclusão dos pais no contexto escolar resulta em bons resultados no desempenho escolar dos filhos.

Santarém (2014) destaca que:

Visando um melhor relacionamento entre escola x família x comunidade, a instituição escolar em parceria com algumas entidades desenvolvem ações onde a comunidade participa, como: Atendimento de saúde, Esporte e Lazer, encontros religiosos (curso de primeira eucaristia, crisma), cursos profissionalizantes e projetos desenvolvidos pela escola e outras instituições, como: Joaquim folia, Projeto das mães “encanto de beleza”, dias dos pais, Festa junina, Semana da Pátria, festa das crianças, Consciência Negra, Natal entre outros. Assim, o futuro ideal do indivíduo será alcançado numa sociedade participativa, pois esta por sua vez, possibilita a construção de um ambiente escolar norteado pela ética.(SANTAREM, 2014, p.21)

Ressalta-se novamente a percepção da escola quanto à importância de se introduzir os pais na rotina escolar dos filhos. Assim, a escola Joaquim Cavalcante Maia desenvolve diferentes ações traçando formas de introduzir estes pais na vida escolar dos filhos almejando melhores resultados no desempenho escolar dos estudantes.

Em entrevista, Iglacenilda Dias Coelho³³, diretora da escola Joaquim Cavalcante Maia afirma que “a comunidade é participativa na escola Joaquim Cavalcante Maia, principalmente o centro comunitário, o presidente do bairro, além dos pais [...]”. Desta forma, observa-se que a escola busca a participação da comunidade almejando melhorias para a escola e para o ensino ofertado que posteriormente resultarão em melhores índices estatísticos de qualidade educacional e que os pais participam quando solicitados.

Segundo o seu PPP, a escola Joaquim Cavalcante Maia possui ainda o cronograma/plano de ação onde devem estar contidos todo o roteiro a ser seguido na busca pela melhoria educacional da escola. Logo, este documento deve ser o guia para as atividades da gestão escolar e nele devem estar contidos as problemáticas principais da escola, afim de se alcançar soluções para elas ao longo do desenvolvimento da gestão.

De acordo com Santarém, (2014, p.21) “a construção e a implementação dos planos de ação devem ser compartilhadas por todos os segmentos da escola.” Assim, quando for realizada a construção e implementação do plano de ação da escola deve-se convocar todos

³³ Entrevista respondida por escrito no dia 14 junho de 2016 a Dariane Silva da Silva.

os segmentos da escola para se fazerem presentes, ajudando na formulação do documento em questão.

Nem todos farão tudo, mas é importante que todos tenham acesso às informações sobre o planejamento e o acompanhamento das ações evitando-se que alguns pensem e outros façam, sem saber por que o fazem. (SANTARÉM, 2014, p. 21)

Desta forma, mesmo que nem todos participem da formulação do plano de ação faz-se necessário que todos os segmentos da escola conheçam as informações contidas nele para que assim possam ter consciência das ações que se encontram contidas no documento e que posteriormente serão desenvolvidas na escola.

Iglacênilda Dias Coelho, diretora da escola, enfatiza que:

O Plano de ação é idealizado a partir das discussões durante a semana pedagógica as quais nos levam a reflexão da necessidade de formular nosso plano de ação, no qual apresentamos o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pela equipe gestora durante o ano em curso. Ele consiste em um instrumento de trabalho dinâmico com intuito de propiciar ações, ressaltando seus principais problemas e os objetivos dentro de metas a serem alcançadas com critérios de acompanhamento e avaliação pelo trabalho desenvolvido. (Iglacênilda Dias Coelho, 2016)

Desta forma, o plano de ação é percebido como instrumento necessário a condução anual da gestão educacional. É ele o direcionador dos trabalhos do gestor na escola, por essa questão, é que torna-se necessário que ele seja elaborado por toda equipe gestora para que nele sejam inclusos todas as necessidades primordiais da instituição.

Quadro 03: Plano de Ação da Gestão escola Joaquim Cavalcante Maia

METAS	AÇÕES	PERÍODO
Cumprir em 100% os 200 dias letivos e 800 horas de trabalho pedagógicos	Adaptar o calendário da SEMED a realidade escolar; reposição de aulas; controlar a reposição de faltas.	Ao término do ano letivo de 2015

Manter o índice de evasão em 0%.	Acompanhar sistematicamente a frequência dos alunos; realizar visitas domiciliares; divulgar e cumprir com termo de compromisso estabelecido entre escola e família; cumprir as normas internas da escola, garantindo a frequência do aluno; envolver os alunos em projetos educativos desenvolvidos na escola; tornar obrigatório a apresentação do atestado médico após três dias de faltas consecutivas de faltas, após uma semana encaminhar ao Conselho Escolar, após quinze dias encaminhar ao Conselho Tutelar e com trinta dias será expedido à transferência.	Até 2017
Elevar o índice da aprovação de 95.1% para 95.5% dos alunos do 2º ao 5º ano.	Diagnosticar os educandos não alfabetizados nas turmas; diagnosticar o nível de leitura, escrita e cálculos simples dos alunos; fazer acompanhamento técnico sistemático nas turmas; acompanhar a aplicação de provas do Circuito Campeão e Prova Brasil; acompanhar o Plano de Curso e de aula dos docentes; sensibilizar os docentes para realizarem atividades diversificadas com alunos; inserir nas estratégias de leitura o hábito de ler em voz alta.	Ao término do ano letivo de 2015.
Elevar o índice de alfabetização dos alunos de 90.5% para 92%.	Diagnosticar os educandos não alfabetizados nas turmas; promover reforço de aprendizagem para os educandos que deste necessitam; fazer acompanhamento pedagógico aos docentes incentivando o cantinho do conhecimento e projetos que incentivem o hábito pela leitura.	Até o final do ano letivo de 2015.

Fonte: SANTARÉM, 2016. Modificado pela autora

Após a observação do quadro acima, observa-se que a escola Joaquim Cavalcante Maia desenvolve distintas ações em prol da busca pela melhoria na instituição. Dentre estas ações se encontra a primeira meta que consiste em cumprir todos os 200 dias letivos e 800 horas de trabalho pedagógicos adaptando o calendário da SEMED a realidade em que encontra-se a escola, sugerindo aos professores que reponham suas aulas e ainda controlando estas reposições para ter a garantia de que todas estas aulas serão repostas.

Como segunda meta a escola almeja manter o índice de evasão em 0%, acompanhando presença dos estudantes, detectando sucessivas faltas procurar saber o porquê de tantas faltas, encaminhando a informação primeiramente ao Conselho Tutelar e caso não solucione o problema será expedido a transferência do aluno em trinta dias. Em sua terceira meta a escola esforça-se para elevar o índice de aprovação dos estudantes do 5º

ao 9º ano de 95.1% para 95.5% através de diagnóstico de alunos que ainda não estão alfabetizados, acompanhando os estudantes quanto ao seu grau de desenvolvimento escolar, como nível de leitura, escrita e pequenos cálculos procurando inserir na rotina diária destes alunos o mesmo nível de avaliações adotadas pelo IDEB para que estes estudantes possam acostumar-se com estes tipos de avaliações.

Como última meta a escola almeja elevar o índice de alfabetização dos alunos de 90.5% para 92% promovendo primeiramente a identificação destes alunos analfabetos e praticando o reforço de aprendizagem à estes alunos.

Segundo a diretora da escola em entrevista enfatiza que:

Quanto as metas: os dias letivos trabalhados foram 200 dias letivos e apesar de algumas faltas dos docentes, o aluno sempre teve sua aula, pois, aqui na escola o professor que falta é substituído naquele dia. Quanto ao índice de frequência do educando em 2014 foi 99,5 % e já em 2015 foi 90,98%. Em relação ao índice de evasão manteve-se em 0%. O índice de aprovação do 2º ao 5º ano em 2014 foi 95,01% e em 2015 foi 95,32%. A distorção idade série em 2014 foi 9% e em 2015 foi 5,38% e a alfabetização ao final do 3º ano em 2014 foi 90,5% e em 2015 foi de 90,80% . (IGLACENILDA DIAS COELHO, 2016)

Assim, a escola traça metas em seu plano de ação, porém percebe-se que não é possível alcançar todas as metas traçadas. A escola Joaquim Cavalcante Maia não conseguiu alcançar a meta relacionada à frequência do educando e ainda outras metas não são alcançadas com o êxito que se esperava. Desta forma, percebe-se que a escola esforça-se para melhorar sua qualidade educacional, porém as metas que estão sendo traçadas para sua melhoria não estão dispondo de excelentes resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IDEB como um indicador de qualidade educacional, influencia as escolas na busca por meios que melhorem seus índices de qualidade, porém o que difere as disparidades entre índices de distintas escolas é a forma como cada uma adota seus métodos para atingir suas metas projetadas, uma vez que, a busca por melhorias na qualidade educacional deve partir primeiramente da força de vontade da equipe gestora seguido do empenho do restante dos docentes das instituições. Esta busca pela qualidade educacional deve ser traçada dia após dia, resultando em um produto final a cada dois anos, e não desenvolver incentivos apenas em ano de avaliação de IDEB para que se apresente um falso índice de qualidade.

Outro detalhe importante na melhoria da qualidade educacional é o investimento na capacitação primeiramente do professor, uma vez que, a formação continuada dos

professores influencia na melhoria do ensino repassado, assim se o professor estiver bem preparado e com pleno domínio de seus conhecimentos ele irá repassar diariamente de forma excelente os conhecimentos aos seus alunos, resultando em melhorias da educação ofertada.

Outro fator que contribui para que uma escola obtenha um alto IDEB é o empenho dos coordenadores pedagógicos que acompanham o desenvolvimento educacional junto aos professores, alunos e pais. Desta forma, os coordenadores pedagógicos ficam responsáveis por acompanhar o desenvolvimento das atividades dos professores, avaliando pontos positivos e negativos durante o decorrer das aulas e ainda contribuindo com dicas de melhorias no desenvolver das atividades em salas de aula. O pedagogo acompanha ainda o desempenho dos alunos sendo avisado pelos professores quando algum aluno falta bastante e buscando saber o motivo de tantas faltas deste aluno, almejando soluções para que este estudante não continue faltando nas aulas.

Outro diferencial na busca por IDEB's mais altos relaciona a integração da família à escola, desenvolvendo projetos que envolvam a família e que os façam participar ativamente na escola, mostrando-lhes a importância do ciclo familiar para um bom desempenho dos estudantes, uma vez que, a família é a base para um bom desempenho escolar.

Os gestores reconhecem a importância deste indicador para demonstrar a “qualidade” do ensino ofertado em sua instituição mas não giram sua gestão entorno apenas de se alcançar altos índices. Porém, o que observa-se é que há uma necessidade de se utilizar melhor estes dados disponíveis pelo INEP em prol de melhorias da qualidade da educação seja eles pela equipe gestora para detectar pontos falhos em sua gestão ou ainda por outros gestores da rede de ensino. Desta maneira, conclui-se que os gestores devem fazer uso crítico desses índices, uma vez que, torna-se inevitável estatisticamente averiguar a qualidade de ensino de uma escola sem antes analisar os índices obtidos por ela em suas avaliações do IDEB e torna-se necessário também que haja o cumprimento das normas burocráticas buscando se concretizar o que já encontra-se escrito perfeitamente em documentos.

O que percebe-se ao longo do estudo é que as duas escolas dispõe de metas parecidas e que as duas escolas enfatizam a participação da comunidade na escola. Observou-se ao longo da pesquisa que não adianta se traçar boas metas se elas permanecerem apenas em documentos não havendo um empenho por parte dos docentes

para que elas se concretizem, a busca pela melhoria da qualidade educacional deve ser uma união entre docentes, alunos e comunidade.

Constatou-se ainda que os gestores não exercem suas atividades exclusivamente em função do IDEB, porém em ano de avaliação há preparação dos estudantes para lidar com as questões exigidas nos exames para que assim esses alunos possam obter melhores desempenhos nas provas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Elba Siqueira de Sá; PINTO, Regina Pahim. **Avaliação na educação básica (1990-1998)**. 2001. Disponível em: <http://www.smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/.../Avaliação/avaliacao_ed_basica9098.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de Abril DE 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de abril de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em 22 de abril de 2016.

BRASÍL. **Projeto de lei nº 8.035 de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Poder executivo, Brasília – DF, 03 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em 22 de abril de 2016.

CHIRINÉA, Andréia Melanda. **O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal**. 2010. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Educacao/Dissertacoes/chirinea_am_me_mar.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Ed. RAP, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-92, 2003. Disponível em:

<<http://www.senac.br/media/66308/avaliacaodeprogramaspublicos.pdf>>. Acesso em 04 de abril de 2016.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. In.: **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 921-946, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1428100.pdf>>. Acesso em: 12 de abril de 2016.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. In.: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>>. Acesso em: 04 de abril de 2016.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)**. MEC--Ministério da Educação, INEP--Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/IDEB-Textoparadiscuss%C3%A3o26.pdf>> . Acesso em 25 de abril de 2016.

FIRME, Thereza Penna. **Mitos na Avaliação: diz-se que: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, V.2, n.1, p. 57-62, out./dez. 1994. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/15/3>>. Acesso em 13 de abril de 2016.

FRANCO, Creso; ALVES, Fátima; BONAMINO, Alicia. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 28, n. 100, p. 989-1014, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1728100.pdf>>. Acesso em 11 de abril de 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O que cai nas provas**, Brasília – DF, 2011a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/o-que-cai-nas-provas>>. Acesso em 26 de abril de 2016.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil). **Como o IDEB é calculado, Brasília – DF, 2011b**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/como-o-ideb/como-o-ideb-e-calculado>>. Acesso em 26 de abril de 2016.

LAURENTINO, Vânia Márcia da Silva; CARDEAL, Janine Oliveira; DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. O IDEB enquanto monitorador de políticas públicas para a educação. In.

Educação & Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 28 de abril de 2016.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas de educação. **Revista Estudos avançados**, v. 5, n. 13, p. 7-47, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S01034014199100030000>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

PESTANA, Maria Inês Gomes de Sá. O sistema nacional de avaliação da educação básica. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 05, p. 81-83, 1992. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2366>. Acesso em 17 de abril de 2016.

PIOTTO, Débora Cristina et al. Promoção da Qualidade e Avaliação na educação infantil: uma experiência. In.: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 105, p. 52-77, nov. 1998. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/1528.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2016.

SANTARÉM. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto político pedagógico da escola municipal de ensino infantil e fundamental Joaquim Cavalcante Maia**. Santarém, PA, 2014.

_____. **Plano de ação da coordenação pedagógica da escola municipal de ensino fundamental Maria de Lourdes Almeida**. 2016, Santarém, PA, 2016

_____. **Projeto político pedagógico da escola municipal de ensino fundamental Maria de Lourdes Almeida**. Santarém, PA, 2015.

SOARES, José Francisco; XAVIER, Flávia pereira. Pressupostos educacionais e estatísticos do IDEB. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/873/87328534013.pdf>. Acesso em 21 de abril de 2016.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2001

CAPÍTULO 8 - POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BAIXO AMAZONAS, PARÁ³⁴.

Márcio Júnior Benassuly Barros³⁵

Francilene Sales da Conceição³⁶

INTRODUÇÃO

A elaboração e execução de políticas públicas de Educação do Campo no Brasil é recente, datando de 1998, quando foi criado o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronera). Essa política é resultado das lutas dos movimentos social e sindical com a efetiva participação dos sujeitos do campo, que a muito tempo incluem em suas pautas de reivindicações, a incorporação de uma educação que fosse construída a partir da realidade social das populações do campo. Antes da criação do Pronera, o modelo educacional predominante para os povos do campo estava pautado na Educação Rural³⁷, que concebia o espaço do campo como espaço da produção capitalista, sem levar em consideração as particularidades e singularidades do modo de viver desses povos no campo.

Desde 1998, foram criados diversos cursos no Brasil tendo como concepção a *Pedagogia da Alternância*, onde a estrutura curricular dos cursos do Pronera tem como ênfase o Tempo Escola (TE, parte desenvolvida na Universidade) e Tempo Comunidade (TC, parte desenvolvida nas comunidades do estudante).

Na mesorregião do Baixo Amazonas, fundamentalmente no estado do Pará, esta política foi pouco aplicada até 2017 devido à falta de elaboração de projetos por parte de instituições de ensino. Em 2017 houve a provação de uma especialização pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Em 2018 houve a apresentação a Superintendência Regional do Oeste do Pará (SR-30) que integra o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) de 01 projeto de nível técnico apresentado pelo Instituto Federal do Pará (IFPA), 08 projetos de nível de graduação, sendo 07 apresentado pela UFOPA e 01 projeto

³⁴ Artigo publicado no livro *Políticas públicas em educação na cidade e no campo*, Jundiaí, Paco Editorial, 2019.

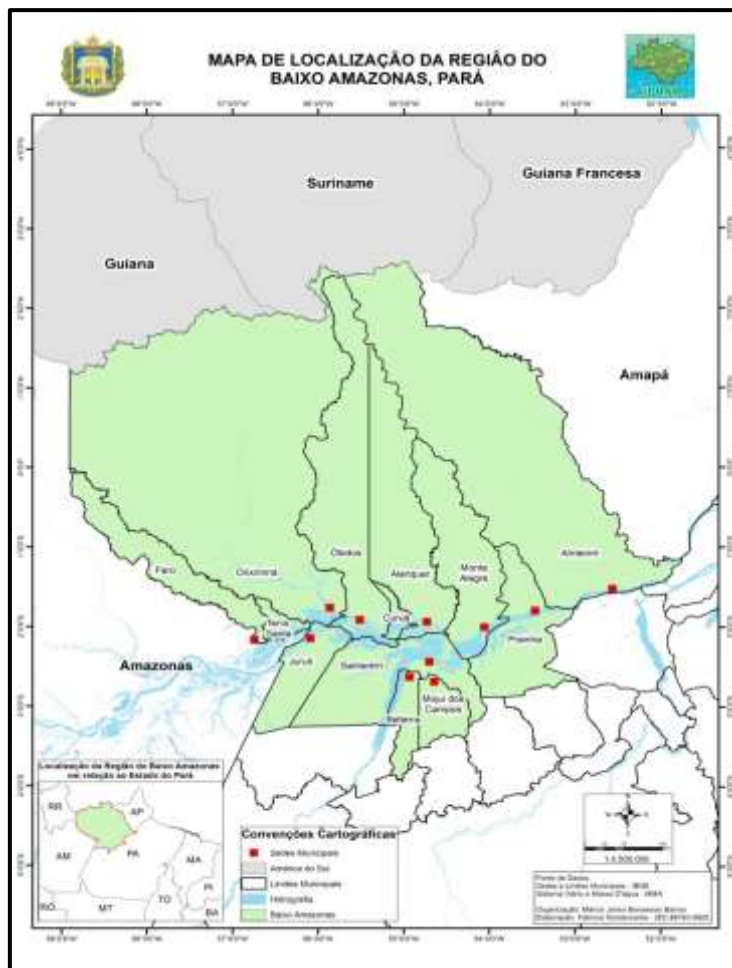
³⁵ Geógrafo (UFPA), Doutor em Geografia (UnB). Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq – Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA). E-mail: marcio.barros@ufopa.edu.br

³⁶ Geógrafa (UFPA), Mestre em Geografia (UNIR). Membro do Grupo de pesquisa Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) e Grupo de Pesquisa CNPq – Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA). E-mail: lenesaesgeo@hotmail.com

³⁷ Era um modelo de educação que era imposto pelo Estado para alfabetizar os sujeitos de forma rápida e superficial, voltada à oferta da mão de obra para atender o setor industrial situado nas cidades. As escolas rurais foram pensadas em uma educação que era imposta de cima para baixo e não para atender os anseios das classes populares do campo (SECAD/MEC, 2007).

apresentado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e 01 proposta de nível de especialização apresentado pela UFOPA.

O presente artigo tem como área de investigação os municípios que compõe a mesorregião do Baixo Amazonas constituído pelos municípios de: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa, conforme mapa a seguir.



Os procedimentos metodológicos do artigo foram: revisão bibliográfica, análise documental, registro fotográfico e elaboração cartográfica. O presente artigo está dividido em três partes além da introdução e das considerações finais. A primeira parte trata da revisão teórica do tema. A segunda parte aborda os territórios da reforma agrária no Baixo Amazonas. A terceira parte analisa a experiência de educação do campo no Oeste do Pará, tendo como ênfase o Pronera.

O projeto para a Educação do Campo deve ser ampliado na sua totalidade, onde a universidade deve ir além dos limites permitidos pelos muros da universidade. Sua função é estabelecer diálogos, parcerias e propor ações conjuntas com as comunidades do campo.

COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO DO CAMPO

O conceito de educação do campo é recente no debate brasileiro. Este conceito é resultado da luta do movimento social e sindical no Brasil.

O conceito de Educação do Campo é novo, mas já está em disputa, exatamente porque o movimento da realidade que ele busca expressar é marcado por contradições sociais muito fortes. Para nós, o debate conceitual é importante à medida que nos ajuda a ter mais claro quais são os embates e quais os desafios práticos que temos pela frente. No debate teórico, o momento atual não nos parece ser o de buscar “fixar” um conceito, fechá-lo em um conjunto de palavras: porque isso poderia matar a idéia de movimento da realidade que ele quer apreender, abstrair, e que nós precisamos compreender com mais rigor justamente para poder influir ou intervir no seu curso (CALDART, 2008, p. 69).

A concepção e a abordagem de Educação do Campo é carregada de antagonismos, pois não é algo que deve ser imposto de cima para baixo, mas deve ser valorizada e respeitada as relações sociais, culturais, econômicas e políticas de uma comunidade do campo. Essa realidade deve ser empregada no ambiente escolar, por meio da formulação de novas metodologias de ensino e didáticas/práticas pedagógicas que corrobora com o modo de vida dos povos do campo. Esse modelo educacional deve partir das especificidades em que vivem esses sujeitos, no qual é importante relacionar com uma proposta pedagógica em que leve em consideração as suas territorialidades e espacialidades sem que esses sujeitos precisem sair do local em que vivem.

Antes da criação do conceito de Educação do Campo, existia um paradigma centralizado na Educação Rural que concebia o campo como espaço da produção capitalista, pensado exclusivamente pela ótica do Estado e do capital hegemônico, o que acabava invisibilizando e negando as (Re)existências dos sujeitos do campo, pois não se pensava em um Projeto Político Pedagógico (PPP) de inclusão e respeito as particularidades e singularidades de um modo de vida camponês.

Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é resultado de um projeto criado para a população do campo, de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas. Por essas razões é que afirmamos a Educação do Campo como um novo paradigma que vem sendo construído por esses grupos sociais e que rompe com o paradigma da educação rural, cuja referência é a do produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida (FERNANDES; MOLINA, 2004, p. 37).

No debate sobre a Educação do Campo existe um consenso entre educadores, pesquisadores e sujeitos do campo de que este tipo de educação é resultado da mobilização e pressão do movimento social e sindical por uma educação que valorize o espaço do campo como espaço de vida de sujeitos que lá vivem e se recriam enquanto classe social.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. A Educação do Campo nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas (CALDART, 2008, p. 71).

A Educação do Campo tem nos sujeitos do campo uma centralidade no formato da concepção deste tipo de educação, cuja participação na elaboração, implementação e execução de políticas públicas educacionais para o campo foi criada com a participação efetiva dos sujeitos do campo.

A Educação do Campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que, por trás de uma indicação geográfica e de dados estatísticos isolados, está uma parte do povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo, em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais. A perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino (CALDART, 2004, p. 18).

A Educação do Campo deve refletir a realidade do campo brasileiro, que é um território marcado pela disputa de dois modelos de uso do território. Estes dois modelos são, o *território do agronegócio* e o *território do campesinato*.

Temos dois campos, porque os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Essa diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo (FERNANDES, 2008, p. 40).

A existência de um campo marcado pela disputa entre território do agronegócio e território do campesinato exige dos movimentos sociais e sindicais uma atuação mais efetiva na construção de políticas públicas que possam fortalecer a vida destes sujeitos do campo. Construir uma Educação do Campo a partir da visão, experiências e vivências dos sujeitos do campo é fundamental para a permanência das populações do campo em seus respectivos territórios de vida.

TERRITÓRIOS DA REFORMA AGRÁRIA NO BAIXO AMAZONAS, PARÁ.

Os dados da reforma agrária do Incra (Jan/2015) indicam que os municípios do Baixo Amazonas (Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Terra Santa) sob jurisdição da Superintendência Regional do Incra – Oeste do Pará (SR 30) apresentam uma grande demanda por Educação do Campo. Vários municípios apresentam números consideráveis de projetos de assentamentos em seus territórios.

Os municípios com a maior quantidade de assentamentos federais no Baixo Amazonas (Quadro 01) são: Santarém (23), Monte Alegre (23), Oriximiná (14), Óbidos (13), Alenquer (12), Prainha (11) e Juruti (10). Por outro lado, as maiores quantidades de famílias assentadas estão localizadas nos municípios de: Santarém (17.424), Juruti (5.074), Monte Alegre (3.784), Óbidos (3.508), Oriximiná (3.114) e Alenquer (2.421).

Quadro 01: Dados da reforma agrária nos municípios do Baixo Amazonas, em janeiro de 2015.

Município	Número de Famílias Assentadas – Reforma Agrária	Número de Projetos – Reforma Agrária	Área Reformada – Reforma Agrária (em hectares)
Alenquer	2.421	12	376.978.00
Almeirim	0	0	0.00
Belterra	827	4	33.325.00
Curuá	1.092	4	84.114.00
Faro	502	2	458.559.00
Juruti	5.074	10	384.948.00
Mojuí dos Campos	-	-	-
Monte Alegre	3.784	23	656.442.00
Óbidos	3.508	13	252.944.00
Oriximiná	3.114	14	335.245.00
Prainha	1.855	11	414.985.00
Santarém	17.424	23	1.484.963.00
Terra Santa	478	2	35.537.00

Fonte: DEA/INCRA (Jan/2015). Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

Os municípios que compõe a mesorregião do Baixo Amazonas, área de investigação desse estudo são: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa.

Informações do banco de dados do Incra (31/12/2017) sobre a presença de assentamentos no território do Baixo Amazonas indicam que somente o município de Almeirim não possuía projetos de assentamentos federais em seu território. O município de Mojuí dos Campos por ter sido criado em 2013 também não apresentava dados em sua base de informações.

O município de *Alenquer* em 31/12/2017, possuía 12 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 02), sendo 8 Projeto de Assentamento (PA), 3 Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) e 1 Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Quadro 02: Assentamentos federais no município de Alenquer em 31/12/2017 2018.

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Camburão I	178	10/11/2005
PA Camburão II	139	23/11/2005
PA Campos de Pilar	84	23/12/1998
PA Curumu	163	10/11/2005
PAE Atumã	474	23/10/2006
PAE Missionário Rufino	73	28/11/2005
PAE Salvação	126	20/10/2006
PA Especial Quilombola Pacoval	210	18/11/1996
PA Miriti	202	10/10/2005
PA Novo Horizonte	149	12/05/1997
PA Porão	47	23/11/2005
PDS Paraíso	572	28/12/2005

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Belterra* em 31/12/2017, possuía 4 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 03), sendo 2 Projetos de Assentamento Conjunto (PAC) e 2 PAE.

Quadro 03: Assentamentos federais no município de Belterra 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PAC Bela Terra I	240	21/11/2006
PAC Bela Terra II	242	21/11/2006
PAE Aramaná	180	19/12/2006
PAE Pindobal	164	19/12/2006

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Curuá* em 31/12/2017, possuía 4 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 04), sendo 3 PAE e 1 PDS.

Quadro 04: Assentamentos federais no município de Curuá em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da criação
PAE Madalena	487	08/11/2006
PAE São Pedro	60	24/11/2006
PAE Vale do Salgado	215	28/11/2005
PDS Maloca	315	28/11/2005

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Faro* em 31/12/2017, possuía 2 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 05), sendo 1 Floresta Nacional (FLONA) e 1 PA.

Quadro 05: Assentamentos federais no município de Faro em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
FLONA Saracá - Taquera	296	13/12/2004
PA Itaquera I	206	20/12/2005

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Juruti* em 31/12/2017, possuía 10 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 06), sendo 2 PA, 6 PAE e 2 Projeto de Assentamento Estadual Agroextrativista (PEAEX).

Quadro 06: Assentamentos federais no município de Juruti em 31/12/2017 2018.

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Socó I	369	22/12/1997
PA Nova Esperança	90	10/11/1998
PAE Juruti Velho	1994	10/11/2005
PAE Paraná Dona Rosa	185	13/12/2006
PAE Santa Rita	147	13/12/2006
PAE Valha-Me-Deus	109	13/12/2006
PAE Salé	334	13/12/2006
PAE Balaio	118	13/12/2006
PEAEX Curumucuri	1754	01/07/2010
PEAEX Prudente Monte Sinai	51	05/12/2011

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Monte Alegre* em 31/12/2017 possuía 23 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 07), sendo 8 PA, 1 PAC, 12 PAE, 1 PDS e 1 Projeto Integrado de Colonização (PIC).

Quadro 07: Assentamentos federais no município de Monte Alegre 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Baixão	106	10/11/2005
PA Campos do Popó	181	03/09/1999

PAC Cauçu e Balança	79	23/11/2006
PA Nova Altamira	79	23/11/2006
PA Cristo Rei	93	19/12/2005
PAE Aldeia	298	27/12/2006
PAE Costa do Amazonas	151	13/10/2006
PAE Cuçaru	219	13/10/2006
PAE Cuieiras	92	13/10/2006
PAE Curalinho	37	06/10/2006
PAE Jacarecapá	210	27/12/2006
PAE Jaquará	200	27/12/2006
PAE Nazaré	180	13/10/2006
PAE Paituna	144	12/12/2006
PAE Piapó	40	17/10/2006
PAE Região dos Lagos	199	12/12/2006
PAE São Diego	220	17/10/2006
PA Maripá	591	10/11/2005
PA Moriçoca	68	10/11/2005
PA Terra Preta e Olho d'água	149	10/11/2005
PA Vai Quem Quer	149	10/11/2005
PDS Serra Azul	261	19/10/2005
PIC Monte Alegre	87	01/01/1927

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Óbidos* em 31/12/2017 possuía 13 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 08), sendo 6 PA e 7 PAE.

Quadro 08: Assentamentos federais no município de Óbidos em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Cipoal	174	20/12/2005
PA Cruzeiro	299	22/12/1997
PA Curumu II	382	20/12/2005
PAE Cacoal Grande	145	24/11/2006
PAE Costa Fronteira	511	24/11/2006
PAE Maria Tereza	43	24/11/2006
PAE Paraná de Baixo	300	24/11/2006
PAE Paru	43	24/11/2006
PAE Especial Quilombola Áreas das Cabeceiras	789	25/10/2001
PAE Três ilhas	194	24/11/2006
PA Mamuru	221	20/12/2005
PA Repartimento	126	20/12/2005
PA Vale do Açaí	260	20/12/2005

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Oriximiná* em 31/12/2017 possuía 14 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 09), sendo 8 PA, 3 PAC e 3 PAE.

Quadro 09: Assentamentos federais no município de Oriximiná em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Acomec	382	29/12/2009
PA Área Cuminá e Trombetas	448	14/12/2001
PA Ananizal	38	15/12/2006
PAC Iripixi	50	15/12/2006
PAC Itapecuru	78	15/12/2006
PAC Monte Muria	80	15/12/2006
PAE Cachoery	283	19/12/2006
PAE Nhamunda	474	19/12/2006
PA Especial Quilombola Água Fria	12	18/11/1996
PA Especial Quilombola Área Trombetas	130	19/05/1998
PA Especial Quilombola Boa Vista	102	24/11/1995
PA Especial Quilombola Erepecurú	136	06/09/1999
PA Trajap	145	17/12/1998
PAE Sapucua - Trombetas	785	05/02/2010

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Prainha* em 31/12/2017 possuía 11 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 10), sendo 1 PA, 9 PAE e 1 Reserva Extrativista (RESEX).

Quadro 10: Assentamentos federais no município de Prainha em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PA Curuá	750	27/12/2005
PAE Acara- Açú	11	12/12/2006
PAE Anema	0	27/12/2006
PAE Chicantã	84	27/12/2006
PAE Igarapé do Cuçari	41	13/10/2006
PAE Ilhas Reunidas	117	13/10/2006
PAE Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	66	27/12/2006
PAE Pacoval/Pracobal	73	13/10/2006
PAE Região do Cuçari	161	05/10/2006
PAE Curuá II	202	20/10/2009
RESEX Renascer	518	14/12/2010

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Santarém* em 31/12/2017 possuía 20 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 11), sendo 5 PA, 1 PAC, 7 PAE, 2 PDS e 1 RESEX, 1 Projeto Estadual de Assentamento Sustentável (PEAS) e 3 PEAEX.

Quadro 11: Assentamentos federais no município de Santarém em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da Criação
PEAEX Aruã	27	16/10/2009
PEAEX Mariazinha Aracati	11	03/12/2010
PA Bueru	53	04/08/1998
PAC Bom Sossego	836	27/12/2006

PA Corta Corda	460	19/11/1997
PAE Aritapera	748	13/10/2006
PAE Eixo Forte	1.385	20/12/2005
PAE Ituqui	314	22/12/2006
PAE Lago Grande	5.595	28/11/2005
PAE Ponta Negra	0	27/12/2006
PAE Tapará	848	08/11/2006
PAE Urucurituba	475	20/10/2006
PA Ituqui	282	17/09/1987
PA Moju I e II	1.573	18/11/1996
PA Tapera Velha	251	14/12/1998
PDS Igarapé do Anta e Curuá Una	37	12/09/2001
PDS Renascer II	328	28/12/2005
PEAS Repartimento	26	03/12/2010
RESEX – Tapajós Arapiuns	4.437	23/10/2003
PEAEX Vista Alegre	11	16/10/2009

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

O município de *Terra Santa* em 31/12/2017 possuía 2 projetos de assentamentos federais em seu território (Quadro 12), sendo, portanto, 2 PA.

Quadro 12: Assentamentos federais no município de Terra Santa em 31/12/2017

Assentamento	Famílias Assentadas	Data da criação
PA Jamarý	399	19/12/2005
PA Vira Volta	79	29/12/2005

Fonte: INCRA, 2017. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

A realidade detectada na pesquisa da *Sinopse Estatística da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária 2004* do INEP (2007b), nas áreas de reforma agrária no estado do Pará, aponta uma realidade bastante preocupante com relação à implementação e execução da educação em áreas de reforma agrária no estado.

Nesta pesquisa, 76,4% dos entrevistados em áreas de reforma agrária no estado do Pará, responderam que “o campo só vai se desenvolver se as pessoas que aqui vivem, tiverem acesso a todos os níveis de ensino” (INEP, 2007b, p. 94). Assim, a Educação para as Escolas do Campo devem ser prioridade e direito, no qual confirma a tese de que: “A escola não move o campo, mas o campo não se move sem a escola” (CALDART, 2003, p. 64). Ainda na mesma pesquisa 85,4% no estado do Pará, afirmaram que “as pessoas que têm estudo têm mais consciência dos seus direitos que aqueles que não têm estudo” (INEP, 2007b, p. 94). Esse dado é o indicativo de que é necessário formar sujeitos do campo, para que assim, estes possam está mais conscientes de seu papel na sociedade e reivindicar seus direitos agrários e territoriais.

Os dados anteriormente destacados, demonstram que existe uma grande demanda

por educação nos assentamentos de reforma agrária no estado do Pará. Os sujeitos que habitam no campo devem ter o direito de uma formação a partir de sua própria realidade. Sendo assim, na região oeste do estado do Pará a demanda por Educação para as comunidades do campo é bastante acentuada, fundamentalmente para o nível superior, no qual deve ocorrer a territorialização do Pronera em espaços acadêmicos, objetivando a formação dos sujeitos das áreas de reforma agrária, pois este programa é uma política pública de democratização dos conhecimentos do campo.

EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO OESTE DO PARÁ: UMA ÊNFASE NO PRONERA.

A região oeste da Amazônia Paraense por ser uma região que se destaca em virtude do grande número de projetos de assentamentos federais em seus múltiplos territórios, requer uma política pública para a Educação dos Povos do Campo, das Águas e das Florestas, garantindo a permanência no território e na reprodução social da vida. São sujeitos que precisam ser formados, sem precisarem sair do local em que vive e que seus direitos possam ser assegurados e não negados, como vem ocorrendo em virtude das políticas de organização do espaço agrário e territorial está voltado para a expansão das relações capitalistas de produção no oeste paraense, materializados na produção agrícola de *commodities* (soja e milho) e redes de infraestruturas (rodovias, hidrovias, ferrovias, portos, hidrelétricas e mineração) que afetam diversas comunidades do espaço amazônico do oeste do Pará.

Esse descaso com a Educação do Campo se empiriciza de forma desigual e combinada, ao levantar dados referentes ao número de cursos de acordo com nível e Superintendência do Incra no Pará, equivalente aos anos 1998-2011 (Quadro 13), demonstrando a distribuição de tais dados em três polos do estado do Pará.

Quadro 13: Número de cursos por nível e Superintendência do Incra no Pará (1998-2011).

Nome da Superintendência	EJA Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Pará/ Belém	3	1	2	6
Pará/ Marabá	4	4	2	12
Pará/ Santarém	13	2	0	15

Fonte: IPEA, 2015. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

Pelo elevado quantitativo do número de assentamentos listados no oeste paraense, esses dados voltados para a Educação do Campo em suas diferentes modalidades de ensino ainda são insignificantes, essencialmente no que tange ao ensino superior, onde os dados são raros, ou como no caso de Santarém, inexistentes.

O número de estudantes que ingressaram seus estudos em alguma modalidade dos 3 polos destacados, de acordo com o número de matrícula registrado pela Superintendência Incra-Pará, em 1998-2011 (Quadro 14), demonstrou que:

Quadro 14: Educandos ingressantes/matrículas em Superintendência do Incra no Pará (1998-2011)

Nome da Superintendência	EJA Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Pará/ Belém	5.001	40	100	5.141
Pará/ Marabá	3.160	336	198	3.694
Pará/ Santarém	10.253	257	0	10.510

Fonte: IPEA, 2015. Organizado por Márcio Benassuly, 2018.

As Superintendências de Belém e Marabá mesmo que não apresente um número tão expressivo para a oferta do número de vagas para a Educação do Campo, pois a demanda é bem maior nas áreas de abrangência dessa localidade, ofertou vagas para a EJA, Ensino Médio e Ensino Superior. Ainda que Santarém tenha atendido maior parte a EJA, seguido reduzidamente do Ensino Médio, todavia, no Ensino Superior não houve oferta de nenhuma vaga, pois não essa Superintendência não regia nenhum curso de nível superior.

Os alunos matriculados nos cursos do Pronera de acordo com o território de origem registrado pelas Superintendências do Incra no Pará de 1998-2011 (Quadro 15), diagnosticou os seguintes dados de acordo com os polos das Superintendências:

Quadro 15: Educandos de cursos do Pronera por territórios em Superintendências do Incra no Pará (1998-2011)

Nome da Superintendência	Acampamento	Assentamento	Comunidade	Floresta	Quilombolas	RDS	Resex	Outro	Não informado
Pará/ Belém	1	492	114	0	0	0	0	0	17

Pará/ Marabá	5	3.008	14	0	0	0	0	57	17
Pará/ Santarém	476	4.034	891	0	2	0	0	21	321

Fonte: IPEA, 2015. Organizado e modificado por Márcio Benassuly, 2018.

O processo de democratização do conhecimento para os povos do campo, com a criação de cursos para nível superior vem sendo planejado pela SR-30, Inkra Oeste do Pará em parceria com a Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, pois o papel da Ufopa é promover a socialização dos conhecimentos, contribuir com a formação do indivíduo para o exercício da cidadania e corroborar com o desenvolvimento da Amazônia, considerando os valores, as crenças, os saberes, e as diversidades de recursos preexistentes e de usos dos povos da região.

A proposta da expansão do Pronera na Ufopa visa formar profissionais das comunidades do campo e que estes sujeitos em formação possam transformar, atuar e desenvolver ações se comprometendo com a realidade social/cultural/econômica/política na Amazônia. Atualmente, a Ufopa possui somente o Curso de Especialização em Bacharelado Interdisciplinar em Saúde do Instituto de Saúde Coletiva Isco/Pronera, criado pela Resolução nº 46 de 20 de novembro de 2013, tendo a previsão de serem criados mais Cursos do Pronera para a mesorregião do Baixo Amazonas (Quadro 16), e assim, contribuir com uma Educação do Campo sólida e eficaz. Tais propostas de criação de cursos implementados na Ufopa, ainda estão aguardando a avaliação do INCRA.

Quadro 16: Cursos do Pronera para o Baixo Amazonas apresentados por instituições de ensino aguardando avaliação do INCRA.

Curso	Instituição	Nível	Cidade
Agropecuária	Instituto Federal do Pará	Técnico	Santarém
Administração	Universidade Federal do Oeste do Pará	Graduação	Alenquer
Agronomia	Universidade Federal do Oeste do Pará	Graduação	Monte Alegre
Ciências e Tecnologia	Universidade Federal do Oeste do Pará	Graduação	Santarém
Engenharia Ambiental e Sanitária	Universidade Federal do Oeste do Pará	Graduação	Juruti
Geografia	Universidade Federal do Oeste do Pará	Graduação	Santarém
Geologia	Universidade Federal do Oeste do Pará	Graduação	Santarém

Pedagogia	Universidade Federal do Oeste do Pará	Graduação	Óbidos
Direito	Universidade Federal Fluminense	Graduação	Oriximiná
Gestão Social e Desenvolvimento Territorial na Amazônia.	Universidade Federal do Oeste do Pará	Especialização	Alenquer

Fonte: INCRA – Oeste do Pará, 2019. Organizado por Márcio Benassuly, 2019.

A demanda maior para a criação de cursos do Pronera, encaminhado pelo INCRA 2019, são para cursos de graduação, totalizando 8, sendo 1 para nível técnico e 1 para especialização, aonde Santarém é o município que mais se destaca pela proposta em virtude de apresentar um grande número de assentamentos federais, o que requer ser incluído na agenda política, a Educação do Campo.

São muitas as demandas para a criação do curso do Pronera em diferentes áreas do conhecimento na mesorregião do Baixo Amazonas, sobretudo, porque é uma região que possui muitas comunidades que se encontram em áreas de reforma agrária e que esses povos precisam de uma formação sólida e de qualidade. Estão em luta por políticas sociais, sendo que uma de suas reivindicações é a inclusão da Educação como garantia e o momento da efetivação de um direito agrário e territorial, pois a luta não é apenas por terra/território, mas é por uma Educação do Campo eficiente, pois a Educação do Campo é um dos instrumentos de luta dos povos do campo que habitam o espaço do Baixo Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade cristalizada na mesorregião do Baixo Amazonas é de que existe um mosaico de comunidades que se encontram em territórios de assentamentos de reforma agrária que apresentam características muito peculiares e singulares no contexto amazônico e que, portanto, esses povos devem ter direito à terra, à vida e, sobretudo, à Educação (Do Campo).

Os povos que habitam no campo, nas águas e na floresta, por serem complexos e diversos no que tange as suas territorialidades e espacialidades, necessitam de formação social e acadêmica, pois deve ser incorporada no processo formativo uma *Pedagogia Inovadora, Transformadora e Reveladora*, que leve em consideração os saberes, as práticas espaciais e territoriais, as formas de viver em comunidade e as lutas e as resistências frente às opressões geoestratégicas implementadas pelo Estado e Capital nos múltiplos territórios. Que a proposta educacional para os povos do campo possam atuar paralelamente em

parceria com movimentos sociais e que estes sujeitos estejam aptos para *Lutar/Resistir/Produzir* na terra e no território.

A criação e a implementação de cursos do Pronera para atender as demandas dos povos do campo da mesorregião do Baixo Amazonas se faz cada vez mais necessária. O número de cursos criados e que foram listados pela Superintendência do Inra no Pará são insignificantes ao comparado com o elevado número de assentamentos federais espacializados nos municípios do Baixo Amazonas. Nesse contexto, a Ufopa tem um papel fundamental, pensar em parceria com o INCRA, na criação de cursos de formação acadêmica (graduação, especialização ou no futuro mestrado e doutorado) para alunos oriundos das áreas de reforma agrária.

O projeto para a Educação do Campo deve ser ampliado na sua totalidade, aonde a universidade deve ir além dos limites permitidos pelos muros da universidade. Sua função é estabelecer diálogos, parcerias e propor ações conjuntas com as comunidades do campo. E a Educação é uma das principais demandas a serem levantadas quando se fala nas políticas públicas, esse direito ao acesso a uma formação educacional sólida e de qualidade deve ser garantido para as populações amazônicas do Baixo Amazonas.

É preciso criar uma proposta pedagógica contra hegemônica e/ou descolonizadora, que possa dar visibilidade, dignidade, equidade e direitos às populações que habitam nas áreas de reforma agrária, uma vez que a racionalidade capitalista nega, subalterniza e criminaliza a (Re)existência da vida e dos saberes locais. Essa pauta deve partir exclusivamente dos anseios, das expectativas e das reais necessidades das populações que habitam nas áreas de reforma agrária, pois são sujeitos que estão em movimento.

REFERENCIAS

ARROYO, Miguel G. Por um tratamento público da educação do campo. In. In. MOLINA, Monica Castagna, JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

CALDART, Roseli Salette. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CALDART, Roseli Salette. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In. MOLINA, Monica Castagna, JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In. SANTOS, Clarice Aparecida dos (org.). **Educação do Campo: campo - políticas públicas - educação**. Brasília: MDA, 2008. (NEAD Especial; 10).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do Campo e Território Camponês no Brasil. In. SANTOS, Clarice Aparecida dos (org.). **Educação do Campo: campo - políticas públicas - educação**. Brasília: MDA, 2008. (NEAD Especial; 10).

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In. MOLINA, Monica Castagna, JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da educação no campo**. Brasília, 2007a.

____. **Sinopse estatística da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária**. Brasília. 2004, 2007b

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária**. Brasília, 2015.

JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Questões paradigmáticas da construção de um projeto político da educação do campo. In. In. MOLINA, Monica Castagna, JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: 2004. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5.

SECAD/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade). **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. In: HERNRIQUES, Ricardo et al. (orgs.), Brasília, 2007. Disponível em: <https://C:/Users/Francilene/Downloads/educacaocampo.pdf> Acesso em: 15/04/2019.

PARTE 5 - POLÍTICAS DE LOGÍSTICAS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ

Figura: Rio tapajós, vista de Itaituba para Miritituba, Pará.



Foto: Acervo do GPDAM/UFOPA, 2019

CAPÍTULO 9 - DE AGROVILA A NÓ LOGÍSTICO DO AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA: O CASO DE MIRITITUBA, ITAITUBA, PARÁ³⁸.

Márcio Júnior Benassuly Barros³⁹

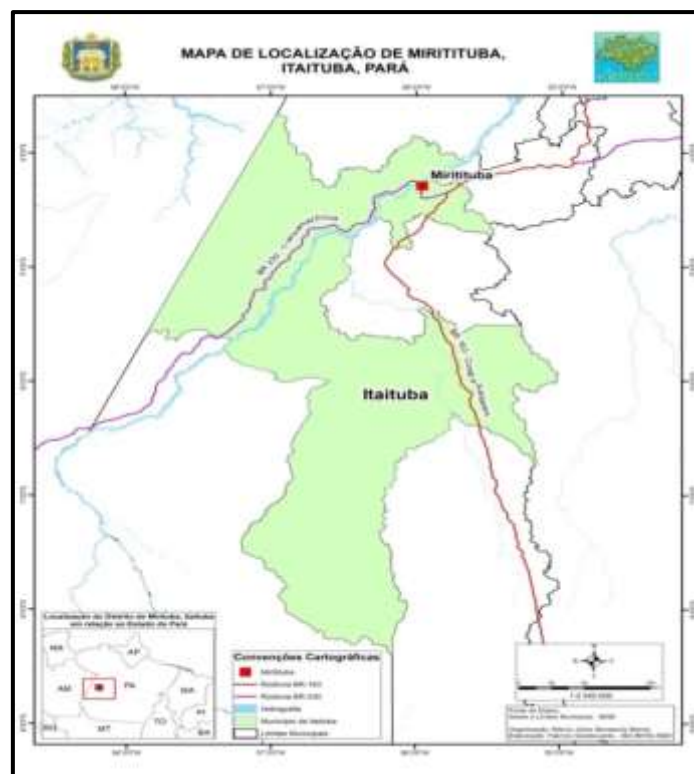
INTRODUÇÃO

O território onde atualmente está localizado o distrito de Miritituba, Itaituba, Pará tem suas origens associado ao processo de ocupação territorial pela coroa portuguesa na Amazônia iniciada no século XVII com a fundação de Belém do Pará em 1616.

A ocupação do vale do rio Tapajós pelos colonizadores portugueses tem na figura de Pedro Teixeira uma centralidade, que por volta de 1626 percorreu trechos do rio Tapajós (REIS, 1993).

Itaituba surge de um aldeamento de índios para onde por volta de 1836, foi constituído um destacamento militar sendo enviado para o local o tenente Joaquim Caetano Correa, considerado o fundador da cidade (IBGE, 1957).

Em frente a cidade de Itaituba surge a localidade de Miritituba, habitada por colonizadores portugueses e índios Mundurukus. O mapa seguinte mostra a localização de Miritituba, no município de Itaituba, estado do Pará.



³⁸ Artigo publicado na revista **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 71- Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 382-406, Abril. 2019.

³⁹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Santarém, Brasil. marcio.barros@ufopa.edu.br,

A partir da década de 1970 no contexto das políticas do Programa de Integração Nacional (PIN) foi construída a rodovia Transamazônica (BR 230). Naquela época a área onde atualmente encontra-se o distrito de Miritituba existia uma fazenda de propriedade de Tibiriçá Cunha, em cujo local foram instalados vários alojamentos de trabalhadores responsáveis pela construção desta rodovia.

Ao longo desta rodovia teve início um intenso processo de colonização dirigida, onde foram criados três Projetos Integrados de Colonização (PIC'S): PIC Altamira, PIC Itaituba e PIC Marabá (CARDOSO, MÜLLER, 1977; BARROS, 2011).

O PIC Itaituba teve sua primeira sede no distrito de Miritituba, onde foi instalada uma agrovila sob a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). (SUDAM, 1976). A partir de 2010 inicia os primeiros estudos visando à instalação de Estações de Transbordo de Cargas (ETC) no distrito de Miritituba. Atualmente existem quatro grandes ETC's de escoamento de grãos instalados em Miritituba, a saber: ETC da Bunge/Amaggi, ETC da Hidrovias do Brasil, ETC da Cianport e ETC da Cargill. A chegada destas instalações portuárias foi responsável, por uma série de dinâmicas sócio – econômicas - territoriais no distrito em análise.

O presente artigo está dividido em sete partes, incluindo a introdução e as considerações finais. Na introdução apresentamos uma descrição do contexto da ocupação de Miritituba. Na segunda parte intitulada “o avanço da fronteira agrícola e a logística do agronegócio”, apresentamos uma breve contextualização teórica sobre “fronteira agrícola” e “logística”. Na terceira parte que tem como título, “as políticas públicas para a integração territorial e colonização dirigida na Amazônia, uma ênfase no oeste do Pará”, contextualiza-se as ações estatais relacionada a construção das rodovias Transamazônica (BR 230) e Cuiabá – Santarém (BR 163). Na quarta parte intitulada de “as políticas de Estado e corporativa para viabilizar a criação de novas rotas de exportação de soja pela Amazônia e seus rebatimentos no oeste do Pará”, discute-se as ações estatais e privadas para a exportação de soja pelos portos do Arco Norte. Na quinta parte denominada de “o sistema logístico das empresas de agronegócio instaladas em Miritituba, Pará”, caracteriza-se as ações logísticas das empresas presentes em Miritituba. Na sexta parte intitulada de “as dinâmicas a partir da instalação de Estações de Transbordo de Cargas (ETC) em Miritituba, Itaituba, Pará”, apresentamos os resultados da pesquisa empírica realizada em vila de Miritituba”. Por fim são apresentados as considerações finais.

O AVANÇO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E A LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO

A *crise cambial de 1999* intensifica por parte do governo federal a ampliação de políticas públicas com o objetivo explícito de aumentar as exportações brasileiras e assim gerar saldos da balança comercial brasileira, fator que contribuiria para o pagamento da dívida externa brasileira. Este processo foi nomeado de *imperativo da exportação* por Milton Santos (1999) e de *econômica do agronegócio* por Guilherme Delgado (2012).

O imperativo da exportação, sugerido a todos os países como uma espécie de solução salvadora, é uma verdade ou apenas um mito? Afirma - se, com muita força, que os países que não exportam não têm presente nem futuro, sem explicar cabalmente porque (SANTOS, 2002, p.87).

A partir dos anos 2000 com o *pacto do poder com os donos da terra* (DELGADO, 2013) o Estado amplia o acesso ao crédito público para o financiamento do agronegócio no Brasil, neste sentido merece destaque o papel do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que passou a viabilizar o financiamento do agronegócio. Com forte apoio do crédito rural para o setor, houve a expansão da fronteira agrícola para novas regiões como o Norte do Brasil. No entanto, a expansão da fronteira em direção ao Norte começou a encontrar serias dificuldades para a exportação pelos tradicionais portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

No caso particular da soja, a constante expansão da produção para as áreas setentrionais do cerrado, distantes dos principais portos exportadores e com menores densidades de infraestruturas de transporte e armazenamento, tem criado importantes desafios para a logística de exportação. Sob forte pressão da mídia e dos representantes setoriais e com intuito de aumentar a denominada competitividade do agronegócio, o Estado brasileiro tem planejado e implantado sistemas de engenharia com o objetivo de conferir fluidez à produção agrícola moderna. O objetivo principal é a criação de sistemas de engenharia de transportes multimodais que viabilizem as exportações em direção ao Norte, utilizando-se dos portos das regiões Norte e Nordeste, o que permitiria encurtar a distância entre as áreas produtoras e os portos exportadores [...] (FREDERICO, 2014, p. 2140).

O termo logística possui diversos significados dependendo da área de conhecimento que esteja sendo utilizado. No presente trabalho usamos a definição abaixo por levar em consideração a dimensão geográfica do emprego do termo logística.

Logística, na migração do sentido militar para o empresarial, tornou-se um termo escorregadio e polissêmico, empregado para designar variadas formas de prestação de serviços, condições gerais de produção, setor de atividade econômica, ramo de investimentos públicos entre outras. Na tentativa de compreender o termo em sua dimensão geográfica, propomos, por ora, defini-lo como o conjunto de competências infra-estruturais (transportes, armazéns, terminais intermodais, portos secos, centros de distribuição etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público privadas, agências reguladoras setoriais, tributação) e estratégicas (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que reunidos num subespaço, podem conferir fluidez e competitividade aos agentes econômicos e

aos circuitos espaciais produtivos trata-se da versão atual da circulação corporativa (CASTILLO, 2007, p. 23).

A logística no período da globalização representa a possibilidade de maior relação entre pontos selecionados. Representa a conexão entre mercados cada vez mais integrados no atual período da globalização.

Ainda segundo Castillo (2011):

A logística torna-se, assim, a expressão de uma organização e de um uso do território, voltados, na linguagem corporativa (que também é da grande mídia), para a superação dos gargalos da circulação, para se evitar os “apagões” (portuárias, ferroviários, de armazenamento, etc.) e para se reduzir o “custo país” (CASTILLO, 2011, p.339).

Com relação aos modais de logística de transporte no território brasileiro o transporte hidroviário apresenta o menor custo no transporte no Brasil. No entanto, por questões históricas de opção pelo modelo rodoviário de transporte em nosso país, o frete rodoviário prevalece em detrimento do frete ferroviário e hidroviário, conforme mostra a afirmativa abaixo.

De maneira geral, o frete hidroviário é 36% mais econômico do que o frete ferroviário e este é cerca de 31% mais econômico do que o frete rodoviário. As rodovias teoricamente, deveriam ser utilizadas para distâncias curtas (como vasos capilares ou linhas alimentadoras), uma vez que as hidrovias e as ferrovias são consideradas artérias principais ou linhas - tronco (CASTILLO, 2011, p.342).

No Brasil por questões políticas, que data desde a implantação da indústria automobilística, durante o governo de Juscelino Kubistchek (JK), onde foi implantado um modelo de transporte rodoviário, desde então o país tem investido pouco nos modais de transporte como o ferroviário e o hidroviário.

No caso do transporte de cargas na Amazônia pelas características básicas da região, o transporte hidroviário apresenta bastante vantagens se comparados com os demais modais de transporte. Porém por falta de políticas para esse setor, o transporte hidroviário tem sido pouco utilizado no Brasil se comparado com o modal rodoviário.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INTEGRAÇÃO TERRITORIAL E COLONIZAÇÃO DIRIGIDA NA AMAZÔNIA, UMA ÊNFASE NO OESTE DO PARÁ.

Até a primeira metade do século XX, a Amazônia recebeu pouca atenção do governo federal no que refere-se a execução de políticas públicas de desenvolvimento regional. É somente no governo de Getúlio Vargas em 1940, que a região amazônica passa a ser objeto de políticas de desenvolvimento regional, materializadas com a criação de diversas instituições federais nos estados amazônicos. O marco de *redescoberta da Amazônia* por parte do governo federal tem como referência o *discurso do Rio Amazonas*, pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de outubro de 1940, no teatro Amazonas, na cidade de Manaus, estado do Amazonas. Nos anos posteriores a este discurso durante o exercício de Getúlio Vargas na presidência da república, que termina em 1954, com seu suicídio, foram criados importantes instituições que possibilitaram a incorporação física, social, econômica e territorial da Amazônia ao Brasil, como o Banco de Crédito da Borracha (BCB), o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), os Territórios Federais do Guaporé, Amapá e Rio Branco, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) (SUDAM, 1968).

Em seu discurso em Manaus, o então presidente Getúlio Vargas destacou que: “Vim para observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento” (SUDAM, 1968, p. 10).

No entanto foi somente com o início dos governos militares (1964 -1985) que foi elaborado e executado um conjunto de ações públicas que resultaram na integração física, econômica, social e territorial da Amazônia ao Brasil. O marco das ações do governo federal durante o regime militar ocorre em 1966, durante o *discurso do Amapá*, proferido pelo presidente Marechal Humberto Castelo Branco em Macapá, no então Território Federal do Amapá em 1º de setembro de 1966. Este discurso marca o lançamento da *operação Amazônia*, que resultaria em um conjunto de ações federais que visavam a integração territorial e econômica da Amazônia ao Brasil.

Neste discurso realizado no Amapá, em 1966, o presidente Castelo Branco afirma:

Daí estar colocado em primeiro plano das preocupações do governo o desenvolvimento econômico da região, a sua ocupação racional, o fortalecimento das áreas de fronteira e a integração do espaço amazônico no todo nacional. Com esse propósito, estuda-se completa reformulação da política nacional até agora seguida e que deverá ser mudada de acordo com a experiência dolorosamente acumulada. Aliás, aos que acompanham a ação do governo tornou-se tão evidente o progresso da região que, para envolver as várias medidas a serem adotadas, já criaram até a expressão “operação Amazônia”.

Antecipam-se, assim, de pouco, a série de providências e iniciativas com que o governo pretende propiciar condições inteiramente novas e vigorosas para transformar a economia da Amazônia (SUDAM, 1972, p. 16).

As primeiras medidas da operação Amazônia, em 1966 resultaram na transformação do Banco de Crédito da Borracha (BCA) em Banco da Amazônia (BASA) e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Desde então as principais políticas federais voltadas para a Amazônia tem sido direcionadas para a ocupação territorial e econômica da região.

Uma das políticas federais voltadas para a ocupação produtiva da região foi o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA), criado mediante o decreto nº 74.607 de 25 de setembro de 1974. Este programa estava baseado na seleção de 15 polos selecionadas na Amazônia que receberam um conjunto de ações de políticas públicas. Um dos polo selecionados do POLOAMAZONIA foi o *polo Tapajós*, que em 1976 abrangia áreas dos municípios de Santarém, Aveiro e Itaituba (SUDAM, 1976).

Na área de atuação do Polamazônia Tapajós, houve a implantação de experiências da colonização dirigida ao longo da rodovia Transamazônica. Na concepção do governo da época era preciso “ocupar espaços vazios na Amazônia” atribuindo desta forma uma valorização das terras da região.

Segundo Cardoso e Müller, (1977, p.141), “A colonização dirigida aparece, portanto, como um esforço consciente, não apenas para ocupar os vazios amazônicos e valorizar as terras, mais como uma alternativa para a “pressão” demográfica em certas áreas do país”

A ocupação do território do município de Itaituba, foi completamente transformado pelas políticas de integração nacional no início da década de 1970, com a abertura das rodovias Transamazônica (BR 230) e Cuiabá – Santarém (BR 163) que cortam o território municipal.

Segundo o *Caderno do Polamazônia Tapajós*, sobre o PIC-Itaituba, o projeto foi iniciado com 30 famílias remanescente das empresas construtoras da rodovia Transamazônica em julho de 1972. O documento informa que estes assentados foram regularizados em julho e que em agosto inicia o assentamento de novas famílias de assentados. A localização espacial dos núcleos urbanos do projeto são; a) em Miritituba, em frente a Itaituba; b) no Km 80, vindo de Itaituba para Rurópolis; c) no 47, indo de Rurópolis para Altamira; d) no Km 71, indo de Rurópolis para Altamira; e) no Km 86, da Cuiabá – Santarém, sentido Rurópolis/Santarém (SUDAM, 1976).

No trecho paraense da rodovia Transamazônica foram criados três Projetos Integrados de Colonização (PIC'S): PIC Altamira, PIC Itaituba e PIC Marabá ao longo da BR 230. O PIC Altamira foi o que mais recebeu assentados, o PIC Itaituba recebeu a menor quantidade de assentados (CARDOSO; MÜLLER, 1977).

Dados da colonização dirigida do Programa de Integração Nacional (PIN) para o trecho paraense da rodovia Transamazônica indicava que para o PIC Altamira em 1972 foram planejados o assentamento de 3.000 famílias e executados 2.550, restando a executar 450 famílias em 1972. No PIC Marabá foi projetado o assentamento de 1.000 famílias e executado 600 famílias e a executar 400 para o ano de 1972. No caso do PIC Itaituba foi previsto assentar 500 famílias, sendo executado a totalidade do que foi projetado para este ano de 1972, conforme podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro 01: Projetos de apoio ao PIN no trecho paraense da rodovia transamazônica

Projetos	Localização	Assentamento de famílias		
		Projetado (1972) nº	Executado nº	A executar (1972) nº
Altamira	Pará	3.000	2.550	450
Marabá	Pará	1.000	600	400
Itaituba	Pará	500	500	-

Fonte: Colonização da Amazônia, PIN, Brasília, 1972, p.32

Nota: Quadro transcrito de Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller, **Amazônia: expansão do capitalismo**. Brasiliense – Cebrap. São Paulo, 1977, p. 144. Com modificação do autor.

Em reportagem publicada por Ferrando Moraes pelo Jornal da Tarde em 27/09/1974 revelou novos dados de assentamentos realizados ao longo do trecho paraense da Transamazônica para o ano de 1974. No caso do PIC Itaituba, até setembro de 1974 foram assentados 1.700 famílias, o que correspondia 11.900 pessoas, distribuídas em 200 casas construídas pelo INCRA, como podemos constatar no quadro seguinte que apresenta também dados para os PIC de Altamira e Marabá.

Quadro 02: Colonização da transamazônica (até setembro de 1974)

Projetos em	Marabá	Altamira	Itaituba	Totais
Famílias	1.350	2.036	1.700	6.080
Pessoas	9.450	21.250	11.900	42.600
Casas	314	408	200	
Famílias sem casa				5.160
Pessoas sem casa				36.120

Fonte: Jornal da Tarde, 27/09/1974; dados publicados em reportagem de Fernando Moraes, “De volta à transamazônica”.

Nota: Quadro transcrito de Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller, **Amazônia: expansão do capitalismo**. Brasiliense – Cebrap. São Paulo, 1977, p. 198.

Quanto a origem das famílias dos colonos assentados nos projetos de colonização dirigida nos três PIC's do trecho paraense da rodovia Transamazônica em 1973, os dados mostram que 1.004 tem origem no Nordeste, 859 no Meio Norte, 794 no Norte, 254 no Sul, 424 no Oeste e 215 no Sudeste. No caso do PIC Itaituba, a origem dos 571 colonos assentados em 1973 foram: 262 do Meio Norte, 159 do Oeste, 114 do Norte, 109 do Sul, 71 do Nordeste e 34 do Sudeste, conforme podemos constatar no quadro abaixo.

Quadro 03: Área de origem das famílias de colonos em núcleos da Transamazônica - 1973

Zona	Nº de colonos	Origem dos colonos					
		Sul	Sudeste	Meio Norte	Nordeste	Norte	Oeste
Altamira	2.559	543	147	335	862	566	106
Itaituba	571	109	34	262	71	114	159
Marabá (Itupiranga)	643	2	34	262	71	114	159

Fonte: INCRA, 1973. Cf. J.M.G. Kleinpenning, The integration and colonization of the Brazilian Portion of the Amazon Basis, citado, p. 119.

Nota: Quadro transcrito de Otavio Ianni. **Colonização e contra – reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

No PIC de Itaituba foi instalada a *agrovila de Miritituba*, com a criação de lotes urbanos, escritório do INCRA, armazém da extinta Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que era responsável pela compra da produção agrícola dos assentados nesta agrovila. Em Miritituba foi implantado uma agrovila com residências para os assentados. As casas são todas padronizadas como mostra a figura 01.

A agrovila é a menor unidade urbana, essencialmente residencial, para rurícolas e tem por objetivo integrar socialmente o meio rural, oferecendo condições sociais as famílias dos que trabalham nos campos, a fim de que possam viver em comunidade e formar uma sociedade em moldes civilizados. Os rurícolas (proprietários de lotes rurais econômicos e empregados rurais), neste sistema urbano-rural, possuirão um lote rural de 100 há, onde exercerão suas atividades econômicas agropastoris e um lote urbano, residencial, de 1.500 a 3.000 metros quadrados, nas agrovilas, onde poderão fazer pequeno pomar, pequena horta, criar galinhas e animais de pequeno porte para uso doméstico, com a finalidade de complementar suas necessidades de manutenção (INCRA, 1972, p. 67).

Miritituba, está localizada em frente a cidade de Itaituba, na margem direita do rio Tapajós. Nesta agrovila houve a instalação de uma unidade do Departamento Nacional Estradas e Rodagens (DNER) quando da construção da rodovia Transamazônica em 1972. No local foram instalados um escritório do INCRA, instalações do DNER, da Companhia do 8º Batalhão de Engenharia do Exército, Terminal de Combustível da Petrobrás (diesel e gasolina) e do Porto da Companhia Docas do Pará (SUDAM, 1978).

Figura 01: Lotes urbanos residenciais construídos pelo INCRA em Miritituba.



Foto: Márcio Benassuly, 2018.

Com a criação do III Programa Nacional de Desenvolvimento (III PND) a política de colonização dirigida foi sendo abandonada pelo governo federal que passou a incentivar por meio de incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) a atração empresarial nacional e internacional, principalmente voltado para a pecuária e a exploração madeireira. Neste novo contexto, empreendimentos empresariais ligados a pecuária e exploração madeireira começam a serem instalados em Miritituba e seu entorno.

Com o avanço do asfaltamento da BR 163 nos anos 2000, aprovação da lei de portos em 2013 e a expansão da fronteira agrícola de soja para o Norte passa a haver uma forte pressão pela exportação da produção agrícola do Mato Grosso, principal produtor de grãos do Brasil, pelos portos do Arco Norte, localizados acima do paralelo 16 para a instalação de Terminais de Uso Privado (TUP) de empresas do agronegócio em Miritituba.

O escoamento da produção agrícola do Mato Grosso pelos portos do Arco Norte representam a redução de custos em relação aos tradicionais portos de exportação de Santos (SP) e Paranaguá (PR).

AS POLÍTICAS DE ESTADO E CORPORATIVA PARA VIABILIZAR A CRIAÇÃO DE NOVAS ROTAS DE EXPORTAÇÃO DE SOJA PELA AMAZÔNIA E SEUS REBATIMENTOS NO OESTE DO PARÁ.

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC) para a presidência da república, teve início a uma série de ações que foram tomadas para viabilizar a construção de um conjunto de infraestrutura que pudesse permitir a exportação da soja pelos portos da região amazônica. Durante os dois mandatos de FHC foram inseridos nos dois Planos

Plurianuais (PPA) diversas ações com este propósito. No primeiro mandato, foi elaborado o *Programa Brasil em Ação* que previa a implantação de um conjunto de hidrovias na bacia amazônica. As hidrovias previstas foram a do rio Madeira no trecho entre Porto Velho (RO) e Manaus (AM) e dos rios Tocantins e Araguaia. Este programa previa o asfaltamento de trechos de diversas rodovias federais na região como a BR 163, BR 364 e BR 164 (OLIVEIRA, 2006).

No segundo mandato de FHC tem início o *Programa Avança Brasil* que procurou dar seqüências nas ações estabelecidas durante o Programa Brasil em Ação para o setor de infraestrutura para a Amazônia. Neste programa foi prevista a viabilização da hidrovia Teles Pires e Tapajós que não chegou a sair do papel. Estes programas transformavam a Amazônia em *eixos de desenvolvimento*. A viabilização de partes destes projetos de logística na região resultariam na transformação da infraestrutura de logística até então empregada na Amazônia. Estas ações estatais de logística de transporte na região iniciadas ou concluídas resultam na movimentação de grandes empresas do setor de agronegócio da soja, que começaram a buscar novas rotas para exportação da soja produzida no Centro-Oeste tendo em vista a redução dos custos da produção (OLIVEIRA, 2006).

O grupo *Amaggi*, pertencente a André Maggi, pai do ex- governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, foi pioneiro na abertura de uma nova rota de exportação em direção a Amazônia em 1997. A escolha do grupo foi o *corredor noroeste*, utilizando a hidrovia Madeira- Amazonas, onde em Itacoatiara (AM) foi construído as instalações do Terminal Granelero de Itacoatiara. Esta foi a *primeira rota para exportação de soja operada por uma empresa em direção a Amazônia*. Nesta rota a produção de grãos provenientes de Mato Grosso são transportado até Porto Velho (RO) de caminhões, onde neste local existe um porto que realiza o transbordo para barcaças que segue pelo rio Madeira até Itacoatiara, onde finalmente são transportados para grandes navios que seguem para os principais mercados consumidores.

A *segunda rota criada para exportação de soja pelos portos da Amazônia foi inaugurada pela Cargill em 2003 em Santarém (PA)*. A empresa em 1999 assinou um contrato com a Companhia Docas do Pará (CDP), para a concessão para a instalação do porto da empresa em Santarém. Em 2000 a Cargill realizou a implantação do preço portuária da soja, atraindo dezenas de produtores, principalmente de Mato Grosso para o planalto santareno, que é atualmente constituído pelos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos (BARROS, 2018)

A *terceira rota criada para exportação de soja pelos portos da Amazônia foi inaugura em 2014 pela Bunge em Barcarena (PA)*, que realizou um investimentos de R\$ 700 milhões para a

criação do Complexo Portuário Miritituba – Barcarena, ligando a Estação de Transbordo em Miritituba, em Itaituba ao Terminal Portuário Fronteira Norte (Terfron) em Vila do Conde, Barcarena (ESTADO DE SÃO PAULO, 25/04/2014).

Nesta rota de escoamento a soja sai de municípios do norte de Mato Grosso, como Sinop de caminhão e segue pela BR 163 até Miritituba (PA) percorrendo 1.100 km. Ao chegar a Miritituba a soja é colocada em barcaças que percorrerão o rio Tapajós e o estreito de Breves até chegar ao porto de Vila do Conde, em Barcarena (PA). Este percurso é de 1.000 km e dura três dias. Em Vila do Conde foi construído o Terminal Fronteira Norte (Terfron) onde a carga é armazenada para posterior embarque em navios graneleiros, de onde segue para os mercados da Europa e Ásia. Cada barcaça transporta cerca de 2.000 toneladas de grãos o que equivale a 50 caminhões (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/04/2014).

Esta nova rota de escoamento de soja aberta pela Bunge foi oficialmente inaugurada em 24/04/2015 no porto de Vila do Conde em Barcarena, reunindo o ato escalão do governo federal e de empresas de agronegócio interessadas na exploração da nova rota de escoamento de grãos.

A criação desta rota de escoamento aberta pela iniciativa da Bunge, fez com que outras empresas do setor manifestassem interesses em explorar esta rota. Desta forma, empresas como Hidrovias do Brasil, Cianport, Cargill além da Amaggi que exporta parte de sua produção em associação com a Bunge já estão operando em Miritituba através de Estações de Transbordo de Cargas (ETC).

A quarta rota criada para exportação de soja pelos portos da Amazônia, foi criada pela Cianport em 2016 entre Miritituba (PA) a Santana (AP). A empresa em 2016 finalizou a construção da Estação de Transbordo de Miritituba de onde a carga de grãos é transportada por barcaças para o Terminal Portuário de Santana, no Amapá.

As condições logísticas com o avanço do asfaltamento de trechos da BR 163 durante os governos FHC e LULA, estimularam grandes empresas em realizarem investimentos em Miritituba e as condições da revisão do marco jurídico do setor portuário com a aprovação da lei 12.815/2013 (lei de portos), estimularam o setor do agronegócio da soja a realizarem investimentos em Miritituba, criando desta forma um novo nó da logística rodoviário-hidroviário na Amazônia. A transformação na paisagem na área onde foram instaladas as Estações de Transbordo de Cargas (ETC) das empresas em Miritituba foram intensas.

A presença de Estações de Transbordo de Cargas em operação ou planejadas em Miritituba (Itaituba) e Santarenzinho (Rurópolis) tem transformado o rio Tapajós no *novo*

Mississippi brasileiro segundo operadores da logística do agronegócio no Brasil. Além das *empresas já instaladas em Miritituba* com Estações de Transbordo de Cargas (Bunge/Amaggi, Hidrovias do Brasil, Cianport e Cargill) as empresas Unirios Rodofluvial e Logística Ltda. (ETC Unirios) e Porto Chibatão (ETC Chibatão) possuem projetos em andamento de construção de Estações de Transbordo de Cargas na localidade.

No *distrito de Santarenzinho*, município de Rurópolis, as empresas, Odebrecht (ETC Santarenzinho), Louis Dreyfus Company (Terminal LDC Tapajós), Bertolini (ETC Rurópolis), Cianport (ETC Tapajós) e Amaggi (ETC Amaggi) possuem projetos para instalação de ETC no local.

Segundo dados do Ministério dos Transportes (2017), sobre os investimentos em portos no Brasil, as três empresas com Estações de Transbordo de Cargas em Miritituba apresentaram as seguintes informações quando da realização do Contrato de Adesão formalizada junto ao governo federal, para a construção destas instalações portuárias. A Bunge foi a primeira empresa a assinar o Contrato de Adesão 13/2014 com a Secretaria Especial de Portos (SEP), da presidência da república, em 27/03/2014. Neste contrato a estimativa da empresa de movimentação de cargas (granel sólido) era de 3.500.000 t/a e um investimento de R\$ 50.505.000,00 no projeto. A Hidrovias do Brasil foi a segunda a assinar o Contrato de Adesão 1920/14 com a SEP, assinado no dia 30/06/2014. A empresa previa a movimentação de 4.400.000 t/a e um investimento de R\$ 200.000.000,00 no projeto no Tapajós.

A terceira empresa com Contrato de Adesão 20/2014 com a SEP foi a Cianport, assinado no dia 05/08/2014. A previsão da empresa era transportar 3.528.000 t/a e um investimento de R\$ 43.869.000,00 no projeto. Os dados do Ministério dos Transportes, não informa os valores de investimentos para a empresa Cargill utilizados na construção do projeto em Miritituba.

Quadro 04: Investimentos de empresas que operam Estações de Transbordo de Cargas em Miritituba, Pará.

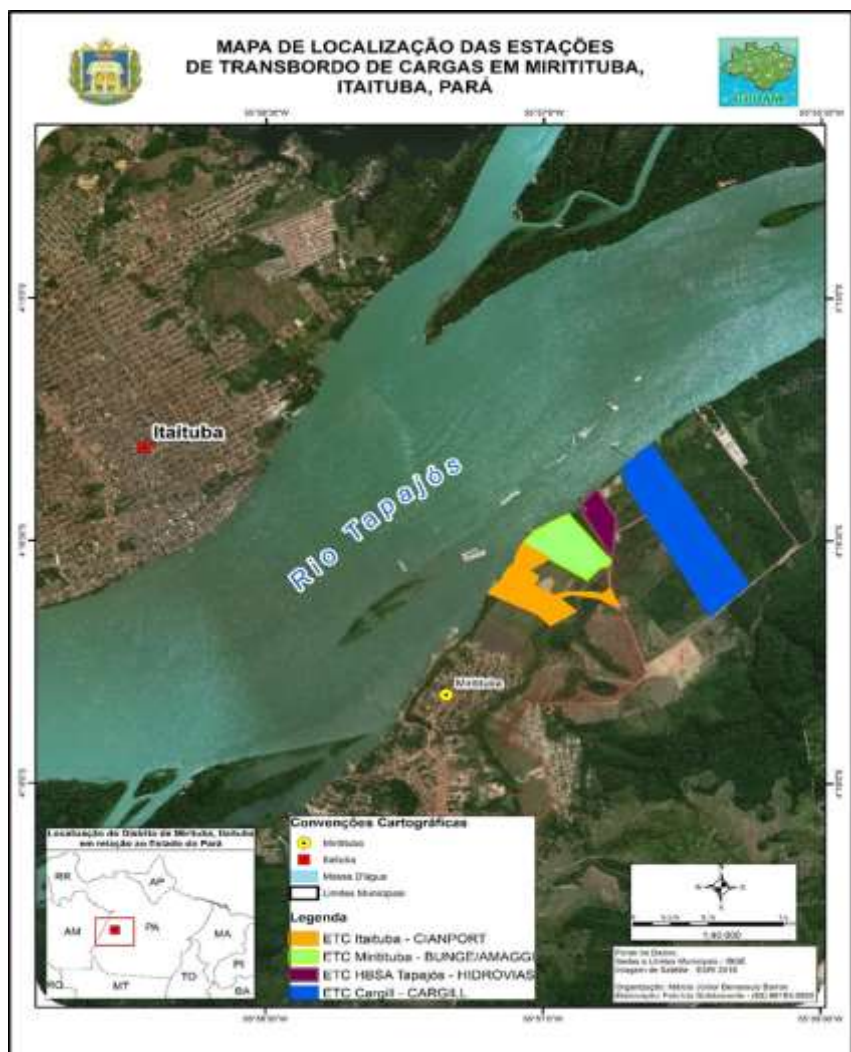
Empresa	Instalação	Instrumento de outorga	Perfil da carga	Estimativa de movimentação	Valor de investimento
Bunge Alimentos S/A	ETC Miritituba	Contrato de Adesão 13/2014 – SEP/PR	Granel sólido	3.5000.000t/a	R\$ 50.505.000,00
Hidrovias do Brasil S/A	ETC Tapajós	Contrato de Adesão 19/2014 – SEP/PR	Granel sólido	4.400.000t/a	R\$ 200.000.000,00

Cianport – Companhia Norte de Navegação e Portos	ETC Itaituba	Contrato de Adesão 20/2014 – SEP/PR	Granel sólido	3.528.000t/a	R\$ 43.869.000,00
--	--------------	-------------------------------------	---------------	--------------	-------------------

Fonte: Ministério dos Transportes, 2018. Organizado e modificado pelo autor.

Os dados do quadro acima refletem a importância de Miritituba, como importante nó logístico do agronegócio de soja, responsável pela conexão do transporte de cargas de grãos pela estrada (rodoviário) - rio (hidroviário). O valor dos investimentos das três empresas (Bunge, Hidrovias do Brasil e Cianport) totalizou R\$ 294.374.000,00 como podemos verificar no quadro acima.

O mapa seguinte mostra a localização das Estações de Transbordo de Cargas em Miritituba em 2018.



O SISTEMA LOGÍSTICO DAS EMPRESAS DE AGRONEGÓCIO INSTALADAS EM MIRITITUBA, PARÁ.

Bunge. É uma empresa norte-americana que tem sua sede em Nova York. A empresa atua no Brasil a mais de 100 anos, sendo a maior processadora de soja e trigo do país, líder no segmento de óleos vegetais, farinha de trigo e pré - misturas para panificação, além de ser a maior exportadora de agronegócio. Em 2016, possuía 100 unidades no Brasil, atuando em 17 estados e no Distrito Federal e possuía 17 mil colaboradores, transportando neste ano cerca de 35 milhões de toneladas de grãos no país. A empresa foi pioneira na abertura de nova rota de soja, realizando a conexão estrada, pela BR 163 a hidrovía Tapajós-Amazonas, ligando Miritituba ao Porto de Vila do Conde no município paraense de Barcarena (BUNGE, 2017).

A Estação de Transbordo de Cargas (ETC Miritituba) visa o escoamento de grãos e farelo de soja provenientes de produtores do norte do Mato Grosso que chegam a estação pela BR 163 por caminhões. Neste local a carga é transportada em barcaças que seguem para o Terminal Graneleiro de Barcarena onde será embarcada em grandes navios que seguem para os principais mercados consumidores globais.

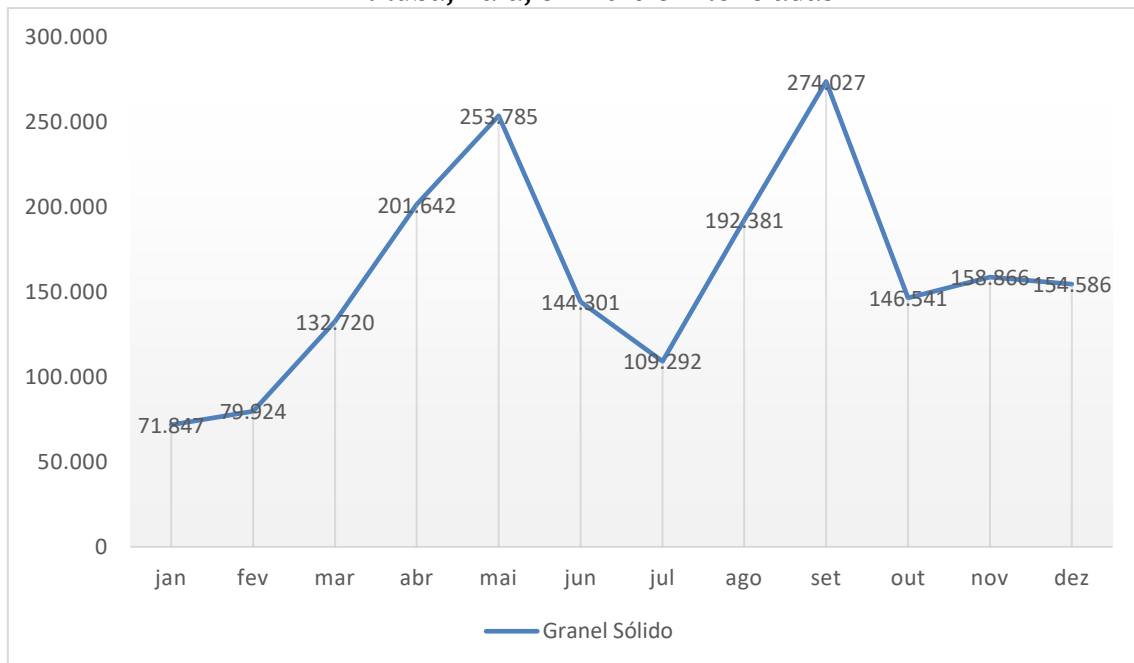
Em 2016 a empresa firmou parceria com o grupo Amaggi para escoamento de grãos pela hidrovía Tapajós-Amazonas, mediante o compartilhamento das instalações da Estação de Transbordo de Miritituba e do Terminal Portuário de Barcarena (BUNGE, 2016).

Para realizar o transporte de Miritituba para Barcarena a Bunge realizou uma parceria mediante uma *Joint Venture* de transporte fluvial com a Amaggi, que resultou na criação da Navegações Unidas Tapajós Ltda. (Unitapajós) com a construção de 90 barcaças e 05 empurradores e com investimentos de R\$ 300 milhões (VALOR ECONÔMICO, 25/04/2014)

Segundo dados do *Anuário Estatístico Aquaviário*⁴⁰, disponibilizado no site da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) em 2017 a Estação de Transbordo de Cargas em Miritituba da Bunge, movimentou cerca de 1.923.913 toneladas. Conforme podemos verificar no gráfico seguinte, que apresenta a evolução de cargas dos doze meses de 2017. O menor volume transportado ocorreu no mês de janeiro com 71.847 toneladas, por sua vez o maior volume transportado correu no mês de setembro com um volume de 274.027 toneladas transportado por Miritituba. O gráfico a seguir mostra demais meses para o ano de 2017.

⁴⁰ Disponível em: <http://web.antaq.gov.br/Anuario/>. Acessado em 10\01\2019.

Gráfico 01: Evolução da carga transportada (grãos e farelo de soja) pela Bunge em Miritituba, Pará, em 2017 em toneladas.



Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário. 2019. Organizado pelo autor.

Amaggi. A empresa foi fundada em 1977 em São Miguel do Iguazu, Paraná, em 1979 realiza a aquisição da primeira propriedade no estado de Mato Grosso, no município de Itiquira. Em 1997, a empresa foi pioneira ao iniciar o transporte de grãos em direção a Amazônia, mediante atividade de Porto Velho (RO) e Itacoatiara (AM) onde mantem instalações portuárias. Em 2002 tem início as operações de esmagamento de grãos em Itacoatiara (AM). Em 2014 a empresa realiza o primeiro transporte de grãos pelo corredor hidroviário Tapajós-Amazonas, dando início a uma parceria estratégica com a multinacional Bunge pelo compartilhamento das instalações da Estação de Transbordo de Miritituba (PA) e mediante a formação da Unitapajós. Em 2016 a empresa fez a aquisição de 50% das Estação de Transbordo de Miritituba e do Terminal Portuário de Barcarena da Bunge (AMAGGI, 2017).

A empresa opera em dois corredores na Amazônia. O primeiro é o corredor Madeira e o segundo é o corredor Tapajós.

Corredor Madeira. Os grãos são transportados por caminhões até Porto Velho (RO) onde é realizado transbordo para barcaças que seguem pelo rio Madeira até o Porto Graneleiro de Itacoatiara (AM) de onde seguem para o mercado consumidor em grandes navios. Em 2016 a empresa possuía uma frota operando no corredor Madeira de 157 barcaças graneleiras, 20 empurradores e 3 empurradores em construção, que transportaram

neste ano 3,7 milhões de toneladas de grãos. Opera este corredor com capital próprio (AMAGGI, 2017).

Corredor Tapajós. A empresa opera mediante uma *Joint Venture* com a Bunge o transporte hidroviário de grãos entre Miritituba - Barcarena mediante parceria firmada através da Unitapajós.

A empresa possuía em 2016 uma frota operando no corredor Tapajós de 90 barcaças graneleiras, 8 empurradores e 1 empurrador em construção, que transportaram neste ano 1,6 milhões de toneladas de grãos. Opera este corredor em parceria com a Bunge Alimentos (AMAGGI, 2017).

Cargill. Empresa americana fundada em 1865, tem sua sede global em Minneapolis, Minesota, Estados Unidos. Opera em 70 países, tem 150 mil funcionários no mundo. É a maior empresa de capital privado do mundo. Atua no Brasil desde 1965, com sua sede em São Paulo, possui no Brasil 22 fábricas e 05 terminais portuários (CARGILL, 2016).

A Estação de Transbordo de Cargas (ETC Cargill) localizada em Miritituba tem como objetivo o transporte de grãos da região de influência da BR 163 (MT-PA) até o terminal da empresa em Santarém.

Este transporte de grãos das regiões produtoras do norte do Mato Grosso ocorre de caminhões pela BR 163 até Miritituba de onde seguem por barcaças pela hidrovía Tapajós - Amazonas até o terminal da Cargill em Santarém. Neste local a carga será embarcada em navios com destino aos mercados mundiais consumidores.

Em 2015, o terminal de Santarém passou por uma ampliação que elevou sua capacidade de transporte para cinco milhões de toneladas. Em 2016 a empresa iniciou a operação da Estação de Transbordo de Miritituba (CARGILL, 2017).

Hidroviás do Brasil⁴¹. A empresa foi criada em 2010 com o objetivo de promover soluções logísticas integradas na América Latina no setor de transporte hidroviário. A empresa atua em dois corredores logísticos: o corredor logístico norte e o corredor logístico sul.

O *Corredor Logístico Norte.* Visa atender a demanda de transporte de grãos e farelo de soja da região Centro – Oeste para os portos do Arco Norte. A empresa possui uma Estação de Transbordo de Cargas (ETC) em Miritituba, Itaituba, Pará e um Terminal de Uso Privado (TUP), no porto de Vila do Conde, Barcarena, Pará.

⁴¹ Dados retirados do site da empresa: <http://hbsa.com.br/empresa>. Acessado em 25\01\2019.

A Estação de Transbordo de Cargas de Miritituba (ETC Miritituba) recebe a carga de grãos que chegam no local por caminhões que é posteriormente carregado em barcaças que seguem para o TUP de Vila do Conde.

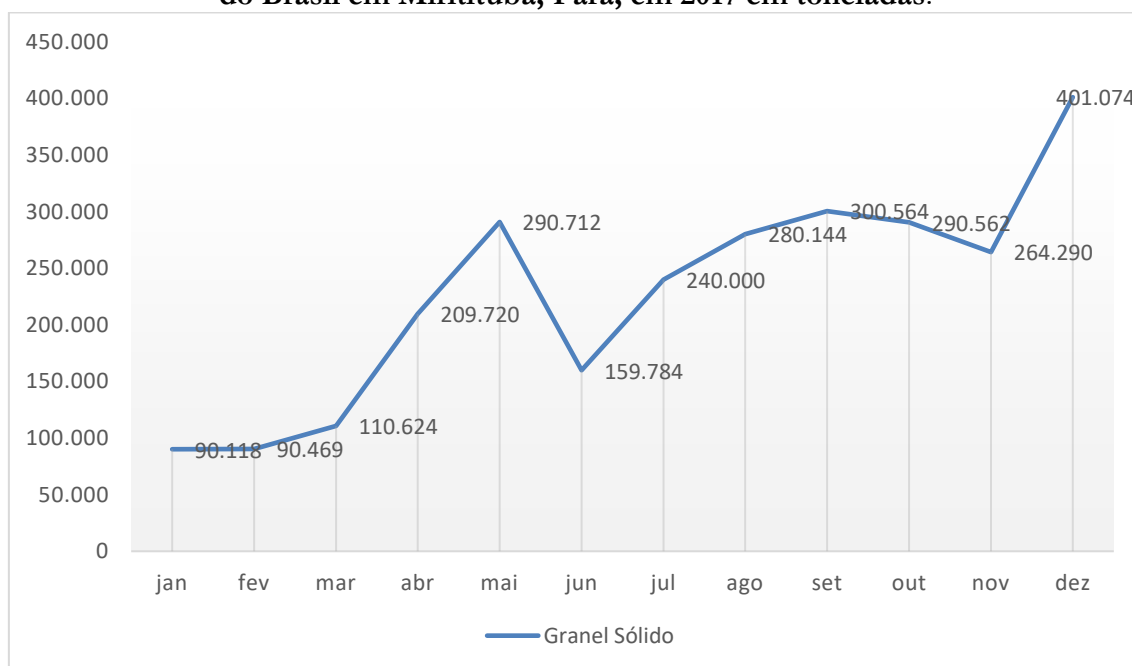
O Terminal de Uso Privado (TUP) de Vila do Conde, recebe os grãos os grãos em caminhões ou em barcaças que em seguida são transportados em navios graneleiros do tipo *post panamax* que possuem capacidade de 120 toneladas e segue para os mercados consumidores internacionais.

O *Corredor Logístico Sul*. Visa atender o transporte de minério, grãos, fertilizantes, celulose no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

A empresa em 31/07/2014 assinou o Contrato de Adesão nº 019/2014 com a Secretaria Especial de Portos (SEP) da Presidência da República que autorizou a construção e/ou exploração da instalação portuária em Miritituba, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga (ETC) para movimentação de granel sólido (grãos e farelo de soja).

Quanto aos dados da carga transportada em 2017 pela Hidrovia do Brasil em Miritituba, o *Anuário Estatístico Aquaviário*, aponta que foram transportado 2.728.059 toneladas nesta ETC. O mês com o menor volume de transporte foi janeiro com 90.119 toneladas e o mês como o maior volume transportado foi dezembro com 401.074 toneladas, conforme podemos verificar no gráfico seguinte.

Gráfico 02: Evolução da carga transportada (grãos e farelo de soja) pela Hidrovias do Brasil em Miritituba, Pará, em 2017 em toneladas.



Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário. 2019. Organizado pelo autor.

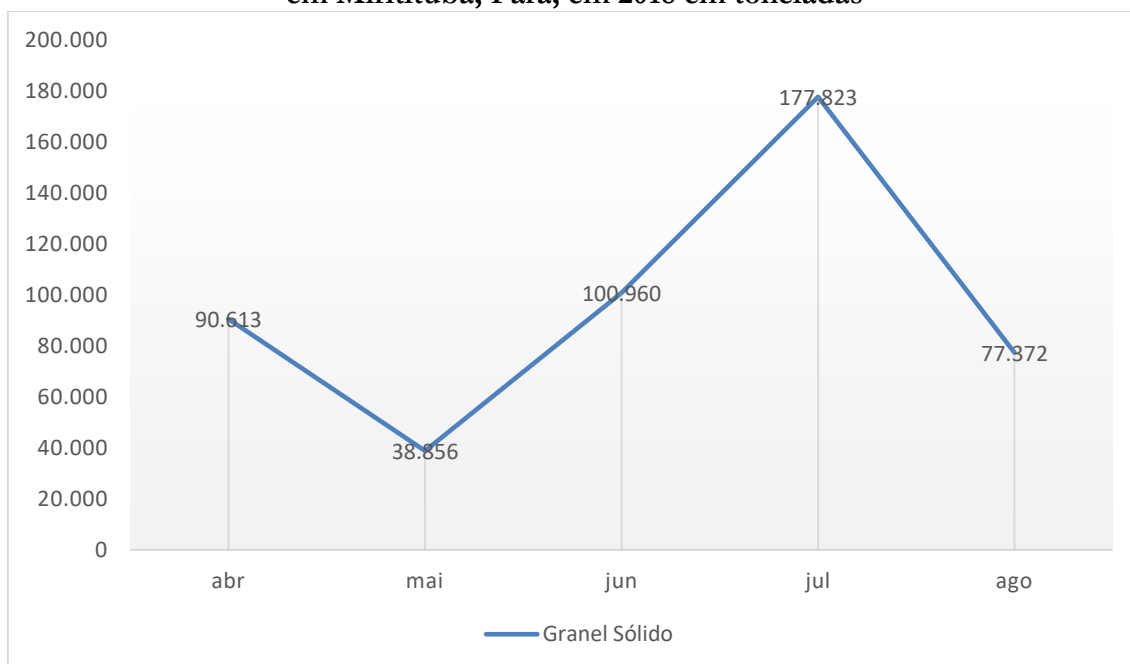
Cianport. A Companhia Norte de Navegação e Portos S. A (Cianport) é uma *Joint Venture* criada em 2012, como braço logístico da Friagil que possui 32% das ações e a Aprosoja que detém 68% da empresa. A empresa tem como objetivo o escoamento da produção de grãos da região Centro - Oeste para os portos do Arco Norte (Pará e Amapá). A empresa possui instalações na Estação de Transbordo em Miritituba, Itaituba, além de atuar em Santana, no Amapá. Em 2014 a empresa previa um investimento no Pará em Amapá de R\$ 613 milhões no setor de transporte de soja (VALOR ECONÔMICO, 10/06/2014).

Em junho de 2016 a empresa inaugurou a Estação de Transbordo de Carga (ETC Itaituba) localizada em Miritituba que contou com investimento de R\$ 45 milhões. Para 2017 a previsão era de exportação por esta ETC de 1,5 milhão de toneladas de grãos. Esta estação tem capacidade para movimentar 3,5 milhões de toneladas por ano, que visa atender a produção própria de produtores da Aprosoja e da Friagil, do qual a Cianport é um importante braço logístico (ESTADO DE SÃO PAULO, 12/05/2016).

A Estação de Transbordo de Carga (ETC Itaituba), está localizada em Miritituba e tem como objetivo a viabilização do escoamento de grãos pela hidrovia Tapajós-Amazonas até os terminais portuários de Santana, Amapá.

Os dados disponíveis pelo *Anuário Estatístico Aquaviário* para a ETC de Miritituba da Cianport para o ano de 2018, cobre apenas dos meses de abril a agosto, onde o mês de maio foi o mês com o menor volume transportado com 38.856 toneladas, enquanto o mês de julho foi o mês com o maior volume transportado com 177.823 toneladas.

Gráfico 03: Evolução da carga transportada (grãos e farelo de soja) pela Cianport em Miritituba, Pará, em 2018 em toneladas



Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário. 2019. Organizado pelo autor.

Os dados apresentados no quadro acima apresenta a quantidade de carga transportada pela empresa no período de abril a agosto de 2018 que totalizou 485.624 toneladas.

AS DINÂMICAS A PARTIR DA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRANSBORDO DE CARGAS (ETC) EM MIRITITUBA, ITAITUBA, PARÁ.

A instalação de Estações de Transbordo de Cargas (ETC) pelas empresas Bunge/Amaggi, Hidrovias do Brasil, Cianport e Cargill em Miritituba promoveu uma série de transformações sócio - econômicas - territoriais como as apresentadas na sequência.

Modificação do cotidiano da população local, com a introdução de atividades estranhas a realidade local, a partir da implantação de uma racionalidade técnica portuária.

Pressão sobre os serviços públicos, por meio da chegada de novos moradores a Vila de Miritituba, o que se reflete com o aumento da procura pelos precários serviços de saúde, escola, moradia, saneamento básico existentes na localidade.

Pressão sobre as vias urbanas com a presença de carretas na vila, o que se reflete no aumento do tráfego de caminhões e congestionamento na BR 163 e nas estradas de acesso as Estações de Transbordo de Cargas.

Modificação da paisagem e do uso do solo, o que contribuiu para uma mudança da paisagem e da função da vila que surgiu como agrovila, onde as atividades primárias ligadas a pequena agricultura eram baseada na subsistência dos assentados, com a implantação das Estações de Transbordo de Cargas, grandes objetos (SANTOS, 1995) de logística portuária passam a imprimir nova dinâmica a pequena vila localizada a margem direita do rio Tapajós.

Forte pressão na rede de postos de combustíveis para atender a demanda das corretas que chagam a Miritituba todos os dias.

Limitações a navegação, pois com a construção das Estações de Transbordo de Cargas, as empresas passam a manter um *controle territorial do rio* para fins de operação das atividades ligadas ao transbordo das cargas, isto implica dentre outras consequências a limitação na atividade da pesca artesanal, praticada por pequenos pescadores de Miritituba que usam o rio como território de abrigo (SANTOS, 2006).

Aumento da poeira na zona urbana de Miritituba em função do intenso tráfego de carretas que transitam pelas principais ruas da vila e demais estradas de acesso as Estações de Transbordo de Cargas das empresas instaladas na vila. Tal situação tem gerado muitas reclamações de moradores que se queixam de problemas na visão.

Expansão da rede urbana de Miritituba com a criação de novos bairros como Nova Miritituba e Jardim do Éden, onde novos migrantes buscam locais de moradias e oportunidades de trabalhos nas Estações de Transbordo de Cargas instaladas na vila.

A construção das Estações de Transbordo de Cargas das empresas do agronegócio da soja em Miritituba, implicou na expansão urbana por mais locais para moradia nesta localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao longo de sua trajetória histórica, Miritituba assumiu várias funções na economia regional do Tapajós. O povoado surge em frente a cidade de Itaituba no século XVIII, sendo nestes primeiros tempos da ocupação habitada pelos colonizadores portugueses e índios Mundurucus.

Com a criação das políticas de integração nacional da década de 1970, a pequena vila torna - se uma importante agrovila do modelo da colonização dirigida pelo INCRA para a ocupação econômica - territorial da rodovia Cuiabá - Santarém. Nos lotes rurais entregues aos assentados nesta agrovila, cultivou-se por um bom tempo, arroz, feijão que eram usados na alimentação da família, ou vendidos no armazém da CIBRAZEM localizado na

vila. A dinâmica socioeconômica nestes dois períodos históricos ocorria em função das demandas locais.

Com o avanço do asfaltamento da rodovia Cuiabá - Santarém, a partir de 2014 a localidade passou a sediar a construção de grandes objetos (SANTOS, 1995) portuários que imprimiram uma nova racionalidade na pequena vila.

Com a chegada de grandes empresas do agronegócio de soja (Bunge/Amaggi, Hidrovias do Brasil, Cianport e Cargill) na vila houve uma profunda mudança no cotidiano do moradores de Miritituba, onde uma nova racionalidade de exportação foi implantada, transformando a vila em nó do agronegócio de soja na Amazônia, responsável pela conexão do transporte de grãos pelo sistema estrada-rio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAGGI. **Relatório de sustentabilidade 2016**. 2017.

_____. **Relatório de sustentabilidade 2017**. 2018.

BARROS. Márcio Júnior Benassuly. Concepções e práticas no projeto integrado de colonização Altamira 1: o caso da agrovila vale piauiense. In. **Anais do V Seminário Internacional de Geografia Agrária**. Belém, 2011.

_____. Dinâmicas territoriais do agronegócio globalizado da soja na Amazônia: o caso de Santarém (Pará). In. SILVA, Ricardo Gilson da Costa, LIMA, Luiz Augusto Pereira; CONCEIÇÃO, Francilene Sales. **Amazônia: dinâmicas agrárias e territoriais contemporâneas**. São Carlos, Pedro & João Editores, 2018.

BRANDT MEIO AMBIENTE. **Relatório de impacto ambiental da ETC Miritituba**. Belém, Pará, 2011.

BRASIL. Ministério dos Transportes. **Investimentos em portos**. Brasília, DF, 2017.

BUNGE. **Relatório de sustentabilidade 2016**. 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique, MÜLLER, Geraldo, **Amazônia: expansão do capitalismo**. Brasiliense – Cebrap. São Paulo, 1977, p. 198.

CASTILLO, Ricardo. Agronegócio e logística em áreas de cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. In. **Revista da ANPEGE**. V. 3, 2007.

_____. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In. Silveira, Márcio Rogério. Org. **Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas**. 1ª edição. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura a economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

_____. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. In. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Edição especial. Julho de 2013.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Com complexo portuário de R\$ 700 mi, Bunge abre nova rota de exportação**. São Paulo, 25/04/2014.

_____. **Miritituba encurta distância para Cianport acessar exterior**. São Paulo. 12\05\ 2016

FOLHA DE SÃO PAULO. No Pará, Dilma defende nova rota de escoamento da soja. São Paulo, 25/04/2014.

FREDERICO, Samuel. Agronegócio e dinâmica territorial brasileira no início do século XXI. In. **VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales Y Ambientales**. São Paulo, 2014.

IANNI, Otavio. **Colonização e contra – reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE, **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XIV, Rio de Janeiro, 1957.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Altamira – 1**. Brasília, 1972.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. **Revista Terra Livre**, ano 22, v. 1, n.26. Jan-Jun, 2006.

REIS, Arthur César Ferreira. **A política de Portugal no valle amazônico**. 2º ed. Belém, SECULT, 1993.

SANTOS, Milton. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In. CASTRO, Edna, MOURA, Edila A. F, MAIA, Maria Lucia. **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.

_____. Guerra dos lugares In. Santos, Milton. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo, Publifolha, 2002

_____. O retorno do território. In. SANTOS, Milton. SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec. Anpur, 2006.

SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Operação Amazônia (discursos)**. Belém, Pará, 1968.

_____. **Polamazônia Tapajós**. Belém, Pará, 1976.

VALOR ECONÔMICO. **Bunge estreia terminal no Pará e inicia operação pela “saída norte”.** Rio de Janeiro, 25\04\2014.

VALOR ECONÔMICO. **Cianport reforça aposta no norte do país.** Rio de Janeiro. 10\06\2014.

CAPÍTULO 10 - CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA DA CONVENÇÃO 169 DA OIT: O CASO DOS MEGAPROJETOS PORTUÁRIOS NO LAGO DO MAICÁ, SANTARÉM (PA)⁴²

Valdinéia Saure⁴³

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988 reconheceu o direito de todos a um meio ambiente sadio e equilibrado, ao patrimônio cultural, o qual abrange bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à memória e à ação dos diversos grupos étnicos brasileiros.

A convenção 169 da OIT, sobre os povos indígenas e tribais, é considerada o instrumento jurídico mais atualizado sobre o tema. Foi adotada na Conferência internacional do trabalho em Genebra, em julho de 1989, e desde então vários países a ratificaram.

Foram doze países até agora: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Venezuela. O ordenamento jurídico brasileiro ao abarcar as disposições da convenção 169 da OIT, através do Decreto legislativo nº 142/2002, e promulgada pelo decreto nº 5.051/2004, sobre direito dos povos indígenas e tribais, fez com que o Brasil assimilasse uma série de ‘novos direitos’, sobre os quais se desdobraram outras normas (decretos, instruções, normativas, portarias, etc).

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais foi editada a partir da necessidade dos povos interessados de se autodeterminar, ou melhor, como consta no preâmbulo, aspiração de “assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram”.

Os conceitos básicos que norteiam interpretação das disposições da Convenção são a consulta e a participação dos povos interessados e o direito desses povos de definir suas próprias prioridades de desenvolvimento na medida em que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a própria terra que ocupam ou utilizam.

⁴² As reflexões aqui apresentadas decorrem do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de mesmo título apresentado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros.

⁴³ Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: valdineias@outlook.com

Três questões fundamentais rondam a consulta: os seus destinatários, como ser realizada e os seus efeitos. Essa consulta prévia deve ser de boa-fé, bem informada e tendente a chegar a um acordo. Isso significa que antes de iniciar qualquer processo decisório, as partes se colocam em um diálogo que permita, por meio de revisão de suas posições iniciais, se chegarem a melhor decisão.

Situadas numa região muito rica em recursos naturais, as comunidades tradicionais da Amazônia sofrem diversas pressões como empreendimentos hidrelétricos, projetos graneleiros e de extração de minérios. Todas estas intervenções demandam consultas prévias das comunidades afetadas. No entanto, o que se observa é que esse direito não vem sendo respeitado.

Isso ocorre, por exemplo, com comunidades indígenas e quilombolas do município paraense de Santarém. Onde está previsto a instalação de um complexo portuário, como a instalação de três portos destinados ao escoamento de grãos e insumos agrícolas, dentre os quais o da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (Embraps), em torno do lago do Maicá, a qual está suspensa até que os quilombolas e outras comunidades tradicionais da grande área do Maicá sejam ouvidos pelo Estado e pela Empresa Brasileira de Portos de Santarém.

O DIREITO AO TERRITÓRIO TRADICIONAL QUILOMBOLA EM SANTARÉM

O termo quilombo traz consigo um contexto histórico imenso, carregado de sentido, luta e de contribuições para a sociedade, ao mesmo tempo explicita resistência ao sistema imposto, segundo Moura (1987, p. 31):

[...] Não podemos deixar de ver o quilombo com um elemento dinâmico de desgaste das relações escravista. Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais desprovido de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanente.

Desde a Constituição de 1988, os “remanescentes das comunidades dos quilombos” têm direito à propriedade definitiva das suas terras. As discussões sobre quilombo exigem uma reflexão específica tendo em vista que ao longo das últimas décadas este termo, bem como seu significado, vem sendo amplamente discutido, questionado e reconceituado. A partir dos processos de aprendizagem e mobilização política do final do século XX, os quilombolas foram “ressurgindo” no Brasil (ARRUTI, 1997; ALMEIDA, 1998).

Baseando-se na documentação consultada, jornais e cartórios locais, nos relatos dos viajantes, além de declarações dos descendentes daqueles que empreenderam as fugas e o

processo de formação dos mocambos, Funes (2003) afirma que, em geral, essas comunidades surgiram por fugas individuais ou coletivas, que eram realizadas nos ciclos das festas, especialmente as natalinas e as juninas, que coincidem na região com o período da cheia dos rios, entre os meses de dezembro a maio.

O pertencimento das “terras de preto” ocorreu por vários meios, podem ter sido “doados, entregues ou adquiridos” pelos descendentes de africanos, neste caso, descendentes de negros.

De acordo com a análise de Alfredo Wagner de Almeida (1989), os quilombos fazem parte ou integram a denominada “terra de preto”, e esta, por sua vez, representa uma das formas de uso comum de terra. Para ele, “terras de preto”:

Aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por família de ex-escravos. Abarca também concessões feitas pelo Estado tais famílias, mediante à prestação de serviço guerreiro. Os descendentes destas famílias permanecem nessas terras há várias gerações sem proceder ao formal de partilha, sem desmembrá-las e sem delas apoderarem individualmente (...). A expressão *terra de preto* alcança também aqueles domínios ou extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneçam em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito, que orientavam uma apropriação comum dos recursos (ALMEIDA, 1989, p.174-175).

Conforme Arruti (2006), se o Estado reconheceu a legitimidade do direito ao território das comunidades quilombolas, por meio da aprovação do artigo constitucional (Artigo 68 ADCT), embora a resposta institucional a isto tenha sido lenta, os quilombolas foram incluídos em programas redistributivos universalistas e se tornaram foco de programas específicos no interior das políticas de educação, saúde e de crédito agrícola (Programa Brasil Quilombola).

Para o autor, o caráter transversal do Programa em vários ministérios, possibilitou uma presença obrigatória dos representantes quilombolas em vários contextos dos “fóruns de participação popular para o planejamento e execução de políticas públicas, como os Conselhos Municipais, por exemplo. Ganharam atenção especial em vários Institutos de terras estaduais e projetos específicos em ONGs” (ARRUTI, 2006, p. 27). Para adentrar ao direito das terras quilombolas várias organizações com parcerias com outras entidades têm contribuído para que esse direito seja aplicado a essas comunidades.

Na sequência passamos a descrever a caracterização e a transcrição das entrevistas realizadas junto a representantes do movimento de populações tradicionais de Santarém. Os representantes das entidades entrevistadas foram: Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA), Colônia de Pescadores Z-20, Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) e Associação dos Moradores do Pérola do Maicá.

CONSELHO INDÍGENA TAPAJÓS E ARAPIUNS (CITA)

O Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns (CITA) é uma organização indígena de caráter privado, sem fins lucrativos, é representante dos 13 povos indígenas do Baixo Tapajós, Rio Arapiuns, Rio Maró e Planalto Santarém, quais sejam: Apiaká, Arapium, Arara-Vermelha, Borari, Cara-Preta, Kumaruara, Jaraquí, Munduruku, Maytapú, Tapajó, Tapúia, Tupaiú, e Tupinambá, dos municípios de Santarém, Aveiro e Belterra.

A entidade Foi fundada em 23 de maio de 2000 com o objetivo de defender os direitos dos povos indígenas; fortalecer a organização integral dos povos e aldeias; articular; integrar o movimento indígena regional a partir da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), e fomentar a autoestima dos povos.

A entidade tem atuado nas 66 aldeias, com atividades de formação, articulação, promovendo de maneira coordenada e unificada a organização social, política e econômica. O CITA trabalha com as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das aldeias na questão da saúde, educação, território. A representante do CITA entrevistada⁴⁴ diz que a “ a consulta prévia, livre e informada da convenção 169 foi um grande avanço na luta do movimento indígena”

O CITA vem lutando junto com os representantes indígenas para que a convenção seja aplicada de forma devidamente correta. Tem atuado na região do Baixo Tapajós contra os projetos irregulares que estão previsto pra região.

Tabela 1: Terras Indígenas da região do Baixo Tapajós

TERRAS INDÍGENAS	POVO
T.I COBRA GRANDE	Jaraki, Tapajó e Arapium
T.I BORARI ALTER DO CHÃO	Borari
T.I ESCRIVÃO	Munduruku Cara Preta e Maytapu
T.I TUPINAMBÁ	Tupinambá
T.I ENCANTADOS	Arara Vermelha e Tupaiú
T.I KUMARUARA	Kumaruara
T.I MARÓ	Borari e Arapium
T.I MUNDURUKU	Munduruku

Fonte: Adaptado pela autora conforme dados apresentados pelo CITA, 2018.

⁴⁴ Entrevista realizada na sede do CITA no dia 13\05\2018, pela pesquisadora.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-20

A Colônia de Pescadores Z-20 (Figura 02), é uma organização sindical responsável por reivindicar os direitos e deveres dos pescadores. Tem também como atribuição gerir as atividades pesqueiras e demais atividades que tenham relação direta ou até mesmo indireta que envolva os pescadores da região de Santarém.

A Colônia de Pescadores Z-20 tem abrangência em 10 regiões administrativas, sendo elas: Tapará, Arapiuns, Tapajós, Lago Grande, Arapixuna, Urucurituba, Aritapera, Itaquí, Maicá e Cidade (Santarém), sendo que esta última compreende os bairros do Maracanã, Área Verde, Alter-do-Chão, Aldeia, Mapiri e Uruará, demonstrando assim a importância da pesca e dos pescadores para a produção do espaço urbano.

Segundo dados da Colônia de Pescadores Z-20, cerca de sete mil pescadores são cadastrados, entretanto, apenas cinco mil e quinhentos estão aptos a receber o seguro defeso. Durante o período do defeso, compreendido entre dezembro a março, esses pescadores recebem quatro salários mínimos – um em cada mês, totalizando um montante pago a esses pescadores no valor de R\$ 18.912.000,00.

O abastecimento de pescado na cidade de Santarém, Pará, ocorre principalmente na feira do pescado, principal porto de desembarque de pescado da cidade, administrado pela colônia de pescadores Z-20. Este porto é o principal mercado para os pequenos pescadores artesanais de Santarém.

Uma das formas de distribuição desses pescados no mercado é através dessa feira, sendo vendido diretamente para os consumidores. Porém, a venda é feita também através de atravessadores que compram e comercializam para outros bairros da cidade.

No entanto, muitos problemas são enfrentados por essa classe trabalhadora como, por exemplo, a inexistência de um órgão fiscalizador das atividades pesqueiras. Busca-se então, caminhar nas perspectivas de justiça social e da melhoria da qualidade de vida dos pescadores.

Esta organização tem lutado para que a implantação do porto na grande área do Maicá não seja feita de forma indevida, que uma vez, implantada poderá afetar diretamente a pesca realizada no lago, e assim, influenciar negativamente para a economia do município.

FEDERAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES QUILOMBOLAS EM SANTARÉM (FOQS)

A ideia de uma organização das comunidades quilombolas de Santarém iniciou em 1999, quando seis lideranças de comunidades quilombolas desse município participaram do I Encontro de Comunidades Negras em Pacoval, Alenquer – Pará. A partir deste ano as

lideranças passaram a se organizar e a se articular. Dessa forma, em 2003 foi criada a Comissão de Articulação das Comunidades Quilombolas de Santarém, que naquele momento contava com a adesão de seis comunidades de remanescentes de quilombo, possuindo um corpo diretor provisório que lutava principalmente pela regularização fundiária e auto reconhecimento das comunidades. Três anos depois, em 10 de março de 2006, foi criada a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém – FOQS, tendo como objetivos: congregar as associações quilombolas de Santarém/PA; contribuir para a titulação de suas terras; exigir a implantação de políticas públicas específicas para essas comunidades e defender e propagar os direitos dos afrodescendentes e das minorias oprimidas.

A FOQS congrega atualmente dez comunidades quilombolas, perfazendo um total de 5.000 pessoas (1.000 famílias): na área de várzea encontra-se Arapemã; Saracura; Nova Vista do Itaquí; São José do Itaquí; São Raimundo do Itaquí; na área urbana - Pérola do Maicá e na área do planalto - Bom Jardim; Murumurutuba; Murumuru e Tiningú.

Segundo a FOQS (2014), o município de Santarém possui doze comunidades quilombolas: Patos do Itaquí, Tiningú, Murumuru, Murumurutuba e Bom Jardim (Planalto Santareno), Nova Vista do Itaquí, São José do Itaquí, São Raimundo do Itaquí (Região de Várzea), Saracura, Arapemã (Rio Amazonas), Surubiú-Açú (Alenquer/Santarém) e Pérola do Maicá (área urbana). Sendo onze (11) rural e uma (1) urbana. Todas as comunidades possuem associações e suas lideranças se reúnem ordinariamente às segundas-feiras, na sede da entidade, que se localiza na Trav. Sorriso de Maria, no Centro Franciscano.

A coordenação é descentralizada, composta por integrantes de todas as comunidades, o que facilita o trabalho de assessoramento político para a resolução de conflitos. As lideranças das comunidades fazem parte da organização e nas reuniões ficam acordadas as demandas das comunidades na qual eles levam para suas comunidades as decisões tomadas pela federação e articulam para outras reuniões com outros representantes ou entidades. A regularização fundiária é o tema central da luta quilombola, no entanto, a saúde, a educação e a cultura, dentre outros, estão na pauta de reivindicações nacionais e locais.

Em suas lutas por políticas públicas a FOQS também conta com a parceria da coordenação das Associações das Comunidades de Remanescente de Quilombos do Pará (MALUNGU) e da Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ).

A FOQS acompanha os procedimentos administrativos de titulação dos territórios das comunidades filiadas e auxilia na resolução dos conflitos envolvendo a posse e o limite desses territórios.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PÉROLA DO MAICÁ

Conforme Mafulde (2010), associação de moradores é uma entidade de moradores voltada e direcionada para ações sociais, incentivo à arte e à cultura, sua função é exclusivamente, pleitear perante os órgãos públicos, melhorias para a comunidade a qual representa.

A Associação de Moradores do bairro do Maicá foi fundada em abril de 1991, suas lutas estão voltadas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, em prol dos moradores. O conselho comunitário tem o seu quadro institucional composto por 10 pessoas 07 na executiva e 03 no conselho fiscal, todos trabalham voluntariamente.

Todas as demandas da comunidade são solicitadas na associação dos moradores, na qual as lideranças se reúnem no primeiro domingo de cada mês e tomam decisões que influenciam e contribuem com o desenvolvimento da comunidade.

A associação destaca que durante oito anos enfrentou um grande desafio em relação ao conflito fundiário, entre moradores urbanos e moradores remanescentes de quilombos localizados na região. Um dos problemas encontrados hoje na associação é a falta de recursos.

Atualmente junto com os movimentos sociais, tem-se iniciado mais uma luta no que diz respeito à implantação dos portos na região da grande área do Maicá.

MAICÁ: UM TERRITÓRIO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM SANTARÉM.

A região do Maicá está localizada a 3 km da cidade de Santarém e interligada com a região do Ituqui e Maicá, na margem direita do Rio Amazonas, possuindo aproximadamente 161 km².

O Maicá é composto por um complexo de lagos, cujas águas são de origem do rio Tapajós, com influência do rio Amazonas. Seu território é formado por “um complexo ecossistema composto por ilhas e uma parte de terra firme, que se encontra adjacente às áreas de várzeas” (VIEIRA, p. 5, 2013).

Ao longo do seu leito o lago do Maicá banha inúmeros locais que recebem o nome de bairros ou comunidades, conforme sua localização. Em toda essa área, conhecida como região do Maicá, esparramam os bairros e as comunidades. Os bairros são: Mararú, Diamantino, Maicá, Perola do Maicá, Jaderlândia, Urumanduba (Lei municipal nº. 18.051/06). As comunidades são: Murumurutuba, Bom Jardim, Açaizal, Igarapé- Açú,

Ipaupixuna, Santa Cruz, Santos da Boa Fé, São Raimundo da Palestina, Tiningu, Miritituba, Areião e São Francisco da Cavada.

A ocupação do bairro foi realizada por indivíduos provenientes de vários locais da cidade, sobretudo, do interior do município. Parte dos indivíduos veio das “regiões de várzeas”, que rodeiam o próprio bairro. A partir da década de oitenta, com a vinda de inúmeras famílias ribeirinhas próximas da região como Arapemã, Saracura, Arapixuna, Ilha do Bom Vento, e outras, que se refugiavam do fenômeno conhecido como terras caídas⁴⁵, a região, conhecida hoje como Pérola do Maicá, começou a ser definitivamente habitada.

Pérola do Maicá circunda a margem do lago do qual retira do nome “Maicá”, sendo este local o responsável por proporcionar condições de vida à grande parte dos moradores do bairro, que tem a pesca artesanal como uma das principais fontes de alimentos, bem como de geração de renda. É uma comunidade/bairro cujos habitantes, em sua maioria, se consideram ribeirinhos.

A priori, poderia ser mais um dentre outros bairros do município pelos seus aspectos de periferia urbana, porém o bairro Pérola do Maicá se diferencia por possuir peculiaridades que o diferem da maioria dos bairros santarenos, especialmente por estar em uma área de transição entre o rural e o urbano periférico do município, e tem como vizinhos os bairros Área Verde, Diamantino, Maicá, Jutai, Jaderlândia, Vigia, Urumanduba, Mararu, e Jutai. Esta divisão administrativa criada na zona urbana, visando o melhor desempenho do planejamento da administração pública do município.

Sendo esta considerada área de preservação ambiental, de acordo com a Lei Municipal nº. 18.051/06, pois é considerado um berçário natural de diversas espécies de peixes, quelônios, répteis, aves, além da flora com uma biodiversidade de plantas aquáticas todas típicas da região amazônica que possui grande importância ambiental para o território (VAZ, p.14-15, 2016).

Nas comunidades do Maicá o que se observa é a existência de vários campos de futebol, grupos religiosos católicos e evangélicos, associações comunitárias para coordenar as próprias comunidades, para o desenvolvimento da produção agrícola e manejo dos recursos naturais. Contam ainda com apoio de outras entidades como a colônia de pescadores Z-20 e o conselho de pesca da região do Maicá.

⁴⁵ Terras caídas é o fenômeno da erosividade de grandes pedaços de terras arrancadas pela força da água nos barrancos as margens dos rios, levando consigo árvores, capim, moradia e pequenas ilhas.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MAICÁ

De acordo com a Colônia de Pescadores Z-20, o lago do Maicá é um dos territórios de produção pesqueira mais rica existente na cidade de Santarém que se estende por vários bairros e comunidades. Ainda, segundo dados da colônia de pescadores existem às margens do Lago do Maicá aproximadamente 1.500 pescadores artesanais cadastrados na colônia.

Desse total, 44 estão inscritos na organização dos pescadores, por meio do núcleo de base do Pérola do Maicá, um dos 106 núcleos da referida entidade. Os pescadores artesanais do bairro Pérola do Maicá estão representados, na sua maioria, por homens (65%) e por mulheres (35%), mostrando a predominância da mão de obra masculina, na atividade da pesca artesanal no bairro. (Z-20, 2017)

O pescador artesanal caracteriza-se como aquele que tem relação direta com a natureza, pois tem as suas atividades desenvolvidas, na exploração dos ambientes aquáticos de forma individual ou junto com a sua unidade familiar.

Para Diegues (p.193, 1983), “o pescador artesanal não é definido apenas pelo fato de sua sobrevivência depender exclusivamente da atividade pesqueira, mas sim, pela sua habilidade em manusear inteiramente todos os meios utilizados na pesca”.

A atividade da pesca artesanal, no referido bairro, é realizada por pescadores com idade entre 40 a 72 anos, com média de aproximadamente 54 anos.

Por possuir uma localização estratégica, Santarém se tornou a principal cidade do Baixo Amazonas, sendo considerado um dos principais polos de reprodução pesqueira do estado, resultado da diversidade e potencial natural existentes na extrema região de várzea.

Figura 1- Av. Maicá, acesso ao Lago do Maicá



Fonte: autora, 2018.

Na figura (01) podemos ver a Av. Maicá, principal via que dá acesso ao Porto do lago, no bairro Pérola do Maicá.

Figura 2-Morador exercendo trabalho de colheita de capim no lago do Maicá para alimentação de peixe-boi



Fonte: Autora, 2018.

Durante o período de defeso do pescado que compreende aos meses de novembro a março, impõe-se a limitação na captura de espécies de pescados no lago do Maicá. Nessa época, além do seguro defeso, os pescadores desenvolvem outras atividades a fim de complementarem a renda mensal.

Figura 3- - Pasto de criação de boi-búfalo



Fonte: Autora, 2018.

Outras atividades econômicas desenvolvidas no Maicá estão relacionadas à agricultura familiar, principalmente no cultivo de horta. Outras estão ligadas a criação de gados em áreas de propriedades privadas de moradores. A região possui um grande atrativo turístico, pessoas que querem conhecer o lago e até mesmo pesquisadores a fim de desenvolverem suas pesquisas no local.

SUJEITOS E POSSÍVEIS IMPACTOS DA INSTALAÇÃO DO PORTO DO MAICÁ

O agronegócio exportador de grãos na Amazônia brasileira tem alavancado muito principalmente no Oeste do Pará. O quadro que se vê atualmente é florestas dando lugar a imensos campos de plantações de sojas, e comunidades rurais de agricultores familiares, indígenas, quilombolas e ribeirinhas perdendo acesso aos seus recursos naturais, bem como, é perceptível a especulação imobiliária, intimando os moradores, a vender seus terrenos, a preços baixos, sobre ameaça de não terem a posse dos mesmos. A construção de portos na região do lago do Maicá está apoiada numa estratégia do agronegócio para o escoamento de soja do Mato Grosso pela região norte do país.

A construção desses portos se torna uma grande problemática não só para Santarém, mas atingirá também municípios vizinhos como Mojuí dos Campos e Belterra. Ficando assim, principalmente as populações tradicionais, a mercê dos interesses da ganância, do enriquecimento desumano, expropriando toda uma população, desrespeitando suas culturas, suas identidades, seus costumes, etc.

Implica-se nesta seção uma abordagem do EIA/ RIMA realizado pela Empresa Brasileira de Portos de Santarém (EMBRAPS) na qual ignora populações indígenas e tradicionais em áreas diretamente afetadas, sem nem mesmo menciona-las, em seus estudos. O que o relatório de impacto também não deixa claro, é a análise do diagnóstico ambiental no que se refere às áreas de influência do empreendimento.

Habitam na região do Maicá, onde está previsto a implantação desses portos, populações ribeirinhas e cerca de oito comunidades quilombolas, e três aldeias indígenas as quais desenvolvem relação direta com o lago Maicá e com o rio Ituqui, canal formado a partir do rio Amazonas.

Ocorre que, durante o processo de licenciamento, o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental, EIA/RIMA, mostram-se contraditórios na medida em que o RIMA informava a não existência de comunidades quilombolas diretamente afetadas pelo empreendimento, o EIA caracterizou apenas a comunidade Arapemã, localizada a 410 metros de distância da obra, como área diretamente afetada, ignorando totalmente outras comunidades quilombolas e indígenas presentes em torno do lago.

De acordo com a Ação Civil Pública ajuizada pelos Ministérios Públicos Federal e do Estado do Pará —Embora a Resolução do CONAMA nº001/86 indique critérios para que se defina a área de influência do empreendimento, coube à própria equipe técnica da empresa contratada pela EMBRAPS estabelecer a delimitação territorial de seus estudos

ambientais. Sendo assim, entendendo —não existir nenhum território quilombola na área diretamente afetada do empreendimento, ou populações tradicionais (EMBRAPS/FADESP – EIA, 2015, p. 585).

As aldeias indígenas e comunidades quilombolas do planalto santareno sofrem a pressão violenta dos produtores da soja, que invadem suas comunidades a cada safra, para aumentar suas plantações, mas agora além dos produtores de soja chega um novo e velho inimigo, que são as empresas de portos. Como a empresa que planeja o porto que tem ignorado tais populações, o que é comum por essas empresas. Nenhuma comunidade quilombola ou indígena foram consultadas, na verdade foram ignoradas no estudo de impacto ambiental publicado, mostrando totalmente o descumprimento da convenção 169 da OIT.

Não foram feitas nenhum tipo de consulta com as populações tradicionais do Maicá, como relata a quilombola militante do movimento quilombola de Santarém entrevistado em 2018.

[...] nem entrevista, nem convidar pras audiências públicas eles convidaram, da ação civil pública, inclusive eles disseram que tinham consultados através das audiências públicas, mas só que audiência não é um meio de consulta e as audiências públicas não diz como a gente quer ser consultados né, nem convite de audiência pública chegava pro movimento quilombola, a gente que ia e procurava saber na mídia e procurava ir, mas em nenhum momento eles colocaram. [...] eles fizeram consulta com a gente.

Para isso, essas populações juntamente com organizações e os Ministérios Público Federal e Estadual construíram os protocolos de consulta ⁴⁶ dos pescadores, quilombolas e indígenas. Onde estão colocados as suas demandas de como querem ser consultados. Essa consulta deve ser feita de forma livre, prévia e informada de boa fé.

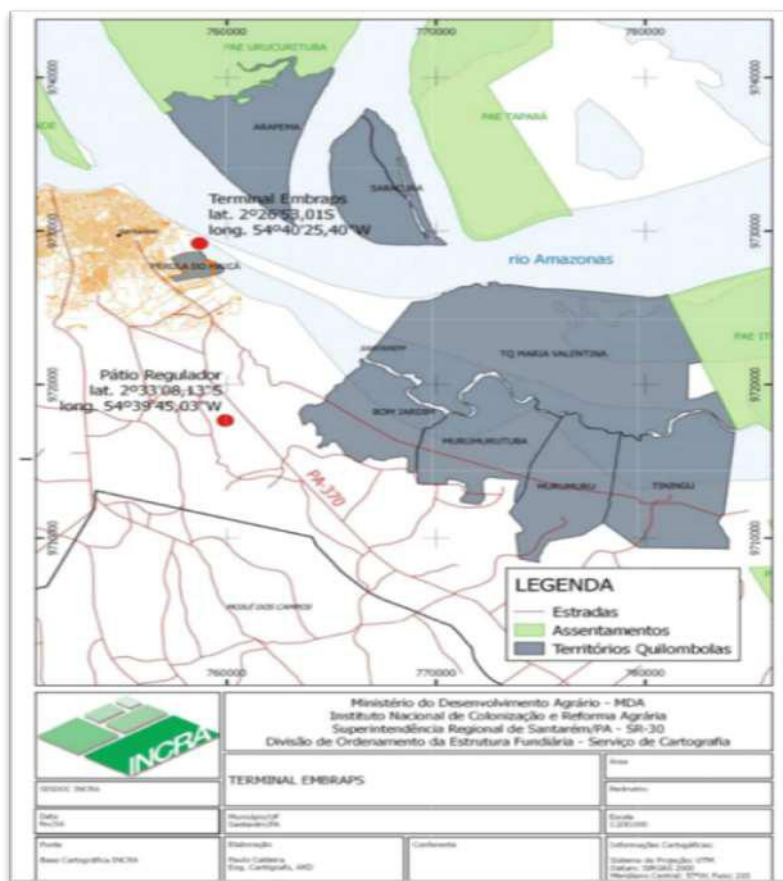
TERRITÓRIO QUILOMBOLA NO PLANALTO SANTARENO

O mapa (1) mostra onde estão localizadas as comunidades quilombolas Arapemã, Saracura, Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningú. Todas essas comunidades firmaram acordo de pesca, isso significa que todas as pessoas que moram nestas comunidades sobrevivem da pesca e serão severamente prejudicados com a execução dos

⁴⁶ Documento elaborado por esses povos tradicionais, onde os mesmo formalizam suas posições sobre a consulta adequada definida por eles a ser realizadas sobre decisões administrativas e legislativa capazes de afetar os seus modos de vida e seus direitos.

portos por essas empresas, apenas Arapemã aparece no EIA/RIMA da EMBRAPIS como área diretamente afetada.

Figura 4 - Comunidades quilombolas em torno do lago do Maicá, próximo ao projeto da EMBRAPIS a ser instalado.



Fonte: INCRA, 2017.

O TERRITÓRIO MUNDURUKU DO PLANALTO SANTARENO

O território Munduruku do planalto santareno está localizado no município de Santarém-Pará. A área ocupada pelos mundurukus fica compreendida entre a rodovia estadual Santarém- Curuá – Una – PA 370 e lago do Maicá. Área densamente povoada por várias comunidades rurais que estabelecem um modo de vida bastante parecido e intensamente relacionado ao meio natural.

Os indígenas mundurukus do planalto são formados por um conjunto de famílias que vivem na zona rural do município de Santarém em uma área de terra firme que fica próximo ao lago Maicá, embora apenas duas das aldeias São Francisco da Cavada e

Ipaupixuna tenham acesso direto ao lago. A distância entre o centro do município e as comunidades é de aproximadamente 42 km.

Tabela 2: número de famílias correspondentes às aldeias indígenas

ALDEIA	NÚMERO DE FAMÍLIA
Açaizal	60
Amparador	22
São Francisco da Cavada	55
Ipaupixuna	68

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2016. Adaptada por: Sauré, 2018.

Assim, torna-se relevante as mobilizações, a união das forças para que não aconteçam esses empreendimentos de qualquer jeito na região. É importante uma reflexão sobre o que esses empreendimentos vão trazer para a população local, ou será mais um empreendimento para atender os interesses do governo, e das grandes empresas, cujo interesse é a exploração dos recursos naturais, e das riquezas que abrange um dos maiores biomas do mundo situado na Amazônia.

Na sequência passamos a descrever os resultados das entrevistas realizadas com moradores do bairro Pérola do Maicá⁴⁷ realizadas no período de 14 a 21 de agosto.

Relato de morador pescador, 58 anos, entrevistado no dia 14/08/2018.

Como o senhor analisa a possível instalação de portos da EMBRAPIS aqui na grande área do Maicá?

Esse trabalho da EMBRAPIS que você tá dizendo é? Esse trabalho dela aí, acho que não é preciso aqui dentro do nosso bairro não. Não é preciso porque o nosso bairro aqui sempre teve porto suficiente pra nós encostarmos, porque se a EMBRAPIS fazer porto aqui, eles vão querer tomar satisfação com o povo né. O povo da comunidade eles vão querer ser mais do que não é na comunidade, vão querer tomar responsabilidade com os outros pessoal daí não vai dá certo, não vai dá certo não [...] tá melhor assim do que vim coisa mais pior porque vai se tornar pior pra nós porque eles vão querer manobrar mais do que não é e o pessoal não vai gostar e aí começa a confusão, a população é quem vai sofrer, então, isso nós não queremos [...] O porto vai causar muitos problemas, problemas pra nós mesmo no transporte né, muitos pescador não vai poder mais pescar perto dessas coisas por que chama o pescador de ladrão por causa desse negócio, então nós não queremos isso aqui não (MORADOR PESCADOR ENTREVISTADO, 14/08/2018).

O projeto de implantação do porto da EMBRAPIS realizou consulta, prévia, livre e informada com os pescadores do Maicá?

Rapaz se eles estão fazendo, não sei se eles vão se arrepender depois, porque por mim mesmo esse trabalho não era feito [...] Eles fizeram estudo de impactos que eu fui levar eles ali, mas só que tudo que eles fizeram era pra isso aí por causa desse porto, os pescadores não quiseram são todo mundo contra, não

⁴⁷ Entrevista realizada in loco com os moradores do bairro Pérola do Maicá.

quiseram esse tipo de trabalho aí, não teve participação. Os pescadores não querem esse tipo de trabalho, eles fazem esse porto grande aí fazendo outro ali como eles querem fazer não tem condição vai acabar com tudo a comunidade vai à falência né. Por isso que nós não queremos é só isso (MORADOR PESCADOR ENTREVISTADO, 14/08/2018).

Na sua opinião a implantação do porto da EMBRAPS na área do Maicá poderia afetar a pesca na região, de que forma?

De que forma que poderia afetar, de muitas formas como eu acabei de explicar vai trazer muitos problemas pros pescadores porque quando eles começarem a construir esse porto aí vai sujar muito essa água e o pouco que tem com esse pedaço do porto vai se afastar muito mais longe e depois de se afastar mais longe o povo, o pessoal da comunidade de mais pra longe não vai aceitar os pescadores. Aí vai começar a guerra contra esse tipo desse porto e aí é o tempo que o porto tá implantado e a comunidade perde. Entendeu como é? Que não vai ter trabalho pro pessoal da comunidade, vai ter trabalho pro pessoal de fora porque aqui eu tenho certeza que aqui dentro dessa cidade nós não temos ninguém implantado mais sabido que o pessoal de fora (MORADOR PESCADOR ENTREVISTADO, 14/08/2018).

Relato de moradora pescadora, 30 anos, entrevistada no dia 14/08/2018.

Como à senhora analisa a implantação do Porto da EMBRAPS aqui? A senhora é totalmente contra ou a favor?

A entrevistada respondeu que “sou totalmente contra!”

O projeto da implantação do porto da EMBRAPS realizou a consulta prévia livre e informada com as populações tradicionais que residem no bairro como quilombolas, pescadores e indígenas?

A entrevistada afirmou que “não, nós nem sabíamos, depois que já “tava” bem evoluído que nós fomos saber que ia ter um porto aí. Nunca vieram aqui”.

Em sua opinião a implantação do porto da EMBRAPS poderia afetar os moradores do bairro Pérola do Maicá? De que forma?

Poluição, prostituição e droga mesmo que vai entrar, isso é de certeza, quando tem muito evolução de gente de porto e vai [...] E é bem aí, se forem fazer vamos ter que sair daqui [...] A Cargill já tá afetando o pessoal, negócio de poluição, meu irmão mora lá no Mapiri, ele disse que a poeira chega lá e a Vera Paz tá se acabando né [...] Olha aqui, sobre o peixe, você sai daqui cedo, oito horas, cinco horas da manhã vai pescar, quando dá dez horas já tá com peixe em casa, tem certo que falta, mas que agora tá secando mais tem a época que dá muito peixe. Dizem que não dá peixe, mas é mentira porque eu tenho 30 anos aqui e dá sim. Se fizerem aí é que não vai dá mesmo, como é que o peixe vai passar por baixo daquela ponte? Vai afetar sim (MORADORA PESCADORA ENTREVISTADA, 14/08/2018).

Relato de morador pescador, 70 anos, entrevistado no dia 20/08/2018.

Como o senhor analisa essa possível implantação do porto da EMBRAPS aqui no Maicá?

O morador pescador afirmou que “ruim, vai ficar muito ruim pra nós”.

Os pescadores aqui do Maicá foram consultados alguma vez pela empresa?

O entrevistado afirmou que “não, nunca vieram”.

Na sua opinião, a implantação desse porto, como ela poderia afetar a pesca de que forma? Quais são as consequências?

O morador pescador entrevistado afirmou que “primeira coisa é que a gente não poderia passar para a beira, falaram que se fizesse não ia deixar a gente passar pra lá e também que os peixes vão sumir”.

Relato de morador urbano, 73 anos, entrevistado no dia 14\08\2018.

O senhor já ouviu falar da implantação do porto da Embraps na área do Maicá?

O morador urbano entrevistado afirmou que “já”.

Qual sua opinião sobre a possível implantação do porto da EMBRAPS aqui no Maicá?

Desde o princípio eu era e fui a favor que venha trazer benefícios, e vai ter o porto [...] Vai. Mas qual o benefício que nós vamos ter como moradores aqui do bairro? A gente nunca teve essa resposta. Por isso que nós somos contra por esse fato, que não sabemos qual é o benefício que vão trazer pra gente. Inclusive tem muitas propostas tem alguma que ela não tá de acordo com nossos moradores. Eles fizeram uma pesquisa aqui, a respeito dos peixes quantidade, espécies, só davam parece que três nomes de espécies de peixes e de pássaros, também só têm três espécies enquanto tem muitas né, por aí a gente já tá vendo que tá errado (MORADOR URBANO ENTREVISTADO, 14/08/2018)

O senhor já ouviu falar da implantação do porto da EMBRAPS na área do Maicá?

A gente queria saber, assim por um acaso, quando começou esse porto e começaram a trabalhar, se reúne-se com a gente o próprio órgão da prefeitura viessem, olha trazer algum benefício pra vocês, a gente não tem nada disso né, só é promessa né, pelo o que a gente tá vendo né, que vai trazer muito é prejuízo né, como já tá acontecendo. Já derrubaram, açailal tudo derrubaram pra construir esse porto aí (MORADOR URBANO ENTREVISTADO, 14/08/2018)

Como o senhor analisa essa possível implantação desses portos aqui no Maicá?

Pra mim assim como eu já disse né, se tiver que acontecer, e aconteça de modo, que faça as pesquisas, se a gente não vai ser prejudicado. Porque a gente tem uma dúvida ainda, se vai ter um aterramento aqui, na parte da terra firme pra boca do Maicá que é longe né, vai da uma faixa de uns mil metros aí de distância, se tem esse aterro aí, talvez nós aqui pra cá não vai acontecer, por quê vai ser o aterro aqui no começo da Área Verde. Mas aqui pra cima vai afetar o meio ambiente porque essa água vem e não vai ter como ela passar transbordar, ela vai ficar presa né, claro que ela vai alagar tudo praí, então a gente tá vendo

essas coisas, mas se tiver de acontecer, que seja de uma coisa bem estudada, aí tudo bem, mas de qualquer forma não (MORADOR URBANO ENTREVISTADO, 14/08/2018)

O projeto que implantação do porto da EMBRAPS, realizou a consulta prévia, livre e informada com as populações tradicionais que residem no bairro como quilombolas, pescadores e indígenas?

Não teve! Já teve agora por conta da reunião da própria associação de moradores, que já é e não é só daqui não como Mojuí dos Campos, Belterra, já veio muita gente, até de Óbidos já veio gente na reunião a respeito desses portos, pessoal de Miritituba, inclusive na última reunião veio gente de Miritituba. A gente se informou o qual é os lucros que eles estão tendo lá, os moradores, nem um né. Logo no princípio teve, mas hoje não tem mais. Logo no princípio apresentavam uma nota de 750 empregos, mas não tá dizendo que é para as pessoas daqui, é para as pessoas que tem conhecimento que é da capital como São Paulo que vem trabalhar. Uma coisa que temos medo, é que nós não temos documento, o título definitivo aqui do terreno, e com um porto desse aqui... vou te dar um exemplo: a rua onde trafega as carretas, a Trans Maicá, ela tem 10 metros de largura, tem parte que tem 15 metros, e do lado já tem moradores com casa de alvenaria tudinho né, e o que consta é que a rua vai ter 50 metros de largura, e esses moradores pra onde vão? Quem vai pagar eles? Porque não tem documento pra apresentar, forçar eles apagar o preço que vale aí a subordinado a eles. O medo maior é esse aí. Do lado da Rodovia [...] Pra nós aqui não tem muito impacto. Mas para os outros vai ter muito [...] Vai ter coisas que prestam e vai ter o que não presta, que é drogas, prostituição [...] Se vai trazer benefício pra nós tudo bem, agora prostituição [...] eu tenho filhas né, ela vão se prostituir se quiser lá, mas aqui embaixo de casa eles não vem forçar. Mas vem de fora também né [...] Vai trazer muita renda, mas qual é essa renda que a gente não sabe? Pode trazer para os carreteiros, pra um camarada que tem recurso, tem dinheiro monta um restaurante (MORADOR URBANO ENTREVISTADO, 14/08/2018)

Relato de morador quilombola, 73 anos, entrevistado no dia 20\08\2018.

O senhor já ouviu falar da implantação do porto da EMBRAPS aqui?

O morador quilombola entrevistado informou que “eu já estou mais que velho de ouvir isso aí, essa briga aí”.

Na sua opinião, como o senhor analisa essa possível implantação do porto?

Olha pra mim, vou falar francamente, quando ainda tinha o que a gente se servir, o peixe, quando eu cheguei aqui tinha muito peixe, seria em uma hora de pesca, colocava uma canoa no meio de peixe, hoje você vai e passa uma noite e um dia traz 3 ou 4 quilos de peixe. Daquele tempo e antes daquele tempo pra cá eu lutaria muito, muito mesmo pra quê esse porto não saísse, aqui e ainda hoje não sou a favor, mas não com aquela força que tinha antes, pra fazer a preservação dos peixes me lembro muito bem quando trabalhava na Z-20, fui vice presidente também. Então naquela época eu fazia muita força, por que eu sabia que se nós preservássemos todo mundo lutasse pela preservação do rio Maicá, a gente ia ter muito peixe todo tempo, por que aí é um rio que esconde muito peixe. Levava o pessoal da prefeitura pra passear, daí eles acharam muito bonito e falaram, que era bom eu fazer uma APA- Área de Proteção Ambiental daqui do Maicá, mas como? Rápido eles decidiram e tal. Daí já fui eu e outros, aí tiraram fotografias e deram início, só que quando eles deram início logo na frente terminou o mandato desse prefeito que eu não lembro o nome, aí parou tudinho. Aí quando foi agora, não faz muito tempo também, uns três anos pra cá quatro, começou novamente, aí teve aquela questão dessa EMBRAPS parece,

que queriam fazer um porto. O porto funcionava melhor, beneficiar muitos trabalhadores que não tem emprego, pra mim não convence isso não, não me convence de trabalhador de emprego não, quando a Cargill foi fundada ali, da mesma lógica que colocaram pro povo aqui, quando um dia eu paro num boteco que tem lá pra trás do Mercado 2000, tava conversando com um cara lá, que disse pra mim, olha, o senhor sabe quantos empregados tem lá? Eu disse: quantos? Ele disse: tem oito, só oito, mais do que isso eles não contrataram mais naquela época, tudo lá é computadores, é diferente. Então, eu já tenho a experiência de lá, agora chegaram aqui os cara prometem outra coisa é mesmo que ser político, promete e no final acaba não fazendo. Vai chegar mais bandidagem, a maior parte vai ser mal (MORADOR QUILOMBOLA ENTREVISTADO, 20/08/2018).

Relato de moradora quilombola, 22 anos, entrevistada no dia 21/08/2018.

Você já ouviu falar da convenção 169 da OIT que estabelece a consulta prévia, livre e informada da implantação de projetos em territórios de comunidades tradicionais?

Sim, justamente depois da implantação dos portos, com essa proposta de construção de portos ela se destacou mais né, eu já tinha um conhecimento da universidade, mas o maior conhecimento foi no movimento quilombola que ela estabelece, eu não sei se é no artigo sexto ou sétimo que qualquer empreendimento que vá afetar as comunidades quilombolas né, que for afetar os seus modos de vidas, então, que eles seriam consultados né e essa consulta ela deve ser livre, previa e informada, então é importante que todos saibam desse direito e que o governo principalmente respeite né (MORADORA QUILOMBOLA ENTREVISTADA, 21/08/2018)

Como você analisa a possível instalação de porto graneleiros na área do Maicá?

Eu acho, eu fico muito preocupada, com essa possível proposta. Primeiro porque a gente tem um modo de vida que a gente vive lá dentro, a maioria do pessoal vive da pesca, tem um ambiente calmo né sem muito barulho, acho que você pode perceber e aí as pessoas já são acostumadas com aquele modo de vida. Chega um empreendimento que tem essa proposta de trazer emprego, trazer desenvolvimento e infraestrutura só que na verdade sabe que não vai, quem vai ser empregado não vai ser o pessoal que mora lá, vai ser pro pessoal que vem de fora que tem conhecimento e nós vamos ter só os malefícios desse empreendimento (MORADORA QUILOMBOLA ENTREVISTADA, 21/08/2018)

O projeto de implantação do porto da EMBRAPIS realizou consulta prévia, livre e informada com os quilombolas do Maicá?

Não, nem entrevista, nem convidar pras audiências públicas eles convidaram da ação civil pública, inclusive eles disseram que tinham consultados através das audiências públicas, mas só que audiência não é um meio de consulta e as audiências públicas não diz como a gente quer ser consultados né. Então eles colocaram que as audiências públicas era o modo de consultar só que não, nem convite de audiência pública chegava pro movimento quilombola né, a gente que ia e procurava saber na mídia e procurava a ir mas em nenhum momento eles colocaram [...] Eles fizeram consulta com a gente (MORADORA QUILOMBOLA ENTREVISTADA, 21/08/2018)

Em sua opinião, a implantação do porto da EMBRAPs na área do Maicá poderia afetar a população quilombola da região do Maicá?

Justamente, o rio é um modo de sobrevivência, principal modo de sobrevivência das comunidades quilombolas e aí tem os peixes né e como é que as pessoas vão sobreviver sem o peixe né, se não puder ir pescar e se tiver a privatização daquele lugar né, tanto que eles já queriam fazer a privatização mesmo antes de tá instalado, que colocaram lá “ área da EMBRAPs, propriedade particular” (MORADORA QUILOMBOLA ENTREVISTADA, 21/08/2018)

Os relatos dos moradores entrevistados abordam várias opiniões sobre os possíveis impactos da implantação do porto da Embraps no bairro do Pérola do Maicá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na região conhecida como a Grande área do Maicá, encontram-se diversas comunidades que estão localizadas em torno do lago do Maicá que apesar de possuírem modos de vidas parecidas se definem como comunidades tradicionais diferentes que exercem de modo sustentável a pesca e o agro-extrativismo. Uma delas é a comunidade Pérola do Maicá, em Santarém-Pa. A finalidade deste estudo foi analisar o desrespeito que vem ocorrendo contra a execução da convenção 169 da OIT, no que se refere à consulta prévia, livre e informada aos povos interessados.

Compreende-se que a implantação do porto nas dependências do lago do Maicá pretendido pela EMBRAPs está gerando inúmeras preocupações em várias esferas, aos moradores da grande área do Maicá e a todas as comunidades circunvizinhas por conta das incertezas e propostas movediças que o projeto oferece, tanto no fator preservação, como nas promessas de desenvolvimento econômico e social, melhoras na infraestrutura, e ofertas de emprego, etc.

Tais preocupações se afloram devido à forma como o projeto está sendo desenvolvido, quando não demonstra preocupação e respeito com a opinião e ao conhecimento a cultura, e aos direitos adquiridos, que estão severamente ameaçados, ao longo do tempo pelas populações tradicionais ribeirinhas, pescadores e quilombolas.

Diante das discussões abordadas ao longo do trabalho, percebe-se que comunidades indígenas e quilombolas são tidos como inferiores pelo Estado, apesar da Constituição Federal e o estado democrático de direito estabelecerem direitos a esses grupos.

O que se observa além de todos os fatores já destacados é que o empreendimento está visando apenas proporcionar lucratividade e perspectiva de crescimento econômico para os investidores capitalistas, e aos envolvidos diretamente no cultivo e exportação de grãos, bem como na grande movimentação logística inerente a um grande investimento

como esse que está prestes a sair do papel a qualquer custo, ferindo totalmente os direitos desses povos já garantidos na Constituição Federal e a convenção 169 da OIT.

Torna-se perceptível que esses grandes projetos criados em prol do “desenvolvimento”, juntamente com o governo Municipal e Federal ignora a legislação de proteção dos grupos mencionados.

O projeto não deixa claro como serão na prática as ações de preservação da extensa paisagem natural que compõe todo o cenário ambiental da região que será impactada e que oferece inúmeras fontes de sobrevivência as populações da região, onde o pescado é a principal fonte de alimentação e renda das famílias aos arredores dessa grande área.

Observou-se que os moradores do Bairro Pérola do Maicá apesar de não possuírem boas condições de infraestrutura de saneamento básico de coleta e tratamento de esgoto, vivem tranquilos, demonstram um grande amor pelo bairro. Mostram também que é grande a preocupação como o conforto deles será afetado caso esse projeto for implantado.

Constatou-se também, a preocupação desses moradores em relação ao título de terra, uma vez que nenhum deles tem o título da terra, possuindo apenas o título de posse. A questão do título de terra, torna-se de suma importância para a afirmação dos direitos humanos básicos dessas populações, mas os mesmo acabam encontrando muitos empecilhos burocráticos neste procedimento.

O estudo mostrou que apesar da importância dessa convenção, ainda é pouco conhecida por esses grupos. Levando-se a uma reflexão da importância de estudos como esse onde esses povos terão a chance de ter um maior conhecimento sobre o tema.

Por outro lado, observa-se que parte desses grupos está organizada em busca da efetivação de seus direitos. Muitos se mostram que não são contra, mas precisam que esse projeto ouça esses moradores, e lutam para que a implantação desse projeto não aconteça de qualquer jeito.

A efetivação do direito à consulta prévia revela-se uma medida urgente para garantir a própria sobrevivência dos povos afetados, assim como representa o reconhecimento da diversidade de identidades, visão de mundo e formas de fazer e viver dos grupos. O direito à Consulta prévia livre e informada representa a possibilidade de efetividade de um conjunto de direitos fundamentais dos povos impactados pela obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação Quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

Colônia Z-20, **Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente Sapopema. Colônia de pescadores Z-20 completa 80 anos**. Disponível em [http: www.sapopema.org](http://www.sapopema.org). Acesso em: 30/03/2018 as 14:40.

Conselho Indígena Tapajós e Arapiuns- CITA. Disponível em [http: citastm.blogspot.com](http://citastm.blogspot.com). Acesso em : 30/03/2018 as 14:00

Convenção 169 da OIT, 1989.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. Núcleo de apoio a pesquisa sobre populações humanas e ares úmidas brasileira/USP. HUCTTEC. 3º Ed. p.87, São Paulo, 2001.

DUPRAT, *Deborah*. **A convenção 169 da OIT e o direito à consulta prévia livre e informada**. Revista Culturas jurídicas, Vol.1,Núm.1,2014.

Federação das Organizações Quilombolas de Santarém- **FOQS**. Disponível em: <[http: quilombolasdesantarém.blogspot.com](http://quilombolasdesantarém.blogspot.com)> Acesso em: 01/04/2018 as 15:00.

VAZ, Elizabeth Matos. **Caracterização da atividade pesqueira praticada no Lago Maicá, Município de Santarém, Pará**. Santarém, 2016. Trabalho de Conclusão.

VIEIRA, Judith Costa. **Quilombolas na cidade: dilemas do planejamento urbano frente ao Território do Quilombo do Maicá em Santarém-Pará**. In: XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós- Graduação em Direito, 2013, Curitiba-PR

PARTE 6 - POLÍTICAS AMBIENTAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ.

Figura: Região do lago do Maicá em Santarém, Pará.



Foto: Acervo do GPDAM/UFOPA, 2019.

CAPÍTULO 11 - PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE BIOJOIAS E ALTERNATIVA DE RENDA: O CASO DA COOPERATIVA DE MULHERES DA COMUNIDADE DE JAMARAQUÁ, BELTERRA (PA)⁴⁸

Giuliana Gonçalves Pereira da Silva⁴⁹

INTRODUÇÃO

No contexto de mundo em que vivemos, onde o desenvolvimento da ciência junto com a globalização ocasionam uma melhoria de vida, a degradação do meio ambiente tornou-se também maior. No modelo de consumo atual, que visa sempre a produção e seu lucro chegará um momento que se terá uma destruição irreversível dos recursos naturais, poluição e outros danos.

Assim, pouco a pouco esse tema, que antes era pouco discutido e comentado, passou a ter maior espaço nas mesas de debates, passando a ter programas de governos e agendas internacionais. É preciso ter alternativas de produções sustentáveis, possíveis de gerar renda sem agredir o meio ambiente.

O Desenvolvimento Sustentável é um conceito essencial para discussões sobre política e desenvolvimento no século em que vivemos. Significa um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico. E a definição de Sociobiodiversidade é a junção entre bens e serviços produzidos a partir da biodiversidade. E o modo que se utiliza esses bens é diretamente ligado à cultura diversa das populações tradicionais regionais.

A comunidade é Jamaraguá, tem seu nome inspirado no cacto Jamacaru. É uma comunidade amazônica situada nas margens do Rio Tapajós, localizada na porção norte da Floresta Nacional do Tapajós e próxima às cidades de Belterra e Santarém (SARMENTO, 2014). Possui atualmente vinte e seis famílias que moram na comunidade e no total 106 moradores (SILVA, 2014).

O presente artigo tem como objetivo analisar a experiência de produção sustentável de biojoias pela cooperativa de mulheres da comunidade de Jamaraguá, Belterra (PA). Nessa cooperativa de mulheres é notório o beneficiamento com a matéria-prima para

⁴⁸ As reflexões aqui apresentadas decorrem do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de mesmo título apresentado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros.

⁴⁹ Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: goncalves.giuli@gmail.com

a produção de bijoias e outros produtos ecológicos que agrega à renda das famílias dessas mulheres que utilizam o extrativismo vegetal para a produção de borracha utilizadas na fabricação de bijoias.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOCIOBIODIVERSIDADE

O Desenvolvimento Sustentável (DS) é um modelo que se baseia na natureza e no seu ciclo de vida. Visa buscar a concordância não somente com o desenvolvimento econômico, mas compreender a real relação de progresso com a ecologia, em que se deve obter uma renda de uma dada produção. Porém, a renda deve ser uma junção de benefícios sociais e financeiros, a fim de se garantir o bem-estar das atuais e futuras gerações.

Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD,1991, p.46).

No século que vivemos, DS é um conceito essencial para se discutir sobre política e desenvolvimento, pois é necessário ter um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais adequado ao equilíbrio ecológico, onde se vise um desenvolvimento sustentável. Segundo Sachs (2009), Desenvolvimento Sustentável é ter um equilíbrio dos recursos naturais com o desenvolvimento econômico, além da proteção cultural.

Já a Sociobiodiversidade, entende-se por sua vez, pela junção de bens e serviços que são originados de recursos da natureza, voltados à constituição de cadeias produtivas de interesse de comunidades tradicionais (BRASIL, 2009). Sarmiento (2014) diz que o conceito de Sociobiodiversidade busca associação com a conservação da natureza e sua cultura. Por isso, engloba saberes, produtos e tradições de determinado território.

A Sociobiodiversidade agrega tanto o desenvolvimento econômico quanto o bem-estar social. Barreto; Castro; Duarte (2009) também trazem para a roda de conversa o direito das novas gerações, assim inclui-se a proteção ambiental em seu sentido extenso, sendo eles tanto o mais tratado (os naturais), quanto os menos mencionados, contudo, afetados (os culturais).

A FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS EM FOCO

A Floresta Nacional do Tapajós é uma unidade de conservação que se localiza na Amazônia, no oeste do estado do Pará. Foi criada em 19 de fevereiro de 1974 pelo Decreto nº 73.684, a partir do lema “integrar para não entregar”. Na Flona são permitidos os planos

de manejo florestal que são concretizados com caráter de ordenamento das atividades de exploração madeireira no território com configuração sustentável. Só não se permitia populações habitando na área. Contudo, a área é atualmente ocupada por povos tradicionais e tem uma área com cerca de 527 mil hectares (IBAMA, 2004).

As unidades de conservação (UC) são criadas pelo Poder Público, onde trabalham com uma gestão distinta para que assim se garanta a sua preservação. As UC são territórios que possuem uma ampla abundância de recursos naturais com elevada importância para o meio ambiente e seu prejuízo seria uma grande avaria. Então esse ambiente passa a ser conservado.

Jamaraquá é uma comunidade que se sobressai, das demais comunidades da FLONA Tapajós, pela sua beleza natural. Pode-se achar nela uma diversidade de atividades extrativistas, experiências de manejo distintas, animais silvestres, o rio Tapajós, etc. A comunidade de Jamaraquá tem seu nome inspirado no cacto Jamararu, é uma comunidade amazônica situada nas margens do Rio Tapajós, localizada na porção norte da Floresta Nacional do Tapajós e próxima às cidades de Belterra (30 Km) e Santarém (80 Km) (SARMENTO, 2014).

Possui atualmente vinte e seis famílias que residem na localidade e cerca de 106 habitantes (SILVA, 2014). É a terceira comunidade depois que se passa pela portaria do ICMBio, a primeira é São Domingos e a segunda é Maguari.

Samonek (2006) conta que a realização do extrativismo já existia na Amazônia antes dos europeus chegarem, pois os povos da Amazônia extraíam o látex, através de técnicas culturais próprias e de forma sustentável transformava o látex em objetos de uso pessoal. A Seringueira (*Hevea Brasiliensis*) é uma árvore originária da Amazônia e no Brasil pode ser encontrada nas matas dos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Pará.

Essa árvore produz o látex, uma substância leitosa, comprimida nos vasos localizados na casca da seringueira e que pode ser transformada em borracha natural. É extraído por meio de cortes de fina espessura na sua casca. A borracha natural pode ser adquirida por meio de coagulação ou processo de vulcanização (IAC, 2012).

A comunidade de Jamaraquá contou com o Projeto Tecnologias Alternativas para a Produção de Borracha na Amazônia (Tecbor) para desenvolver melhor esse processo da fabricação das mantas. O Tecbor foi criado pelo laboratório de química da Universidade de Brasília (UnB), no ano de 1997, e implantado em comunidades de seringueiros entre 2002 e 2004. O resultado são as mantas de borracha natural chamadas de Folha Semi Artefato (FSA), que são produzidas na comunidade.

Nesse procedimento, o látex recebe pigmentos e é misturado com água e com uma solução coagulante. A borracha coagulada passa por uma calandra para diminuir a água e depois é levada para secar. E se tem como resultado mantas finas de borracha colorida com as quais é possível desenvolver artefatos (LATEQ, 2006).

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BIOJOIAS NA COMUNIDADE DE JAMARAQUÁ

A comunidade de Jamaraquá, em Belterra, conta com uma cooperativa de artesanato e biojoias da cultura local que se encontra na área central da comunidade. A cooperativa envolve cerca de onze mulheres. Entretanto, dessas onze cooperadas, 10 moram na comunidade e uma reside atualmente na cidade de Manaus. Conversando com as comunitárias, soube-se que dentre as 10 que residem na comunidade, somente 07 estão a fabricar biojoias, logo atuando de forma ativa na cooperativa e tendo renda proveniente de vendas da loja (Esquema 01).

Esquema 01: Quantitativo de Cooperadas Ativas e Inativas



Fonte: Autora, 2017.

A cooperativa da Loja Jamaraquá iniciou suas atividades a partir do ano de 2004, com a ajuda do Projeto TECBOR pelo LATEQ/UnB, que tinha como objetivo que o seringueiro elaborasse um produto de maior valor agregado e recebesse mais por seu trabalho. Assim, a cooperativa tem como foco principal a produção de biojoias para comercialização na Loja Jamaraquá na Flona Tapajós. Essas biojoias são elaboradas de

sementes encontradas na localidade e por mantas de borrachas confeccionadas na Flona Tapajós.

A fabricação das biojoias (Figura 01 e 02), como também de outros objetos na localidade, é realizada por meio de combinações que se bem organizados agregam valor de forma a enriquecer o produto, uma vez que há elementos naturais e uma historicidade por trás de cada peça. Logo, suas características distintas criam o diferencial na aceitação dos turistas, pois os elementos culturais que estão presentes nas biojoias as tornam únicas. Além da beleza que cada peça possui com simplicidade, traços naturais e cores vivas, características capazes de fazer com que qualquer pessoa passe a admirar o trabalho.

Figura 01: Biojoias de Jamaraquá (Colares).



Fonte: Autora, 2017.

Figura 02: Biojoias de Jamaraquá (Brincos).



Fonte: Autora, 2017.

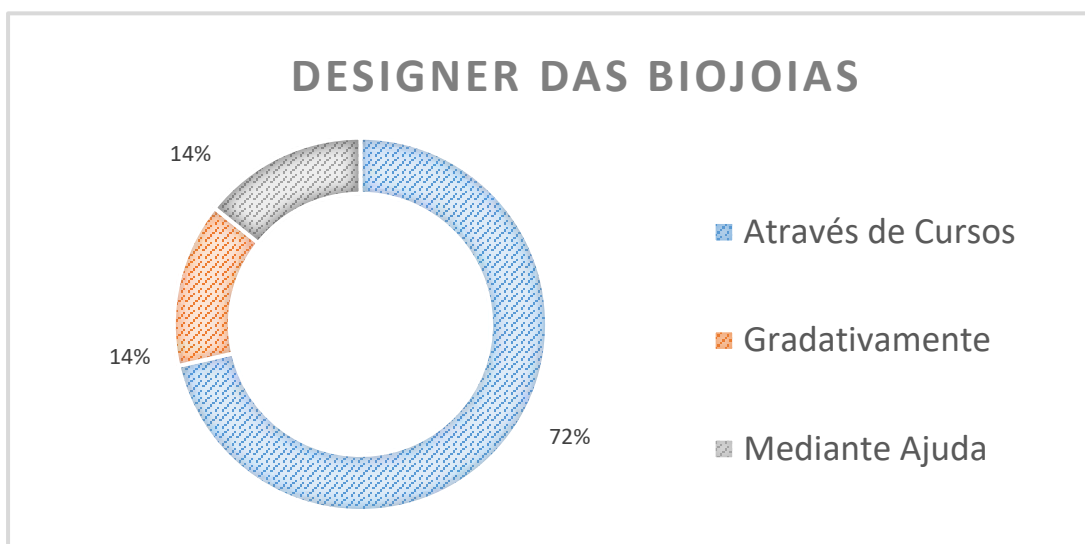
Essa cooperativa da comunidade de Jamaraquá tem singularidade: aceita apenas mulheres. Para se associar à cooperativa é necessário o pagamento de uma taxa para entrar no valor de R\$ 10,00 (dez reais). Como a comunidade é de tamanho pequeno, a maioria das mulheres já se conheciam antes de trabalharem juntas. No que se refere à relação entre elas, pode-se afirmar que há uma relação tranquila atualmente.

Atualmente as cooperadas trabalham com formato diferenciado, elas fazem as biojoias em suas respectivas casas, de forma individualmente com seus próprios recursos e materiais. Cabe a cada cooperada estipular uma meta de produção, não há interferência das demais. Cada uma produz da forma e coloração que achar apropriado, essa parte de produção é tida como livre na cooperativa.

O designer utilizado nos produtos é muito característico, ele é composto com cores e significados que retratam a maneira natural que é de fato realizada a produção. É o designer tanto utilizado em meio aos processos de fabricação e a própria logomarca que repassa ao turista o olhar mais atento à sustentabilidade e a sua valorização.

A pesquisa apontou que dentre as sete senhoras cooperadas que responderam ao questionário, que continha a pergunta “Como é realizado o designer das biojoias?”, cinco delas já participou pelo menos uma vez de algum curso ofertado nessa área de *design* e produção de peças culturais, 01 (uma) aprendeu a produzir gradativamente ao ver outras pessoas fazendo e uma respondeu que já possuía um pouco de prática, mas precisou de ajuda para fazer melhor os acabamentos, como representa o gráfico a seguir:

Gráfico 01: Designer das Biojoias



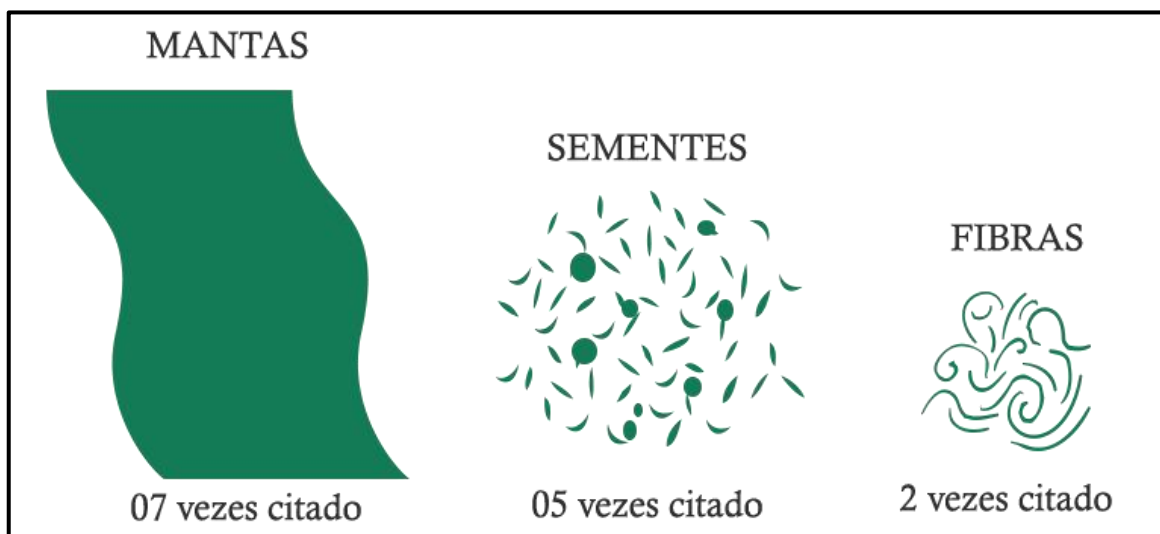
Fonte: Autora, 2017.

O gráfico acima mostra que ter um curso nessa área é muito importante e que as cooperadas já possuem essa noção, ao se dispor a assistir aula e aprender para passar a produzir melhor e de forma efetiva. Porém, não se pode desconsiderar que a prática que muitas mulheres dentro da cooperativa possui é substancialmente importante e útil. Uma forma válida de si ajudarem é cada uma passar a dividir seus conhecimentos adquiridos com as demais.

As biojoias e os produtos comercializados na loja pelas moradoras e comunitárias são produzidos de forma sustentável, e então é repassado aos produtos esta fundamental característica que chega a ser o diferencial da loja. Na produção do designer, há uma variedade de modelos de biojoias e adornos que possuem sua inspiração de designer da natureza, sendo entre elas: flores, folhas, muiraquitã e etc.

Mediante as análises, pode-se notar que as principais matérias-primas utilizadas na produção dos objetos produzidos na loja de biojoias tendem a ser em sua maioria natural e retiradas da floresta de forma consciente e sem causar grandes danos. Os materiais mais citados foram o látex ou manta e sementes como indica o esquema a seguir.

Esquema 02: As matérias primas mais utilizadas.



Fonte: Autora, 2017.

Nota-se que de todas as cooperadas que responderam o questionário, 07 (sete) delas mencionaram as mantas ao elencar três ou dois itens, também teve destaque as sementes retiradas da mata dentro da comunidade, sendo citadas 5 (cinco) vezes, e as fibras aparecem no terceiro lugar ao serem citadas 2 (duas) vezes.

As biojoias produzidas na comunidade são adornos delicados produzidos a partir de uma cultura muito forte presente e possui características de elementos que estão na natureza à disposição: fibras, sementes, etc. A partir dos dados coletados, destacam-se as sementes mais utilizadas: Saboneteira (*SopondisSaponaria*), Morototó (*ShefleraMorotoni*), Jutai (*HymenaeaCoubaril*), Tucumã (*AstrocaryumAculeatum* G. Mey), entre outras.

Em pesquisa de campo junto ao local de trabalho das cooperadas pode-se observar a existência sobre a mesa de sementes (ao natural e tingidas) guardadas em potes, fibras, linha cerada, retalhos de mantas, agulhas, mantas cortadas em círculos médios e pequenos (Figura 03), peças de biojoias quase prontas, tesoura, alicate e uma espécie de ferramenta (Figura 04) que é usada a ponta circular para fazer os círculos de forma arredondados na superfície da manta.

Figura 03: Círculos de Mantas.



Figura 04: Ferramenta para se obter círculos de Mantas.



Fonte: Autora, 2017.

Logo na pesquisa realizada ficou muito claro que as comunitárias possuem material bem característico. Diversidades de sementes com tamanhos diversos e mantas com diferentes colorações e a maioria do material que é utilizado na cadeia produtiva da biojoia é de material natural que as próprias comunitárias retiram da natureza ou compram na própria Jamaraquá incorporando recursos para seus comunitários.

Os preços das biojoias que são produzidos na comunidade são acessíveis para que todos que passem em Jamaraquá possam levar alguma lembrança da comunidade. Além de agregar valor à comunidade, passa também a ter uma maior divulgação do local e seus atrativos sustentáveis. Esse valor, pouco expressivo, são melhores do que no passado.

Descobriu-se que na comunidade, antes da implantação do projeto Tecbor e das biojoias, os preços para se retirar o látex e produzir borracha eram muito pequenos. As cooperadas contaram histórias desse tempo, em que era comercializada a borracha em cernambi, cuia e por meio de placas defumadas, onde observavam a vida difícil que seus pais tinham para fazer e vender a borracha natural para pessoas da cidade de Santarém, onde o valor de uma cuinha era R\$ 1,00, a defumada custava R\$ 3,50. Lucrava-se pouquíssimo dinheiro com essa produção.

Atualmente, consegue-se receber uma quantia razoável na visão delas, pois os materiais que são usados, em sua maioria, são retirados da floresta e os outros como linhas cerradas, fechos e ferros são baratos. Logo o custo na produção de biojoias é baixo, já que as sementes são retiradas da mata e não custam dinheiro, as fibras também, só as mantas que possuem o preço de R\$ 10,00 e a linha cerada é R\$ 8,00.

Os preços foram estipulados por uma base mediante estudo sobre o custo de produção, os materiais encontrado e pegos na natureza, a mão de obra envolvida, a história da comunidade agregada e o tempo que uma cooperadora demora para realizar a fabricação das peças. Por isso, os colares tendem a ter valores mais altos, por ter tamanhos grandes e, dependendo do material, vai se agregando valor, já os objetos como pulseiras, brincos e chaveiros, por serem menores e gerar menos material e tempo, tem os preços menores.

Quadro 01: Objetos vendidos na Loja Jamaraquá e seus respectivos materias e preços.

OBJETO	MATERIAL	PREÇOS
Brincos	Borracha e Metal.	R\$ 5,00
Chaveiro de Muiraquitã e Folhas	Borracha, Fibra e Argola de metal.	R\$ 5,00
Pulseirinhas	Borracha e Semente de morototó.	R\$ 5,00
Caderneta (Pequeno)	Borracha colorida, Fibra e Papel cortado reciclado.	R\$ 5,00
Caderneta (Médio)	Borracha colorida, Fibra e Papel cortado reciclado.	R\$ 10,00
Colar Muiraquitã	Semente de Morototó, Saboneteira e Fibra.	R\$ 10,00
	Borracha colorida, Semente de Saboneteira e	R\$ 15,00

Colar de Flor	Linha encerada.	
Tapetinho	Borracha.	R\$ 20,00
Colar Saboneteira	Semente de Saboneteira.	R\$ 25,00

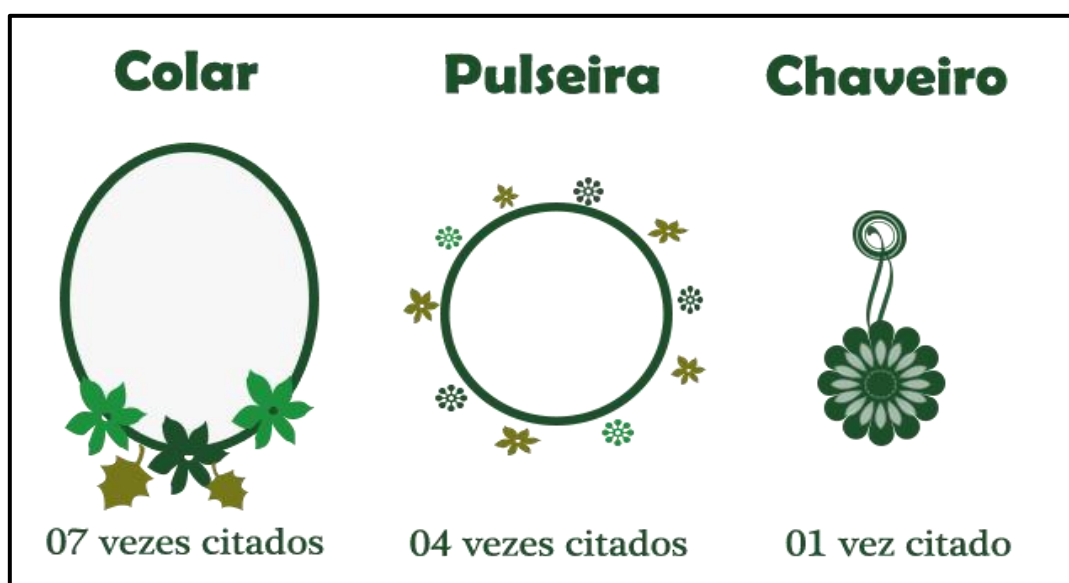
Fonte: Autora, 2017.

Compreende-se que as peças sempre estão ao tender ao natural, quanto mais natural possível melhor, assim passa a simplicidade e a verdade das artesãs. Os preços variam entre brincos de R\$ 5,00 e peças maiores até de R\$ 25,00.

Esse fator ímpar que se encontra nas biojoias envolve aspectos culturais, costumes, valorização humana e por trás de um objeto e adorno se tem uma história para contar e expressar ainda mais a cultura de determinado lugar, sendo motivo de curiosidade e dúvidas sobre a motivação por trás de traços, linhas ou desenhos e, assim, cada vez mais uma cultura é levada adiante e difundida, além da geração de renda que também é muito importante.

Percebe-se que a renda das mulheres é de uma forma variada, pois é influenciada de acordo com o tipo de produto que é vendido e seu respectivo valor. De acordo com a pesquisa, *in loco*, os principais produtos vendidos na loja Jamaraquá são Colares, Chaveiros e Pulseiras como observado no esquema a seguir:

Esquema 03: Produtos mais vendidos na loja Jamaraquá.



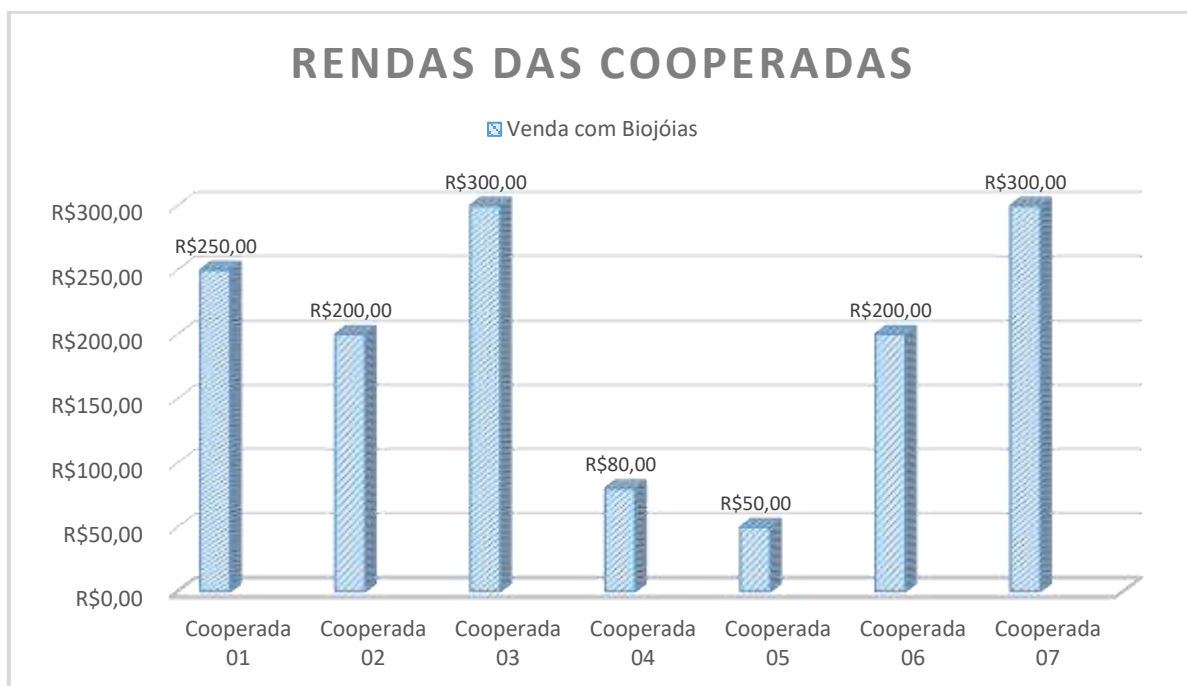
Fonte: Autora, 2017

A menção da biojoia colar apareceu na pesquisa sete vezes, logo, todas as mulheres entrevistadas citaram-no. Depois temos a biojoia pulseira que foi lembrada quatro vezes e o item chaveiro aparece em terceiro lugar ao ser lembrado pelas comunitárias apenas uma única vez. Lembrando que as mulheres possuíam a liberdade de citar uma ou mais peças que elas produzem para elencar os produtos com maior saída da loja.

Na loja Jamaraquá, a renda é de acordo com a sua produção e venda. Logo, cada uma dessas senhoras que compõem a loja tem uma autonomia muito grande ao poder escolher entre produzir muito ou pouco, produzir colares ou brincos, gastar muito ou pouco tempo na fabricação, ganhar mais ou menos esse mês. No que se refere ao dinheiro que elas podem ter de retorno nas vendas, está somente nas mãos da comunitária, ganha-se mais quando produz uma quantidade maior e a aceitação do turista de fora mediante a compra.

Em pesquisa, ao perguntar qual era o valor que conseguiam ter como retorno das vendas, as mulheres cooperaram com a pesquisa e informaram suas respectivas rendas. Tem-se uma receita no fim do mês entre R\$ 50,00 em baixas temporadas dos turistas e pouca produção e podendo chegar até R\$ 300,00; tendo como média de R\$ 197,14 reais de acordo com no gráfico a seguir:

Gráfico 02: Renda obtida mensalmente com a comercialização de biojóias na comunidade.



Fonte: Autora, 2017

Mediante a pesquisa, conseguiu-se entender que a renda da família dessas mulheres é aumentada e faz muita diferença na vida e na rotina de suas casas, ajudando nas despesas comuns. Normalmente a renda obtida dessas comunitárias é agregada à renda de seus maridos que também possuem um trabalho sem agredir a floresta: o ecoturismo. Entre as sete mulheres entrevistadas, cinco delas destacaram que seus esposos trabalham como guia de trilhas.

A produção ocorre em um sistema familiar com um custo para as cooperadas. Logo, o que se ganha em cima da comercialização das biojoias é vantajoso e respeita a floresta, com retorno socioeconômico e ambiental para a comunidade, existindo raros riscos de se obter prejuízo. O próprio projeto inicial do Tecbor na comunidade teve como proposta desenvolver uma produção de borrachas beneficiadas por seringueiros da Amazônia, com o objetivo de dá maior valor agregado ao seu produto, melhorando as condições de sua permanência no seringal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Floresta Nacional do Tapajós, encontram-se comunidades distintas por conta de seus procedimentos, ações, modo de vida e a produção sustentável que é realizado no local como alternativa de renda. Uma delas é a comunidade de Jamaraquá, unidade de conservação da Floresta Nacional do Tapajós, no município de Belterra. A forma que é utilizada pelas cooperadas ao usufruir da floresta (retirada de látex para borracha, sendo matéria-prima para o artesanato local ou sementes) não causa grandes impactos ambientais.

Constatou-se que as peças possuem preços variados, entre R\$ 5,00 a R\$ 25,00. A originalidade que se encontrou nas biojoias de Jamaraquá, envolve os aspectos culturais da comunidade. Constatou-se ainda que não foram mudados os costumes que lá já existiam, mas pelo contrário, se investiu na cultura e nas potencialidades do lugar, tendo uma valorização dos saberes tradicionais.

Acerca dessa perspectiva de produção sustentável que se tem na comunidade, nota-se que a esfera ambiental e a social são inseparáveis e, portanto, os recursos disponíveis locais (materiais, produtos, conhecimentos, pessoas) e a sua valorização devem ser utilizados em benefício da comunidade e da economia local de forma consciente.

Identificou-se que na comunidade há produtos que se classificam na sociobiodiversidade, como é caso do extrativismo. O látex muito comum na localidade, e sua retirada para a produção de mantas (agregando valor) são realizadas totalmente *in loco*.

Na produção de biojoias, a utilização de sementes oriundas da floresta é muito comum. Em suma as principais matérias-primas utilizadas na produção tendem a ser naturais e retirado da floresta de forma consciente e sem causar grandes danos.

Verificou-se que a atividade de extração de látex é uma operação que não agride a Seringueira (*Hevea Brasilienses*) e também não é prejudicial à saúde do produtor, pois a atividade admite que o comunitário se beneficie de matéria-prima de qualidade e com um pequeno custo. Sem contar os benefícios para a natureza que é feito, passa-se a realizar importante papel cultural e de conservação da biodiversidade.

Através do artigo, constatou-se que a produção sustentável é um pilar da economia familiar e colabora para a qualidade de vida das famílias. As mulheres relacionam o bem econômico para a família junto com o bem para a natureza. Elas possuem discernimento de que o que é agregado em seus lares é maior do que o dinheiro em si, são princípios repassados aos seus filhos. Além de que a produção sustentável de biojoias de acordo com o fluxo de turistas, pode ser de até R\$ 300,00 por mês.

Na pesquisa foi possível analisar que esse meio de produção sustentável de biojoias permite a elas, que moram em uma unidade de conservação, a construção de uma alternativa de renda viável e com lucratividade dentro da Flona Tapajós sem agredir ou interferir no ciclo de vida da mata, mas passando a conservá-la.

Foi constatado que esses novos meios de produção estão sendo cada vez mais comuns, na própria Flona Tapajós há outras produções sustentáveis em outras comunidades próximas à Jamaraquá que geram renda às famílias e que podem ser analisadas e estudadas para se verificar também os fatores dessas produções, podendo assim futuramente ter análises completas dessa Unidade de Conservação.

REFERÊNCIAS

BARRETO, L. S; CASTRO, M. S. de; DUARTE, L. M. G. **Políticas Públicas para promoção dos produtos da Sociobiodiversidade: Estruturas produtivas/extrativistas complexas para o Desenvolvimento Sustentável na caatinga.** Cuiabá. Mato Grosso do Sul; 2009. 26p.

BRASIL - **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produto da Sociobiodiversidade.** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília. Julho. 2009. 21p.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum.* Rio de Janeiro, FGV, 1991.

- IAC - Instituto Agronômico de Campinas – **Programa Seringueira**. São Paulo. 2012. Disponível em: <<http://www.iac.sp.gov.br/areadespesquisa/seringueira/importancia.php>>. Acesso em: 17 Abril de 2017.
- IBAMA. **Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós – FLONA Tapajós**. Volume I - Informações Gerais. Novembro de 2004. 580 p.
- LATEQ - **Laboratório de Tecnologia Química. Projeto Tecbor**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.lateq.unb.br/projetotecbor2.htm>>. Acesso em: 16 abril 2017.
- SACHS, I. **Caminho para o desenvolvimento sustentável**. STROH, Paula YoneStroh In: *Gestão Negociada e Contratual da Biodiversidade* / Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SAMONEK, F. **A borracha vegetal extrativa na Amazônia: um estudo de caso dos novos encauchados de vegetais no Estado do Acre**. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo dos recursos Naturais) -Departamento de Ciência da Natureza. Universidade Federal do Acre, Rio Branco-Acre. 2006. 160p.
- SARMENTO, F. **Design para a Sociobiodiversidade: Perspectiva para o uso sustentável da borracha na Flona Nacional do Tapajós**. - São Paulo, 2014. 231 p.
- SILVA, M. J. S. et al. **Levantamento de Famílias da Floresta Nacional do Tapajós – Pará**. 2014. 8 p.

CAPÍTULO 12 - ECOTURISMO NA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS, BELTERRA-PARÁ⁵⁰.

Aline Raissa Mota da Silva⁵¹

Atualmente parte das atividades econômicas da Floresta Nacional do Tapajós provém das atividades ecoturísticas desenvolvidas nas comunidades, dentre elas se destaca a comunidade de Jamaraquá. Com belas praias, trilhas, árvores gigantes, artesanato local, comida local e a hospitalidade dos comunitários são atrativos que chamam a atenção de turistas de diversas partes do Brasil e do mundo, proporcionando um significativo aumento das atividades econômicas da região. As atividades turísticas na reserva tiveram início a partir de 1994, tendo como base um estudo, solicitado pelo IBAMA.

As visitas às trilhas na Flona Tapajós são um dos principais atrativos da unidade, tendo sido implantada a primeira trilha na comunidade de Maguari. Esta trilha foi ativada em dezembro de 2002, foi feito um estudo e levantamento das espécies florísticas encontradas ao longo do caminho da trilha, este levantamento serviu de base para a criação de um inventário florístico. A abertura da trilha resultou em um aumento significativo de visitantes nas comunidades, com o aumento desse número a formação e capacitação de condutores é uma questão importante para a renda local.

Apesar de todo seu esplendor e toda sua beleza cênica, faunística e florística, a Floresta Nacional do Tapajós encontra barreiras para a sua plena utilização ecoturística. A falta de capacitação, de serviços de atendimento ao consumidor e técnicas de marketing digital são ameaças que impossibilitam o aprimoramento das atividades de ecoturismo na FLONA.

Tendo sido criada a partir do decreto nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, a Floresta Nacional do Tapajós (Flona Tapajós) possui praias, igarapés, pousadas e trilhas como atrativos turísticos para visitantes de diversas partes do Brasil e do mundo. O Principal diferencial da Flona Tapajós está relacionado às suas trilhas ecológicas, que mesclam mata secundária com mata primária.

As atividades turísticas passaram a ser planejada na Flona a partir do ano de 1993, quando o IBAMA passou a definir normas de recreação, regulamentando os passeios com

⁵⁰ As reflexões aqui apresentadas decorrem do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *Ecoturismo na Floresta Nacional do Tapajós: análise da implantação de pousadas na comunidade de Jamaraquá, Belterra – Pa*, apresentado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros.

⁵¹ Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: aline.raissa074@gmail.com

guias turísticos, cobrando uma simbólica taxa de entrada e passou a requerer uma permissão prévia de acesso. Inicialmente, 15 moradores das comunidades de Maguari, Itapuama, Jaguarari, Prainha I e Prainha participaram do curso de Noções básicas de Turismo, como uma das subunidades do Pró-manejo. Após este curso, por iniciativa própria, os moradores das comunidades começaram a formar condutores, tendo como base o material pedagógico disponibilizado pelo curso (cartilhas e apostilas).

No ano de 2002, formulou-se um segundo curso, que viria a tratar dos aspectos gerenciais de ecoturismo na FLONA, o curso contou com 21 participantes das comunidades de Prainha II, Maguari, Jamaraquá e Itapuama, e teve a assessoria de um Consultor, oferecido pelo SEBRAE, um morador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Como parte prática, o curso contou com um intercâmbio, para a RDS Mamirauá, que serviu de base para a formação de mais condutores e para a criação de pousadas em Jamaraquá (IBAMA, 2004).

Nos anos seguintes de 2003 e 2004, os cursos de capacitação continuaram sendo que um dos condutores foi participar do curso voltado ao planejamento, implantação e manutenção de trilhas, oferecido pela Fundação o Boticário, em Guaraqueçaba/Paraná.

Com base nos questionários, em anexo, aplicado aos donos das pousadas, podemos observar que até o ano de 2002 não existia nenhum lugar onde os turistas pudessem ficar na comunidade. A única opção eram as próprias casas dos moradores, que por vezes não ofereciam toda a comodidade que o visitante necessitava. Sendo assim, com o grande fluxo de turistas e o pouco espaço existe para a acomodação, grupos isolados de moradores, em parceria com o SEBRAE e com o ICMBio começaram a discutir acerca da implantação de pousadas nas comunidades, estes órgãos lançaram a ideia e três famílias compraram a causa, dando início as atividades de hospedagem na comunidade.

O emprego dos serviços de hospedagem na comunidade provocou o aumento na geração de renda dos moradores, porém não existe uma contabilidade capaz de gerir essa renda, o que causa nos proprietários a sensação de não haver ganho com o oferecimento dos serviços.

ECOTURISMO

O ecoturismo é um ramo de recente crescimento no mercado, tendo em vista que a sua prática começou a ser implantado por meio das recentes mudanças sociais e ambientais. Roberto Mourão nos fala que no Brasil a política começou a ser discutida no ano de 1985, com a criação da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e do Projeto Turismo Ecológico, e foi se estendendo para o ano de 1987, quando se deu a criação da Comissão

Técnica Nacional, que era responsável em monitorar o Projeto, que na ocasião não contavam com práticas sustentáveis nem organizadas (MOURÃO, 2004, p. 15).

O ecoturismo surgiu como uma forma de barrar os avanços das degradações ambientais, o mesmo visa assegurar por meio de sua legislação uma maior conservação das fontes e recursos naturais. A criação da Comissão Técnica Nacional, elaborado através da parceria entre o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) foi à primeira iniciativa tomada pelo governo para frear o avanço da degradação Ambiental.

Conceituar o ecoturismo é uma tarefa difícil, não existe um consenso quanto a definição a ser usada, não só no Brasil, mas em escala Internacional. As definições usadas neste trabalho terão como base o Documento *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*, elaborado em um evento que ocorreu no ano de 1994 e é tido como o marco legal do ecoturismo brasileiro, sendo assim definido pela Embratur.

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca formação de uma consciência ambientalista através da interpretação. (EMBRATUR, 1994, p.19).

É perceptível que na passagem acima citada o ecoturismo é tido como um segmento de atividade, e não uma atividade em si, é tida como uma modalidade de turismo que trabalha em paralelo a outras atividades como Educação Ambiental, desenvolvimento sustentável, etc.

É um ramo do turismo que utiliza os recursos naturais e culturais de um determinado lugar e contribui para conservá-los. Busca desenvolver o respeito pela natureza por meio do contato com o ambiente natural e promove o bem-estar das populações locais envolvidas (FERREIRA; COUTINHO 2002, p. 12).

É perceptível através da citação de Ferreira e Coutinho a importância do ecoturismo para o bem-estar e a conservação ambiental, além da geração de renda para as localidades que optam pela atividade.

Western (1999, p.18) nos fala que “ecoturismo é provocar e satisfazer o desejo que temos de estar em contato com a natureza é explorar o potencial turístico visando à conservação e ao desenvolvimento, é evitar o impacto negativo sobre a ecologia, a cultura e a estética”. Na concepção de Western, assim como na de Ferreira e Coutinho, o ecoturismo está voltado para o bem-estar e a conservação ambiental, preservando além do meio ambiente a cultura e a estética de onde estão inseridos.

O ecoturismo não é só uma atividade que une turismo e a natureza, mas deve refletir também os objetivos do desenvolvimento sustentável, incluindo, necessariamente, os aspectos socioculturais centrados particularmente na equidade social (DIAS, 2008, p. 106-107).

Ambas as definições falam acerca da relação Homem/Natureza e o bem-estar social das populações residentes em áreas de atividades ecoturísticas e dos visitantes dessas áreas. Ressalta-se que o interesse dos residentes não se motiva apenas pelo fator responsabilidade sustentável, mas também pela questão financeira, tendo em vista que o segmento ecoturístico gera renda para as comunidades onde a pratica ecoturística perpetua.

Dias (2008) também relata acerca da diferença conceitual de Ecoturismo para Turismo Sustentável e Turismo de Natureza, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 1: Diferenciação entre as modalidades de turismo

Diferenciação entre as modalidades de Turismo		
Turismo Sustentável	Turismo de Natureza	Ecoturismo
Pode ser definido como o que não compromete a conservação dos recursos naturais sobre os quais se sustenta e que, portanto, reconhece explicitamente a necessidade de proteção do meio ambiente. Busca a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais se apoia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social.	Busca desfrutar os valores naturais de um território, mas não implica, necessariamente, atitudes particulares dos turistas. O turismo de natureza pode apresentar-se como insustentável. As latas de refrigerantes, garrafas e sacos plásticos deixados em trilhas naturais, nas beiras dos lagos e represas e nas margens dos rios, representam a face mais visível das possibilidades de insustentabilidade desse segmento.	É a viagem responsável que conserva o ambiente natural e mantém o bem-estar da população local. É praticado em pequenos grupos que não deixam indícios de terem visitado uma área. Eles procuram compreender as relações existentes nos ecossistemas, respeitá-las e mantê-las a mais intacta possível, em harmonia com as populações locais. O ecoturismo pode ser entendido como o turismo sustentável praticado em áreas naturais.

Fonte: Dias,107,2008. Adaptado por SILVA, para a pesquisa.

Por mais que ambas se assemelham, a definição de ecoturismo se respalda na questão de preservação ambiental, deixando claro o objetivo do ecoturismo, a preservação e conscientização ambiental (DIAS, 2008).

Quanto à questão econômica, Loureiro (2005, p. 31) fala que “caso o ecoturismo seja adequadamente desenvolvido, pode vim a ser um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o correto gerenciamento dos recursos naturais”.

Na afirmação de Loureiro, pode-se compreender que as localidades que optam pelo ecoturismo, além de gerarem renda também preservam o meio ambiente, tornando-se a forma mais viável e inteligente de conciliar a função econômica e ambiental.

Para Fontoura e Silveira (2008, p.3) “no que diz respeito ao planejamento turístico, o ecoturismo é pensado sob nova concepção ao ser planejado no médio e longo prazo, de forma integrada e sustentável, integrando economia, ecologia e melhoria de vida das comunidades locais”.

O ecoturismo deve ser construído sobre o pilar da sustentabilidade estando sempre minimamente alinhado ao desenvolvimento sustentável, que por sua vez é formado por dois aspectos, conservação do patrimônio natural e o crescimento econômico local. E sobre este pilar está estruturado o ecoturismo brasileiro.

A degradação do meio ambiente, principalmente a partir da década de 1970, a necessidade de alavancar as atividades turísticas e os debates sobre questão ambiental são os principais motivos que fizeram ser pensada uma política de turismo ecológico (ecoturismo).

Uma das principais preocupações das frentes ambientalistas sobre o ecoturismo, diz respeito à noção de capacidade de visitantes em uma determinada área sem que afete no ecossistema visitado, não causando degradação ao meio ambiente.

Loureiro (2008, p. 28) fala que o objetivo principal do ecoturismo é: “minimizar os impactos ambientais, respeitar os valores culturais locais e maximizar os benefícios para as comunidades locais e a satisfação do turista, incluindo a interpretação e a educação ambiental”.

O ecoturismo se diferencia do turismo convencional justamente por tratar de forma diferenciada o meio ambiente, tendo o intuito de preservar e cuidar dos recursos naturais sem degradar o meio ambiente, uma das propostas do ecoturismo é o contato com a natureza propiciado ao turista, fazendo surgir a percepção sustentável. O ecoturismo e o turismo sustentável, apesar de andarem lado a lado, não podem ser tidos como sinônimos.

Dias (2008) relata sobre os princípios do ecoturismo, definidos na declaração de Québec, permite que eles sejam diferenciados de turismo sustentável. Os princípios são:

Contribuir ativamente à conservação do patrimônio natural e cultural; incluir as comunidades locais e indígenas em seu planejamento, desenvolvimento, exploração e contribuir a seu bem-estar; interpretar o patrimônio natural e cultural do destino para os visitantes; É melhor aos viajantes independentes, bem como aos circuitos organizados para grupos de tamanhos reduzidos. (DIAS, 2008, p. 107-108).

Swarbrooke (2000) fala que o ecoturismo pode ser uma vertente de turismo sustentável se adequadamente gerenciado. Por sua vez Dias (apud Wight, 1993, p. 115) enumera, em sua obra, nove princípios que devem fundamentar o ecoturismo sustentável.

1. Não deve degradar os recursos e deve ser desenvolvido de maneira completamente ambiental;
2. Deve possibilitar experiências participativas e esclarecedoras em primeira mão;
3. Deve envolver a educação entre todas as partes – comunidades locais, governo, organizações não governamentais, indústrias e turistas (antes, durante e depois da viagem);
4. Deve incentivar um reconhecimento dos valores intrínsecos dos recursos naturais e culturais, por parte de todos os envolvidos;
5. Deve implicar a aceitação dos recursos tais como são e reconhecer os seus limites, o que pressupõe uma administração voltada para o abastecimento;

6. Deve promover a compreensão e as parcerias entre muitos dos envolvidos, e isso pode incluir o governo, organizações não governamentais, a indústria, os cientistas e a população local (tanto antes como durante as operações);
7. Deve promover responsabilidades e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural, por parte de todos os envolvidos;
8. Deve trazer benefícios a longo prazo – para os recursos naturais e culturais, para a comunidade e para as indústrias locais (esses benefícios podem ser de preservação científica, social e cultural ou econômica);
9. Deve assegurar que nas operações de ecoturismo a ética inerente a práticas ambientais responsáveis aplique-se não apenas aos recursos externos (naturais e culturais) que atraem turistas, mas também as suas operações externas.

É a relação que os turistas e os habitantes regionais têm com o meio ambiente que diferenciam ambas as práticas, enquanto que o ecoturismo se volta mais para a forma de vida dos comunitários locais, preservando, manejando, vivenciando um dia a dia integrado com os recursos naturais e transmitindo esse conhecimento aos visitantes, o turismo sustentável é a forma de adaptação do turismo convencional para as práticas sustentáveis e ecológicas.

ECOTURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA AMAZÔNIA

Com o objetivo de proteger os recursos naturais, foram criadas políticas públicas de proteção e preservação ambiental, as unidades de conservação surgiram nesse intuito. Conforme Neiman (2010, p. 84), “as unidades de conservação (UC’s) têm se destacado como uma das políticas públicas mais importantes e são, segundo a International Union for The Conservation of The Nature (IUCN), o método mais eficaz de proteção da biodiversidade”.

As práticas ecoturísticas geralmente estão associadas às unidades de conservação, por ser uma forma de preservar o meio ambiente e gerar lucros para os residentes das UC’s, Lima (2003, p. 72) relata acerca disso em seu estudo.

O ecoturismo é geralmente considerado um meio de desencorajar atividades mais predatórias, em favor de um turismo mais leve e seletivo, com ênfase na natureza preservada ou pouco alterada. Entre outras coisas, é visto como um vínculo de financiar a conservação e promover o desenvolvimento e economias deprimidas e beneficiar comunidades rurais.

No Brasil, país de abundante diversidade faunística e florística, é notória a importância de áreas naturais protegidas, o estabelecimento dessas áreas serviu para barrar avanços de degradações ambientais na Amazônia, especificamente, causadas em sua maioria pelo avanço de atividades agropecuárias.

Na Amazônia o ecoturismo é uma atividade em ascensão, principalmente pela exuberância de suas riquezas naturais, na Fauna, Flora e abundância de recursos hídricos, no entanto, ainda existem entraves que impedem o crescimento da atividade na região.

Tavares (2009) aborda o turismo e o ecoturismo na Amazônia como atividades que perpassam vários desafios, como os aspectos sociais, culturais e principalmente econômicos, as relações homem/ambiente e a eficácia da gestão para o desenvolvimento de tal atividade.

Os primeiros registros de Unidade de Conservação sugerem que as mesmas tiveram início a partir do parque de Yellowstone nos Estados Unidos, em 1872, a partir de uma atividade exploratória feita para a colonização da região.

Segundo Nelson e Pereira (2004) “Unidade de Conservação (UC) é um tipo especial de área protegida, divididas em categorias de manejo” enquanto que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) define unidades de conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000)

As Unidades de Conservação são diferenciadas em dois grupos principais: Unidades de proteção integral e unidades de Uso sustentável. A definição para unidades de proteção e unidades de uso sustentável, usada por Neiman e Rabinovici (2010, p. 91-92) aborda:

As **unidades de proteção integral**, representando o primeiro grupo, objetivam preservar a natureza e manter os ecossistemas livres de alterações causadas por interferência do homem, admitindo somente o uso indireto dos seus recursos naturais (não envolve coleta, consumo dano ou destruição dos recursos). O Segundo grupo é composto pelas **unidades de uso sustentável**, as quais visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, explorando o ambiente e garantindo a perenidade de seus recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade de forma socialmente justa e economicamente viável.

Quadro 2: Categorização das Unidades de Conservação

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
Unidades de Proteção Integral:	Unidades de Uso sustentável:
- Estação Ecológica	- Área de Proteção Ambiental
- Reserva Biológica	- Área de Relevante Interesse Ecológico
- Parque Nacional	- Floresta Nacional
- Monumento Natural	- Reserva Extrativista
- Refúgio da Vida Silvestre	- Reserva de Fauna
	- Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	- Reserva Particular de Patrimônio Natural

Fonte: BRASIL (2000). Adaptado por SILVA para a pesquisa.

As categorias, mencionadas, têm como objetivo a preservação ambiental através do uso sustentável de seus recursos.

O ecoturismo é visto como uma das melhores alternativas para a geração de renda em unidades de conservação, por apresentar baixo impacto para o meio ambiente e por apresentar, relativamente, baixo custo de implantação e manutenção. Segundo Cruz (2001)

“as transformações espaciais mais relevantes estão relacionadas aos fatores de acessibilidade e hospedagem”.

No Brasil, país de inúmeras riquezas naturais, existe uma gama de unidades de conservação que possuem a atividade ecoturística, como prática econômica, como é o caso do parque estadual do Lago Azul, localizada nos municípios de Campo Mourão e Luziânia, no Paraná.

No entanto, nos últimos anos teve um grande aumento no número de ocorrência de casos de desmatamentos e caça predatória em unidades de conservação tem tido grande aumento nos últimos anos, em virtude da falta de controle governamental perante áreas extensas, aproveitadores do ramo turístico acabam por se beneficiar desta falta de controle e passam por vezes a descaracterizar áreas ecoturísticas, levando grandes grupos de visitantes e não seguindo o objetivo inicial das práticas turísticas em UC's. (NEIMAM; RABINOVICI, 2010, p. 85).

Dias (2008, p. 136) ressalta que há inúmeras ocorrências dos efeitos negativos de atividades turísticas em UC's, ele destaca como sendo os mais comuns:

- Ocorrência de incêndios nas matas produzidos por descuido dos visitantes;
- Diminuição da biodiversidade da fauna e da vegetação, e mesmo a extinção de algumas espécies;
- Utilização indevida de áreas naturais;
- Utilização de áreas naturais para lazer, sem um mínimo de planejamento, particularmente quando relacionadas com a prática de atividades esportivas;
- Ocorrência de aumento do volume de resíduos proveniente dos equipamentos destinados aos turistas;
- Proliferação de estradas, construções caminhos que mudam a fisionomia do lugar e modificam a paisagem;
- Número inadequado e simultâneo de visitantes em relação à capacidade de carga de um lugar;
- Construções de rampas, embarcadouros, que modificam as condições de utilização pela fala aquática etc.

Ressalta-se que a preservação ambiental é um dos principais objetivos das práticas turísticas em UC's, onde o cuidado com o meio ambiente e com a natureza é altamente prezado, fazendo do planejamento essencial para a realização de tais atividades. Este planejamento é feito de forma individual por cada UC. Para a elaboração deste planejamento leva-se em consideração o plano de manejo dessas unidades. Segundo Neiman (2010, p. 88), plano de manejo é:

Todo documento que contém informações técnicas e demais disposições sobre a unidade, tais como seu zoneamento, área de amortecimento (entorno de uma unidade) e corredores ecológicos (porções de ecossistemas que ligam as unidades) -, o qual deve ser elaborado em um prazo de até 5 anos após sua criação.

Dentre as unidades de conservação, uma das subdivisões são as Florestas Nacionais. Tendo por definição, o SNUC assim conceitua este tipo de unidade de conservação.

A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas. (BRASIL, 2000).

Atualmente, segundo o ICMBio, constam na Amazônia 33 unidades de conservação caracterizadas como Flona, dentre elas podemos citar, Flona Altamira, Flona Bom Futuro, Flona Carajás e Flona Tapajós, dentre outras Unidades de conservação existentes na Amazônia, cada unidade conta com suas próprias políticas de preservação e utilização dos recursos.

Conforme o plano de manejo da Flona Tapajós, as atividades turísticas da unidade tiveram como base a implantação de atividades na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que já contava com uma sólida composição de atividades no segmento turístico e manejo florestal (IBAMA, 2004).

FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

Tendo sido criada a partir do decreto no. 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, a Floresta Nacional do Tapajós, conta com uma imensa diversidade de recursos biológicos e naturais, com aproximadamente 527.000 hectares.

A Flona Tapajós fica localizada no Oeste do Pará, nos municípios de Belterra, Aveiro, Placas e Rurópolis. A Unidade administrativa da Flona situa-se na cidade de Santarém, a aproximadamente 50 km de distância da UC em questão, o órgão responsável por gerir a unidade é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Diversidade (ICMBio). A visitação a unidade é aberta ao público, sendo necessária uma prévia autorização do órgão gestor.

A Flona Tapajós passou a se consolidar de fato no ano de 2004, a partir da complementação do decreto nº 73.684 de 19 de fevereiro de 1974, efetivado através do Plano de Manejo, que permitiu a normatização e regulamentação das atividades desenvolvidas nesta unidade de conservação (IBAMA, 2004).

Por meio do Plano de Manejo foi possível estabelecer limites para as atividades desenvolvidas na Unidade, assim como políticas de visitação e extração de matérias primas. Atualmente, a unidade é sinônimo de produção sustentável, apesar de ter começado a desenvolver projetos que visam garantir o uso sustentável somente a partir do final da década de 1990.

Como representatividade intercomunitária da unidade foi criada a Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (COOMFLONA). A agricultura familiar, extrativismo,

artesanato e as atividades turísticas são as principais atividades desenvolvidas nas comunidades que integram a Flona Tapajós.

Atualmente a unidade conta com aproximadamente 5000 habitantes, dividido em mais de 1000 famílias distribuídos nas 25 comunidades, sendo sua maioria localizada as margens do rio Tapajós, o acesso se dar através da BR-163 ou por meio do rio, sendo que precisa de uma licença prévia para adentrar a unidade (IBAMA, 2004).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECOTURISMO: O CASO DO PROECOTUR E PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO TURÍSTICO DO ESTADO DO PARÁ

Criada no ano 2000 o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) sua meta era o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia brasileira, sendo executadas pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Sustentável.

Contendo quinze pólos de desenvolvimento, presentes em 152 municípios, que abrangem os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O programa foi dividido em duas fases, pré-investimentos e investimentos, com implantação de três anos cada.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2008), o PROECOTUR protagonizou o processo de estruturação da atividade ecoturística, a fim de gerar oportunidades de negócios capazes de conciliar desenvolvimento econômico e social com respeito ao meio ambiente.

Outra política de incentivo ao ecoturismo é o Plano de Desenvolvimento ao Turismo do estado do Pará, elaborada no ano de 2001, visando o desenvolvimento das atividades turísticas nos polos turísticos, priorizando os presentes no Pará. O governo do estado do Pará realizou o trabalho de identificação de produtos e serviços prioritários, presentes nas áreas turísticas existentes no estado.

Segundo Santana (2012, p. 59) “O plano traça um diagnóstico da situação atual do turismo paraense, acerca dos recursos naturais e manifestações culturais, ressaltando ainda aspectos físicos do estado, pontuando as áreas propícias a serem trabalhadas pelo plano”. Tal iniciativa facilita a delimitação de atividades turísticas pertinentes a distintas áreas, potencializando as atividades já existentes e seus atributos naturais.

PERIODIZAÇÃO DO ECOTURISMO NA FLONA TAPAJÓS

A Flona Tapajós conta com uma diversidade de flora, fauna e recursos hídricos abundantes, com belas praias e trilhas ecológicas, a floresta recebe um grande número de visitantes anualmente, em grande parte estrangeira.

A partir do ano de 1993 começou-se a planejar as atividades turísticas a partir de normas, regulamentando os passeios com guias turísticos, cobrando uma simbólica taxa e exigindo uma licença prévia para visitas. Para as primeiras atividades, inicialmente, 15 moradores das comunidades de Maguari, Itapuama, Jaguarari, Prainha I e Prainha participaram do curso de Noções básicas de Turismo. Posteriormente, por iniciativa própria e com base no material disponibilizado pelo curso, os moradores das comunidades começaram a formar condutores para as trilhas.

Figura 5: Espécie exótica de planta encontrada na Flona.



Autoria: Aline Silva, 2013.

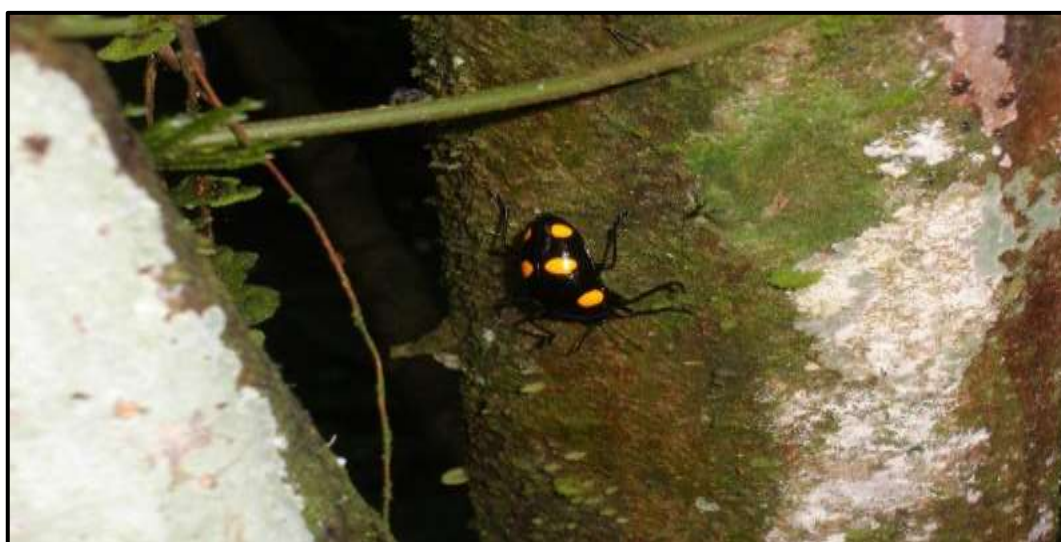
Em 2002, um segundo curso foi executado, visando os aspectos gerenciais de ecoturismo na Flona, 21 comunitários das comunidades de Prainha II, Maguari, Jamaraquá e Itapuama, participaram deste curso que contou com a assessoria de um Consultor, oferecido pelo SEBRAE, um morador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Através deste curso foi possível realizar um intercâmbio para RDS Mamirauá, que serviu de base para a formação de mais condutores e para a criação das pousadas na Flona Tapajós.

A primeira trilha ecológica foi implantada na comunidade de Maguari e serviu como piloto para a abertura das demais trilhas, para que se tivesse um resultado satisfatório foi realizado entre os anos de 2001 e 2002, por uma equipe formada por técnicos da Secretaria

de Turismo de Santarém (SANTUR), professores da Universidade Federal do Pará (UFPA), condutores da comunidade de Maguari, técnicos da equipe Flona/IBAMA/ProManejo. Esse levantamento buscou analisar as espécies arbóreas, faunística e o georreferenciamento ao longo da trilha.

A trilha foi sinalizada e contou com a construção de uma base de apoio e um mirante, também foram feitos 15 bancos, para a melhor comodidade dos visitantes, para que a trilha fosse bem elaborada ela contou com uma consultoria especializada que conduziu a implantação. A trilha ecológica de Maguari foi inaugurada em dezembro de 2002 e resultou em um aumento expressivo no número de visitantes. Em 2003, novas trilhas foram abertas nas demais comunidades. Ampliando o número de visitantes e condutores na Flona Tapajós (IBAMA, 2004).

Figura 6: Espécie de inseto encontrada na Flona Tapajós



Fonte: A autora, 2017.

No entanto, com o passar dos anos e a mudança de geração resultou na diminuição do número de guias, estes primeiros condutores, formados nos cursos de turismo há bastante tempo, estão se aposentando e deixando a condução ser tomada pelas novas gerações, que não demonstram interesse em continuar com as atividades, gerando a perda na qualidade dos serviços prestados pelos guias na flona.

Sarmento (2014) fala que a Flona Tapajós tem aumentado o fluxo turístico na região, também relata que este aumento se dá em virtude dos atributos naturais existentes na unidade e na proximidade com os recursos presentes em Alter-do-Chão e em Santarém.

É importante ressaltar a relevância do aprimoramento e implantação de novos meios de hospedagem, tendo em vista a grande importância econômica do ecoturismo para as comunidades da Flona, o mesmo movimenta parte das atividades econômicas das comunidades. Porém não basta implantar um meio de hospedagem de forma desordenada,

tem-se que dar subsídios para a não degradação ambiental e o não comprometimento da fauna e flora local, ou seja, sem fazer que o lugar perca as características ecológicas, mesclando o conforto e a ecologia.

Espínola (2012) fala que para que o turismo se desenvolva de maneira sustentável é necessário que seu planejamento não priorize apenas seu aspecto econômico, mas também seus reflexos sociais, culturais e ambientais. Nesta lógica, buscam-se maneiras de viabilizar seu desenvolvimento, em consonância com todas as áreas que a atividade abrange.

ORIGEM E IMPLANTAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM NA FLONA TAPAJÓS

Tendo em vista o grande fluxo de turistas e a demanda por um meio de hospedagem na comunidade de Jamaraquá - Belterra/PA, com recursos próprios alguns moradores começaram a implantar pousadas na comunidade, para a recepção dos visitantes da unidade. A primeira foi a “Nirvana do Tapajós”, inaugurada em 2002 e funciona desde então, tentando sempre repassar a simplicidade da vida na floresta Amazônica.

Figura 7: Vista frontal da pousada Nirvana do Tapajós, Belterra, Pará.



Fonte: A autora, 2017.

Dentre os principais problemas enfrentados pela comunidade para dar continuidade aos serviços de turismo, os proprietários relataram que a questão linguística (diferença de idiomas) é um dos principais desafios, em grande parte os turistas que visitam a unidade levam um tradutor, que os auxilia na comunicação com os moradores locais.

As pousadas existentes na Floresta Nacional do Tapajós surgiram a partir da necessidade de se ter um lugar para hospedar os diversos turistas que visitam a unidade

anualmente. Segundo relato dos moradores, antes da existência das pousadas os turistas que frequentavam a Flona ficavam hospedados nas casas dos moradores que se predisponham a hospedá-los, e por vezes, não tinham condições favoráveis para abrigar hóspedes.

Os que se dispuseram a iniciar neste novo empreendimento hoteleiro sabiam que muitos desafios os esperavam, porém não desanimaram e deram início as construções. Como primeiro desafio surgiu o conceito de sustentabilidade, como construir uma pousada confortável que conseguisse transmitir a vida na floresta sem degradar o meio ambiente? Para conseguir passar esse obstáculo os proprietários procuraram firmar parcerias que pudessem os ajudar nessa empreitada, primeiramente falaram com o IBAMA e tendo o aval e apoio, o instituto decidiu ofertar cursos (junto ao SEBRAE e um morador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, que já contava com uma base sólida de atividades turísticas), que capacitasse os moradores para atendimento, condução e alimentação para os visitantes.

Atualmente a comunidade conta com duas pousadas e um redário, que auxiliam na geração de renda local, os proprietários relatam que o melhor período é a alta temporada (janeiro, fevereiro, julho, setembro e outubro) no qual o lucro é maior. Além da hospedagem também conta com o serviço de alimentação, contratado a parte, sendo estes pratos regionais.

O proprietário da pousada Nirvana do Tapajós relata que as pousadas implantadas não tiveram nenhum apoio financeiro governamental, tudo foi construído com recurso próprio, o apoio dado pelo governo consiste na capacitação (por meio de oficinas) de como tratar o turista.

Conforme os relatos, a principal dificuldade encontrada para dar continuidade aos serviços turísticos refere-se à comunicação. A comunidade conta apenas com um intérprete, no qual a família é dona de uma das pousadas, e ele não consegue suprir a demanda de turistas que visitam a região sem intérprete. Alguns turistas, que vem por meio de agências de turismo, trazem seus guias que os auxiliam na comunicação com o condutor local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização da pesquisa tivemos como objetivo geral, analisar a importância da implantação de pousadas na comunidade de Jamaraquá, Belterra – PA, neste aspecto, pode-se observar que a importância se dar pelo fator econômico, a atividade

ecoturística está entre as que mais geram renda para a comunidade, associada à venda de artesanato e a extração de látex. No entanto, não existe um controle sobre os ganhos que se tem com o oferecimento dos serviços de hospedagem.

Quanto às principais dificuldades enfrentadas pelos donos das pousadas na comunidade de Jamaraquá da Floresta Nacional do Tapajós, foi possível notar que dentre as principais dificuldades está o planejamento e controle das atividades; a falta de capacitação no que tange o atendimento ao público, o controle orçamentário e curso de línguas, que acaba se tornando uma das maiores dificuldades, tendo em vista que só tem um tradutor na comunidade.

Sobre o histórico da comunidade, parte da história já se perdeu, não existe nenhum documento oficial que seja voltado para o histórico da comunidade, estando as histórias apenas presente na memória dos moradores mais antigos, que muitas vezes, em virtude da idade, sofrem devaneios e não se recordam mais ou então já faleceram.

É notório que a atividade ecoturística é de fundamental importância para a renda da comunidade. Porém, por se tratar de uma atividade recente, ainda existem limitações que impedem o progresso de empreendimentos nessa área. Com base no estudo, respondendo à questão problema: “Quais as limitações que impedem a expansão dos serviços de hospedagem na comunidade de Jamaraquá, na Floresta Nacional do Tapajós? ”, podemos observar que existe a falta de apoio dos órgãos governamentais para o fomento das atividades de ecoturismo na comunidade pesquisada.

O aprimoramento das pousadas em Jamaraquá é de grande importância para a comunidade, tendo em vista que tal atividade gera renda para a localidade, sendo que o mesmo movimenta parte das atividades econômicas das comunidades. Mas vale ressaltar que a implantação desordenada de meios de hospedagem sem levar em consideração os subsídios para a preservação ambiental, apesar da existência de uma atividade de grande influência humana é possível notar o comprometimento dos moradores com a preservação ambiental e o respeito pela floresta.

As estruturas das pousadas, em sua totalidade, são de madeira, sendo uma de palafita, e as demais sob terra firme, os proprietários afirmam que tentam passar a ideia de vida na floresta, sem a luxuosidade da vida na cidade (ar-condicionado, estrutura de alvenaria, etc.), sendo isso o diferencial das pousadas, o dia a dia na floresta. As pousadas ficam no terreno da casa dos proprietários e contam com um ou dois quartos com banheiro, sem cozinha, a qual fica na casa da família e pode ser usada pelos hóspedes.

Os atrativos turísticos são os pontos-chaves, os donos das pousadas também são guias das trilhas e da comunidade, oferecendo pacotes com pernoite na pousada, pernoite na floresta, trilha, focagem, passeio de canoa, ida ao mirante, a casa do seringueiro e a culinária regional, que tentam repassar ao turista como é o dia a dia na Floresta Nacional do Tapajós.

REFERÊNCIAS

- DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. Editora Atlas, 2003. 208p.
- NEIMAN, Zysman; RABINOVICI, Andréa (orgs). **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Manole, 2010. 356p.
- EMBRATUR, Empresa Brasileira de Turismo. **Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo**. Brasília/DF, 1994.
- ESPÍNOLA, R.S.; Castro, V.M. **Ecoturismo e gestão participativa em Áreas Protegidas: o caso da Floresta Nacional do Tapajós (PA)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.5, n.2, mai/ago-2012, pp.281-296.
- FERREIRA, Luiz Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. **ECOTURISMO: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**. Brasília:MMA/SCA/PROECOTUR, 2002. 52p.
- FONTOURA, Leandro Martins; SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombanida. **Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento territorial: Um Foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR**. 2008
- IBAMA. **Plano de manejo da Floresta Nacional do Tapajós**. IBAMA, Brasília, DF, 2004.
- LIMA, M. L. C. **(Eco)turismo em unidades de conservação**. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil, possibilidades e limites**. São Paulo: Contexto, 2003.
- LOUREIRO, Leonardo Vasconcelos. **Resort e ecoturismo: Sinergia positiva ou negativa?** Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração, 2005. 132p.
- MOURÃO, Roberto. **Ecoturismo**. In.: **Manual de melhores práticas para o ecoturismo**. FUNBIO, Instituto ECOBRASIL, Programa MPE, 2004. 30p.
- RUSCHMANN, D. V. de M., WINDER, G. **Planejamento turístico**, In: **Ansarah, M.G. Turismo: como aprender, como ensinar**. Vol. 2. São Paulo: Senac, 2001.
- SANTANA, Eliane de Jesus Miranda. **Políticas Públicas de Turismo na Ilha do Marajó: turismo e apropriação da paisagem no município de Soure – Pará**. Universidade Federal do Pará. Belem, 2012. (Dissertação)
- SARMENTO, Fernanda. **Designer para sociobiodiversidade: Perspectiva para o uso sustentável da borracha na Floresta Nacional do Tapajós**. São Paulo, 2014. 231p. (Tese)

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Vol.1. São Paulo: Aleph, 2000.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. **Turismo e desenvolvimento na Amazônia brasileira: algumas considerações sobre o arquipélago do Marajó – Pará** *in*: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (organizadores). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras** – Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

WESTERN, D. **Definindo ecoturismo**. In: LINDENBERG, K; WAWKINS, D. E. (ed.). **Ecoturismo: Um guia para o planejamento e gestão**. 2ed. São Paulo: SENAC, 1999. P 15-22.

PARTE 7 - POLÍTICAS REGIONAIS E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ.

Figura: Aspecto da orla de Itaituba, Pará.



Foto: Acervo do GPDAM/UFOPA, 2019.

CAPÍTULO 13 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS A PARTIR DA RELAÇÃO CRESCIMENTO-DESIGUALDADE SOB HIPÓTESE (S) DA CURVA DE KUZNETS.

Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho⁵²

Abner Vilhena de Carvalho⁵³

Jarsen Luís Castro Guimarães⁵⁴

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento gera melhorias socioeconômicas que desencadeiam aumento nos padrões de vida e também nos níveis de bem estar da população, desse modo, uma das preocupações mais relevantes das autoridades governamentais deve ser programar ações de políticas que resultem nos referidos benefícios sociais. Um das vertentes que envolvem esse processo é o econômico que contribui para a mobilidade dos estratos da população com menores níveis e na interrupção de fenômenos como a pobreza e distribuição de renda.

Souza (1997, p. 28) salientava que o “desenvolvimento econômico era definido pelo aumento contínuo dos níveis de vida incluindo maior consumo de produtos e de serviços básicos para o conjunto da população”. Nesse sentido, estudar essa tríade se deve principalmente em verificar como essas variáveis se relacionam e geram impactos entre si, tanto positivos quanto negativos, possibilitando compreender a dinâmica social e investigação de novos rumos à seguir para mudanças no cenário do Brasil e regiões.

A íntima relação entre crescimento, desigualdade e pobreza pode ser comprovada pela própria dinâmica que o sistema econômico capitalista foi desencadeado, seguido de eficiência na produção de bens, entretanto, ocasionando males sociais e ambientais, com rápido crescimento impulsionado por empresas modernas que tendem a serem concentradoras e excludentes. Segundo Araújo (2009, p. 74), “A interação entre essas três

⁵²Bacharela em economia pela FACECON da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra em ciências da sociedade pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: carvalho.rhayza@gmail.com

⁵³Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia (FACECON) e Mestre em Desenvolvimento Econômico Regional pelo PPGE da UFPA. Doutor em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação Doutorado em Sociedade Natureza e Desenvolvimento (PPGCS) Docente no Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: abnervilhena@hotmail.com

⁵⁴ Graduação em Economia pela União das Escolas Superiores do Pará. Especialização em Educação Ambiental pela UFPA. Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorado pela UFPA-NAEA. Pós Doutor pelo Programa Sociedade Natureza e Desenvolvimento. Docente no PCEDR, no PPGCS e no PPGSND da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: jarsen@bol.com.br

variáveis dá as condições necessárias para se diagnosticar em que magnitude o aumento da renda ou a redução da desigualdade impactam a redução da pobreza”.

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento emerge como forma de minimizar desigualdades que foram acumuladas ao longo do tempo, dessa maneira, Sachs (2008, p. 13) “[...] criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre ricas modernidades e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres”.

O pensamento econômico que envolve somente a maximização do PIB, ou seja, do crescimento econômico, é redutor e não abrange aos objetivos que se referem ao processo de desenvolvimento, como a promoção de igualdade, gerando oportunidades aos que vivem em piores condições, e logo reduzindo o nível de pobreza, fenômeno que se faz presente no mundo de grandes riquezas. A presença de equidade, de modo a dispensar o tratamento desigual aos indivíduos desiguais e solidariedade tanto com a geração atual quanto para as futuras, acrescentando uma sustentabilidade tanto social quanto ambiental ao conceito, e ajudando aos indivíduos mais fracos e incluindo ações para tal (SACHS, 2008).

Algumas mudanças de padrões geram benefícios sem precisamente requererem crescimento econômico, provocando alterações que distanciam economias de desvios e a orientando na direção de atividades produtivas que podem induzir ao investimento eficiente, acumulação de qualificações, transferência de tecnologia, e até a própria infraestrutura dentro de uma localidade podem levar a mudanças de renda (JONES, 2000).

O Brasil dispõe de muitas riquezas, dentre as quais os recursos naturais se destacam, entretanto, apresenta sérios problemas sociais que fazem com que essa abundância de recursos não seja suficiente para defender a tese de uma vida digna para sua população com usufruto de bens naturais e serviços básicos essenciais para manutenção da vida, dentre as quais a distribuição tão desigual contribui para formação de um contingente significativo de pobres, comprovando que o crescimento não é suficiente para explicar alterações no quadro de pobreza, e logo, que a intensidade da pobreza brasileira se deve à concentração de renda.

Inúmeros são os adjetivos relacionados a ideia de desenvolvimento, devido sua complexidade e multidimensionalidade, esse conceito exige uma tendência de crescimento econômico, impactos sociais e ambientais positivos, constituindo um dos mais variados padrões de crescimento econômico observado ao longo do tempo. Portanto, o

crescimento, mesmo quando rápido não se converte em desenvolvimento se não amplia o nível de emprego, não reduz a pobreza e não atenua as desigualdades (SACHS, 2008).

Por conseguinte, a maioria da população que vive em situação de pobreza não usufrui do acesso a melhor educação não compreendendo na totalidade os direitos humanos (civis, cívicos e políticos) e logo, sendo impossibilitada de obter um trabalho decente, da mesma maneira um nível de saúde e moradia dignas, desse modo, essa porção é excluída do processo de desenvolvimento, que requer redistribuição de uma parcela do PIB por meio dos entes públicos, caracterizado assim, um crescimento excludente e concentrador, conseqüentemente, a inclusão justa desse segmento da sociedade é essencial para que um desenvolvimento seja denominado incluyente, baseado no trabalho decente para todos (VEIGA, 2010).

Souza (1997, p. 28) enfatiza que “Medidas destinadas a atacar diretamente a pobreza podem ser indispensáveis quando a renda for muito concentrada e as populações carentes muito numerosas. Nem sempre maior nível de renda significa, necessariamente, melhores índices de desenvolvimento”.

Existem algumas formas de mensurar essa relação tríade, principalmente a fim de investigar a contribuição e direcionamento de políticas públicas adotadas. A relação entre crescimento e redução da pobreza é medida pela elasticidade-renda ou elasticidade-crescimento, de modo, se a elasticidade é elevada, políticas públicas de combate à pobreza baseadas no crescimento econômico são mais eficientes. Caso contrário, se a elasticidade baixa, estratégias de redução da pobreza deveriam envolver uma combinação de crescimento econômico com algum tipo de redistribuição de renda (SILVA; OTTONELLI; MARIN, 2013).

Na literatura, durante muito tempo os fenômenos do crescimento e do desenvolvimento econômico foram utilizados como sinônimos, contudo, na atualidade parece ser mais compreensível que se tratam de visões distintas, porém não deixam de ser complementares na busca do processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, existem três correntes que se destacam no tocante ao entendimento do desenvolvimento. A primeira trata desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, simplificada pela necessidade de mensuração que é verificada pela evolução de indicadores como o PIB *per capita*. A segunda trata como mito ou armadilha ideológica inventada pelos países do primeiro mundo para perpetuar seu domínio sobre países periféricos. Em comum essas duas visões preferem a expressão desenvolvimento econômico do que a fórmula sintética e correta desenvolvimento, pois de modo geral,

acreditam se tratar de sinônimos. E a última visão tenta fugir dos caminhos triviais das demais, e considera o crescimento da economia como um elemento de um processo maior, devido seus efeitos não se converterem instantaneamente em benefícios (VEIGA, 2010).

No contexto das intensas discussões entre crescimento econômico e os impactos sobre os níveis de desigualdade, este trabalho visa verificar a existência da curva de Kuznets Tradicional - CKT, dessa forma foi construído um modelo econométrico com dados em painel curto com o objetivo de investigar a relação entre tais variáveis, utilizando como *proxies* o PIB dos municípios e desigualdade nos municípios da RIBA (exceto Mojuí dos Campos) com microdados do Censo Demográfico (IBGE) para todos os municípios do estado, durante o período de 2000 e 2010, usando como *proxies* o índice de Gini e o crescimento econômico: a desigualdade (variável dependente), e a renda *per capita* (variável independente), respectivamente.

A ideia é verificar se o crescimento econômico gera diminuição na desigualdade, e até desenvolvimento econômico, e que o crescimento econômico tende a aliviar problemas de desigualdade, tendo como principal finalidade responder a seguinte questão: A hipótese de Kuznets é válida para os municípios da Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA)?

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A HIPÓTESE DO “U INVERTIDO” NA TEORIA DE KUZNETS

A realidade socioeconômica do Brasil é marcada por graves problemas sociais, como altas concentrações de renda, pobreza, desigualdade entre outros impasses sociais, no qual tem sido foco de várias ações governamentais e políticas públicas com o intuito de minimizar seus efeitos maléficos sobre a qualidade de vida da população. Dessa forma, estudar o relacionamento da concentração de renda com outras variáveis como o crescimento econômico são essenciais para averiguar o comportamento e entender a dinâmica de certa localidade, bem como alcançar um melhor nível de desenvolvimento socioeconômico.

A importância desse estudo é comprovada pelos diferentes contextos, que são alvo de estudos empíricos, que buscam ao longo da literatura explicar essa relação entre desigualdade e crescimento econômico para diferentes realidades sociais.

Dessa forma, algumas ações governamentais e instrumento são extremamente relevantes para tentar minimizar problemas sociais que se revelam duradouros, como a extrema desigualdade na distribuição de renda, portanto, a corroboração da hipótese do “U” invertido para determinadas localidades pode ser considerada um fator de demarcação,

ou seja, um instrumento que proporciona um limite no direcionamento de novas políticas públicas, pois a grande heterogeneidade entre as localidades exige a necessidade de programas direcionados de modo particular a cada perfil socioeconômico, além de outras ações, como por exemplo, o abandono de políticas de cima para baixo, denominadas de *Top-Down* (LINHARES et al., 2012).

A trajetória de variáveis socioeconômicas e o comportamento entre elas podem revelar causalidades essenciais, proporcionando entendimento sobre a dinâmica de tais variáveis que afetam diretamente as condições de vida da população.

Em termos analíticos, pode-se partir de uma dada distribuição inicial (de uma economia) e da desigualdade medida naquele momento e verificar como ela evolui a partir de um processo de crescimento sustentado. Então, o ponto de partida pode ser o efeito de como essa distribuição inicial (desigualdade) influenciou o processo de crescimento, ou pode-se verificar como o crescimento impactou a distribuição e, desta forma, a desigualdade. No estágio atual de desenvolvimento da economia de quaisquer países existe sempre um efeito de feedback entre elas e, portanto, de dupla causalidade (ARRAES; DINIZ; DINIZ, 2006, p. 18).

Silva (2010) salienta que políticas sociais com maiores resultados devem estar associadas a políticas macroeconômicas, para que possibilite um crescimento econômico sustentado, geração de emprego, elevação do nível de renda proveniente do trabalho e, sobretudo, de redistribuição de renda.

Nesse sentido, o estudo realizado por Kuznets (1955) se tornou a maior referência teórica sobre a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda, no qual comparou estes fenômenos e sugeriu uma relação não linear, por meio de um estudo empírico com séries de tempo para países desenvolvidos e subdesenvolvidos, indicando que no curto prazo a desigualdade de renda tende a aumentar nos primeiros estágios de crescimento, até atingir um certo ponto, correspondendo a um determinado nível de renda *per capita*, ponto máximo, a partir do qual, ao longo do tempo ocorreria um movimento de descendente no sentido em que a economia iria se desenvolvendo, gerando uma redução na desigualdade social, portanto, a proposta era observar a questão da desigualdade de renda nos diferentes estágios de crescimento econômico (KUZNETS, 1955; SALVATO et al., 2006; LINHARES et al., 2012).

Portanto, em um estágio inicial a relação tende a ser uma curva positivamente inclinada, porém, em um dado ponto essa curva tenderia a se tornar negativa, sendo denominada na literatura como hipótese do “U” invertido ou “Curva de Kuznets”. O estudo de Kuznets foi o ponto de partida para vários trabalhos, que a partir deste, passaram a verificar padrões de crescimento, em distintas localidades e temporalidades, utilizando

diferentes metodologias, e permitindo assim, verificar a dinâmica de variáveis essenciais que compõem o processo de desenvolvimento de uma sociedade.

Essa relação configurada em U invertido foi oriunda do estudo com 5% de informações empíricas e 95% de especulação. Além disso, esse trabalho compara a estrutura de renda entre os séculos XIX e XX das sociedades consideradas desenvolvidas, tais como: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Prússia e Saxônia (Alemanha), ao comparar com outras nações, subdesenvolvidas, Kuznets percebeu a existência de uma maior desigualdade nestas últimas nações do que nas desenvolvidas, levantando o questionamento sobre a existência de um mesmo padrão para sociedades subdesenvolvidas, e ressaltando também a limitação de dados para testar a realidade observada nestes países, o qual apesar de especulativo considerou a resposta afirmativa em seu trabalho (KUZNETS, 1955).

Ao longo do processo de crescimento econômico podem surgir melhores oportunidades e benefícios, como maiores acessos aos sistemas de saúde e educação para as sociedades democráticas, bem como maiores consciências de direitos e deveres políticos. Proporcionando acréscimo na produtividade e diminuindo as desigualdades, de modo a atenuar os resultados da rápida industrialização e urbanização (KUZNETS, 1955).

A explicação para tal fato decorreria da transferência da população do setor agrícola, para o setor urbano, mais moderno e industrializado, essa troca entre setores promoveria um aumento da desigualdade, pois a produtividade *per capita* nas atividades industriais cresce mais rápido do que na agricultura, gerando uma elevação na desigualdade até que o produto *per capita* atingisse um determinado ponto, em que ocorreria uma melhor distribuição desses rendimentos e a desigualdade permaneceria estável, em seguida, ocorreria uma tendência de diminuição contínua à medida que a renda *per capita* permanecesse evoluindo. Além de argumentos como imperfeição no mercado de capitais, até a inclusão da tecnologia como determinante da desigualdade de rendimentos (SALVATO et al., 2006).

Alguns autores acreditam que o interesse em definir a relação entre desigualdade de renda e desenvolvimento econômico são fundamentados de acordo com a forma de abordagem, tais como: modelos de economia dual proposto por Kuznets, modelos *new-growth* ligados por exemplo, com a teoria de mercados de capitais imperfeitos e com a importância do investimento em capital humano, e por fim, modelos de escolha pública, no qual envolvem a interação entre o mecanismo econômico e o político (DEUTSCH; SILBER, 2000; SALVATO et al., 2006). Segundo Arraes; Diniz e Diniz (2006) salientavam-se que:

A ideia básica era que a distribuição de renda tem que ser pensada como uma combinação da distribuição de renda da população rural e urbana, onde esta última, apesar de deter uma renda média mais alta, apresenta maior concentração do que a primeira. Além do mais, quando a renda cresce o diferencial de renda *per capita* entre as áreas rural e urbana persistiria, ou mesmo alargaria, uma vez que o crescimento da produtividade na área urbana seria maior que na área rural” (ARRAES; DINIZ; DINIZ, 2006, p. 527).

Deutsch e Silber (2000) acreditam que o interesse pelas pesquisas entre a ligação da desigualdade de renda e desenvolvimento econômico se justifiquem por três fatores como: o surgimento das teorias *new-growth*, a disponibilidade de dados mais sofisticados e a aplicação da teoria da escolha pública em novas áreas.

A partir deste estudo surgiram vários outros tanto em nível nacional como internacional e distintos padrões, com objetivo de relacionar o crescimento econômico e desigualdade de renda com diferentes *proxies* em várias localidades e temporalidades com o uso de diversas abordagens econométricas. Ressalta-se que nacionalmente os principais estudos que testam empiricamente a hipótese da curva de Kuznets utilizam dados de *cross-section*, sendo considerada uma metodologia tradicional ao tema, além dos dados serem baseados no censo do país (LINHARES et al., 2012).

Apesar de existir discordância quanto a limitação do modelo econométrico para dados em *cross-section*, pois alguns autores acreditam que tal forma desconsideraria as diferenças históricas particulares de cada município nas trajetórias de evolução da renda e da desigualdade, tendenciado assim, a obtenção de resultados errôneos para a curva estimada do U invertido ou normal (SALVATO et al., 2006).

Dentre os trabalhos efetuados para o Brasil, que buscaram evidências para a validação, ou não, da hipótese de Kuznets destacam-se:

Salvato et al. (2006) analisaram a relação entre desigualdade de renda e desenvolvimento econômico para os municípios de Minas Gerais nos anos 1991/2000, Como *proxies* de desenvolvimento e desigualdade foram utilizados, respectivamente, a renda municipal *per capita* mensal e os índices de Theil – L e Gini, por meio de metodologias de *cross-section* e dados em painel, da desigualdade em função da renda municipal *per capita*, em forma quadrática. Dessa forma, os resultados mostraram que no ano de 1991 existem evidências da relação proposta por Kuznets de “U invertido” nos modelos em *cross-section* para ambos indicadores, sendo contrários aos obtidos para o ano de 2000, em que seguem o padrão de um U-normal. Já para os dados em painel, foram encontrados o padrão do U-invertido para os municípios no período 1991/2000, tanto para o Índice L de Theil quanto para o Índice de Gini.

Santos et al. (2011) por exemplo, investigaram se a curva de Kuznets ou hipótese do “U-invertido” se aplica para o Brasil, no período de 1976-2007, utilizando com *proxies* de desigualdade e crescimento econômico: índices de Gini e de Theil - T, e renda domiciliar *per capita* média respectivamente, e uma modelagem em séries temporais na forma quadrática e auto regressivo de primeira ordem, que de modo geral, evidência a existência de uma curva de Kuznets com U invertido, tanto para estimações com o Índice de Gini como para o L de Theil.

Outra validação foi encontrada em Santos, Cunha e Gadelha (2017) buscaram verificar se a relação entre desenvolvimento econômico e distribuição de renda em 26 estados brasileiros no período de 1992-2010 segue o formato da curva de Kuznets, corroborando para tal hipótese, por meio de dados em painel, em duas formas: estático e dinâmico, além da forma funcional da renda *per capita* linear, quadrática e Log-Log. Um dos resultados encontrados no estudo mostra que os dados em painel estático confirmaram a hipótese de Kuznets, de modo que apesar da grande diferença entre os estados, em um primeiro momento o nível de atividade econômica afeta positivamente a desigualdade e, posteriormente, a partir de um estágio de maior renda *per capita*, a atividade econômica passa a afetar negativamente a desigualdade.

Barbosa et al. (2017) também analisaram empiricamente a relação de U invertido de Kuznets, utilizando dados em painel, censitários de 1991, 2000 e 2010 para o Brasil em nível municipal, porém, foram analisados os estados, e forma funcional quadrática e cúbica com modelo Log-Log, utilizando como *proxies* renda domiciliar *per capita*, o índice de Gini, além da inclusão de variáveis como: população urbana e a população rural além da expectativa de anos de estudo. Um dos principais resultados é a existência da curva de Kuznets em formato de U invertido, considerando somente o termo quadrático, no qual ocorreu um aumento na desigualdade da distribuição de renda até os anos 2000, começando a declinar no final da década, mas especificamente, em 2010.

Contudo, resultados contrários à comprovação da hipótese do U-invertido de Kuznets foram encontrados nos trabalhos de Taques e Mazzutti (2009) em que as evidências da relação entre desigualdade de renda e crescimento econômico, através das *proxies* de renda *per capita* e os índices de Theil – L e Gini para os Estados do Brasil no período entre 1995 e 2005, em sua forma funcional quadrática e no modelo em Log-log e semi-log. Portanto, de uma forma geral não foi confirmada a hipótese de Kuznets, existindo um padrão de U normal estatisticamente significativa na maioria dos modelos que consideram o índice de Gini, enquanto que para o índice L de Theil os resultados da

maioria dos modelos apresentaram o padrão de U invertido, porém, nestes casos os coeficientes não são estatisticamente significantes.

Da mesma forma, outro trabalho de Taques (2010) que testou a hipótese de Kuznets para unidades federativas brasileiras no período entre 1995 e 2008, obtendo os mesmos resultados do estudo anterior por meio dos mesmos procedimentos econométricos com mesmas *proxies*, com pouco suporte para corroboração da hipótese.

Linhares et al. (2012) investigaram a hipótese de Kuznets para 21 estados do Brasil, com dados em painel, no período de 1986 a 2005, utilizando as *proxies*: índice de Gini, renda *per capita*, além de incluírem outras como: razão entre a soma das exportações com importações em relação ao PIB, o consumo de energia elétrica industrial e um referente a média de anos de estudo dos estados, por meio de uma forma quadrática e outra cúbica para renda *per capita*. Os resultados mostram a existência de três regimes de nível de renda *per capita*, o primeiro com renda *per capita* inferior a R\$ 258,48 mensais, um segundo com valores iguais ou maiores do que R\$ 258,48 e menores do que R\$ 395,62 mensais, considerado intermediário, e por fim, o terceiro com valores superiores a R\$ 395,62 mensais, maiores classes, sendo possível observar a relação de U invertido de Kuznets em dois destes regimes, o segundo e terceiro, em que o nível de renda *per capita* é igual ou superior a R\$ 258,48.

Tabosa, Filho e Gomide (2016) averiguaram a existência da hipótese da curva de Kuznets para o Brasil no período de 1981 a 2009, com dados em painel, utilizando como *proxies* de crescimento econômico e desigualdade de renda as respectivas: renda domiciliar *per capita* média e os indicadores de Gini e Theil, por meio das formas funcionais linear, quadrática e uma forma cúbica modificada para a renda. De forma geral, os resultados mostraram a falta de evidências empíricas para a confirmação da hipótese de Kuznets.

O estudo de List e Gallet (1999) foi além das especificações tradicionais, e utilizou análises econométricas mais sofisticada, como um polinômio de terceiro grau para a renda *per capita*, acrescentando uma variável de tendência, com intuito de examinar os acontecimentos posteriores a curva de Kuznets, além de verificar um possível retorno no aumento da desigualdade. Os resultados obtidos sugeriram que a partir de um determinado nível de renda *per capita*, a desigualdade volta a subir.

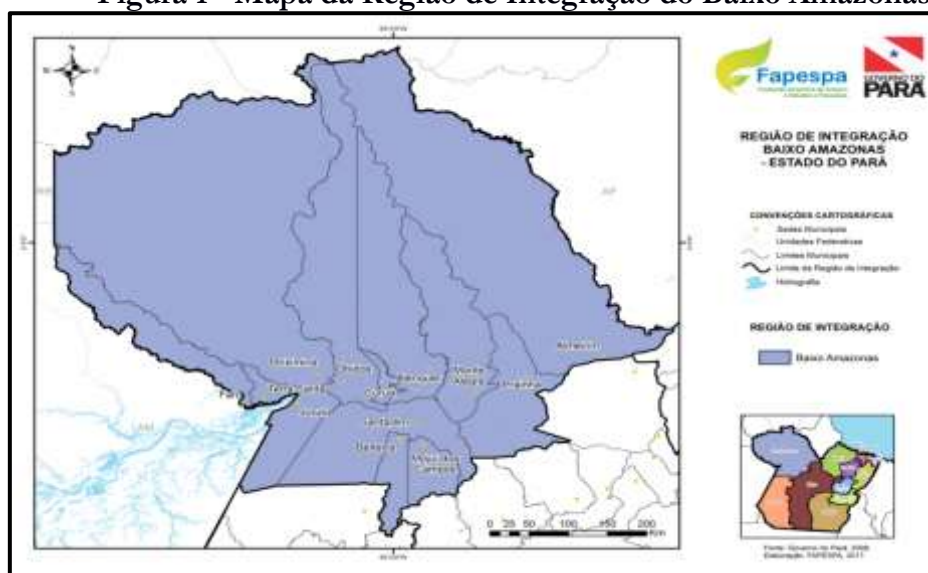
Ressalta-se que a maior parte das pesquisas desenvolvidas sobre a relação entre o nível de crescimento econômico e a desigualdade de renda é para estimar a relação empírica entre essas duas variáveis, buscando verificar a hipótese do U invertido, sem preocupação direta do efeito de causa entre o desenvolvimento e desigualdade ou reciprocamente, dessa

forma, não existe um modelo teórico que sugira algum conjunto de regressores que devam ser incluídos no modelo econométrico (TAQUES, 2010).

ÁREA DE ABRANGÊNCIA, BASE DE DADOS (PERIODICIDADE) E DESCRIÇÕES DAS VARIÁVEIS (*PROXY*)

A hipótese da curva de Kuznets, testada para a Região de Integração do Baixo Amazonas, composto por treze municípios, que são: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa, como mostra a Figura 1:

Figura 1 - Mapa da Região de Integração do Baixo Amazonas



Fonte: FAPESPA (2017) disponível em http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2017/mapas/01_territorio/regiao_de_integracao_baixo_amazonas.png acesso em 05/09/2019.

Vale ressaltar que o município de Mojuí dos Campos foi integrado à Região de Integração do Baixo Amazonas no ano de 2012, e por isto não foi incorporado nas análises do estudo.

Partindo do desenvolvimento de um modelo de regressão polinomial de terceiro grau, considerando o PIB *per capita* (variável explicativa) e o índice de Gini (variável a ser explicada) como *proxies* do crescimento econômico e desigualdade de renda, respectivamente, para diferentes períodos, visando à observação da influência dos diversos contextos sobre as variáveis consideradas.

As variáveis utilizadas foram: renda domiciliar *per capita* e índice de Gini, encontrados no Atlas de Desenvolvimento Humano (2003) – PNUD, elaborado pela Fundação João

Pinheiro e referente aos municípios da RIBA, nos microdados do Censo Demográfico nos anos de 1991, 2000 e 2010 (recorte de três períodos de 10 anos).

O MODELO DE REGRESSÃO LINEAR POLINOMIAL, AS FORMAS FUNCIONAIS, OS TERMOS QUADRÁTICO/CÚBICO DO CRESCIMENTO E OS POSSÍVEIS RESULTADOS DAS CURVAS DE KUZNETS.

Considerando que o Kuznets (1955) buscou analisar e compreender o comportamento da desigualdade ao longo das diferentes fases do crescimento econômico, postulada na existência de uma relação linear entre crescimento econômico e desigualdade de renda na forma de “U invertido” (senda esta a principal hipótese do ensaio), indicando que na dinâmica da desigualdade ao longo do tempo esta se eleva (na fase inicial do crescimento econômico), posteriormente se estabiliza e, posteriormente se reduz à medida que a economia continua a crescer.

A explicação da curva de Kuznets na qual trata da relação entre os fenômenos do crescimento econômico e desigualdade de renda em um formato de U invertido, propondo uma relação positiva nos estágios iniciais até atingir um ponto máximo e a partir deste, a tendência para uma relação negativa, além de ser verificadas outras especificações na literatura como o polinômio de terceiro grau que descreve os acontecimentos posteriores à curva de Kuznets, descrevendo a possibilidade de uma mudança de tendência após o formato sugerido por Kuznets (1955).

A proposta desenvolvida por Kuznets (1955) inspirou muitos pesquisadores em estudar as relações associativas entre o nível de crescimento econômico, desigualdade de renda e outras variáveis, sob a hipótese da forma de “U invertido” das CKT e outras curvas. Contudo, conforme afirma Ahluwalia (1976 *apud* Tabosa, Filho, Gomide, 2016, p. 249) “tais relações são mais bem descritas como ‘fatos estilizados’, que podem ser observados, mas, no entanto, necessitam de formulações teóricas para explicá-las”.

Retomando os principais resultados da revisão, conforme apresentado em seções anteriores, parece longe de se avistar um consenso no campo das discussões teóricas quanto nas evidências empíricas, sobre a existência de uma padronização da relação entre crescimento e desigualdade. Isto, respaldado, sobretudo, no fato dos estudos se basearem em amostras, variáveis e metodologias diferentes, o que levou os resultados encontrados dificilmente convergirem para uma conclusão definitivamente comum (TABOSA, FILHO, GOMIDE, 2016).

Além disso, diversas abordagens econométricas foram empregadas com o fim de se testar a hipótese do “U invertido”, e percebe-se que, de forma geral, não há um modelo teórico estabelecido que sugira um conjunto de regressores que devam ser incluídos na estimação do modelo. Entretanto, averiguou-se entre os estudos que a forma funcional mais usual é o polinômio de 2º grau, muito embora estudos atuais já se utilizem da forma polinomial de 3º grau.

Os modelos polinomiais, representados graficamente por uma curva na forma de “U” – parábola, mostra que a relação entre X e Y não é linear. Dito de outra maneira, este tipo de modelo captaria, primeiro, a queda e, depois o aumento nos pontos de dispersão das variáveis relacionadas (GUJARATI, 2006; GUJARATI; PORTER, 2011). Matematicamente, a parábola é representada pela equação (1), conhecida como *função quadrática* ou, de modo mais geral, *polinômio de segundo grau* na variável X (GUJARATI, 2006; GUJARATI; PORTER, 2011). A versão estocástica, daquele polinômio de segundo grau, denominada *regressão polinomial de segundo grau*, pode ser representada sob a forma equação (2):

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X + \beta_2 X^2 \quad (1)$$

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 X_{it} + \beta_2 X_{it}^2 + u_t \quad (2)$$

Na equação polinomial, Gujarati (2006, p. 182) “o expoente mais alto de X representa o grau do polinômio”. Se acrescentássemos, por exemplo, X^3 à função descrita na equação (1), teríamos um polinômio de terceiro grau e, X_{it}^3 à função descrita na equação (2), teríamos dessa maneira, uma regressão polinomial de terceiro grau. Deste modo, a forma geral da *regressão polinomial de k -ésimo grau*, conforme Gujarati (2006, p. 182) pode ser escrita como:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 X_{it} + \beta_2 X_{it}^2 + \dots + \beta_k X_{it}^k + u_t \quad (3)$$

Destaca-se que, nos diversos tipos de regressão polinomial só há uma variável explanatório do lado direito, mas ela aparece elevada a várias potências, o que, necessariamente o torna um modelo de regressão múltipla. Nesse contexto, ressalta-se também, que não podemos esquecer que termos como X_2 , X_3 , X_4 e etc. são todos eles funções não lineares de X e, portanto, rigorosamente não desrespeitam a premissa da ausência da multicolinearidade. Ou seja, já que o polinômio de *k -ésimo grau* é linear nos parâmetros, os β dos modelos de regressão polinomial podem ser estimados pelo método

de mínimos quadrados ordinários (MMQO) ou de método da máxima verossimilhança (MMV) (GUJARATI, 2006). A especificação geral do modelo a ser estimado é:

$$Y_{it} = \beta_0 + \beta_1 X_{it} + \beta_2 X_{it}^2 + \beta_3 X_{it}^3 + u_t, \quad (4)$$

Onde:

Y : representa o indicador de desigualdade – Índice de Gini;

$\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3$: são os parâmetros dos X 's no modelos (vetores $k \times 1$, com $i = 1, 2, 3$).

X, X^2, X^3 : representa o PIB *per capita* nas formas linear, quadrática e cúbica, respectivamente.

u : é o termo do erro (resíduos) do modelo.

O gini (que mede a desigualdade de renda) é a variável de interesse, Y , e a renda média domiciliar *per capita* (nas formas linear, quadrática e cúbica), X 's, as explicativas. No quadro (1), está a descrição das variáveis e suas *proxies* utilizados na estimação do modelo.

Quadro 1: Descrição das Variáveis (*proxies*) utilizados nos Modelos da Kuznets

	Variável (<i>proxy</i>)	Descrição	Unidade	Sinal esperado	Fonte
Variável Dependente	Desigualdade de Renda	Índice de Gini	Intervalo de 0 à 1	–	Censo IBGE
Variáveis Explicativas (X)	Crescimento (PIB pc)	PIB <i>per capita</i> Municipal	R\$ de 1991/2000/2010	Positivo	Censo IBGE
	Crescimento (PIB pc^2)	PIB <i>per capita</i> Municipal ao quadrado	R\$ de 1991/2000/2010 ao quadrado	Negativo	Calculada a partir de X
	Crescimento (PIB pc^3)	PIB <i>per capita</i> Municipal ao cubo	R\$ de 1991/2000/2010 ao cubo	Positivo	Calculada a partir de X

Fonte: Oliveira et al. (2011) – Adaptado pelos autores.

Baseada na função estimada ressalta-se que os coeficientes β_i da equação acima determina a relação entre as variáveis (*proxies*), o crescimento econômico (renda *per capita*), a qual pode apresentar vários possíveis resultados, dependendo do desempenho de cada economia (DE BRUYN; VAN DEN BERGH; OPSCHOOR, 1998). Tais resultados estão descritos no quadro a seguir:

Quadro 2 – Resultados da Função Estimada na Regressão da CKT

$\beta_1 = \beta_2 = \beta_3 = 0$	Nenhuma relação existente entre renda <i>per capita</i> e desigualdade de renda.
$\beta_1 > 0$ e $\beta_2 = \beta_3 = 0$	A relação entre renda <i>per capita</i> e desigualdade de renda é monotonicamente positiva e linear, onde um aumento da primeira leva a um aumento constante da segunda.
$\beta_1 < 0$ e $\beta_2 = \beta_3 = 0$	A relação entre renda <i>per capita</i> e desigualdade de renda é monotonicamente negativa e linear.
$\beta_1 > 0$ e $\beta_2 < 0$ e $\beta_3 = 0$	A relação entre renda <i>per capita</i> e desigualdade de renda pode ser representada pela

0	CKT – função quadrática com concavidade para baixo (na forma de “U invertido”).
$\beta_1 < 0$ e $\beta_2 > 0$ e $\beta_3 = 0$	Oposição ao formato de “U invertido”. A relação entre renda <i>per capita</i> e desigualdade de renda traduz-se através de uma função quadrática com concavidade para cima, não podendo ser representada pela CKT.
$\beta_1 > 0$ e $\beta_2 < 0$ e $\beta_3 > 0$	A relação entre renda <i>per capita</i> e desigualdade de renda passa a assumir uma relação na forma de “N”, revelada numa função polinomial cúbica. Nesse caso, a CKT representaria apenas um estágio daquela relação, anterior ao ‘recasamento’ a partir do segundo ponto de inflexão da curva.
$\beta_1 < 0$ e $\beta_2 > 0$ e $\beta_3 < 0$	Oposição ao formato de “N”. Revelada numa função polinomial cúbica de formato “N invertido”.

Fonte: CARVALHO (2008, p. 58); CIRIACI e PALMA, 2009, p. 11); DINDA (2004, p. 440-441); LUCENA (2005, p. 49); – Adaptado pelos Autores.

De forma geral, na aplicação da curva de Kuznets, respectivamente a desigualdade, a especificação tradicional do modelo inclui a variável renda *per capita* e seu termo quadrático (BARBIER; BURGESS, 2002; SALVATO et al., 2006; TAQUES; MAZZUTI, 2009; SANTOS; CUNHA; GADELHA, 2017), alguns trabalhos também incluíram a forma cúbica na análise (TABOSA; FILHO; GOMIDE, 2016; BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000; LINHARES et al., 2012; RODRIGUES, 2014). Cabe enfatizar que, a partir de uma função cúbica Tribble (1996) descreveu um outro formato da curva de Kuznets descrito como “S”.

A diferenciação nas formas funcionais do PIB *per capita* se dá de acordo com o intuito do tipo de curva – quadrática ou cúbica, a ser testada no modelo.

O PIB *per capita* ao quadrado é incluído para testar a hipótese da EKC de que o desmatamento cresce a taxas decrescentes para níveis mais baixos de renda, e a partir de determinado ponto, a elevação do nível de renda reduz o desmatamento. O termo cúbico do PIB *per capita* é incluído para testar se essa relação segue uma forma de “N”, ou seja, após a redução, o desmatamento volta a aumentar com o nível de renda (OLIVEIRA et al., 2011, p. 718-719).

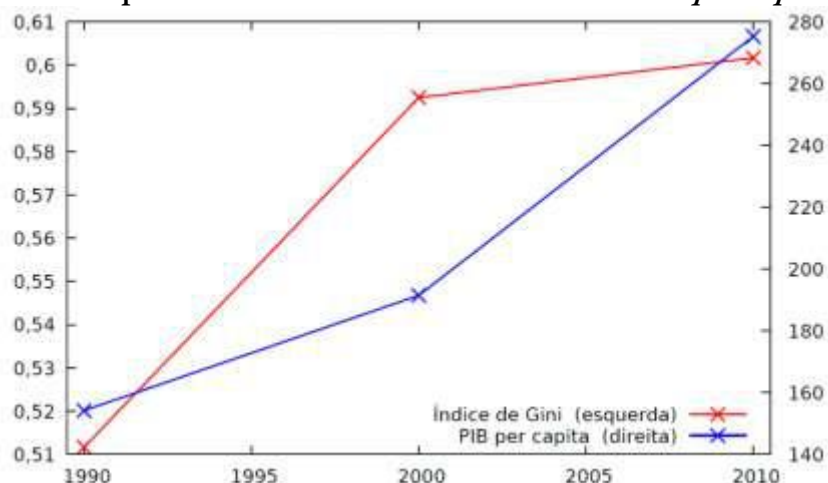
Dependendo dos sinais dos coeficientes estimados na equação da regressão, a função estimada assume formatos distintos, ilustrando tipos diferentes das curvas que denotam a relação entre crescimento econômico (renda *per capita*) e desigualdade de renda (índice de Gini) (DE BRUYN; VAN DEN BERGH; OPSCHOOR, 1998).

EVOLUÇÃO, CORRELAÇÃO, RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS MODELOS EMPÍRICOS.

O comportamento do indicador de desigualdade (índice de Gini) e do crescimento econômico (PIB *per capita*) para os municípios da RIBA mostrou-se ascendente ao longo de todo o período analisado, 2000-2010. De acordo com o gráfico de dispersão mostrado abaixo, nota-se, de forma geral, que houve um aumento maior (reta mais inclinada) no

índice de Gini comparativamente ao PIB *per capita* dos anos de 1990 até 2000. A partir de então, o PIB *per capita* aumentou rigorosamente (reta mais inclinada) até o período de 2010, apresentando uma tendência de crescimento maior entre o intervalo 2000-2010, enquanto que o Gini apesar de crescente no período respectivo, apresenta menor tendência de crescimento (inclinação).

Figura 2. Dispersão das Variáveis Índice de Gini e PIB *per capita* em Painel



Fonte: Elaboração dos autores com uso do Gretl.

A medida que mostra o grau de relacionamento entre duas variáveis é chamada de coeficiente de correlação, também conhecida como medida de associação, de interdependência, de intercorrelação ou de relação entre as variáveis (LIRA, 2004). Nesse sentido, a correlação entre as *proxies* índice de Gini e renda *per capita*, apresentaram um valor de 0,65942743, com hipótese nula de não correlação: $t(34) = 5,11473$, com p-valor bicaudal 0,0000.

O modelo estimado analisa a hipótese de uma curva de Kuznets em forma de “U invertido” “N”, utilizando as variáveis renda *per capita*, e seus termos ao quadrado e cúbico foram considerados. A partir dos resultados dos coeficientes atrelados a renda *per capita* verificou-se que todos apresentaram os sinais esperados e mostraram-se estatisticamente significantes, podendo aceitar a hipótese de uma curva com formato de “N” para a Região de Integração do Baixo Amazonas, conforme equação estimada descrita a seguir:

$$\ln Gini = 0,250418 + 0,00342295 \ln Rendapc_{it} - 1,11950e - 05 \ln Rendapc_{it}^2 + 1,22821e - 08 \ln Rendapc_{it}^3 + \epsilon_{it} \quad (5)$$

Os resultados da estimação do modelo de regressão que relaciona crescimento econômico com desigualdade de renda (equação 5) estão dispostos na Tabela 1:

Tabela 1 - Resultados do Modelo (MMQO)⁵⁵ e testes de significância das variáveis

Parâmetros	<i>Constante</i>	<i>Renda per capita</i>	<i>Renda per capita2</i>	<i>Renda per capita3</i>
Coefficientes	0,250418	0,00342295	-1,11950e-05	1,22821e-08
(Erro Padrão)	(0,105977)	(0,00141311)	(5,60611e-06)	(6,61853e-09)
Razão-t	2,363	2,422	-1,997	1,856
p-valor	0,0244 **	0,0213 **	0,0544 *	0,0727 *

Fonte: Resultados do Gretl com base nos dados dos Censos Censitários.

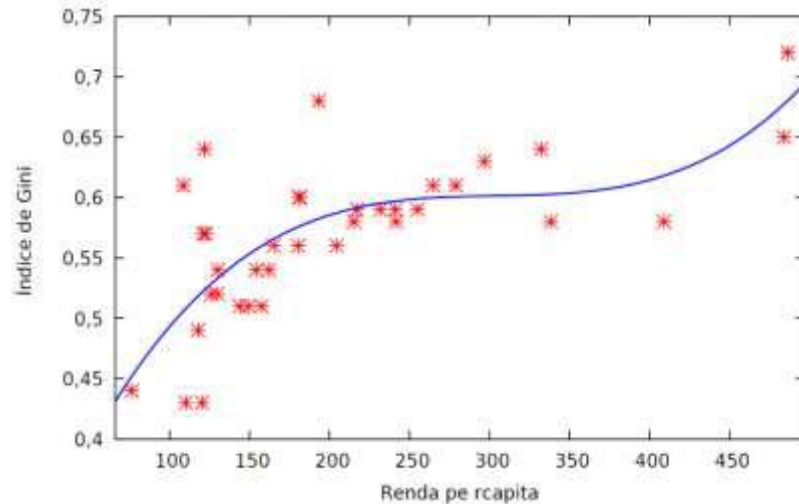
Coefficientes das variáveis explicativas significantes à *0,10p; **0,05p e ***0,01p.

No modelo todos os coeficientes dos termos ligados à renda apresentaram o sinal para uma curva de Kuznets com a forma de “N”, onde os coeficientes estimados mostraram-se estatisticamente significante ao nível de 5% e 10% para as variáveis que representam a renda e suas relações linear, quadrática e cúbica respectivamente com a desigualdade. Dessa forma, em caráter generalizado, a renda estaria atrelada ao processo de desigualdade na Região de Integração do Baixo Amazonas, de acordo com a hipótese da curva em formato de “N”, ou seja, em estágios mais avançados de renda *per capita*, a desigualdade de renda voltaria a aumentar em função do crescimento econômico, ou seja a redução da desigualdade não se mantém, de acordo com a evidência empírica encontrada no trabalho pioneiro de List e Gallet (1999) sobre este formato da curva de Kuznets.

De acordo com o modelo em sua forma polinomial cúbica, a Curva de Kuznets está disposta na Figura 2.

⁵⁵ Para aplicação adequada do modelo de dados em painel, utilizou-se, como diagnóstico, os testes de Chow, Hausman e Breusch-Pagan. Os resultados indicaram que não há evidências para se rejeitar a hipótese nula em nenhuma delas, chegando a uma predominância pela escolha do modelo *pooled*, pois no teste Chow a decisão da escolha é pelo *pooled*. O teste Hausman indicou que o efeito aleatório é preferível ao de efeito fixo. E, o teste de Breusch Pagan selecionou o modelo *pooled* ao de efeito aleatório.

Figura 2. Dispersão das Variáveis em Painel – Estimação da CKT



Fonte: Elaboração dos autores com uso do Gretl.

A figura acima, demonstra que a relação entre o PIB *per capita* e o índice de desigualdade de renda (Gini) assumiu uma relação no formato parecido à forma de “N”, revelada pela função polinomial cúbica da curva de Kuznets.

Logo, os resultados do modelo acima evidenciaram uma possível junção (casamento) de duas curvas de formatos “U” e “U invertido” (apesar de não constar explicitamente, a estimação da regressão sob a forma quadrática, teve seus parâmetros significativos ao nível de 1%) podendo, dessa forma, caracterizar dois estágios diferentes de progresso macroeconômico vivenciado na região, com impactos distintos sobre o nível de desigualdade de renda no período analisado, sendo estes:

- i) crescente-decrescente, no primeiro estágio e;
- ii) decrescente-crescente, no segundo estágio.

Isto, levando em consideração os sinais dos parâmetros da equação (5) estimada a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda.

A possível existência da relação cúbica não necessariamente inválida a proposta de Kuznets. Como argumentado no referencial teórico da hipótese de Kuznets do U invertido, em uma economia com diversos setores, é possível que a relação crescimento-desigualdade se reverta em função do surgimento de um setor mais novo e atrativo, de forma a elevar a desigualdade novamente (TABOSA; FILHO; GOMIDE, 2016).

Dessa maneira, o surgimento dos setores de alta tecnologia, intensivos em capital humano especializado, a expansão do setor de serviços e o enfraquecimento do Estado, poderiam ser responsáveis pela finalização da fase decrescente e o início de uma nova fase de crescimento na desigualdade, sobretudo em países industrializados. Todavia, no período analisado na RIBA, a possível insipiente evidência da hipótese do U invertido da curva de

Kuznets se fez presente no primeiro estágio do progresso econômico da região, corroborando com a assertiva de Tabosa, Filho e Gomide (2016).

Além da estimação da Curva de Kuznets, também foram realizados os testes de violação dos pressupostos básicos do modelo da regressão: normalidade dos resíduos, não linearidade (quadrados e logaritmo), especificidade – pelo critério Ramsey/Reset (quadrado), heterocedasticidade – pelo critério de White e autocorrelação – pelo critério de Durbin-Watson.

Os resultados calculados no modelo, para aqueles testes, estão descritos na Tabela abaixo:

Tabela 7- Resultados dos Testes de Violação dos Pressupostos do MMQO

TESTE	p-valor
Especificidade de Ramsey/Reset	0,438358
Não-Linearidade (quadrados)	0,469504
Não-Linearidade (Logaritmo)	0,769033
Normalidade dos resíduos	0,120518
Heteroscedasticidade de White	0,307273
Autocorrelação - Durbin-Watson	0,760263

Fonte: Resultados do Modelo com base nos dados Secundários

No geral, os resultados calculados para os testes revelam que as especificações utilizadas são adequadas, podendo tecer inferências, a partir da obtenção das estimativas de β , relativas aos verdadeiros valores dos parâmetros populacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a possível relação do crescimento econômico e desigualdade para a Região de Integração do Baixo Amazonas por meio de investigação da(s) hipótese(s) curva de Kuznets. A grande contribuição deste trabalho para a literatura foi testar a validade da Curva de Kuznets em recorte municipal (*dados cross sections*) associada a uma escala temporal no intervalo decenal de trinta anos (*serial temp*).

Dessa forma, no modelo estimado todos os coeficientes dos termos ligados à renda *per capita* apresentaram o sinal para uma curva com a forma de “N”, onde os coeficientes estimados mostraram-se estatisticamente significante ao nível de 5% e 10% para as variáveis que representam a renda e suas relações linear, quadrática e cúbica respectivamente com a desigualdade de renda, evidenciando, em caráter generalizado, que a renda estaria atrelada ao processo de desigualdade na Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA), em dois momentos antagônicos da relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda.

Os resultados do modelo, de forma atenuada, evidenciaram uma possível junção (casamento) de duas curvas de formatos “*U invertido*” e “*U*”, caracterizando, de fato dois estágios (momentos) diferentes de progresso macroeconômico vivenciado na região, com impactos distintos sobre o nível de desigualdade de renda no período analisado, apresentando-se de forma crescente-decrescente e decrescente-crescente no primeiro e segundo estágio, respectivamente.

Enfatiza-se que a possível existência da relação cúbica não necessariamente invalidou a proposta de Kuznets, pois baseado no referencial teórico da hipótese de Kuznets do *U invertido*, em uma economia com diversos setores, é possível que a relação crescimento-desigualdade se reverta em função do surgimento de um setor mais novo e atrativo, de forma a elevar a desigualdade novamente.

Por fim, na Região de Integração do Baixo Amazonas no período analisado (1990-2000-2010) há evidência da hipótese do *U invertido* da curva de Kuznets presente no primeiro estágio do progresso econômico na região, corroborando o pressuposto teórico de Kuznets, com base nos estudos pioneiro de List e Gallet (1999), atualmente constatado no estudo de Tabosa, Filho e Gomide (2016), muito embora, em níveis agregados, a influência da evolução crescente da renda *per capita* possa ser interpretado, também, como apaziguador na evolução crescente da desigualdade de renda, atuando assim, o crescimento econômico como pacificador momentâneo junto à desigualdade de renda na RIBA.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jair Andrade de. **Pobreza Desigualdade e Crescimento Econômico: Três Ensaio em Modelos em Painel Dinâmico**. 2009, 101 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.
- ARRAES, Ronaldo Albuquerque; DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Márcia Jucá Teixeira. Curva ambiental de Kuznets e desenvolvimento econômico sustentável. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 03, p. 525-547, jul./set. 2006.
- BARBIER, Edward B; BURGESS, Joanne C., The Economics of Tropical Deforestation. **Journal of Economic Surveys**, v. 15, n. 3, p. 413-432. 2002.
- BARBOSA, William; OLIVEIRA, Edivo de Almeida; SILVA, João Victor Souza da; FREITAS, Clailton Ataídes de. Uma análise da curva de Kuznets para os municípios brasileiros (1991, 2000, 2010). **Economia & Região, Londrina**, Paraná, v. 5, n.1, p. 65-83, jan./jun. 2017.

- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15 n. 42, fev. 2000.
- CARVALHO, Terciane Sabadini. **A Hipótese da Curva de Kuznets Ambiental Global e o Protocolo de Quioto**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia e Administração, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2008.
- CIRIACI, Daria; PALMA, Daniela. **Geography, enviromental efficiency and economic growth: how to uncover localized externalities through spatial econometric modeling**.
- SEA, III World Conference, Barcelona, 2009. Disponível em: <<http://www.ub.edu/sea2009.com/Papers/113.pdf>>. Acesso em: 14 ago 2018.
- DE BRUYN, Sander M.; VAN DEN BERGH, Jeroen C. J. M.; OPSCHOOR, J. B. Economic growth and emissions: reconsidering the empirical basis of environmental Kuznets curves. **Ecological Economics**, v. 25, p. 161-175, 1998.
- DEUTSCH, Joseph ; SILBER, Jacques. The kuznets curve and the impact of various income sources on the link between inequality and development. **Working Paper Bar-Ilan University**, Israel, 2000.
- DINDA, Soumyananda. Environmental Kuznets Curve Hypothesis: A Survey. **Ecological Economics**. *Ecological Economics*. v. 49, p. 431 -455, 2004. Disponível em:<<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0921800904001570>>. Acesso em: 17 Ago 2018.
- GUJARATI; Damodar N. **Econometria Básica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier- Campus, 2006.
- GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn, C. **Econometria Básica**. 5 ed. Porto Alegre: RS, 2011.
- JONES, Charles. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Tradução de Maria Jose Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 45, n.1, 1955. p. 1-28.
- LINHARES, Fabrício; FERREIRA, Roberto Tatiwa; IRFFI, Guilherme Diniz; MACEDO, Cecília Maria Bortolass. A hipótese de Kuznets e mudanças na relação entre desigualdade e crescimento de renda no Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 403-432, dez. 2012.

LIST, John. A.; GALLET, Craig A. The Kuznets curve: what happens after the inverted-U. **Review of Development Economics**, v. 3, n. 2, p. 200-206, fev/1999.

LUCENA, André Forssard Pereira de. **Estimativa de uma Curva de Kuznets Ambiental**

aplicada ao uso de energia e suas implicações para as emissões de carbono no Brasil. Dissertação (Mestrado em Planejamento Energético) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Rejane Corrêa de; ALMEIDA, Eduardo; FREGUGLIA, Ricardo da Silva; BARRETO, Ricardo Candéa Sá. Desmatamento e Crescimento Econômico no Brasil: uma análise da Curva de Kuznets Ambiental para a Amazônia Legal. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**. Piracicaba - SP, v. 49, n.3, p. 709-740, jul/set, 2011.

RODRIGUES, Rosiane Tápias. **RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE E RENDA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: o que mudou na década 2000-2010?**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Espírito Santo, 2014.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: Includente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALVATO, Márcio Antônio; ALVARENGA, Patrícia Silva; FRANÇA, Cristina Soares; JUNIOR, Ari Francisco de Araujo. Crescimento e desigualdade: evidências da Curva de Kuznets para os municípios de Minas Gerais – 1991/2000. **Working Paper** n. 33 Ibmecc, Minas Gerais, 2006.

SANTOS, Wesley Oliveira; MOURA, Fábio Rodrigues de; SILVA, Anderson Renê Santos; MATOS, Danilo Lima; FARIAS, Tácito Augusto. A teoria do U invertido: um teste da hipótese de Kuznets para a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil (1976-2007). **Revista de Economia**, Paraná, v. 37, n. 2, p. 7-28, maio/ago. 2011.

SANTOS, Moisés Pais dos; CUNHA, Marina Silva da; GADELHA, Sérgio Ricardo de Brito. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico: análise da hipótese de Kuznets para os estados brasileiros no período 1992-2010. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 11, n. 2, p. 251-271, 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 13 n. 2 p. 155-163 jul./dez. 2010.

- SILVA, Jorge Luiz Mariano da; OTTONELLI, Janaina; MARIN, Solange Regina. Elasticidade da pobreza nos domicílios nordestinos: O impacto da renda e desigualdade da renda (2001 a 2009). **Economia e Desenvolvimento**, Recife (PE), v. 12, n. 2, 2013.
- SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 3 Edição. São Paulo: Atlas, 1997.
- TABOSA, Francisco Jose Silva; FILHO, Jair do Amaral; GOMIDE, Uyara Gomes; **Revista do Desenvolvimento Regional (REDES)**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 02, p. 245 - 266, mai./ago. 2016.
- TAQUES, Fernando Henrique; MAZZUTTI, Caio Cícero de Toledo Piza da Costa. **Curva de Kuznets: Mensuração do Impacto do Crescimento Econômico sobre a Desigualdade de renda para os Estados Brasileiros (1995-2005)**. In: XIV Encontro Regional de Economia do Nordeste, 2009, Fortaleza, 2009.
- TAQUES, Fernando Henrique. Qual a relação entre desigualdade de renda e nível de renda per capita? testando a hipótese de Kuznets para as unidades federativas brasileiras. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 35, p. 161-186, 2010.
- TRIBBLE, Romie. The Kuznets–Lewis Process within the Context of Race and Class in the
USEconomy. **International Advances in Economic Research**, v. 2, p. 151–64. 1996.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

CAPÍTULO 14 - ANÁLISE DA QUALIDADE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO BAIXO AMAZONAS BASEADA NA TEORIA DO CRESCIMENTO PRÓ-POBRE

Rhayza Alves Figueiredo de Carvalho⁵⁶

Abner Vilhena de Carvalho⁵⁷

Mario Tanaka Filho⁵⁸

Rodolfo Maduro Almeida⁵⁹

Jarsen Luis Castro Guimarães⁶⁰

INTRODUÇÃO

A Região de Integração do Baixo Amazonas (RIBA) é composta por 13 municípios, que apresentam características semelhantes, dentre os quais são de extrema importância pois envolvem uma dinâmica econômica, social e ambiental que compõem o Estado do Pará como um todo. Desse modo, a identificação de potencialidades e desafios se torna imprescindível para o desenvolvimento do Estado (bem estar), principalmente para subsidiar a identificação de áreas prioritárias para elaboração de políticas públicas.

O desenvolvimento gera melhorias socioeconômicas que desencadeiam aumento nos padrões de vida e também nos níveis de bem estar da população, desse modo, uma das preocupações mais relevantes das autoridades governamentais deve ser programar ações de políticas que resultem nos referidos benefícios sociais. Um das vertentes que envolvem esse processo é o econômico que contribui para a mobilidade dos estratos da população com menores níveis e na interrupção de fenômenos como a pobreza e distribuição de renda.

Salienta Souza (1997, p. 28) que o “desenvolvimento econômico era definido pelo aumento contínuo dos níveis de vida incluindo maior consumo de produtos e de serviços básicos para o conjunto da população”. Nesse sentido, estudar essa tríade se deve principalmente em verificar como essas variáveis se relacionam e geram impactos entre si, tanto positivos quanto negativos, possibilitando compreender a dinâmica social e investigação de novos rumos à seguir para mudanças no cenário do Brasil e regiões.

⁵⁶ Bacharel em Economia pela UFPA. Mestra pelo PPGCS da UFOPA. E-mail: carvalho.rhayza@gmail.com

⁵⁷ Doutor em Ciências Ambientais pelo PPGSND. Docente no PCEDR, no PPGCS da UFOPA. E-mail: abnervilhena@hotmail.com

⁵⁸ Doutor em Engenharia Mecânica pelo CPPE/UFRJ. Docente no PPGCS da UFOPA. Email: tanakafi@gmail.com

⁵⁹ Doutor em Computação Aplicada pelo INPE. Docente no PPGCS da UFOPA. E-mail: rodolfomaduroalmeida@gmail.com

⁶⁰ Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo NAEA/UFPA. Docente no PCEDR, no PPGCS e no PPGSND da UFOPA. E-mail: jarsen@bol.com.br

A íntima relação entre crescimento, desigualdade e pobreza pode ser comprovada pela própria dinâmica que o sistema econômico capitalista foi desencadeado, seguido de eficiência na produção de bens, entretanto, ocasionando males sociais e ambientais, com rápido crescimento impulsionado por empresas modernas que tendem a serem concentradoras e excludentes. Portanto, a interação entre essas três variáveis dá as condições necessárias para se diagnosticar em que magnitude o aumento da renda ou a redução da desigualdade impactam a redução da pobreza (ARAÚJO, 2009).

Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento emerge como forma de minimizar desigualdades que foram acumuladas ao longo do tempo, segundo Sachs (2008, p.13) que salienta “[...] criando uma conexão capaz de preencher o abismo civilizatório entre as antigas nações metropolitanas e a sua antiga periferia colonial, entre ricas modernidades e a maioria ainda atrasada e exausta dos trabalhadores pobres”.

O pensamento econômico que envolve somente a maximização do PIB, ou seja, do crescimento econômico, é redutor e não abrange aos objetivos que se referem ao processo de desenvolvimento, como a promoção de igualdade, gerando oportunidades aos que vivem em piores condições, e logo reduzindo o nível de pobreza, fenômeno que se faz presente no mundo de grandes riquezas. A presença de equidade, de modo a dispensar o tratamento desigual aos indivíduos desiguais e solidariedade tanto com a geração atual quanto para as futuras, acrescentando uma sustentabilidade tanto social quanto ambiental ao conceito, e ajudando aos indivíduos mais fracos e incluindo ações para tal (SACHS, 2008).

Nesse contexto, o uso dos métodos quantitativos para analisar o cenário social das regiões brasileiras é de extrema relevância, como ferramenta de diagnóstico e de planejamento, contribuindo, principalmente para o avanço do conhecimento científico. Apesar dos estudos quantitativos, como técnicas de estatística descritiva e inferencial serem limitados nas áreas das Ciências Sociais (SANTOS; COUTINHO, 2002).

Desse modo, o problema de pesquisa a ser investigado no trabalho é: Qual é a situação socioeconômica na Região de Integração do Baixo Amazonas, assim como a qualidade do crescimento nessa região? Portanto, o objetivo deste ensaio é analisar a qualidade do crescimento da RIBA, e se este tem sido um crescimento pró-pobre. Desdobra-se, ainda em objetivo a análise evolutiva dos indicadores de crescimento econômico, pobreza e desigualdade nos municípios da RIBA.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA PERSPECTIVA INCLUDENTE E A TEORIA DO CRESCIMENTO PRÓ-POBRE

A relação entre crescimento econômico e as melhorias das dimensões sociais e ambientais que contribuem para o desenvolvimento podem ser harmoniosas ou não, revelando situações em que esses elementos são conflitantes, sendo de fundamental importância administrar os aspectos não somente quantitativos como qualitativos para atingir melhorias sustentáveis e de bem-estar de uma sociedade (THOMAS et al., 2002).

A teoria econômica passou a distinguir o crescimento econômico da ideia de desenvolvimento, e nas décadas de 1950 e 1960, foi difundida a teoria *trickle-down*, que salienta os benefícios do crescimento expandidos por todos os segmentos da sociedade. Dessa maneira, era caracterizado como benéfico para os pobres qualquer aumento em suas rendas, mesmo que seja inferior ao ganho médio da sociedade e de forma semelhante um aumento do PIB seria sempre acompanhado de redução na pobreza (PINTO; OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido, uma das vertentes conhecida como fundamentalista de mercado, acredita que a ideia de desenvolvimento é redundante, ou seja, o mesmo seria naturalmente resultado do crescimento econômico como um “efeito cascata”. Dessa maneira, Sachs (2008, p. 26) afirmava que:

A teoria do efeito cascata seria totalmente inaceitável em termos éticos, mesmo se funcionasse, o que não é o caso. Num mundo de desigualdades abismais, é um absurdo pretender que os ricos devam ficar mais ricos ainda, para que os destituídos possam ser um pouco menos destituídos.

Nesse contexto, vários estudiosos ampliaram suas análises sobre desenvolvimento econômico, considerando não só em termos de crescimento do PIB, mas principalmente destacando a igualdade de oportunidades de acesso aos serviços públicos assim como políticas de emprego, mediante a criação de oportunidades de trabalho decente, que gera renda aos indivíduos e viabiliza uma solução duradoura ao problema social. Segundo Sachs (2008, p. 38) “A maneira natural de se definir o desenvolvimento includente é por oposição ao padrão de crescimento perverso, conhecido como excludente, (do mercado de consumo) e concentrador (de renda e riqueza)”.

Historicamente, os países desenvolvidos apresentam, em geral, grandes vitórias no que se refere à melhoria da qualidade de vida, sendo por uma maior expectativa de vida, saúde e educação ou por novas oportunidades e liberdades, que expandem a capacidade de delineamento de seu próprio futuro, entretanto, nos países que ainda caminham para essa

conjuntura, a distância entre os pobres e ricos se torna cada vez maior (THOMAS et al., 2002).

A qualidade de crescimento se refere aos aspectos essenciais que delineiam este processo e que também acrescentam aos seus resultados. Nos países em desenvolvimento, destacam-se três princípios que acentuam essa qualidade, os valores principais: capital físico, capital humano (social), em que, a educação exerce papel preponderante e capital natural, que deve ser usado eficientemente devido sua importância para a saúde humana e para populações que dependem de recursos naturais para a sobrevivência. O segundo princípio são os aspectos distributivos, logo, para que o crescimento reduza a pobreza os benefícios devem ser amplamente distribuídos e estáveis. E por fim, um governo estruturado, para isso, se deve investir em capacidade, como o funcionamento de burocracias, estruturas reguladoras, liberdades civis e instituições responsáveis e transparentes (THOMAS et al., 2002).

É fato notável que o crescimento econômico acontece de maneira desigual entre as regiões e países do mundo, caracterizados como desenvolvidos ou não, a qualidade afeta diretamente os resultados do desenvolvimento, a maioria não usufrui dos benefícios que esse processo desencadeia, sendo assim, crucial explorar as complexas interações dos fatores que delineiam o crescimento.

Nesse âmbito, analisar a origem pelo qual o crescimento se obtém é imprescindível, já que alguns fatos comprovam a existência de uma relação direta entre crescimento econômico e avanços sustentáveis no bem-estar, além do mais, mostra-se relacionado positivamente com a redução da pobreza, contudo, alguns exemplos mostram-se contrários, já que estagnam ou reduzem as dimensões sociais e de bem-estar e também se relacionam negativamente com os níveis de pobreza (THOMAS et al., 2002).

No que diz respeito a inter-relação entre o crescimento econômico e a redução nos níveis de pobreza, Berardi e Marzo (2015, p. 14) atentam que:

O impacto do crescimento econômico sobre a redução da pobreza depende da medida em que o crescimento é inclusivo e beneficia os pobres, o que mostrou variar de acordo com a estrutura da economia o mecanismo subjacente é o crescimento em setores em que muitas pessoas pobres trabalham é mais propenso a reduzir a pobreza.

A importância de políticas efetivas associados ao desenvolvimento pode ser comprovada principalmente ao longo das décadas de 1960 e 1990, devido as ampliações de medidas do desenvolvimento humano, especialmente nas dimensões de longevidade e conhecimento. Entretanto, demais aspectos qualitativos da vida foram modestos dentre os

quais, redução da pobreza, ganhos igualitários e qualidade ambiental (THOMAS et al., 2002).

Como resultado da busca incessante dos países pelo crescimento econômico, os dois principais problemas herdados do século passado – apesar de seu progresso científico e técnico sem precedentes estão, o desemprego em massa e as desigualdades crescentes (SACHS, 2008).

Ao longo do tempo vários pensamentos sobre a relação de crescimento e distribuição de renda foram desencadeados. Existem controvérsias entre vantagens e desvantagens atribuídas ao crescimento econômico se obtivesse uma melhor distribuição de renda, logo, a problemática da distribuição de renda, poderia ser fator preponderante para se ter desenvolvimento, de modo, que a agregação entre crescimento e distribuição de renda ocasionaria tal condição. Conforme Barreto (2005, p. 03) “uma das mais importantes metas em desenvolvimento econômico é o esforço em reduzir a pobreza que pode ser acompanhado por crescimento econômico e/ou redistribuição da renda”.

Alguns modelos destacam que o crescimento impulsionado por determinado setor econômico só pode ser persistente se os benefícios iniciais forem repartidos homoganeamente promovendo expansão e aprofundamentos dos mercados, outras modelagens destacam uma relação inversa, na qual uma diminuição do crescimento gera maior desigualdade de renda.

Em 1954, Simon Kuznets formulou uma hipótese de acordo com as evidências empíricas do período, conhecido como a “Curva do ‘U’ invertido” em que mostra a necessidade de economias inicialmente crescerem, e se desenvolverem para depois distribuí-las entre os indivíduos, diminuindo assim, a desigualdade de renda. Quarenta anos depois alguns pensadores verificaram que a estrutura da distribuição de renda era imensamente rígida independentemente do tipo de crescimento econômico. Em 1993, Douglas North destacou a qualidade das instituições de cada sociedade, já que mostram as crenças de seu povo, para o processo de desenvolvimento (VEIGA, 2010).

A desigualdade de renda brasileira possui algumas particularidades, que as distinguem dos padrões de renda observados em outros países, inclusive nos denominados em desenvolvimento, dentre as quais se destacam a magnitude relativa da desigualdade, tratando-se do grau de riqueza interna ou quanto a sua posição em relação aos países com condições socioeconômicas semelhantes, outra questão é a persistência da desigualdade, que apresenta uma certa estabilidade ao longo do tempo apesar de diversas alterações na economia, e por fim, é que a desigualdade se concentra na cauda superior da distribuição,

particularmente em favor dos 10% , ou último décimo mais ricos da população, dessa forma a persistência se dá devido a uma melhor condição dos mais ricos e não uma pior situação dos pobres (DINIZ, 2005).

Vale ressaltar que outras características contribuem tanto direta quanto indiretamente para a desigualdade, particularmente no cenário econômico e que ajuda na definição da distribuição de renda, como o funcionamento do mercado de trabalho e as questões relativas à existência de discriminação por gênero, segmentações tanto espacial, quanto por posição, ocupação e ramo de atividade (DINIZ, 2005).

A partir da característica de desigualdade de renda brasileira, denota-se um vínculo direto entre desigualdade e pobreza, da qual derivam três elementos indissociáveis, o primeiro é que o país não é uma nação pobre, porém apresenta grande quantidade de pobres, no qual a origem da pobreza não corresponde na escassez dos recursos, o segundo é que a força da pobreza está associada à concentração de renda, tal inferência resulta do fato que a renda *per capita* e mesmo a renda média, especialmente essa última é bastante superior à renda que define a linha de pobreza e por fim, em consequência aos dois fatores anteriores, pressupõem se que a distribuição equitativa seria o suficiente para eliminar a pobreza (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000; ROCHA, 2003; DINIZ, 2005).

O crescimento econômico de qualidade é aquele que reduz a pobreza e a desigualdade. Contudo, a situação de pobreza em países como o Brasil, segundo Costa e Miranda (2008, p. 03) “está relacionada ao nível de desigualdade e ao modelo de desenvolvimento excludente, o qual surge renovado em cada período histórico”.

Sabemos que o crescimento econômico, mesmo que seja acentuado, não traz desenvolvimento (socioeconômico) a menos que gere emprego e contribua para a redução da pobreza e das desigualdades (THOMAS et al., 2002). Nessa perspectiva, o conceito de crescimento “pró-pobre” está associado ao aumento da renda dos pobres comparativamente à renda dos não-pobres durante um período de tempo específico. Apesar da distinção conceitual, compreendemos como aquele que habilita os pobres a participarem da geração do crescimento econômico e usufruto dos seus resultados (GONÇALVES; SILVEIRA NETO, 2007).

De forma mais ampla, a teoria do crescimento pró-pobre está diretamente integrada à perspectiva do desenvolvimento econômico includente, o qual se utiliza da precedência do crescimento como fenômeno de importante participação na geração de riqueza e bem estar. Dessa forma, “o crescimento é pró-pobre quando absorve mão de obra e é

acompanhado por políticas e programas que diminuem as desigualdades e facilitam a geração de emprego e renda para os pobres, particularmente mulheres e outros grupos tradicionalmente excluídos [...]” (KAKWANI; PERNIA, 2000, p. 01). Ou seja, a qualidade do crescimento, em sua vertente econômica, se traduz em desenvolvimento econômico, quando a resultante daquele fenômeno gera este último, entremeadado por sua vez na diminuição da pobreza e da desigualdade (SACHS, 2008; VEIGA, 2005; 2010).

CRESCIMENTO PRÓ-POBRE E AS ELASTICIDADE RENDA-POBREZA E DESIGUALDADE-POBREZA

O crescimento pró pobre é um termo cunhado da inter-relação entre crescimento, desigualdade e pobreza e, diz respeito, sobretudo, a classe menos abastada da sociedade (KAKWANI; KHANDER; SON, 2004).

Dentro do contexto das políticas de combate à pobreza, Barreto (2005, p. 04) destaca “ser importante termos em mente que toda discussão a respeito das políticas que deveriam ser utilizadas para reduzir a pobreza deve ter como elemento chave à definição do que venha ser crescimento ‘pró-pobres’”.

Além do mais a construção do debate acerca do crescimento econômico pró pobre e, especialmente acerca de suas análises é importante ressaltar que estes partem de uma questão fundamental, as quais Barreto (2005, p, 04) desencadeia em forma dos seguintes questionamentos: “o que é reduzir significativamente a pobreza? Em que nível os pobres deveriam se beneficiar do crescimento econômico para que ele seja considerado ‘pró-pobres?’ Políticas ‘pró-pobres’ são sensíveis às medidas de pobreza utilizadas?”

Sabendo que existe mais de um único conceito do que é o crescimento pró-pobre (PINTO; OLIVEIRA, 2010), para se ter uma resposta consistente aquelas questões, como descrito em Barreto (2005, p. 04) “podemos considerar quatro visões do problema que se complementam”, assim descritas:

Em uma primeira abordagem consideraremos crescimento “pró-pobres” se a participação da renda dos mais pobres da população crescer mais que proporcionalmente ao crescimento da renda média da economia, o que implicaria, neste caso, que a desigualdade cairia com o crescimento.

Para uma segunda definição, atribuída a White e Anderson (2001), a participação dos pobres na renda cresceria pelo menos tão quanto à participação de sua população. Isso implicaria que a renda per capita dos mais pobres tenderia a aumentar, o que implicaria numa queda da desigualdade absoluta.

E por último tem-se a definição, proposta por Kalkwani e Pernia (2000), dever-se-ia fazer uma comparação de mudanças na pobreza devido ao crescimento econômico (mantendo a desigualdade constante) e mudanças na pobreza devido a alterações reais na desigualdade. Os autores avaliam o crescimento ser “pró-pobres” a partir da relação entre esses dois índices, necessitando para tal que ele seja maior que a unidade.

Por fim, numa abordagem mais simples da questão, crescimento “pró-pobres” é analisado apenas focando-se a relação entre pobreza e crescimento. Neste caso ele pode ser considerado dessa forma se simplesmente for capaz de reduzir a pobreza para uma determinada medida pré-estabelecida independente do que ocorre com o nível de desigualdade (RAVALLION; CHEN, 2003). Desta forma, utilizando-se esse conceito, um episódio de crescimento não será considerado “pró-pobres” somente se a renda dos mais pobres ficar estagnada ou mesmo se reduzir.

Além das quatro visões acima citadas, Kakwani, Khander e Son (2004) argumentam que pode-se classificar o crescimento pró-pobre de duas maneiras: (i) segundo a definição fraca ou forte e/ou; (ii) segundo o enfoque parcial ou completo.

A definição fraca de crescimento pró-pobre é aquela que consiste da teoria do *trickle-down*⁶¹, que classifica como vantajoso para os pobres qualquer aumento de suas rendas, mesmo que seja inferior ao ganho médio da sociedade. A definição forte pode ser subdividida em crescimento pró-pobre relativo ou absoluto: O conceito relativo indica o crescimento econômico que melhora a situação dos pobres proporcionalmente mais do que a dos não pobres, implicando redução na desigualdade relativa de renda. Por outro lado, a definição absoluta engloba aqueles casos em que os pobres recebem os benefícios monetários em maior quantidade que o resto da população, sendo também denominada “super pró-pobre”. Segundo o enfoque parcial classifica as condições sob as quais o crescimento pode ser considerado pró-pobre ou antipobre, mas não especifica nenhuma linha ou indicador de pobreza, ao passo que no enfoque completo, por sua vez, permite sempre obter resultados conclusivos sobre se um processo de crescimento é ou não pró-pobre (PINTO; OLIVEIRA, 2010).

Entendendo por elasticidade o impacto da variação de 1% de uma variável (independente/explicativa) em outra (dependente/explicada) (RAVALLION, 2001), denota-se que para avaliar a sensibilidade da pobreza em relação ao crescimento e à

⁶¹ Pensamento (*mainstream*) amplamente difundido no pensamento econômico sobre o desenvolvimento, exercendo papel dominante durante as décadas de 1950 e 1960, ancorada no ideal de que os benefícios do crescimento se espalhavam automaticamente por todos os segmentos da sociedade, ou seja, que o aumento do PIB vem sempre acompanhado de redução da pobreza (PINTO; OLIVEIRA, 2010).

desigualdade, incluindo, define-se *elasticidade total* em duas *elasticidades parciais* (PERNIA, 2003; SANTOS, 2012), a saber:

i) *Elasticidade parcial renda-pobreza*: Mede o “efeito crescimento puro”, isto é, o efeito do crescimento sobre a redução da pobreza, na medida em que considera apenas o impacto da variação da renda sobre a pobreza, sob um contexto de desigualdade inalterada.

ii) *Elasticidade parcial desigualdade-pobreza*: Mede o “efeito distribuição puro”, ou seja, o efeito da distribuição de renda sobre a pobreza. Nesse sentido, considera somente o impacto da variação da distribuição de renda sobre a pobreza, em um contexto de estabilidade do nível de renda.

Vários pesquisas tentam explicar a efetividade do crescimento para reduzir a pobreza e desigualdade, utilizando alguns métodos quantitativos que mensuram a relação entre crescimento, desigualdade e pobreza. Nesse sentido, destacam-se estudos que examinaram o Crescimento Pró-Pobre no Brasil.

Manso, Barreto e Tebaldi (2006) verificaram os efeitos do crescimento econômico sobre a renda dos pobres no período de 1995 a 2004, utilizando a metodologia de Kraay (2004) e Datt e Ravallion (1992), os resultados mostraram que os componentes de crescimento da renda média e de sua distribuição são suficientes para explicar a maioria das variações nos níveis de pobreza entre os Estados brasileiros, e que o crescimento econômico tem sido o principal instrumento de combate à pobreza no Nordeste.

Resende (2008) verificou que o efeito do crescimento econômico nos municípios mineiros, apresentou-se heterogêneo em relação a sua qualidade, no período de 1991 e 2000. Utilizando as propostas metodológicas de Ravallion e Datt (1999) e posteriormente, de Kakwani e Pernia (2000) e Son (2004). Nas macrorregiões Sul e Alto Paranaíba observou-se uma relativa maior "qualidade" de crescimento econômico, já que maior parte dos municípios apresenta crescimento pró-pobre, ou seja, maior elasticidade "pobreza-crescimento". Enquanto que nos municípios do Norte e Noroeste do estado apresentou-se inverso.

Gonçalves (2010) verificou a qualidade do crescimento nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) do estado do Rio Grande do Sul, no período de 2000 a 2006. A partir da metodologia desenvolvida nos estudos de Ravallion e Datt (2002) e de Son (2004), que mostrou um crescimento pró-pobre de maneira heterogênea, dentre os quais existem nove COREDES na região Norte tinham crescimento pró-pobre. Na região Sul apenas três COREDES.

Enquanto, Pinto e Oliveira (2010) estudaram o crescimento pró-pobre nas 27 unidades federativas do Brasil entre 1995 e 2007. Utilizando-se as metodologias de Datt e Ravallion (1992), Ravallion e Chen (2003) e Bourguignon (2002), analisando o desempenho dos estados. Os resultados mostraram que dinâmica entre crescimento e pobreza ocorre de maneira significativamente distinta ao longo dos estados e das regiões do Brasil, dentre as quais as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm os melhores desempenhos nas análises subnacionais do crescimento pró-pobre. As UFs da região Nordeste e Norte geralmente se situam nas últimas posições, demonstrando que a redução da desigualdade exerce um papel essencial na busca de um padrão de crescimento cada vez mais pró-pobre.

Bezerra et al. (2010) analisaram se relação entre o crescimento econômico e pobreza no estado de Alagoas têm sido pró-pobre no período de 1991 e 2000, usando a metodologia de Ravallion e Datt (1999) e de Son (2004), nas quais nenhuma microrregião apresentou crescimento pró-pobre, sete microrregiões e a mesorregião do Sertão Alagoano apresentaram crescimento empobrecedor, ou seja, um crescimento econômico positivo que aumenta a pobreza. Já nas outras seis microrregiões e nas mesorregiões Leste Alagoano e Agreste Alagoano assim, como no estado de forma geral apresentaram resultados inconclusivos, desse modo, os mais pobres não se beneficiaram com o crescimento econômico.

Silveira Neto (2014) verificou se o crescimento da renda na região Nordeste, em seus estados e nas 42 mesorregiões pode ser considerado pró-pobre durante os períodos 1991-2000 e 2000-2010, considerando a renda do trabalho e a renda de todas as fontes. Utilizando a proposta metodológica de Kakwani (2000). Os resultados obtidos indicaram que na renda de todas as fontes, no período 1991-2000 o crescimento da renda no Nordeste, na maioria da área de estudo não pode ser considerado pró-pobre, enquanto que em 2000-2010, o crescimento é generalizadamente pró-pobre. Contudo, os resultados a partir da renda do trabalho, no período 1991-2000, mostraram que todos os estados e a grande maioria das mesorregiões apresentam crescimento empobrecedor. Em relação ao período 2000 e 2010, as evidências obtidas indicam que as mesorregiões apresentam desempenhos mais favoráveis.

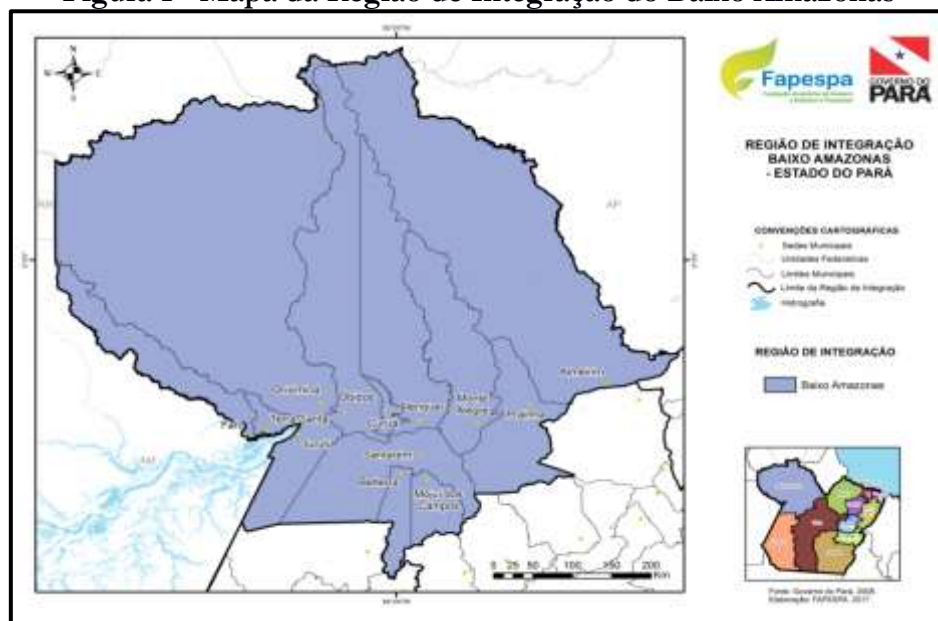
Os trabalhos de Godoy e Rodrigues (2017), Oliveira e Jacinto (2015), Netto Junior e Figueiredo (2014) corroboram para o diagnóstico de que em geral, a dinâmica entre crescimento e pobreza ocorre de maneira distinta ao longo dos estados e das regiões do Brasil, dentre as quais as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste têm os melhores desempenhos nas análises do crescimento comparativamente as regiões Norte e Nordeste.

Contudo, percebe-se que com o passar dos anos existe uma tendência para melhorar a qualidade do crescimento nessas regiões beneficiando principalmente as populações mais pobres do país. Desse modo, as análises efetuadas no sentido de verificar a qualidade do crescimento e suas devidas contribuições em regiões com maiores níveis de pobreza são de essenciais para a análise da qualidade de vida em sociedade.

CARACTERIZAÇÃO, EVOLUÇÃO, ANÁLISE DOS INDICADORES E A DESCRIÇÃO DO MODELO EMPÍRICO.

A Região de Integração do Baixo Amazonas é composto por treze municípios, que são: Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa (FAPESPA, 2017) como mostra a Figura 1:

Figura 1 - Mapa da Região de Integração do Baixo Amazonas



Fonte: FAPESPA (2017) disponível em http://www.fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2017/mapas/01_territorio/regiao_de_integracao_baixo_amazonas.png acesso em 05/09/2019.

Vale ressaltar que o município de Mojuí dos Campos foi integrado à Região de Integração do Baixo Amazonas no ano de 2012, e por isto não foi incorporado nas análises do estudo.

Em 2014 a área aproximada da Região de Integração do Baixo Amazonas era em torno de 315,86 mil km², o que corresponde a 25% da área total do Estado do Pará, e sua população equivalia a 770.275 habitantes. As atividades econômicas que possuem destaque na região são as que se relacionam com a mineração, o agronegócio, a agricultura familiar e

o turismo, sendo que este último tem como base principal o turismo ecológico, uma vez que a mesorregião possui muitos atrativos naturais, como praias e belas paisagens (BRASIL, 2012).

Utilizando-se os dados censitários disponibilizados no Atlas do Desenvolvimento Humano nos anos de 1991, 2000 e 2010⁶², construiu-se a base de dados a partir das *proxies* dos indicadores de crescimento (renda *per capita* média e dos percentis mais pobre e mais ricos da distribuição de renda); da desigualdade (percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres e mais ricos, percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos, razão 10/40 e 20/40 dos mais ricos e mais pobres da distribuição e, do índice de Gini); e da pobreza (a proporção de pobres e a renda *per capita* dos pobres).

Desta maneira, verifica-se a evolução dos indicadores de crescimento econômico, desigualdade e pobreza. A nível municipal, a Tabela 1 mostra a evolução da renda per capita na RIBA, em que as três maiores rendas *per capita* são verificadas em Almeirim nos três períodos analisados, seguido de Oriximiná e Santarém para o ano de 1991. Em 2000 e 2010, os municípios com segunda e terceira maiores rendas foram Santarém e Oriximiná, e Santarém e Terra Santa, respectivamente. E, apresentando uma maior variação percentual relativa os municípios de Terra Santa, Faro e Santarém.

Tabela 1- Evolução da Renda *per capita* na RIBA

Espacialidade	Renda <i>per capita</i> (1991)	Renda <i>per capita</i> (2000)	Renda <i>per capita</i> (2010)	Δ (1991-2000)	Δ (2000-2010)	Δ (1991-2010)
Alenquer	143,85	165,11	215,33	0,1478	0,3042	0,4969
Almeirim	296,99	486,59	484,16	0,6384	-0,0050	0,6302
Belterra	126,00	121,84	241,57	-0,0330	0,9827	0,9172
Curuá	110,15	122,71	180,94	0,1140	0,4745	0,6427
Faro	76,32	130,14	180,47	0,7052	0,3867	1,3646
Juruti	129,92	108,66	241,39	-0,1636	1,2215	0,8580
Monte Alegre	149,37	181,61	231,65	0,2158	0,2755	0,5508
Óbidos	157,66	162,15	255,03	0,0285	0,5728	0,6176
Oriximiná	217,15	264,69	332,29	0,2189	0,2554	0,5302
Prainha	120,38	121,01	193,32	0,0052	0,5976	0,6059
Santarém	204,43	279,01	409,07	0,3648	0,4661	1,0010
Terra Santa	117,85	154,11	338,44	0,3077	1,1961	1,8718

Fonte: Elaboração própria com base nos censos censitários - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Na Tabela 2, encontra-se evolução do índice de desigualdade de renda (Gini) nos municípios da RIBA, dentre os quais apresentam maior desigualdade de renda, no ano de 1991, estão os municípios de Almeirim, Oriximiná e Santarém. No ano de 2000, novamente, apresentaram maiores índice de desigualdade de Almeirim, Oriximiná,

⁶² Os dados podem ser acessados no endereço: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>.

Santarém mas com a inclusão de Juruti. E no último período, ano de 2010, estão Prainha, Almeirim, Oriximiná. Os municípios que apresentam maior variação do índice de desigualdade de renda (Gini), são os municípios de Prainha, Curuá e Faro. Ou seja, nesses municípios os níveis de desigualdade aumentaram, em aproximadamente 58%, 40% e 27%, respectivamente.

Tabela 2- Evolução do índice de desigualdade de Renda (Gini) na RIBA

Espacialidade	Índice de Gini (1991)	Índice de Gini (2000)	Índice de Gini (2010)	Δ (1991-2000)	Δ (2000-2010)	Δ (1991-2010)
Alenquer	0,51	0,56	0,58	0,0980	0,0357	0,1373
Almeirim	0,63	0,72	0,65	0,1429	-0,0972	0,0317
Belterra	0,52	0,64	0,58	0,2308	-0,0938	0,1154
Curuá	0,43	0,57	0,60	0,3256	0,0526	0,3953
Faro	0,44	0,54	0,56	0,2273	0,0370	0,2727
Juruti	0,52	0,61	0,59	0,1731	-0,0328	0,1346
Monte Alegre	0,51	0,60	0,59	0,1765	-0,0167	0,1569
Óbidos	0,51	0,54	0,59	0,0588	0,0926	0,1569
Oriximiná	0,59	0,61	0,64	0,0339	0,0492	0,0847
Prainha	0,43	0,57	0,68	0,3256	0,1930	0,5814
Santarém	0,56	0,61	0,58	0,0893	-0,0492	0,0357
Terra Santa	0,49	0,54	0,58	0,1020	1,6734	0,1837

Fonte: Elaboração própria com base nos censos censitários - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Na Tabela 3, encontra-se o percentual de pobres nos municípios da RIBA, dentre os quais apresentaram maior indicador de pobreza (proporção de pobres), no ano de 1991, estão os municípios de Faro, Terra Santa e Juruti. No ano de 2000, novamente, apresentaram maiores índice de desigualdade de Juruti, Faro, mas agora com a inclusão de Prainha. E no último período, ano de 2010, estão Prainha, Curuá e Faro. Os municípios da RIBA que apresentam maior variação da evolução do percentual de pobres nas três últimas décadas, são nos municípios de Terra Santa, Santarém e Faro. Ou seja, nestes municípios, o percentual de pobres diminuiu, em aproximadamente 51%, 48% e 39%, respectivamente, mais do que nos outros municípios da Região de Integração do Baixo Amazonas.

Tabela 3- Evolução do Percentual de Pobres na RIBA

Espacialidade	% de pobres (1991)	% de pobres (2000)	% de pobres (2010)	Δ (1991-2000)	Δ (2000-2010)	Δ (1991-2010)
Alenquer (PA)	71,97	67,77	52,34	-0,0584	-0,2277	-0,2728
Almeirim (PA)	51,49	48,37	38,3	-0,0606	-0,2082	-0,2562
Belterra (PA)	71,97	72,9	47,03	0,0129	-0,3549	-0,3465
Curuá (PA)	71,4	74,95	61,12	0,0497	-0,1845	-0,1440
Faro (PA)	90,64	76,74	55,62	-0,1534	-0,2752	-0,3864
Juruti (PA)	75,44	81,45	49,58	0,0797	-0,3913	-0,3428
Monte Alegre (PA)	70,09	62,99	51,73	-0,1013	-0,1788	-0,2619
Óbidos (PA)	63,48	61,18	48,27	-0,0362	-0,2110	-0,2396

Oriximiná (PA)	58,93	52	46,08	-0,1176	-0,1138	-0,2181
Prainha (PA)	74,41	75,2	67,23	0,0106	-0,1060	-0,0965
Santarém (PA)	59,5	49,55	31,07	-0,1672	-0,3730	-0,4778
Terra Santa (PA)	78,03	65,71	38,14	-0,1579	-0,4196	-0,5112

Fonte: Elaboração própria com base nos censos censitários - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

DESCRIÇÃO DO MODELO EMPÍRICO: O MODELO LOG-LOG COM DADOS COMBINADOS (PAINEL)

A metodologia utilizada neste trabalho, enquadra-se de acordo com a definição forte de crescimento pró-pobre, em termos relativos e sob o enfoque completo. Ou seja, o crescimento pró-pobre é visto neste trabalho como um processo que deve, necessariamente, beneficiar os pobres. Em outras palavras, o crescimento pró-pobre é visto como um processo que deve, necessariamente, reduzir a pobreza e a desigualdade relativa de renda.

Na metodologia da elasticidade-renda da pobreza, optou-se por utilizar a lançada por Datt e Ravallion (1992) e descrita em Pinto e Oliveira (2010), com algumas adaptações aos objetivos do presente trabalho, sendo a principal delas a inclusão do coeficiente de Gini como variável explanatória no modelo, tal como feita por Pinto e Oliveira (2010). Tal feito, permite que o modelo capte a divisão, presente na literatura, da elasticidade total em duas elasticidades parciais da renda-pobreza e da desigualdade-pobreza.

O conceito de elasticidade total, segundo Pernia (2003), é dividido em ‘efeito crescimento puro’ e ‘efeito distribuição’. A elasticidade parcial renda-pobreza corresponde ao efeito do crescimento puro sobre a redução da pobreza, ou seja, contempla-se apenas o impacto causado pela variação da renda sobre a pobreza, em um contexto de desigualdade inalterada. Adicionando o índice de Gini como mais uma variável explicativa no modelo, incorpora-se a elasticidade parcial desigualdade-pobreza, ou seja, o coeficiente angular referente a essa variável pode ser chamado de elasticidade-redistribuição da pobreza e, teremos o parâmetro do efeito distribuição.

A elasticidade foi obtida por meio de um modelo econométrico de regressão linear, sob a forma funcional, log-log⁶³, que possui a proporção de pobres (P_0) como variável dependente e; a renda familiar ou produto *per capita* (Y_{it}), e o índice de Gini ($Gini_{it}$) como variáveis explicativas do modelo, contemplando as variáveis em nível:

$$\ln(Y_{it}) = \ln \beta_0 + \beta_1 \ln(X_{1it}) + \beta_2 \ln(X_{2it}) + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

⁶³ Considere o seguinte modelo conhecido como modelo de regressão exponencial, que também pode ser expresso como: em que $\ln =$ logaritmo natural (logaritmo com base e , em que $e = 2,718$). Se escrevermos a Equação como em que $a = \ln \beta_0$, este modelo é linear nos parâmetros a e β_2 , linear nos logaritmos das variáveis Y e X , e pode ser estimado mediante uma regressão de MQO. Devido a essa linearidade, tais modelos são denominados modelos log-log, duplo-log ou log-lineares (GUJARATI, 2006, p. 142; 2011, p. 176).

$$\ln(Y_{it}) = \alpha + \beta_1 \ln(X_{1it}) + \beta_2 \ln(X_{2it}) + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

Onde:

$\ln \beta_0 = \alpha =$ intercepto;

$\ln(Y_{it}) =$ logaritmo natural da proporção de pobres do município i no tempo t ;

$\ln(X_{1it}) =$ logaritmo natural da renda média domiciliar per capita do estado i no tempo t ;

$\ln(X_{2it}) =$ logaritmo natural do Índice de Gini do município i no tempo t .

$\beta_1 =$ elasticidade renda da pobreza; $i =$ municípios (1,...,12); $t =$ anos (1991, 2000 e 2010).

$\beta_2 =$ elasticidade desigualdade da pobreza; $i =$ municípios (1,...,12); $t =$ anos (1991, 2000 e 2010).

$\varepsilon_{it} =$ termo erro estocástico

Nesse modelo, a forma funcional log-log implica que o coeficiente angular β 's sejam a medida da elasticidade de Y em relação a X_1 e X_2 , ou seja, as elasticidades da pobreza em relação à renda *per capita* média e ao índice de Gini, respectivamente.

O coeficiente linear α , por sua vez, representa o intercepto da reta de regressão, marcando o ponto onde ela cruza o eixo das ordenadas. Teoricamente, espera-se que, para um aumento da renda, ocorra uma redução da pobreza e, portanto, o coeficiente β_1 deve ser negativo, ao passo que para uma diminuição da desigualdade, ocorra uma redução da pobreza e, portanto, o coeficiente β_2 deve ser positivo.

A regressão da proporção de pobres contra apenas duas variáveis, a renda *per capita* média e o índice de Gini, justifica-se pelo seu alto poder explicativo e devido à tradicional divisão que a literatura sobre redução da pobreza faz entre o 'efeito crescimento' e o 'efeito distribuição' (PINTO; OLIVEIRA, 2010).

ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES GERAIS

É fato consagrado na literatura econômica que tanto o crescimento econômico, quanto a desigualdade expressam forte relação com a pobreza, seja em qual for o sentido daquela relação. Dessa forma, a análise de correlação tomou por base as *proxies* da tríade do desenvolvimento econômico, renda *per capita* média; índice de Gini e proporção de pobres.

Lembrando que, na análise de correlação, as medida de intensidade da associação entre as variáveis, apresenta-se sempre dentro do intervalo [-1 e +1]. Portanto, a matriz dispostas na Tabela 4, apresenta os resultados da correlação entre os indicadores da tríade do desenvolvimento econômico, conforme pode ser observada a seguir:

Tabela 4- Matrizes de Correlações das Variáveis (na base log)

1_Propobres	1_Rendapercapita	1_IndicedeGini	VARIÁVEIS
1,0000	-0,9329	-0,5264	1_Propobres
	1,0000	0,6892	1_Rendapercapita
		1,0000	1_IndicedeGini

Fonte: Resultados do Gretl com base nos dados dos Censos Censitários.
 Coeficientes de correlação, usando todas as observações e 5% valor crítico (bicaudal) = 0,3291 para n = 36.

Com base nos resultados dispostos na Tabela 4, a correlação entre a proporção de pobres e a renda *per capita* apresentou-se de forma negativa na ordem de -0,9329. O sinal desta correlação está concatenada com a teoria econômica, a qual sugere em seu arcabouço que o crescimento econômico com qualidade é aquele que tende a reduzir a pobreza.

A correlação entre a proporção de pobres e o índice de Gini e entre a renda *per capita* e o índice de Gini apresentaram-se de formas negativa e positiva, nas ordens de -0,5264, e 0,6892, respectivamente. O sinal daquelas correlações evidenciam uma suposta discordância teórica, pois, conforme o arcabouço da teoria econômica, a pobreza caminha positivamente correlacionada com a desigualdade e, ambas se correlacionam de forma negativa com o crescimento econômico. Contudo, os resultados destas correlação sugerem o inverso.

Os resultados da estimação das elasticidades foram realizados por meio da modelagem econométrica seguindo a descrição: modelo linearizado sob a forma log-log com parâmetros estimados pelo método dos mínimos métodos Quadrados Ordinários (MMQO) com a Proporção de Pobres (*PropPobres*) sendo a variável dependente e; a Renda *per capita* média (*Rendapc*) e o Índice de Gini (*Gini*) como as variáveis explicativas do modelo:

$$1n(Y_{it}) = \beta_0 + \beta_1 1n(X_{1it}) + \beta_2 1n(X_{2it}) + \varepsilon_{it} \quad (3)$$

$$\ln PropPobres = \beta_0 + \beta_1 \ln Q Rendapc + \beta_2 \ln Gini + \varepsilon_{it} \quad (4)$$

Onde:

$1n(Y_{it}) \equiv \ln PropPobres$: Proporção de pobres na base log natural, variável dependente;

$1n(X_{1it}) \equiv \ln Rendapc$: Renda *per capita* na base log natural, variável explicativa;

$1n(X_{2it}) \equiv \ln Gini$: Índice de Gini na base log natural, variável explicativa;

β_0, β_1 e β_2 : são os parâmetros dos X 's (variáveis explicativas) no modelos.

ε_{it} : Termo de erro aleatório;

Os resultados da estimação do modelo de regressão, estão dispostos na Tabela 5:

Tabela 5- Resultados do MMQO e teste e da significância das variáveis do modelo

Modelo	MQO Agrupado (Pooled)		Efeitos Fixos (EF)		Efeitos Aleatórios (EA)	
	Coefficientes (Erro Padrão)	Estatística <i>t</i> (<i>p</i> valor)	Coefficientes (Erro Padrão)	Estatística <i>t</i> (<i>p</i> valor)	Coefficientes (Erro Padrão)	Estatística <i>t</i> (<i>p</i> valor)
VARIÁVEIS EXPLANA-TÓRIAS						
<i>Intercepto</i>	7,42350 (0,289728)	25,62 2,34e-023***	7,96319 (0,306904)	25,95 5,44e-018***	7,49178 (0,286069)	26,19 1,17e-023***
<i>ln Rendapc</i>	-0,586830 (0,0418435)	-14,02 1,85e-015***	-0,693205 (0,0482387)	-14,37 1,16e-012***	-0,601134 (0,0420237)	-14,30 1,05e-015***
<i>ln Gini</i>	0,457884 (0,159736)	2,867 0,0072***	0,428397 (0,143757)	2,980 0,0069***	0,446410 (0,153391)	2,910 0,0064***

Fonte: Resultados do Gretl com base nos dados dos Censos Censitários.
Coeficientes das variáveis explicativas significantes à *0,10p; **0,05p e ***0,01p.

O diagnóstico e painel do Gretl para decisão do modelo apresentou-se:

a) pela Significância conjunta da diferenciação das médias de grupo, $F(11, 22) = 2,44839$ com p-valor 0,0355263, contrariando a hipótese nula de que o modelo MQO agrupado (pooled) é adequado, validando a hipótese alternativa da existência de efeitos fixos.

b) Pelo teste de Breusch-Pagan (BP), $LM = 0,225837$ com p-valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(1) > 0,225837) = 0,634628$ contrariando a hipótese nula de que o modelo MQO agrupado (pooled) é adequado, validando a hipótese alternativa da existência de efeitos aleatórios.

c) Já no teste de Hausman, a estatística de teste foi de $H = 13,7637$ com p-valor = $\text{prob}(\text{qui-quadrado}(2) > 13,7637) = 0,00102624$ contrariando a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é consistente, e assim, validando a hipótese alternativa da existência do modelo de efeitos fixos. Isso significa que, de forma geral, os coeficientes de efeitos fixos são, além de não viesados e consistentes, os mais eficientes para estimação do modelo proposto no estudo. Logo, apresenta-se a seguinte equação de regressão estimada:

É importante atentar para o sinal dos coeficiente da regressão, da renda *per capita* (*Rendapc*) e do índice de Gini (*Gini*), os quais apresentaram, na equação estimada, sinais consistentes com a especificação do modelo teórico, demonstrando a existência de uma relação na análise log-log, inversa da renda *per capita* (*Rendapc*) em relação a Proporção de Pobres (*PropPobres*) e; direta do índice de Gini (*Gini*) em relação a Proporção de Pobres (*PropPobres*). Ou seja, quando o indicador de renda variar de forma positiva, este influência de forma negativa na variação do indicador correspondente a proporção de pobres, ao passo que, quando um indicar variar de forma negativa, este influência de forma positiva na variação do outro indicador respectivamente.

A interpretação daqueles coeficientes, sugeriram que: *i*) o aumento de 1 unidade da quantidade da renda *per capita* (*Rendapc*) diminui, em 0,69% a variação da proporção de pobres (*PropPobres*), além de prevalecer um impacto negativo na relação entre variáveis; *ii*) o aumento de 1 unidade no índice de Gini (*Gini*) impactou, em 0,42, a variação da proporção de pobres (*PropPobres*) além disso, prevaleceu a existência de um impacto positivo na relação entre variáveis. Portanto, a estimação dos coeficientes do modelo descrito na equação (1), com base nos seus parâmetros (β s) indicaram possíveis evidências de que o crescimento econômico tem gerado um diminuição da pobreza no curto prazo, porém, este

crescimento não pode ser considerado como Pró-pobre. Além disso, no curto prazo, políticas de combate à pobreza com foco no crescimento econômico tem maior poder de influência do que às de desigualdade, devido à baixa renda média da população na RIBA em relação à média do estado do Pará e do Brasil.

Ainda com base na Tabela 5, teste de significância individual para as variáveis do modelo, considerando o t crítico com 99% de nível de confiança e 1% de margem de erro e, considerando também as seguintes hipóteses: $H_0: \beta_1 = \beta_2 = 0$ e $H_1: \beta_1$ e $\beta_2 \neq 0$, temos que com 34 graus de liberdade, percebe-se, que todas variáveis explicativas do modelo são significante ao nível de 99% confiança, pois para todas as variáveis, a estatística $t_{calculado} > t_{tabelado}$ ($t\beta_0=25,95$; $t\beta_1=14,37$; $t\beta_2=2,980 > t_{tabelado}=2,728$). Logo rejeita a hipótese nula, concluindo que todas as variáveis explicativas do modelo – renda *per capita* (*Rendpc*) e índice de Gini (*Gini*), são estatisticamente significativas para explicar a variável dependente, proporção de pobres (*PropPobres*) a um nível de significância $\leq 1\%$.

Para testar a significância global do modelo, foram utilizados os testes do R^2 e o Teste F , e seu respectivo *p-valor*. Os resultados destes testes podem ser observados na Tabela 6:

Tabela 6- Testes de Significância Global do Modelo pelo MMQO

Testes	R^2	F (2, 33)	P-valor (F)
Valores da Estimação	0,896141	142,3685	5,91e-17

Fonte: Resultados do Gretl com base nos dados dos Censos Censitários.

Na análise da significância global do modelo, pelo critério do $R^2 = 0,896141$, ou seja, podemos afirmar que, aproximadamente 89,61% das variações na variável dependente – proporção de pobres (*PropPobres*) são explicadas pelas variáveis independentes do modelo, Renda *per capita* (*Rendpc*) e índice de Gini (*Gini*).

Testando a significância pelo critério do teste F , para F tabelado em 99% de margem de confiança e 1% de margem de erro, e considerando também F de Significância: $F(2, 33) = 142,3685$ e $P\text{-valor}(F) = 5,91e-17$, cujas hipóteses são: $H_0: \beta_1 = \beta_2 = 0$ e $H_1: \beta_1$ e $\beta_2 \neq 0$. Temos, portanto, que o F calculado (142,3685) é maior que F tabelado (6,24785), logo rejeita-se a hipótese nula, o modelo é estatisticamente significativo para explicar a variável dependente, a um nível de significância de $\leq 1\%$.⁶⁴

Na análise de regressão, o objetivo não é apenas o de obter as estimativas de β , mas também o de tecer inferências relativas aos verdadeiros valores dos parâmetros populacionais. Assim, algumas premissas⁶⁵ feitas quanto à(s) variável(is) X_i e ao termo de

⁶⁴Assim como no teste t , podemos observar diretamente no p -valor do teste F , onde neste modelo o mesmo é significativo para explicar a variável dependente ao nível de significância de $\leq 1\%$, pois $5,91e-17 < 0,01$.

⁶⁵ Descritas em Gujarati (2006, p. 53-60).

erro são fundamentais para a interpretação das estimativas da regressão. Para testar a violação dos pressupostos básicos do modelo da regressão (3) foram utilizados os seguintes testes: normalidade dos resíduos, não linearidade (logaritmo), especificidade – pelo critério Ramsey/Reset, heterocedasticidade – pelo critério de White e autocorrelação – pelo critério de Durbin-Watson. Os resultados calculados, para aqueles testes, estão descritos na Tabela 7:

Tabela 7- Resultados dos Testes de Violação dos Pressupostos do MMQO

TESTE	p-valor
Especificidade de Ramsey/Reset	0,342214
Não-Linearidade (Logaritmo)	0,369089
Normalidade	0,00532809
Heteroscedasticidade de White	0,005767
Autocorrelação - Durbin-Watson (p-valor)	1,04642 (0,12041)

Fonte: Resultados do Modelo com base nos dados Secundários

No teste para *especificação do modelo*, pelo critério de Ramsey/Reset, considerando, H_0 : A especificação é correta e H_a : A especificação é incorreta com valor-p de 0,342214, desse modo, aceita a hipótese nula, ou seja, a especificação está correta.

No teste da *não-linearidade* entre as variáveis, sob a forma de *logaritmo* com p-valor = 0,369089. Portanto, como o resultado é estatisticamente significativo, aceita a hipótese nula, ou seja, a relação é linear entre as variáveis.

No teste de *normalidade dos resíduos*, considerando H_0 : O erro tem distribuição normal e H_a : O erro não se distribui normalmente, com o p-valor = 0,00532809 rejeita-se a hipótese nula, ou seja, o erro tende a não se distribuir normalmente.

Para testar a *presença de perturbações não-esféricas* no modelo, faz-se o teste de White para detectar o *problema de heterocedasticidade*, considerando, H_0 : não existência de heteroscedasticidade e H_a : Existência de heteroscedasticidade. Estatística de teste: LM = 33,3831, com p-valor = 0,005767, rejeita-se a hipótese nula, da não existência de heterocedasticidade, em outras palavras, há uma grande dispersão nos dados apresentados.

Para testar a *presença de autocorrelação* – correlação entre integrantes da série de observações ordenados no tempo, considerando as seguintes hipóteses para a estatística d de Durbin-Watson, H_0 : ausência autocorrelação positiva; H_{0*} : ausência autocorrelação negativa e H_a : evidência de autocorrelação positiva; H_{a*} : evidência de autocorrelação positiva. Valores críticos a 5% para a estatística de Durbin-Watson, com $n = 36$ e $k = 2$ e $d_{calculado} = 1,04642$ (p-valor = 0,12041), com $d_L = 1,3537$; $d_U = 1,5872$. Considerando a regra de decisão disposta pela estatística d de Durbin-Watson, temos que: Se $d < d_L < d_U$, ou seja, $d 1,04642 < d_L = 1,3537 < 1,52303 \leq d_U = 1,5872$, rejeita-se as hipóteses nulas (H_{0*} e

H_0), portanto há possível evidência de autocorrelação positiva nos resíduos estimados.

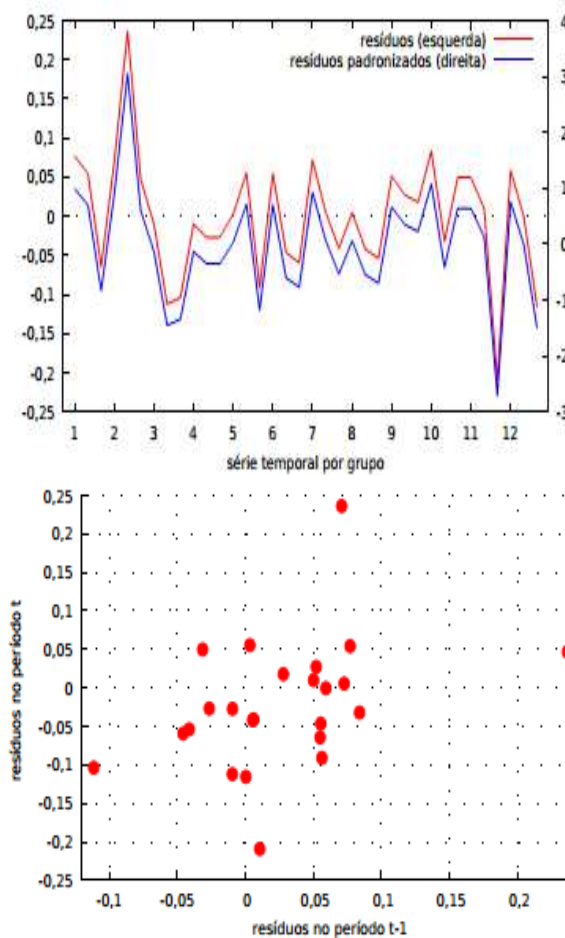
A hipótese da ausência da autocorrelação do modelo clássico refere-se aos termos de erro da população, u_t , que não são observados diretamente. O que temos são suas *proxies*, os

resíduos \widehat{u}_t , que podem ser obtidos pelo procedimento habitual dos MQO. Embora os \widehat{u}_t não sejam a mesma coisa que u_t , muitas vezes um exame visual dos \widehat{u}_t dá algumas pistas sobre a provável presença de autocorrelação dos \widehat{u}_t .

Existem várias maneiras de analisar os resíduos, Gujarati (2006) apresenta dos métodos, que são: *a)* a princípio, podemos apenas plotar os \widehat{u}_t contra o tempo, a chamada *plotagem sequencial no tempo*, ou; *b)* alternativamente, podemos plotar os *resíduos padronizados* contra o tempo. Os resíduos padronizados são simplesmente os resíduos \widehat{u}_t divididos pelo erro padrão da regressão ($\sqrt{\widehat{\sigma}^2}$), isto é, $(\widehat{u}_t/\widehat{\sigma})$. Observe que \widehat{u}_t e $\widehat{\sigma}$ são medidos na mesma unidade em que o regressando Y . Os valores dos resíduos padronizados, portanto, serão números puros (sem unidade de medida) e podem ser comparados com os resíduos padronizados de outras regressões. Além disso, os resíduos padronizados, como \widehat{u}_t , têm média zero e uma variância aproximadamente unitária. A seguir, na figura 2, encontra-se as devidas plotagens dos resíduos.

De maneira diferente da análise gráfica realizada na plotagem sequencial dos resíduos normais, padronizados, segundo Gujarati (2006, p. 374) “podemos plotar \widehat{u}_t contra \widehat{u}_{t-1} , isto é, os resíduos no período t contra seu valor em $(t-1)$, uma espécie de teste aplicado do processo AR(1)”. O resultado dos testes de plotagem residual encontra-se na Figura 2:

Figura 2- Plotagem Sequencial dos Resíduos Normais, Padronizados e Defasados no tempo



Fonte: Resultados do Gretl com base nos dados dos Censos Censitários.

Examinando a plotagem sequencial dos resíduos normais e padronizados, dispostos na Figura 2, observamos que tanto \hat{u}_t quanto os \hat{u}_t padronizados exibem uma ausência de padrão nos resíduos, sugerindo que os u_t sejam aleatórios. Supondo que o termo do erro seja gerado pelo seguinte mecanismo, descrito em Gujarati (2006, p. 363):

$$u_t = \rho u_{t-1} + \varepsilon_t \quad (6)$$

em que ρ é conhecido como coeficiente de autocovariância e ε_t é o termo de erro estocástico tal que atenda à hipótese padrão dos MQO, a saber:

$$E(\varepsilon_t) = 0; \text{Var}(\varepsilon_t) = \sigma^2 \varepsilon \text{ e } \text{Cov}(\varepsilon_t, \varepsilon_t + s) = 0, \text{ com } s \neq 0 \quad (7)$$

Um termo de erro com as propriedades anteriores é, frequentemente chamado, na literatura de engenharia, de ruído branco (*white noise*) (GUJARATI, 2011).

A Equação (6) postula que o valor do termo de erro no período t é igual a ρ vezes o seu valor no período anterior, acrescido de um termo de erro puramente aleatório. Portanto, o esquema (equação 4) é conhecido como processo *autorregressivo de primeira ordem de Markov* ou, simplesmente, processo *autorregressivo de primeira ordem*, normalmente

designado como $AR(1)$. A denominação *autorregressivo* é adequada, porque a Equação (6) pode ser interpretada como a regressão de ut na sua própria defasagem de um período. Trata-se de primeira ordem, porque ut e o valor imediatamente anterior estão envolvidos; a defasagem máxima é 1 (GUJARATI, 2006).

A Figura 2 – plotagem sequencial dos resíduos no período t e $t-1$, mostra que a maioria dos resíduos agrupa-se de forma dispersa na parte central dos quadrantes, sugerindo assim, ausência de padrão sistemático, ou seja, da não relação, nem positiva e nem negativa, nos resíduos da regressão.

A correção de existência para heteroscedasticidade é dada como medida corretiva, para duas ocorrências: quando σ^2_i é conhecido e para o valor desconhecido. Contudo, a heterocedasticidade não destrói as propriedades de não tendenciosidade e consistência dos estimadores de MQO, entretanto, elimina a eficiência, pois não é apresentado com exatidão os habituais procedimentos de teste de hipóteses. O método de correção para o caso de heterocedasticidade dá-se, também, pela estimação robusta, utilizando o método dos mínimos quadrados ordinários, ou seja, é uma forma de validação junto a heteroscedasticidade. Os erros padrões robustos têm justificativa apenas assintótica (com amostras pequenas) as estatísticas t 's obtidas com os erros-padrão robustos não terão distribuição próxima da t , e as inferências não serão corretas e podem ser maiores ou menores que os não corrigidos (GUJARATI, 2006). Os resultados da estimação do modelo de regressão com correção da Heterocedasticidade e Estimação Robusta (LAD), estão dispostos na Tabela 8:

Tabela 8- Resultados dos Modelos com Correção da Heteroscedasticidade e Estimação Robusta

MODELO VARIÁVEIS EXPLANATÓRIAS	Heteroscedasticidade corrigida		Estimação Robusta (Mínimo Desvio Absoluto - LAD)	
	Coefficientes (Erro Padrão)	Estatística t (p valor)	Coefficientes (Erro Padrão)	Estatística t (p valor)
<i>Intercepto</i>	7,10489 (0,211601)	33,58 (4,31e-027***)	7,96319 (0,306904)	25,95 5,44e-018***
<i>ln Rendapc</i>	-0,548994 (0,0336843)	-16,30 (2,39e-017***)	-0,693205 (0,0482387)	-14,37 1,16e-012***
<i>ln Gini</i>	0,245044 (0,0913057)	2,684 (0,0113**)	0,428397 (0,143757)	2,980 0,0069***
R-quadrado centrado		0,925084		
F(2, 33) / p-valor(F)		203,7472	(2,69e-19)	
Normalidade (p-valor)	Qui-quadrado(2) = 17,8917 com p-valor = 0,000130278		Qui-quadrado(2) = 14,5419 com p-valor = 0,000695435	

Fonte: Resultados do Gretl com base nos dados dos Censos Censitários.

Coefficientes das variáveis explicativas significantes à *0,10p; **0,05p e ***0,01p.

A Tabela 8 referente aos resultados dos modelos com Heteroscedasticidade-corrigida e com Estimação Robusta (Mínimo Desvio Absoluto) mostra que a estatística T (p-valor) do *intercepto* e da *Rendapc* sofreram um aumento, oposto do ocorrido com o *Gini* no modelo de Heteroscedasticidade-corrigida. A Estimação Robusta (Mínimo Desvio Absoluto) apresentou valores inferiores das estatísticas T s (p-valor) para o *intercepto*, a *Rendapc* e o *Gini*.

Em síntese depois de realizado as correções do modelo, as interpretações quanto aos coeficientes, sugeriram que o aumento de 1 unidade da quantidade da renda *per capita* (*Rendapc*) impacta, em 0,548994 e 0,52% a variação da proporção de pobres (*PropPobres*), com um impacto negativo na relação entre variáveis. Neste ponto, a relação evidenciada nos resultados condiz com a evidência teórica da relação entre pobreza e crescimento econômico, que em geral, não se pode esperar redução da pobreza absoluta sem um crescimento positivo.

Já um aumento de 1 unidade no índice de Gini (*Gini*) aumenta, em 0,25 a variação da proporção de pobres (*PropPobres*) com a presença de um impacto positivo na relação entre as variáveis, no modelo de Heteroscedasticidade-corrigida. Desse modo, dado o caráter teórico da relação direta entre a desigualdade e pobreza, a princípio, evidencia-se que no período analisado aquela relação foi comprovada. Contudo, tal relação não efetivou-se no Modelo com Estimação Robusta (Mínimo Desvio Absoluto), no qual o parâmetro que estima a elasticidade pobreza-desigualdade não apresentou significância estatística, indicando uma possível relação de instrumentalização entre as três variáveis (renda *per capita*, desigualdade e pobreza), na qual o fenômeno da desigualdade pode apresentar-se como sendo um estágio intermediário da relação entre os fenômenos da pobreza e do crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar informações sobre a qualidade do crescimento econômico na Região de Integração do Baixo Amazonas, tentando responder em que medida o crescimento econômico tem sido eficaz para reduzir a pobreza e desigualdade nessa área, bem como este crescimento tem se caracterizado como Pró-pobre. Nesse sentido, com base nos dados do Censo dos anos de 1991, 2000 e 2010. Os resultados das elasticidades, mostraram que no geral a relação entre a proporção de pobres e a taxa de crescimento da renda *per capita* foi positiva durante o período analisado, significando que em média um aumento na renda per capita provocou um elevação no percentual de pobres.

O estudo verificou que no período analisado a Região de Integração do Baixo Amazonas apresentou crescimento da renda *per capita*. Entretanto, o que se observa quanto à renda da população mais pobre caiu, com destaque para Terra Santa e Santarém e Prainha, devido maior decréscimo, de modo semelhante é verificado nos indicadores de desigualdade, com destaque para município de Terra Santa aconteceu a menor queda percentual, seguido de Santarém e Almeirim, cenário distinto do observado no Brasil.

De acordo com o índice de desigualdade (Gini) da RIBA ocorreu aumento na desigualdade ao longo dos períodos e tendo variação positiva elevada, se destacando nessa categoria o município de Almeirim. Em relação aos Indicadores de Pobreza, a Região de Integração do Baixo Amazonas apresentou queda no percentual de pobres, se destacando o município de Faro, Santarém e Terra Santa que obtiveram maior queda, assim, como menor nível e menor variação de renda *per capita* média da população pobre, porém em ritmo mais lento que comparado ao estado do Pará e ao Brasil. No entanto, o município de Santarém apresentou aumento relevante da renda ao longo do período.

O estudo mostra que apesar de se verificar crescimento econômico na Região de Integração do Baixo Amazonas, e que este promova certa redução na pobreza, a renda dos mais ricos cresce em uma proporção maior que a renda dos mais pobres, ou seja, uma elevação inferior ao verificado pela renda dos mais ricos, ocasionando um aumento na desigualdade, contribuindo para um modelo de crescimento concentrador de renda, haja vista que o crescimento sem a promoção da igualdade de renda é insuficiente para a redução da pobreza, resultando em ausência de crescimento pró-pobre nos municípios da região.

Portanto, a análise dos indicadores de crescimento, desigualdade e pobreza, produz informações valiosas, possibilitando uma leitura dinâmica da RIBA, informando sobre o cenário econômico, e comprovando que os ganhos desse crescimento não beneficiaram todos os segmentos da população. Assim, as autoridades devem fundamentar-se para promover políticas públicas eficientes e permanente ao longo do tempo, ou seja, uma articulação de políticas que melhorem os níveis educacionais, de saúde e do mercado de trabalho, como a criação de novos postos, reduziria os níveis de pobreza, especialmente em sentido multidimensional, e assim, os indivíduos desfrutariam de melhores circunstâncias no padrão de vida.

O desempenho do crescimento econômico em termos de combate à pobreza, a partir da análise do crescimento pró pobre com uso de dados em painel, nas décadas de 1990, 2000 e 2010, mostrou que no geral a relação entre a proporção de pobres e a taxa de

crescimento da renda *per capita* foi positiva, significando que em média um aumento na renda per capita provocou um elevação no percentual de pobres.

Os resultados indicam que no período de 20 anos (1991-2010) o crescimento na RIBA apresentou Elasticidade renda-pobreza de 0,41 ao passo que a Elasticidade desigualdade-pobreza foi de 3,32, logo, a elasticidade desigualdade da pobreza teve maior impacto na pobreza do que a elasticidade renda da pobreza, ou seja, dado uma queda de uma unidade percentual na desigualdade a pobreza aumenta em aproximadamente 3,32% pontos percentuais, comprovando que, de fato, o crescimento na Região de Integração do Baixo Amazonas foi desigual entre as duas categorias da distribuição populacional, pobres e ricos, evidenciando que, de forma geral, o crescimento na RIBA foi essencialmente não Pró-pobre.

Cabe ressaltar que, outros métodos podem ser aplicados para se verificar a interação entre os indicadores de crescimento, desigualdade e pobreza, com fins a análise da qualidade daquele primeiro, o crescimento, em relação aos outros dois, desigualdade e pobreza, sobretudo neste último.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Jair Andrade de. *Pobreza Desigualdade e Crescimento Econômico: Três Ensaio em Modelos em Painel Dinâmico*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Curso de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza, 2009. 101f.
- BARRETO, Flavio Ataliba Flexa Daltro. Crescimento econômico, pobreza e desigualdade: o que sabemos sobre eles?. *Série Ensaio Sobre Pobreza*. Ceará, v. 1, n. 1, p. 1 -18, dez. 2005.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v.15 n. 42, fev. 2000.
- BEZERRA, Luciane de Araújo; TEJADA, César Augusto Oviedo; SANTOS, Anderson Moreira Aristides dos; JACINTO, Paulo de Andrade. Pró-pobre ou empobrecedor: qual a contribuição do crescimento econômico para Alagoas? *Análise*. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 162-174, jul./dez. 2010.
- BERARDI, Nicoletta; MARZO, Federica. The elasticity of poverty with respect to sectoral growth in Africa. *The Review of Income and Wealth*. Copenhagen, v. 63, n.1, 2015.

BRASIL. *Relatório Analítico do Território do Baixo Amazonas - Pará*. Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, 2012. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra018.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

COSTA, Eliane Romeiro; MIRANDA, Giovana Guimarães de. Proteção Previdenciária, gênero e renda na idade avançada. Goiás: UFGO. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 2, n. 2, 2008.

DATT, Gaurav; RAVALION, Martin. Growth and Redistribution Components of Changes in Poverty Measures: A Decomposition with Applications to Brazil and India in the 1980s. *Journal of Development Economics*, v. 38, n. 2, p. 275–295, 1992.

DINIZ, Marcelo Bentes. *Contribuições ao Estudo da Desigualdade de Renda entre os Estados Brasileiros*. 2005. Tese (Doutorado em Economia), Faculdade de Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GODOY, Karine Rosa; RODRIGUES, Rodrigo Viela. Crescimento pró-pobre no Brasil: uma análise do período 2003-13 para os estados brasileiros. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 185-214, jun. 2017.

GONÇALVES, Margarete Leniza Lopez. *Crescimento pró-pobre nos COREDES e municípios gaúchos: uma análise econométrica (2000-2006)*. Dissertação em Economia do Desenvolvimento. Programa de Pós Graduação em Economia, PUCRS, Porto Alegre: 2010.

GONÇALVES, Michela Barreto Camboim; SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos: evidências para o período de 1991 - 2002. In: Encontro regional de economia do nordeste, 12., 2007, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza, 2007.

GUJARATI; Damodar. N. *Econometria Básica*. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier- Campus, 2006.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn, C. *Econometria Básica*. 5 ed. Porto Alegre: RS, 2011.

KAKWANI, Nanak, PERNIA, Enersto. “What is pro-poor growth?”. *Asian Development Review*, v. 16, n. 2, p. 1-22, 2000.

KRAAY, A. When is growth pro-poor? cross-country evidence. *International Monetary Fund (IMF)*, Working Paper n. 04/47, 2004.

KAKWANI, Nanak; KHANDER, Shahid; SON, Hyun. Pró-pobre growth: concepts and measurement with country case studies. *International Poverty Centre*. Working Paper, Brasília, n. 1, p. 1 -28, 2004.

MANSO, Carlos Alberto; BARRETO, Flávio Ataliba; TEBALDI, Edinaldo. O desequilíbrio regional brasileiro: novas perspectivas a partir das fontes de crescimento pró-

pobre.

Revista

Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, n. 3, p. 307-238, 2006.

NETTO JUNIOR, José Luis da Silva; FIGUEIREDO, Erik. Crescimento pró-pobre no Brasil e nas regiões no período 1987-2007: uma abordagem não paramétrica. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 42, jan./jun. 2014.

PARÁ. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas. Belém, 2017.

Disponível em: <<http://fapespa.pa.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

PERNIA, Ernesto M. Pro-poor Growth: what is it and How is it Important?. Manila, Filipinas: Asian Development Bank, *ERD Policy Brief Series*, n. 17, 2003.

PINTO, Mauricio Silveira; OLIVEIRA, Julio Cesar de. Crescimento pró-pobre: análise dos estados brasileiros entre 1995 e 2007. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 327-358, 2010.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003)*. Disponível em <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 28 jan. 2018.

_____. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013)*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

OLIVEIRA; Victor Rodrigues de; JACINTO, Paulo de Andrade. Crescimento pró-pobre ou empobrecedor? Uma análise para os estados brasileiros, no período 1995-2011. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 25, n.1, p. 161-180. jan/abr, 2015.

RAVALLION, Martin; DATI, Gaurav. When is growth pro-poor? Evidence from diverse experiences of India's states, *Policy Research Working Papers*, n. 2263, World Bank, 1999.

_____. Why has economic growth been more Pro-poor in some states of India than others? *Journal of Development Economics*, v. 68, n. 2, p. 381-400, 2002.

RAVALLION, Martin. Growth, inequality and poverty: looking beyond averages. *World development*. v. 29, n. 11, p. 1803-1815, 2001.

RAVALLION, Martin; CHEN, Shaohua. Measuring pro-poor growth, *Economic Letters*, v. 78, n. 1, p. 93-99, 2003.

RESENDE, Guilherme Mendes. “O crescimento econômico dos municípios mineiros têm sido pró-pobre?”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 119-154, 2008.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: Includente, Sustentável, Sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

- SANTOS, Maria Helena de Castro; COUTINHO, Marcelo J. V. “Política comparada: estado das artes e perspectivas no Brasil”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 54, p. 5-42, 2002.
- SANTOS, Wesley Oliveira. CRESCIMENTO PRÓ-POBRE NO BRASIL (1981-2009). In: Encontro de Economia Catarinense, 6., 2012, Joinville/SC. *Anais...* UNIVILLE, 2012.
- SILVEIRA NETO, Raul da Mota. Crescimento pró-pobre no nordeste do Brasil: uma análise dos períodos (1991-2000 e 2000-2010). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 44, n. 3, p.497- 526, 2014.
- SON, H. H. A note on pro-poor growth. *Economic Letters*, n. 82, p. 307-314, 2004.
- SOUZA, Nali de Jesus. *Desenvolvimento econômico*. 3 Edição. São Paulo: Atlas, 1997.
- THOMAS, Vinod; DAILAMI, Mansoor; DHARESHWAR, Ashok; KAUFMANN, Daniel; KISHOR, Nalin; LÓPEZ, Ramón; WANG, Yan. *A qualidade do crescimento*. Tradução Élcio Fernandes. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- VEIGA, José Eli. *Do global ao local*. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.
- _____. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- WHITE, Howard; ANDERSON, Edward. Growth versus distribution: does the pattern of growth matter? *Development Policy Review*, v. 19, n. 3, p. 267-289, 2001.

PARTE 8 - POLÍTICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO OESTE DO PARÁ.

Figura: Comunidade ribeirinha as margens do rio Amazonas, Óbidos, Pará.



Foto: Acervo do GPDAM/UFOPA, 2019.

CAPÍTULO 15 - ORDENAMENTO TERRITÓRIAL DA AMAZÔNIA A PARTIR DE MEADOS DO SÉCULO XX

André das Chagas Santos⁶⁶

INTRODUÇÃO

As últimas décadas foram marcadas por importantes transformações sociais, econômicas, políticas e no cotidiano em todos os continentes. Ocorreram vários fatos históricos importantes que contribuíram para mudanças no modo de produção das condições materiais de existência, na estrutura das forças produtivas, que alteraram significativamente as relações sociais de produção, com fortes implicações na relação do Estado com a sociedade e o seu papel no processo de ordenamento territorial.

No Brasil, o período foi marcado pelo golpe que instituiu a ditadura civil-militar, as lutas de movimento de resistências ao autoritarismo do Estado, as campanhas pelas diretas, as discussões para a elaboração da nova Constituição Federal, promulgada em 1988, e a eleição direta para presidente da República, em 1989, após mais de vinte anos.

No âmbito internacional, o período caracterizou-se pelas crises ambientais, crise do Estado de Bem-estar social nos países ricos, a crise do petróleo e da União Soviética e dos regimes socialistas no Leste Europeu, que teve como marco a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. A partir desse momento, o mundo entrou no que se convencionou chamar de nova ordem mundial, com a formação de blocos econômicos regionais e o crescimento e avanço das políticas neoliberais, caracterizadas pelas privatizações de empresas estatais e pelo enfraquecimento do Estado nas questões econômicas e sociais.

Esse período está ligado ao surgimento da sociedade denominada pós-industrial, tipo de organização social na qual o conhecimento se tornou a principal força de produção econômica. O período expressou uma cultura da globalização de ideologia neoliberal em que a ciência e a produção ficam reduzidas ao desempenho, à eficiência e à produtividade. (SANFELICE, 2009).

O conjunto desses fatores influenciou a vida cotidiana em vários locais do globo. Desde então a circulação de pessoas e de informações se tornou mais veloz, pois em segundos foi possível tomar conhecimento de fatos que aconteceram no outro lado do

⁶⁶ Doutorando em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (UFOPA). Mestre em Educação (UNIOESTE). Licenciado em História. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: andrecriz2010@hotmail.com

mundo. Uma nova tecnologia passou a superar a anterior rapidamente, o que colocou a sociedade atual em um constante presente contínuo.

Nosso objetivo neste texto é apresentar algumas políticas de desenvolvimento da Amazônia a partir da perspectiva do ordenamento territorial. Iniciaremos com a discussão teórica sobre o território e o ordenamento territorial. Na segunda parte do texto apresentamos discussões preliminares sobre as políticas de desenvolvimento da Amazônia a partir da construção do espaço na nacional na década de 1930.

TERRITÓRIO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

O território é um conceito muito discutido na área de ciências humanas, especialmente na área de Geografia. De modo geral o território pode ser entendido “como o espaço de interações dos subsistemas natural, construído e social, subsistemas que compõem o meio ambiente nacional, regional e local.” (SOARES, 2006, p. 62).

No território não corresponde apenas ao meio físico, mas também é referente às atividades desenvolvidas pelo homem que redefinem o espaço. “É o chão mais a população, ou seja, uma identidade, o fato de pertencer àquilo que nos pertence” (SOARES, 2006, p 62).

Na relação dialética entre o homem e a natureza, o homem transforma a natureza ao redor por meio do trabalho, e a medida em que promove alterações no espaço natural, constrói a si mesmo, imbuindo de significado as ações e os objetos, sejam estes objetos naturais ou artificiais. “A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todo os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por meio cada vez mais artificializado, isto é mais instrumentalizado por essa mesma sociedade” (SANTOS, 1996, p. 1986 apud SOARES, 2006).

De acordo com Milton Santos (1996 apud SOARES, 2006) a história do meio geográfico pode ser dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico, e o meio técnico-científico-informacional.

Na fase do meio natural o meio era utilizado sem grandes transformações, o trabalho era realizado a partir da combinação dos progressos técnicos rudimentares do homem e as dádivas da natureza. Na fase do meio técnico os objetos que compõe o meio são culturais e técnicos ao mesmo tempo, o meio é formado por elementos naturais e artificiais. É o período da maquinação, da internacionalização da divisão do trabalho, apesar do desenvolvimento da tecnologia estarem restrito a algumas regiões.

A fase do meio técnico-científico-informacional ocorre após a segunda guerra mundial e se consolida a partir dos anos de 1970 em todas as regiões do globo. Nesta fase os objetos tendem a ser técnicos e informacionais. A principal energia do seu funcionamento é a informação que circula no mundo, ou seja, a tecnologia e a informação estão na base da produção. A técnica e a informação não estão restritas somente ao mundo urbano, mas inclui também o mundo rural, desta forma o mundo ou meio técnico-científico-informacional corresponde ao mundo globalizado (SOARES, 2006).

Neste sentido, com o desenvolvimento do processo de produção visualizado nas três fases citada anteriormente, o homem passou a ocupar todas as partes do globo, transformando e criando novas realidades. No intuito de otimizar os resultados decorrentes da ocupação e transformação do território, houve a necessidade de se tentar organizar o processo de ocupação do território de maneira a corrigir as desigualdades socioeconômicas resultantes do desenvolvimento da estrutura das forças produtivas.

Para Rios, o ordenamento territorial “pode ser entendido como a ação e efeito de colocar as coisas no lugar que se consideramos certo” (1957, p. 15 apud SOARES, 2006, p. 67). Neste sentido, o ordenamento territorial busca harmonizar a interação dos diversos componentes do território.

Com a aceleração das transformações visualizadas a partir da revolução industrial a ocupação do espaço pode desencadear aumentar o abismo entre as regiões, e os desperdícios de uma ocupação desordenada e sem regulamentação.

Neste ponto, Milton Santos apud SOARES, 2006, destaca que uma das formas de ordenamento do território se faz mediante um ordenamento jurídico, ou seja, com a criação de normas que regulem as ações e os comportamentos.

Outra forma de entender o ordenamento territorial é a partir da relação dialética entre sociedade e espaço, ou seja, do conflito e das antíteses decorrentes desta relação. A ordem e a desordem. O ordenamento territorial tem como objetivo a “a administração da base tensional do espaço e se expressa por um conjunto de regras e normas de arranjo espacial de coabitação operando como administração geográfica” (SOARES, 2006, p. 71).

Sob a égide do modo de produção capitalista percebemos desigualdades no processo de produção e acumulação da riqueza socialmente produzida. Neste contexto, o Estado assume a responsabilidade de correção destas disparidades, e um meio apresentado por políticos e cientistas para equilibrar esta balança é o ordenamento territorial. Logo, é por meio das políticas públicas que o Estado procura executar seu papel de ordenamento do

território, e no caso da região amazônica, muitas destas ações puderam ser visualizadas nas políticas elaboradas e até certo ponto foram postas em prática a partir da década de 1930.

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA.

Bertha Becker (2009), distingue três grandes períodos de formação da região amazônica.

- I. Formação territorial (1616-1930)
- II. Planejamento regional (1930-1985)
- III. Incógnita do Heartland (1985 ...)

Neste texto nos deteremos no segundo período. Para a autora este é o período de aceleração do processo de ocupação do espaço amazônico, caracterizado pelo planejamento governamental, pela formação do aparelho moderno de Estado, e a crescente intervenção do Estado na economia.

Percebemos três períodos nesta fase. De 1930 a 1955, consideramos a fase inicial, marcado pela imposição do Estado Novo. Para Becker (2009) esta é uma fase mais discursiva do que ativa. A campanha da "Marcha para o Oeste", a criação da Fundação Brasil Central (1944), do Programa de Desenvolvimento para a Amazônia (PDA) e da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), revelou a preocupação com a região, no entanto, não foram acompanhadas de ações efetivas.

De acordo com Stella (2009) a partir de 1930, houve o início da integração comercial, física e produtiva da Amazônia, com as outras regiões do país. Esta integração foi resultado do processo de industrialização nacional e da modernização do Estado. A primeira etapa de integração foi comercial, e se estendeu da década de 1930 a 1960.

Inicialmente o meio de integração entre os estados era a cabotagem, que foi pouco a pouco substituída com a abertura de rodovias, a partir das políticas de integração física promovida pelo Estado a partir da década de 1950.

Com a crise de 1929, o Estado brasileiro, teve de alterar as estratégias de acumulação, e empregar o modelo de substituição de importações. Esta postura promoveu o mercado interno que passou a superar o valor das exportações. O centro da atividade industrial nacional está concentrada na cidade de São Paulo, onde se organizava a divisão regional do trabalho e da produção.

No caso da região amazônica, os principais produtos de exportação como a borracha e a castanha, que apresentavam uma tendência decrescente das taxas de exportação,

equilibrou este número com o aumento da demanda do mercado interno nacional, especialmente o estado de São Paulo.

Outros produtos começaram a se destacar na pauta de exportações, com a malva, pimenta do reino e a juta, configurando um processo de diversificação dos produtos ofertados no mercado interno e externo. Alguns anos depois, estes produtos ganharam a companhia de minerais como o manganês e o ferro na pauta de exportações.

A partir deste período verificamos a presença mais forte do Estado nacional na região. Durante a segunda guerra mundial, com os esforços da batalha da borracha. E em 1946, com a promulgação da constituição, e a previsão de 3% da receita da União, Estados e Municípios Amazônicos para o Plano de Valorização Econômica, criado em 1953.

O desenvolvimento da estrutura das forças produtivas na economia brasileira, exigiu uma maior integração entre as regiões. A partir de meados da década de 1950, o Brasil, com o plano de metas, inicia uma fase de industrialização pesada, com a necessidade de importação de insumos e de bens de capital. A Amazônia ganha um novo significado neste contexto, e é vista como uma fronteira de recursos, ou seja, na divisão territorial do trabalho, a região assume a posição de fornecedora de matéria-prima aos centros em processo de industrialização no país. Para que tal processo pudesse se efetivar, houve a necessidade de abertura da rodovia Belém-Brasília, para romper o isolamento regional e conectar a Amazônia à nova capital, e daí em diante ao movimentado e dinâmico centro-sul.

No início da década de 1960, o plano de valorização econômica foi complementado com os incentivos fiscais, aos empreendedores que tinham interesse em investir na Amazônia. A partir de 1964, com os governos militares, houve a reformulação da "Operação Amazônia", em 1966. E a criação da Zona Franca de Manaus, em 1967. Estas ações aliadas aos projetos agropecuários e de mineração abriram espaço para uma maior integração na década de 1970.

No Governo Vargas percebe-se uma presença mais ativa do Estado na região. Uma importante ação tomada foi a estatização das companhias inglesas The Amazon River Steam Navigation Company Limited e Port Of Pará, e deram origem ao Serviço de Navegação do Amazonas e de Administração do Porto do Pará (SNAPP).

Para aumentar o controle estatal nas regiões onde se localizavam essas e outras reservas minerais, especialmente em áreas fronteiriças com vazios demográficos, foram criados novos Territórios Federais em 1943. De parte do AM e MT, foi desmembrado o território do Guaporé, que depois passou a se chamar Rondônia. O **Amapá** formou-se de parte do PA, e o Rio Branco, atual **Roraima**, de parte do AM. Eles haviam sido

instituídos para que o governo atuasse com poderes para planejar, povoar e garantir a exploração econômica. (STELLA, 2009, p. 74-75)

Durante a segunda guerra mundial, o Brasil integrou o grupo dos aliados e assinou com os EUA, o chamado "Acordo de Washington", por meio do qual recebeu financiamento para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além de materiais bélicos. Em troca, o Brasil, permitiu a instalação de bases militares provisórias no nordeste, forneceu minerais e borracha.

Para o atendimento da demanda por borracha pelos Estados Unidos, o governo brasileiro, desenvolveu uma estrutura que garantisse as condições de produção e exportação. Neste período foi criado o Banco de Crédito da Borracha (BCB), que tinha como finalidade, financiar o empreendimento emergencial, inclusive com o recrutamento de mão-de-obra, e encaminhamento dos trabalhadores aos seringais por meio do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA).

O saldo econômico foi efêmero, alcançando um pequeno ápice em 1944, quando foram exportadas 21 mil t, ou metade do apogeu em 1912. Manaus, que foi o epicentro da batalha, encontrava-se deteriorada. Segundo registros depois do surto, seguiu-se o declínio das exportações. Além do encerramento da guerra que gerava parte da demanda, a ascensão do produto sintético nos países centrais levou a exportação da borracha natural à decadência no médio prazo. (STELLA, 2009, p. 77)

Após a segunda guerra mundial o cenário econômico mundial foi alterado. No Brasil Vargas, foi derrubado e eleições foram convocadas. Uma nova constituição foi aprovada, na qual foi dedicado espaço para a questão Amazônia, sinalizando a criação do Plano de Valorização Econômica.

No período de 1955 a 1966, entramos em uma nova fase do planejamento regional. Esta fase inicia com o governo de Juscelino Kubitschek, com o plano de metas com investimentos nas áreas de transporte e energia. Suas ações foram efetivas e afetaram a região, em especial devido a abertura das Rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre. Com estas obras percebe-se o aumento do processo de imigração. A população da região salta de 1 para 5 milhões entre 1950 e 1960.

Com a conformação do mercado interno nacional e suas políticas de industrialização, as desigualdades regionais afloravam, de modo que a partir da década de 1950, o estado introduziu as primeiras políticas de desenvolvimento regional.

As mudanças no padrão de acumulação no pólo, que entre 1955 e 1970 passou pela industrialização pesada, exigiram uma maior integração, fornecimento de matérias-primas, e ampliação da capacidade de importar insumos e bens de capital. A Amazônia começou a ser percebida como fronteira de recursos, e

ganhou maiores dimensões e sentido na economia brasileira, tanto para incrementar a produção, como para ajudar no esforço exportador (STELLA, 2009, p. 82).

Neste cenário percebeu-se uma nova reordenação no processo de divisão territorial do trabalho entre as regiões brasileiras, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a partir dos indicadores sociais desenvolvem políticas e estratégias de desenvolvimento e buscam explicar as causas do subdesenvolvimento, e as possibilidades de sua superação.

Com a chegada de JK ao poder em 1956, e o seu plano de metas houve a manutenção da política de industrialização, no entanto, era necessário o investimento em infraestrutura, na produção de bens de capital, de bens de consumo duráveis e intensificar a integração comercial nacional. A integração ocorreu com a construção do aeroporto de Belém e a construção de rodovias como a Belém-Brasília e Brasília-Porto Velho-Acre.

Em 1957, foi aprovado a lei que instituía a Zona Franca de Manaus, com o objetivo inicial de fazer o “armazenamento, beneficiamento e comércio de mercadorias estrangeiras na Amazônia com os países limítrofes” (STELLA, 2009, p, 84). Nesta época foi criado a UFPA, refundada a universidade do Amazonas, instalado o ensino superior, no recém criado estado do Acre.

Apesar dos esforços do Estado, o desenvolvimento da estrutura das forças produtivas na região amazônica ainda era precário, o modo de produção capitalista não conseguia colher os frutos da maneira como se esperava. Diante deste contexto, na tentativa de atrair o capital privado para a região, o governo central adotou a estratégia de concessão de incentivos fiscais.

No ano de 1964 teve início no Brasil o período da História Política do país denominado de regime militar. Esta foi uma época muito difícil; o governo era autoritário e opressor. Os direitos humanos muitas vezes foram violados. O congresso foi fechado em várias oportunidades, a produção artística e cultural foi censurada, vários jornais foram fechados, partidos políticos tiveram que se organizar na clandestinidade, estudantes foram perseguidos, militantes de oposição foram torturados, mortos, sendo que muitos ainda continuam desaparecidos. Além da violação dos direitos humanos, este período da História do Brasil, é marcado pela abertura do país aos capitais estrangeiros (a exemplo da política adotada por Juscelino Kubitschek), crise econômica, e pela implantação de projetos de desenvolvimento e integração regional da Amazônia.

Na década de 1960, o governo brasileiro, temeroso de perder a soberania territorial na região norte do país, implantou um projeto de desenvolvimento para a Amazônia. Este

projeto de desenvolvimento previa a construção de rodovias, e instalação de projetos agropecuários e de mineração na Amazônia.

A intenção do governo era povoar as terras da região e fazer a integração nacional. Para a viabilização do projeto, o governo criou órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Outra medida adotada foi a instalação de grandes empresas na região. Também foram concedidos incentivos fiscais às empresas que se instalasse.

Desta forma, a partir de meados da década de 1960 até 1985 temos uma nova fase no processo de ocupação do espaço amazônico. Becker (2009) considera que esta é a fase do desenvolvimento efetivo, pois o Estado toma para si a tarefa de ordenamento do território da Amazônia. A ocupação do espaço amazônico passou a ser prioridade, pois possibilitava a solução das tensões sociais resultantes da exclusão de uma grande quantidade de trabalhadores rurais devido a modernização da produção agrícola no Centro-Sul e no Nordeste. Além disso, na região poderiam se desenvolver focos revolucionários, esta era uma questão prioritária, visto que neste período se vivia o auge das tensões da Guerra Fria. Com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus se percebe a produção do espaço pelo Estado.

Após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político – o seu próprio espaço – para exercer o controle social, constituído de normas, leis, hierarquias. Para tanto, impõe sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação. Essa malha, que denominamos “malha programada”, foi implantada entre 1965-85, no estado brasileiro da Amazônia, visando completar a apropriação física e o controle do território (BECKER, 2010, p. 135).

Em 1966 foi lançada a Operação Amazônia, a qual considerava a região como um dos maiores desertos do mundo. A partir desta proposição, o Estado externava sua intenção de promover o povoamento e a integração regional. O objetivo da operação era essencialmente de valorização econômica por meio do povoamento e o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. As ações adotadas não levavam em consideração os interesses das comunidades tradicionais locais e os impactos ambientais. Entre os resultados destacamos o desmatamento, o esgotamento do solo, poluição de rios, conflitos agrários, êxodo rural, inchaço das periferias de cidades como Manaus e Belém.

Em 1967, a Zona Franca de Manaus, foi transformada em Superintendência da Zona Franca de Manaus. Com esta mudança, e deixa de ser um porto livre e passa a ser “uma área de livre comércio de importações e exportações com vantagens fiscais especiais” (STELLA, 2009, p. 89).

Com a Lei nº 5.122 de 28/9/1966, o BCB, foi transformado em Banco da Amazônia (BASA). Com esta alteração “suas atribuições passaram ser a de executar a política do Governo Federal na região amazônica relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social, e efetuar operações bancárias em todas modalidades” (STELLA, 2009, p. 86-87).

Lei nº 5.173 de 27/10/1966, instituiu um novo plano de valorização econômica da Amazônia, baseado em três aspectos centrais: Colonização; Atividades econômicas; Financiamento.

Outra mudança institucional importante foi a extinção da SPVEA e sua substituição pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (**SUDAM**), sendo a Amazônia legal sua área de atuação. Entre suas atribuições destacamos a elaboração do novo plano de valorização econômica, e promoção a execução deste plano.

Com a Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964, promulgou-se o Estatuto da Terra. No primeiro governo militar foi também foi criado a SUPRA (Superintendência para a Reforma Agrária) foi substituída pelos Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA).

Esses órgãos tiveram curta duração, entre 1964 e 1970, e foram marcados por intensa corrupção, denúncias de grilagens e de vendas de terras a estrangeiros, o que culminou em uma CPI. Apesar do escândalo, o governo regularizou a aquisição de imóvel rural a estrangeiros residentes no Brasil ou a pessoas jurídicas autorizadas a funcionar no país (STELLA, 2009, p. 90).

O Estado passou a atuar nos setores elétrico, rodoviário, portos e aeroportos, telecomunicações e saneamento, considerados como condicionantes para alcançar os objetivos da Operação Amazônia. Com estas ações a região teria condições de receber indústrias garantindo as condições necessárias para produção, reprodução e circulação do capital na região.

Além da instalação de indústrias percebemos os investimentos na extração de madeira, e nos projetos agropecuários. O resultado de tais políticas foi a devastação ambiental, entendida naquele momento histórico como sinônimo de progresso. A instalação de grupos pecuaristas foi incentivada com o slogan “o Boi precede o homem”, ou seja, a partir da transformação do espaço, com a produção de áreas de pastagens, o desenvolvimento de atividades econômicas, garantindo a produção econômica de grandes extensões de terra, atrairia migrantes, mediante a produção e acúmulo de capital.

A atividade de mineração foi uma das que mais se beneficiaram. Nesta época foram encontradas jazidas de ouro, ferro, manganês, além do que havia a possibilidade de se

encontrar bauxita, cobre, e até petróleo e gás natural. Foram instalados projetos de extração mineral como o Projeto Grande Carajás, onde são extraídos vários tipos de minérios, sobretudo, o ferro. Uma região que ficou muito conhecida foi Serra Pelada, onde foi extraído ouro desde o fim da década de 1970. No estado do Amapá se desenvolve a extração do manganês, sendo quase que a totalidade das exportações foi destinada aos Estados Unidos da América.

O governo militar também incentivou a migração de pequenos trabalhadores do sul do país para a região Amazônica. Foi marcante a influência de uma campanha de propaganda chantagista, com o seguinte lema: *Terra sem homens para homens sem terra*. Além do *slogan*, havia promessa de terras, financiamentos, estrutura como água, energia elétrica, serviço de saúde, educação, estradas para o escoamento da produção etc. Estes imigrantes chegaram à região para formarem as agrovilas. Este modelo de povoação em sua maioria não prosperou, pois a maior parte das promessas do governo não foi cumprida. Os imigrantes que não conseguiram prosperar voltaram para o sul do país, ou mudaram para cidades como Belém e Manaus, engrossando as periferias e a criminalidade destas capitais.

Rodovias como a Santarém-Cuiabá, Belém-Brasília e Transamazônica foram abertas nessa época. Segundo as propagandas do governo, a abertura dessas rodovias traria progresso e desenvolvimento para a região. Os jornais locais noticiavam de forma romântica as obras e a política do governo federal. “Já pensaste tu meu bisonho patricio que tens o sorriso ingênuo de salustio, na riqueza que trará para nós a fimbria desse manto real de asfalto que será a estrada de rodagem Santarém- Cuiabá?” (SANTOS, 1967).

Os meios de comunicação locais participavam dos eventos do governo. Até os dias atuais a população espera esse manto real de asfalto, visto a rodovia Santarém-Cuiabá ainda não foi completamente asfaltada.

Para atender toda essa estrutura de desenvolvimento proposto pelos militares para a região amazônica, seria necessário a construção de usinas geradoras de energia elétrica. Neste período foram construídas usinas hidrelétricas como é o caso da usina de Balbina no Amazonas e de Tucuruí e Curuá-Una no Pará. É importante ressaltar que o principal objetivo da construção dessas usinas foi fornecer estrutura para abrigar os grandes projetos, e não para beneficiar a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas notamos diversas transformações no pensamento ocidental, pois estamos em um processo de transição, do rompimento do pensamento moderno para algo novo. Vários conflitos epistemológicos ainda devem ser resolvidos, para a superação da análise disciplinar. O que defendemos é que por se tratar de um processo de transição epistemológica, não devemos “jogar fora a criança junto com a água do banho”, mas que saibamos identificar as falhas da produção disciplinar, superar e aperfeiçoar os aspectos positivos desse tipo de produção, devemos rever nosso posicionamento, para irmos além da curvatura da vara⁶⁷.

Apesar do dispêndio de energias e capitais, notamos que a produção do capital ocorreu de forma concentradora, embora tenha permitido o crescimento de regiões periféricas.

O planejamento regional do Norte do Brasil visava a correção das desigualdades inter-regionais decorrentes do processo de produção e acumulação de capital entre as regiões. Para Stella (2009), a partir da década de 1970

A Amazônia encontrava-se plenamente conectada ao mercado interno nacional como vendedora de produtos primários e compradora de produtos industrializados, e as exportações voltando crescer. Apesar dos estímulos gerados pela integração, que diversificaram a pauta de comércio da região, a Amazônia continuava primário-exportadora. Porém, com as transformações ocorridas, foi aberto o caminho para que com a ZFM e os grandes projetos agropecuários e mineradores da década seguinte, a região passasse a intensificar a integração na economia nacional. (p. 124)

Temos a compreensão que as mudanças no pensamento da sociedade acompanham as alterações da estrutura de forças produtivas. Pois estas transformações também determinam as relações sociais de produção.

Como pudemos perceber, no período de 1930 a 1970, o Brasil apresentou um acentuado crescimento industrial, a partir da integração entre suas regiões. Os capitais dispendidos no programa de integração permitiram a articulação comercial e econômica da Amazônia com as demais regiões do Brasil.

⁶⁷ Na obra *Escola e Democracia*, Saviani desenvolve a tese da teoria da curvatura da vara. Para Lenin “Quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto” (Apud ALTHUSSER, 1977, pp. 136-138). No entanto para Saviani, nós devemos ir além da curvatura da vara, ou seja, devemos superar os limites da lógica formal, baseado no dualismo e no pensamento dicotômico.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2010.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTRO, Edna. Desenvolvimento e meio ambiente. In :GAMA, João Ricardo; LEÃO, Andréa Simone Rente(ORGS). **Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – SND**. São Paulo: Acquerello, 2012. 208 p. (Coleção Diálogos Interdisciplinares)

COSTA, Francisco de Assis. **Política e Planejamento do desenvolvimento sustentável na Amazônia: ensaios interpestivos**. Editora: Naea, Belém. Dinâmicas contemporâneas. 2013.

SANFELICE, José Luís. Pós-modernidade, globalização e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia e temas transversais**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2009. – (Coleção Educação Contemporânea).

SANTOS, Gabriel Rodrigues dos. “Verba Volant.” **O Jornal de Santarém**, Santarém, 1967.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 1996.

SOARES, Luiz Antônio Alves. O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: ALMEIDA, F. G. de.; SOARES, L. A. A. (Org.). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 61-83.

STELLA, Thomas de Toledo. **A Integração Econômica da Amazônia (1930-1980)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, 2009.

PARTE 9 - OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO OESTE DO PARÁ

Figura: Aspecto de uma rua em Belterra, Pará.



Foto: Acervo do GPDAM/UFOPA, 2019.

CAPÍTULO 16 - IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ⁶⁸

Taiza Mirella da Silva e Silva¹

INTRODUÇÃO

No momento em que se discute a modernização na gestão pública brasileira surgem alternativas que permitem a análise, fiscalização, monitoramento e avaliação que irão viabilizar as ações governamentais, e entre essas alternativas estão os observatórios.

Os observatórios estão relacionados a diversas áreas como saúde, educação, trabalho, violência, direitos humanos, preconceito, criminalização, entre outros. Diante desta diversidade de temas, o observatório proposto nesta pesquisa tem como objeto as políticas públicas, que deverão ser monitoradas e avaliadas. Entende-se que o melhor lugar para ser berço de um Observatório de Políticas Públicas é a universidade, pois é nela que o conhecimento está em discussão e onde está ocorrendo a produção de pesquisas, projetos, análises e soluções para os problemas sociais.

A Universidade Federal do Oeste do Pará abrange vinte municípios, dividindo-se em municípios da mesorregião do Baixo Amazonas, sendo eles: Alenquer Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Placas, Prainha, Santarém e Terra Santa, além dos municípios da mesorregião do sudoeste paraense, Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão, da área de influência da Rodovia BR-163. Estes municípios apresentam inúmeros problemas nas áreas da saúde, educação, saneamento básico, ambientais, violência e etc., no entanto, apresentam potenciais na agricultura, mineração, pecuária, extrativismo vegetal, turismo, pesca, entre outros.

É notável nesses municípios a falta de atuação da administração pública e até mesmo a falta de conhecimento de alguns gestores que acabam não inserindo a região nos programas nacionais, além da quase ausência de políticas públicas regionais para atenderem as peculiaridades do interior da Amazônia. Este tema já é discutido na UFOPA, sendo

⁶⁸ O presente artigo é parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de mesmo título apresentado na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros.

⁶⁸ Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: [E-mail: taizastm@hotmail.com](mailto:taizastm@hotmail.com)

realizado pesquisas e projetos locais nas áreas como agricultura, desenvolvimento regional, pesca, agropecuária, violência, entre outros, que produzem resultados que podem possibilitar a busca de soluções, melhorias e servir de base para a concretização de políticas públicas que se adequem a realidade da região.

OBSERVATÓRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS REGISTRADOS EM UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.

O Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq reúne informações dos grupos de pesquisas em atividade em todo país sendo atualizado continuamente. Através desse diretório é possível ter acesso às informações das linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, os setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições para que se possa ter um perfil da atividade científica realizada no Brasil. Ao realizar consulta parametrizada neste diretório, se tem acesso a um total de treze observatórios registrados.

Cada grupo de pesquisa registrado no diretório de pesquisas do CNPq possui um espelho, que contém as seguintes informações: a situação de certificação, o ano de formação, área predominante, unidade, endereço, contatos, website, repercussões dos trabalhos do grupo, participações de rede de pesquisa, nomes e quantidades de linhas de pesquisa, quantidade de estudantes, pesquisadores, técnicos, colaboradores, estrangeiros, a titulação de cada membro e as instituições parceiras relatadas por estes.

Através dessas informações, verifica-se que a maioria dos observatórios registrados no diretório de pesquisas está localizada nas regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, destacando-se o estado do Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba.

A concentração dos observatórios na região Sudeste está integrada com a própria origem dos Observatórios de Políticas Públicas no Brasil. Segundo Beuttenmuller (2007, p.176) os dois primeiros observatórios do país estavam sediados no Rio de Janeiro. Destacam-se também os estados de Minas Gerais e São Paulo como sedes de observatórios. A região Nordeste apresenta um número significativo de observatórios, podendo existir ligação com o fato de existirem quatro observatórios ligados a rede Observatório das Metrópoles, considerado como o primeiro no Brasil. As regiões Sul e Centro Oeste apresentam observatórios registrados. Já na Região Norte do Brasil, não há observatórios registrados neste diretório de pesquisa em 2015.

Na tabulação deste diretório, outro fator relevante são as universidades como mantenedoras dos observatórios. Constatou-se que a maioria dos observatórios registrados

têm como berço universidades públicas federais, conforme demonstra o gráfico 2, totalizando dez instituições, sendo que a Universidade Federal Fluminense (UFF) possui dois Observatórios de Políticas Públicas registrados. A Pontifícia Universidade Católica (PUC) é a única universidade particular dentre as treze da pesquisa, e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) é a única universidade estadual.

Essa diferença entre as mantenedoras dos observatórios registrados no diretório se dá devido as Universidades Federais Brasileiras estarem mais envolvidas com a pesquisa e extensão em relação às universidades particulares. Vale destacar também que a maioria dos grupos registrados estão vinculados aos Programas de Pós-Graduação que se dedicam a pesquisa, sendo que a maioria deles estão ligadas as instituições de ensino públicas que são mais atuantes nas áreas de pós-graduação no país.

Outro fator relevante, é que a maioria dos observatórios registrados se formaram a partir do final dos anos noventa e início dos anos 2000 (ver gráfico 3), sendo que o Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais é o mais antigo entre os demais, com formação datada em 1998.

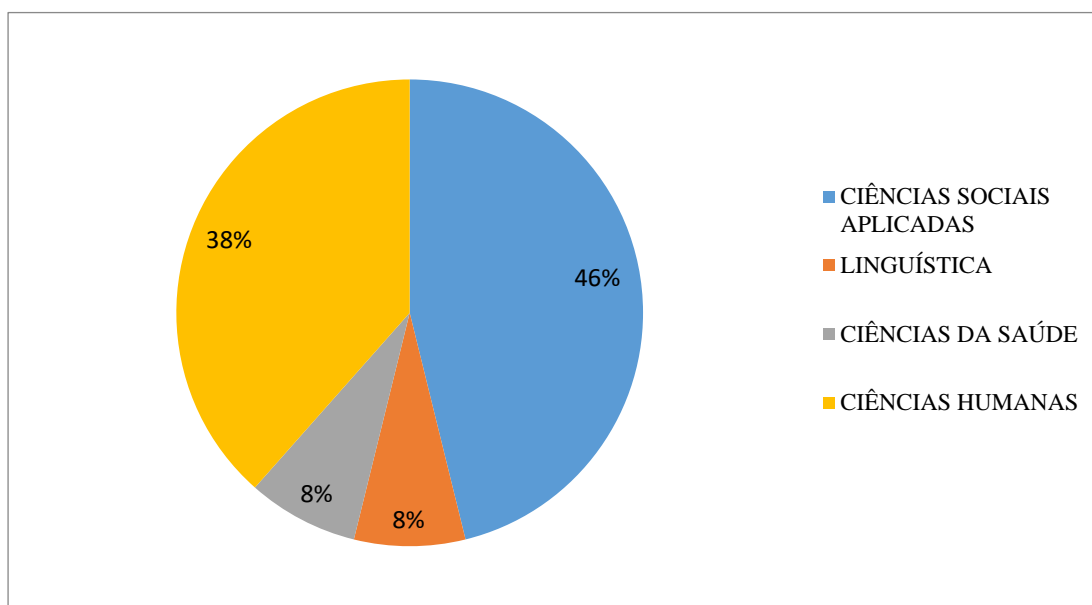
Assim, é possível constatar a influência do processo de redemocratização brasileira na criação de observatórios. Para Beuttenmuller (2007) a década de 1990 é essencial para o entendimento do fenômeno dos observatórios locais de políticas públicas na América Latina e no Brasil. O seu aparecimento está relacionando ao processo de redemocratização ocorrido nessa década na região, bem como ao aparecimento de uma série de instituições voltadas ao fortalecimento da democracia.

ANÁLISES DOS OBSERVATÓRIOS A PARTIR DA NATUREZA.

Os observatórios registrados no Diretório de Pesquisas do CNPq podem ser divididos em temáticos e multitemáticos, e as linhas de pesquisa variam de acordo com a sua área de atuação, como nas áreas de políticas públicas da saúde, educação, lazer, gestão, urbana, rural etc.

Em relação à área de conhecimento, os observatórios de políticas públicas ganham maior destaque nas áreas das ciências sociais aplicadas que envolvem direito, administração, economia, serviço social, comunicação e etc., conforme demonstra o gráfico a seguir, pois por se tratar de políticas públicas o cientista social encontra maior interesse em decifrar a sua atuação e intervenção no meio social. Devido a amplitude dessa área, há grande interesse pelos cientistas das áreas de humanas, que envolvem a antropologia, arqueologia, ciência política, educação, filosofia, geografia e história etc.

Gráfico 4: Distribuição dos Observatórios de Políticas Públicas por área de conhecimento, registrados no CNPq até o ano de 2015.



Fonte: CNPq/Diretório de Grupos de Pesquisa, 2015. Organizado pela autora.

Em relação à distribuição dos observatórios por curso, é possível perceber a forte presença nos cursos de Ciência Política, Direito e Administração, devendo-se ao fato do tema Políticas Públicas ser objeto de estudo dessas áreas, e por oportunizar aos alunos matriculados no curso uma vivência prática do processo de criação, implantação e desenvolvimento das políticas públicas. Não se pode deixar de observar também que os cursos como Letras, Serviço Social, Educação Física, Sociologia, Economia, entre muitos outros não citados aqui, também encontram um terreno teórico e prático na grande área de Políticas Públicas, somando então conhecimentos para que as mesmas consigam serem efetivadas.

OBSERVATÓRIOS TEMÁTICOS

Os observatórios temáticos são considerados aqui como aqueles que desenvolvem suas pesquisas em relação a um tema determinado. Na área das Políticas Públicas podemos determinar como observatório temático aquele em que suas pesquisas e ações são voltadas especificamente as áreas da educação, saúde, política, rural, urbana, econômica, lazer e etc.

Dentre os observatórios registrados no Diretório de Pesquisas do CNPq, podem ser definidos como observatórios temáticos: Grupo Institucional de Pesquisa em Leitura (PUC/RJ), Laboratório de Estudos e Pesquisa do Lazer (Ludens/UNIMONTES), Observatório de Políticas Públicas Urbanas do Rio de Janeiro (OPPURJ/UFF), Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA/UFRJ). Cada um destes

observatórios se deleita a estudar determinada política pública ou área de atuação da mesma.

Vejamos então os objetivos e linhas de pesquisa que nos levaram a esta conclusão:

- I. Grupo Institucional de Pesquisa em Leitura⁶⁹(PUC/RJ): Oriundo do PROLER, da discussão uma política nacional de leitura, realiza encontros nacionais duas vezes ao ano para debater teorias, metodologias e políticas de leitura. Tem como linhas de Pesquisa: diálogos literários: transdisciplinariedade e cultura; formação do leitor; leitura e leitores: políticas e percursos da formação; práticas de leitura; teopoética; teorias da leitura: hermenêutica e ideologias.
- II. Laboratório de Estudos e Pesquisa do Lazer (Ludens⁷⁰ /UNIMONTES): O grupo tem por finalidade discutir, debater e pesquisar o lazer enquanto fenômeno social. Assim, espera-se a partir de estudos e de pesquisas na área, a construção de conhecimentos que possam subsidiar as políticas públicas, como a possibilidade de nortear a elaboração de propostas para a intervenção em diversas áreas que fazem interface com o lazer. Tem como linhas de pesquisa: lazer e sociedade: processos relacionais e análise do fenômeno, observatório de políticas públicas de esporte e lazer.
- III. Observatório de Políticas Públicas Urbanas do Rio de Janeiro⁷¹ (OPPURJ /UFF): realiza análise crítica das políticas públicas destinadas ao espaço urbano no âmbito do Rio de Janeiro e a sua adequação às funções da cidade. Suas linhas de pesquisa são: operação urbana consorciada da área de especial interesse urbanístico da região portuária do Rio de Janeiro, operação urbana consorciada do centro de Niterói.
- IV. Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura⁷² (OPPA/UFRRJ): Visa solucionar o acúmulo de conhecimentos obtidos pelos gestores, permitindo a informação mais detalhada das políticas e a ilustração de problemas teóricos discutidos em sala de aula. Da mesma forma visa organizar um conjunto de dados e informações sobre os programas governamentais, possibilitando o repasse e discussão dos mesmos com o público interessado, contribuindo assim para a problematização das políticas públicas voltadas ao rural. Este observatório possui as seguintes

⁶⁹Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2844336097418641>.

⁷⁰ Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3301040353397256>.

⁷¹Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4576676688379156>.

⁷² Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7303679125370966>.

linhas de pesquisa: análise do programa de aquisição de alimentos, desenvolvimento territorial: articulação de políticas públicas e atores sociais, políticas em rede: uma análise das interdependências entre o programa de aquisição de alimentos e as redes associativas na Bahia, políticas públicas, dinâmicas institucionais e conflito de interesses: análise do programa nacional de produção e uso de biodiesel, repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para políticas públicas.

Após a realização desta seleção, é possível observar que os observatórios temáticos se diferenciam por possuir uma centralização diferenciada de pesquisa, o que facilita o desenvolvimento de suas ações, trazendo assim uma maior riqueza de detalhes da área específica.

No entanto, um lado negativo visto nestes observatórios é o fato de sua abrangência torná-lo mais fechado a olhares de diferentes profissionais que poderiam acrescentar de forma diferenciada através de suas ações e das experiências alcançadas em outros segmentos.

O grande destaque entre os observatórios pertencentes à categoria temáticos é o OPPA/UFRRJ, que realiza várias atividades como a promoção de debates, workshops e seminários especializados, a publicação de boletins mensais de análise de políticas públicas, publicações em eventos, e o clipping e sistematização de notícias sobre os temas abordados pelo grupo, além de possuírem um grande número de colaboradores, financiadores e parceiros, o que torna viável a realização das atividades descritas acima.

Vale observar também que este observatório possui número considerável de publicações de livros e um website atualizado que disponibiliza informações como: apresentação, os eixos temáticos, os estudos realizados pelo OPPA/UFRRJ, links sobre as novidades, o nome dos participantes da equipe, além de possibilitar o contato com os interessados e a agenda de ações do observatório. Diante dessa organização é possível perceber como este observatório consegue atingir grandes resultados e se mantém após dez anos de sua criação.

OBSERVATÓRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS MULTITEMÁTICOS

Os observatórios multitemáticos possuem maior abrangência em relação aos observatórios temáticos, pois estes desenvolvem as ações em variadas vertentes das políticas públicas como saúde, educação, infraestrutura, transporte e etc., o que

proporciona o envolvimento de diversos profissionais que discutem os temas e podem trocar informações aumentando as possibilidades de sucesso nas ações realizadas por estes.

Constatou-se que os observatórios registrados no Diretório de Pesquisas do CNPq, pertencentes à natureza multitemática, somam um total de nove observatórios, o que representa uma diferença considerável em relação aos temáticos. Estes observatórios possuem objetivos e linhas de pesquisas semelhantes, sendo eles:

- I. Grupo de Estudos em Políticas Públicas, Instituições e Controles⁷³ (GEPPIC/ UFF): o grupo visa estudar, através de uma análise interdisciplinar entre os variados campos das ciências sociais e o direito, o papel das instituições tanto do poder executivo quanto do poder judiciário na formação, execução e controle de políticas públicas brasileiras, bem como a inserção do cidadão neste processo. Tem como linha de pesquisa: Observatório de Políticas Públicas.
- II. Observatório de Políticas Públicas⁷⁴ (UTFPR): O grupo tem como objetivo compreender o processo de criação, implementação e manutenção dessas políticas de Estado com especial atenção aos impactos e às respostas regionais e locais de suas execuções. Suas linhas de pesquisa são: educação e ciências sociais na sociedade contemporânea, fundamentos de política contemporânea, políticas de educação superior, políticas de educação técnica e tecnológica, políticas de formação docente, políticas públicas de educação básica.
- III. Observatório de Políticas Públicas⁷⁵ (UNIVASF): O grupo tem como objetivo realizar pesquisas sobre, a elaboração e a execução de políticas públicas nas diversas áreas da ação do Estado, bem como avaliar os índices de desenvolvimento econômico, social e ambiental na região do sub-médio São Francisco, principalmente nas cidades de Juazeiro- BA, Petrolina – PE e no entorno do Lago de Sobradinho-BA. As linhas de pesquisa são: instituições políticas e participação popular, políticas sociais e desenvolvimento.
- IV. Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais⁷⁶ (UFMA): É um espaço multidisciplinar de pesquisa, documentação, informação, análise crítica e debate sobre políticas públicas, destacando as especificidades do Maranhão,

⁷³ Disponível em <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7236760353872847>.

⁷⁴ Disponível em <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9056430370247163>.

⁷⁵ Disponível em <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9309452500093968>.

⁷⁶ Disponível em <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9511603385391097>.

no âmbito das relações nacionais e internacionais do Brasil considerando em particular, o contexto nordeste e da Amazônia. Tem como linhas de pesquisa: estados e lutas sociais; estado, desenvolvimento e políticas públicas; políticas públicas, orçamento e dívida pública.

- V. Observatório de Políticas Públicas: Estudos Territoriais e equidade⁷⁷ (UnB): Esse grupo tem por finalidade discutir e analisar aspectos que envolvem o processo de desenvolvimento de políticas públicas. Nesse caso, o grupo se propõe a compreender a forma como a política pública se organiza (formulação) e se desenrola (implementação) nesse espaço, compreendendo, também, os resultados desse processo, o que aponta para a perspectiva de avaliação dessa intervenção. Linhas de pesquisa: administração pública, estudos de cidadania e participação política.
- VI. Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas⁷⁸ (USP): Linhas de pesquisa: governança e governabilidade, inovações e políticas públicas, políticas públicas e cidadania.
- VII. Observatório Pernambuco de Políticas Públicas e Práticas Socioambientais⁷⁹ (UFPE): em âmbito nacional, participa de pesquisas comparativas das regiões metropolitanas do país, no âmbito do projeto observatório das metrópoles: coesão social e governança democrática. Nas atividades do observatório-PE, professores, estudantes e técnicos juntam-se para realizar trabalhos que respondem a uma demanda oriunda daqueles que, em diversos fóruns consultivos ou deliberativos e juntos aos movimentos sociais, procuram entender e influenciar as políticas públicas urbanas visando a efetiva superação das práticas de exclusão. Linhas de pesquisa: geografia humana e organização do espaço, habitação de interesse social, legislação urbana, políticas públicas urbanas, sistema de informações georeferenciadas.
- VIII. Observatório Sociológico de Gestão, Economia e Políticas Públicas⁸⁰ (UFCEG): o grupo de pesquisa mobiliza alunos para a produção de trabalhos científicos nas áreas de políticas públicas, gestão pública e sociologia econômica e organizacional. Suas linhas de pesquisa são: dimensões

⁷⁷Disponível em <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0294195107508751>

⁷⁸Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9561780425173495>.

⁷⁹Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1680761366192637>.

⁸⁰Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0153658893435266>

sociológicas das organizações, dinâmicas sociais das atividades econômicas, gestão e políticas públicas.

- IX. Observatório Paraibano de Políticas Públicas- OP3⁸¹ (UFPB): o observatório Paraibano de Políticas Públicas é um grupo de pesquisa multidisciplinar cujo objeto de estudo é a gestão pública paraibana. Linhas de pesquisa: avaliação de políticas públicas e programas governamentais, gestão governamental, observatório de gestão municipal.

Entre os objetivos dos observatórios estão: realizar coleta de dados, análises e debates sobre a eficiência das políticas públicas, teorias e metodologias; inserir o cidadão no processo de formação de políticas públicas; construir conhecimentos para subsidiar políticas públicas; compreender o processo de criação, implantação e manutenção, documentação das políticas públicas; e aproximar à produção acadêmica as necessidades da ação social.

Assim, verificamos que os observatórios pertencentes a natureza multitemática possui maior diversidade, tendo como fator positivo a possibilidade de troca de informações entre profissionais de diferentes áreas, além de atender várias demandas e alcançar vários setores da sociedade e da própria universidade dando oportunidade de integralização entre áreas que pouco se encontram no meio acadêmico e que possuem um eixo em comum, no caso, as políticas públicas.

Dentre os observatórios pertencentes ao eixo multitemático é possível verificar maior predomínio da vertente da administração pública, fato explicável devido a política pública tratar de uma ação dos entes estatais, no entanto, apesar desse predomínio, há uma grande diversidade entre os temas em debate.

Os pontos negativos verificados em observatórios pertencentes ao grupo multidisciplinar é a dificuldade de gerenciamento e de definições para a concretização das ações, além da divergência de opiniões que possam surgir diante da especialidade dos profissionais. No entanto, essa diversidade vem a somar, necessitando apenas que o observatório possua um gestor qualificado a sua frente que possa reunir as diferentes opiniões e definir as melhores ações realizando um bom gerenciamento.

⁸¹Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4394138110750837>

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ: UMA PROPOSTA

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada através da Lei nº 12.085 de 05 de novembro de 2009 e tem como missão “produzir e socializar conhecimento, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento a Amazônia”. Sua visão é “ser referência na formação interdisciplinar para integrar sociedade, natureza e desenvolvimento”.

Neste tópico serão analisados os documentos institucionais da UFOPA com o objetivo de verificar os projetos de pesquisa e extensão e possíveis observatórios registrados na instituição.

OBSERVATÓRIOS APRESENTADOS NO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA UFOPA (2012 A 2016).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), por definição, congrega interesses, necessidades, demandas, objetivos, diretrizes e ações de uma instituição de ensino superior (UFOPA, 2012). Com este plano busca-se o sentido na coesão e a fundamentação do desenvolvimento de uma universidade, tanto para auxiliá-la no relacionamento com outras instituições e com a sociedade, quanto para incrementar a sua integração interna. Constitui este documento uma etapa inicial de um processo com o intuito de dinamizar a questão institucional, articular ações de pesquisa, ensino, inovação e extensão, acelerando o ritmo de desenvolvimento social e econômico.

São apresentados no PDI/UFOPA o perfil institucional, agenda estratégica, projeto pedagógico, perfil dos servidores, organização administrativa, política de atendimento aos discentes, infraestrutura, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários.

O PDI/UFOPA, apresenta uma lista de laboratórios da instituição vinculados a seus institutos, bem como a sua identificação, finalidade, situação e os principais recursos disponíveis, sendo definidos: quantidade, recursos e a relação de recurso/ aluno.

No que concerne aos observatórios presentes neste documento, encontramos o Observatório de Economia Amazônica e Desenvolvimento Regional, vinculado ao ICS, que tem como finalidade a Pesquisa e se encontra na situação de implantado no PDI/UFOPA (2012 - 2016).

PROJETOS DE PESQUISAS CADASTRADOS NO ANO DE 2015 NA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (PROPPIT).

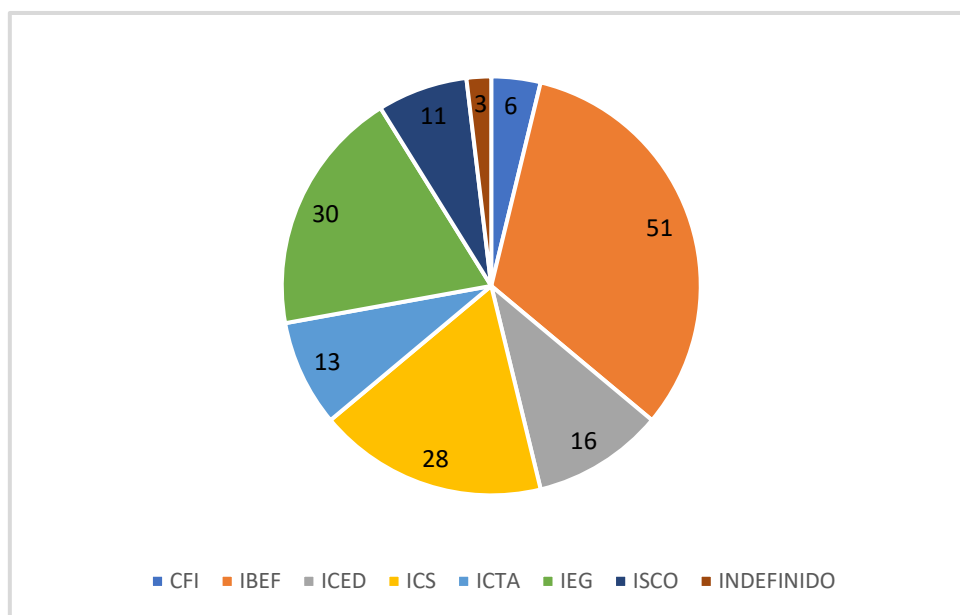
A PROPPIT é a responsável pela definição de políticas e elaboração de metas para a pesquisa, a pós-graduação e a inovação tecnológica (UFOPA, 2012). Esta Pró-Reitoria realiza o cadastro de todos os projetos de pesquisa que estão sendo realizados na UFOPA, disponibilizando um relatório anual dos projetos cadastrados. Para fins desta pesquisa utilizamos a relação de projetos cadastrados no ano de 2015.

Esta relação de projetos disponibilizados pela PROPPIT apresenta a unidade/subunidade em que o projeto está vinculado, o título do projeto, a grande área de conhecimento a que ele pertence, a subárea de conhecimento e o coordenador e instituição responsável. Os projetos de pesquisa cadastrados somam um total de cento e cinquenta e oito projetos.

A UFOPA possui sete unidades acadêmicas. São unidades acadêmicas o Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) e os Institutos, que são constituídos de subunidades acadêmicas, denominadas programas, compostos de um ou mais cursos de graduação. Os institutos são órgãos temáticos de formação profissional interdisciplinar e específica na graduação e pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*. Desenvolvem de forma indissociável as atividades de ensino, pesquisa e inovação, incluída a extensão universitária (UFOPA, 2012).

Através do documento apresentado pela PROPPIT, verificamos que o Instituto que possui maior quantidade de registros de pesquisas é o Instituto de Biodiversidade de Florestas (IBEF) que tem como área de atuação as ciências agrárias e biotecnologia. Este instituto soma um total de cinquenta e um projetos de pesquisas registrados. O segundo Instituto com maior número de pesquisas registradas é o Instituto de Engenharia e Geociências (IEG), que soma um total e trinta projetos. O terceiro é o Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), com vinte e sete projetos cadastrados, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 6: Projetos registrados na PROPPIT por unidade acadêmica em 2015.



Fonte: UFOPA\PROPPIT, 2015. Organizado pela autora.

Deve-se observar que o fato das unidades acadêmicas CFI e ISCO apresentarem menor número de projetos registrados no ano de 2015, pode ser explicado. No caso do ISCO devido a sua recente criação e pelo fato deste apresentar apenas o bacharelado em farmácia e o bacharelado interdisciplinar em saúde. No caso do CFI, o pequeno número de projetos pode estar vinculado ao fato deste centro possuir um corpo docente que atende as demandas de todos os outros institutos.

Outro fator relevante neste documento é a quantidade de projetos registrados por área de atuação. Nota-se um destaque maior das áreas Ciências Biológicas e Ciências Humanas, além de ser verificado apenas um registro na área de atuação das Ciências da Saúde, e apenas dois registros na área da Ciência da Computação. Outra circunstância que deve ser observada é o grande número de pesquisas com área de atuação Indefinida que somam um total de vinte e quatro pesquisas, além da ausência dos objetivos de cada projeto no documento, o que dificulta o entendimento em relação à pesquisa destas.

PROJETOS DE EXTENSÃO CADASTRADOS NA PRÓ-REITORIA DA CULTURA, COMUNIDADE E EXTENSÃO (PROCCE).

A Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão (PROCCE) foi criada em 2012, e tem como objetivo planejar, executar, coordenar e avaliar, de forma integrada, as ações de extensão e de cultura propiciando a integração do ensino, pesquisa e extensão (UFOPA, 2012).

A PROCCE visa, por meio de suas ações, aproximar a UFOPA aos diferentes segmentos da sociedade, e, para isto, deve receber, homologar e registrar propostas de ações de extensão de diferentes áreas do conhecimento geradas pelas unidades acadêmicas ou administrativas da UFOPA, devidamente aprovadas por seus conselhos deliberativos.

Assim, este órgão executivo da universidade realiza o registro dos projetos de extensão vinculados a UFOPA. Segundo a PROCCE, estão registrados quarenta e sete projetos de extensão, divididos entre as unidades acadêmicas da instituição.

O documento disponibilizado pela PROCCE apresenta as seguintes informações dos projetos registrados: o número de registro, título, membros, unidade e instituição, além do objetivo geral do projeto. Neste documento, encontram-se as informações dos projetos de extensão onde são apresentados os objetivos dos projetos permitindo com que se tenha um conhecimento mais abrangente da pesquisa. No entanto, nos deparamos com o mesmo problema apresentado no documento disponibilizado pela PROPPIT: a existência de um grande número de projetos sem a definição de alguns dados importantes como a identificação dos institutos ao qual o projeto pertence.

Dentro das informações disponibilizadas podemos observar que o instituto com maior número de registros é o ICS, com um total de nove projetos, e, logo atrás, encontra-se o ICED.

Segundo o registro realizado na PROCCE, os projetos do ICS têm como objetivo atender demandas, promover o conhecimento, levar a sociedade o conhecimento, promover o suporte técnico, descrever impactos econômicos e sociais, melhorar as condições, popularizar a ciência e estimular os alunos todos estes objetivos visam atender demandas de suas áreas.

O ICED tem oito projetos de extensão registrados na PROCCE com os objetivos seguintes: realizar as atividades da proteção a escrita no Oeste do Pará, inserir a UFOPA no processo de desenvolvimento cultural, analisar os modelos de interdisciplinaridade propostos e aplicados junto aos diversos cursos de licenciatura de ambas as IES (UFOPA e UNILA), promover o ingresso dos jovens e dos trabalhadores(as) santarenos no ensino superior, desenvolver ações de leitura de temas variados, discutir a relação entre história e cinema e suas contribuições para o ensino de história, estabelecer um canal de comunicação entre universidade e sociedade em geral, analisar a troca de experiência entre o "saber acadêmico" e os múltiplos "saberes.

O Instituto de Biodiversidade e Floresta (IBEF) possui sete registros na PROCCE, estando entre os seus objetivos: empoderar, gerar, implantar, realizar, contribuir, buscar,

possibilitar, caracterizar ações dentro da região oeste do Pará que estejam vinculadas a sua área de atuação ou que sirvam de aprendizado para os alunos.

O CFI obteve sete registros com objetivos parecidos com a das outras unidades, mas com um destaque maior para a memória e história da Amazônia, com os objetivos de incentivar as práticas culturais, criar abordagens de resgate, incentivar o fortalecimento da identidade coletiva, levantar dados, integrar o ensino de graduação e pós-graduação à extensão, além de promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a prevenção de doenças na região peri-urbana de Santarém- PA,

O IEG registra seis projetos, com objetivos de capacitar gestores públicos. Deve-se observar aqui como seria interessante uma conexão desse projeto de extensão com o curso de Bacharelado em Gestão Pública em Desenvolvimento Regional presente no ICS. Entre os outros objetivos no IEG estão: apresentar a atividade de extensão desenvolvida, propor ideias para economizar no consumo de energia nas edificações em geral, sintetizar e caracterizar materiais mais estruturados, o iniciar o aluno da graduação no processo de aprendizagem de transmissão de conhecimento científico para a sociedade e contribuir para a educação ambiental e popularização das geociências.

O Instituto de Ciência e Tecnologia das Águas (ICTA) tem registrado seis projetos que buscam promover ações integradoras de ensino e extensão, estudar as condições de funcionamento, operação e controle dos sistemas de saneamento básico de Santarém e a promoção da conservação da vegetação das praias do Lago Verde dos Muiraquitãs de Alter do Chão.

O mais recente Instituto criado na universidade, é o Instituto de Saúde Coletiva (ISCO) que apresenta três registros de projetos de extensão na PROCCE, com o objetivo de promover a participação discente na formulação de políticas de saúde. Aqui encontramos outra pesquisa que apresenta uma conexão com o curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, devido a discussão de políticas públicas na área da saúde. São apresentados também objetivos como capacitar adolescentes multiplicadores de informações em uma estratégia de educação preventiva de promover ações relativas à alimentação saudável visando à promoção da saúde.

A própria PROCCE desenvolve um projeto de pesquisa de extensão que tem como objetivo promover o acesso da comunidade acadêmica, dos alunos de ensino médio e fundamental, e da sociedade em geral, às produções cinematográficas, principalmente aos filmes independentes locais e regionais, e as produções que não se enquadram no circuito comercial tradicional.

Verificamos a partir desta análise que os projetos de extensão realizam em sua maioria estudos regionais e temas que se correlacionam, mas não há formas de integração destes, o que acaba criando obstáculos para a oportunidade de multiplicar os resultados para a sociedade em geral e para os próprios alunos da universidade.

Dando maior ênfase ao debate das Políticas Públicas, acredita-se que profissionais de diferentes áreas podem acrescentar no momento de formação, análise, observação e implantação desta, sendo uma alternativa extremamente adequada unir esses saberes em prol de melhores resultados e de formar profissionais que possuam conhecimento multidisciplinar. Além disso, essa formação poderá ser melhorada através do contato com profissionais e estudantes de áreas de atuação diferentes e do contato direto com a realidade.

Portanto, seria interessante uma maior integração entre os projetos registrados na PROCCE com as diferentes unidades acadêmicas além daquelas a qual estes pertencem, pois, assim, as unidades realizariam uma espécie de troca de conhecimento e informações sobre os temas em comum para diferentes áreas.

ANÁLISES DE OBSERVATÓRIOS EXISTENTES NA UFOPA

A pesquisa neste tópico buscou localizar a existência de observatórios registrados em documentos institucionais da UFOPA. Desta forma, consultamos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI\UFOPA) onde foi registrada a estrutura física pretendida dos cursos (laboratórios, observatórios, além de outros espaços). Também foi consultada a relação de projetos de pesquisa cadastrados na Proppit e de projetos de extensão cadastrados na Procce para o ano de 2015.

O único observatório encontrado com registro no PDI\UFOPA foi o Observatório de Economia Amazônica e Desenvolvimento Regional vinculado ao ICS, que no momento encontra-se desativado, fato que dificultou uma análise de suas atividades. Nos demais documentos institucionais (Proppit e Procce) não foi encontrado nenhum projeto de pesquisa ou extensão cadastrada com o termo de “observatório”.

PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA UFOPA

A UFOPA inova na região oeste do Pará ao introduzir o Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, este curso tem como objetivo “formar profissionais de nível superior habilitados para suprir as necessidades de planejadores,

gestores e elaboradores de políticas e projetos para o desenvolvimento regional e local” (UFOPA, 2015, p.17)

De acordo com Projeto Pedagógico do Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional (UFOPA, 2015, p.18) o curso se propõe a formar profissionais de nível superior com as competências e habilidades:

- Planejar e fazer a gestão de políticas públicas no setor público e nas organizações não governamentais;
- Conhecer os planos e metas pensados para a região Amazônica ao longo de sua formação histórica, econômica e social;
- Elaborar, avaliar e utilizar os instrumentos de planejamento e de captação de recursos financeiros;
- Coordenar equipes de trabalho, gerenciar processos de planejamento e avaliação de desempenho de políticas para o setor público e privado.
- Conceber e coordenar diagnósticos e pesquisas interdisciplinares voltadas à análise da organização dos espaços rurais e urbanos;
- Analisar e orientar setores estratégicos para o desenvolvimento, tais como: o econômico, o social, o ambiental;
- Subsidiar e atuar no planejamento territorial em múltiplas escalas;
- Propor ações integradas para a redução das desigualdades intra-regionais e a inclusão social;
- Promover debates e da articulação de soluções para os problemas regionais;
- Atuar na elaboração de planos, projetos e ações orientados por princípios e tecnologias sustentáveis.

Diante deste rol de competências e habilidades que a UFOPA propõe formar em um gestor público, e da necessidade de criar projetos, planos, e ações voltadas para as peculiaridades regionais e locais, verifica-se a oportunidade de se criar um Observatório de Políticas Públicas que proporcionaria ao estudante de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, e dos demais cursos que possuem interesse nesta grande área, a possibilidade do monitoramento de uma política pública, indo além do conhecimento teórico.

A Proposta de implantação de um Observatório de Políticas Públicas se deu também devido ser verificado que a UFOPA realiza projetos de extensão e pesquisas que são relevantes e que proporcionariam melhorias à sociedade. No entanto, estes acabam presos a artigos, publicações e ao final não é dado prosseguimento as pesquisas, sendo arquivadas, e, assim, não encontrando a realidade, os esforços realizados são apenas utilizados para atender os interesses individuais.

Outro fator de relevância para esta proposta é a necessidade do acadêmico de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional conhecer o campo prático desta profissão, já que sabemos que a realidade da Gestão Pública brasileira exige do gestor um conhecimento além do teórico, e, ao se tratar da formação de um gestor público que atue na região amazônica, a preocupação em incluir este ao mundo prático deve ser ainda maior.

O curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, como já foi dito, trata-se de uma inovação da UFOPA, assim, no decorrer do curso é notável a insegurança dos alunos diante do mercado de trabalho, pois há uma variedade de profissionais de outras áreas que exercem o cargo de gestor público. Assim, um Observatório de Políticas Públicas integrado com órgãos públicos e entes não governamentais possibilitaria a inclusão deste aluno no mercado de trabalho e o possibilitaria experiências para o futuro exercício da profissão.

Para a universidade a implantação de um Observatório de Políticas Públicas integraria os projetos vinculados a Políticas Públicas, devido este se tratar de um tema multidisciplinar, além de ir ao encontro com a missão da instituição de produzir e socializar conhecimento, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

São muitos os benefícios para a sociedade, visto que um Observatório de Políticas Públicas realiza o monitoramento da política pública, mantém um banco de dados e realiza publicações atuais sobre o percurso desta, possibilitando a sociedade o acesso a informação e a real concretização da política pública.

É necessário destacar que um Observatório de Políticas Públicas atuante trará também para a universidade um reconhecimento maior em relação à discussão das políticas públicas na região oeste do Pará, gerando novas oportunidades e parcerias, e ao curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional maior visibilidade e interesse, sendo conseqüentemente proporcionando aos profissionais com bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional a oportunidade de encontrar um mercado de trabalho mais aberto para a sua inclusão e uma sociedade que compreende a importância deste profissional.

O Observatório de Políticas Públicas proposto neste trabalho terá como sede a Universidade Federal Oeste do Pará e será vinculado ao Instituto de Ciências Sociedade, com núcleo Central no Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, mais precisamente ao Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. Vale ressaltar que se busca uma integração dos Projetos de Pesquisas realizados sobre o viés das Políticas Públicas, portanto o observatório apresentará apenas questões estruturais no que tange ao vínculo com o ICS, estando aberto para eventuais colaborações e participação das outras unidades acadêmicas.

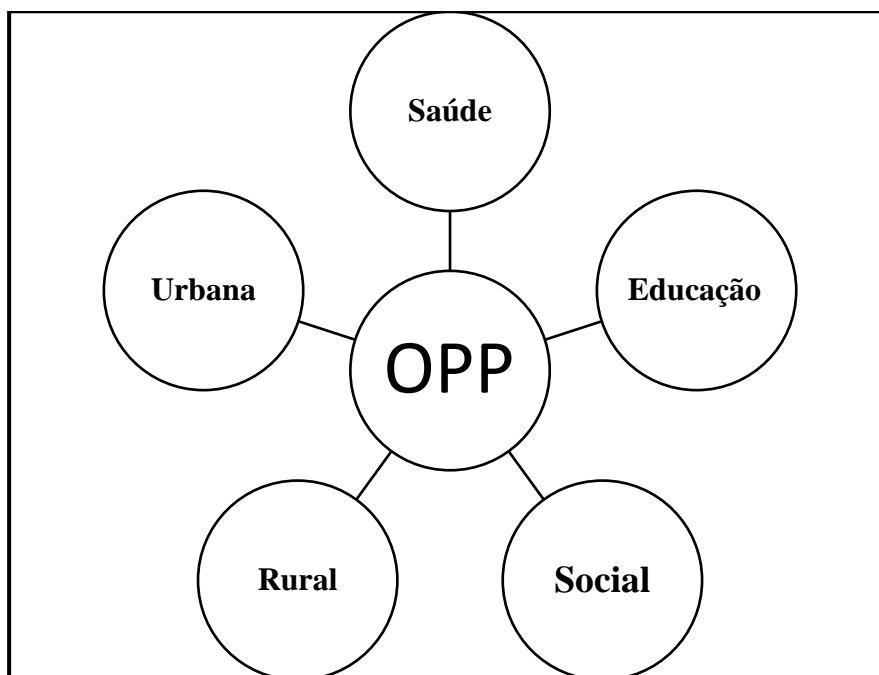
Desta forma, o Observatório de Política Públicas proposto tem como objetivo:

- a) Desenvolver atividades de Pesquisas relacionadas às Políticas Públicas no Oeste do Pará;

- b) Proporcionar suporte técnico aos gestores da região através da produção de informações e avaliações;
- c) Elaborar diagnósticos e políticas públicas adequadas à realidade regional;
- d) Criar banco de dados e publicar informações pertinentes as políticas públicas no Oeste do Pará;
- e) Proporcionar aos acadêmicos, de forma sistemática, atividades práticas para o aperfeiçoamento da formação de profissionais qualificados e torna-los preparados para atuar na região.
- f) Estimular a integração interinstitucional na análise das políticas públicas.

O Observatório de Políticas Públicas deverá ser dividido nas seguintes áreas temáticas, conforme a representação abaixo:

Figura 1: Áreas Temáticas de Atuação



Fonte: Organizado pela autora.

A divisão em áreas temáticas facilita a organização do Observatório, que deverá manter um banco de dados a partir das informações geradas pelos grupos de pesquisas. Esta divisão também facilita o monitoramento das políticas públicas e a integração das informações.

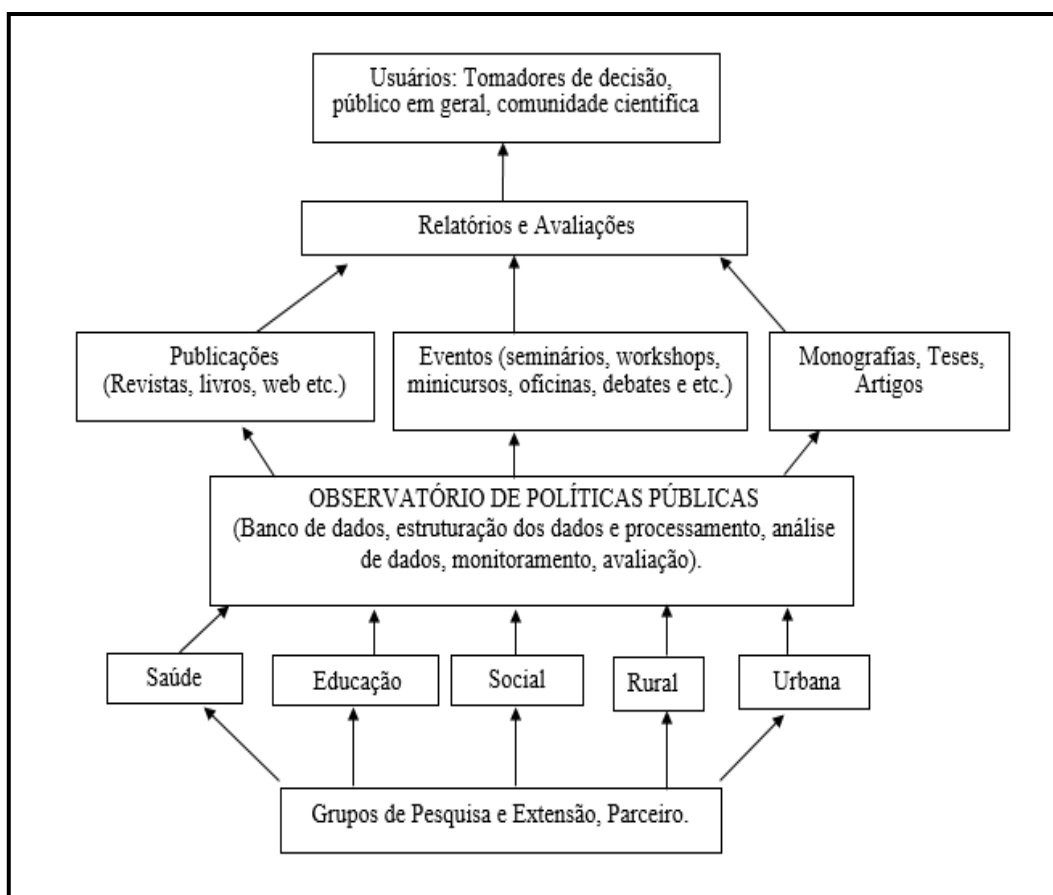
Portanto, os grupos de pesquisa e extensão formarão novos grupos, a partir de suas temáticas: saúde, educação, social, urbana e rural. No entanto, como o objetivo é a integração das informações, os grupos poderão pertencer a mais de uma área, visto que

dependendo da pesquisa é possível que se tenha resultados pertencentes a diferentes grupos.

O percurso da informação dentro de um Observatório de Políticas Públicas pode ocorrer de diferentes formas, dependendo do seu objetivo principal e sua vertente de atuação. É importante que este percurso esteja bem projetado para que o observatório possa concretizar a suas atividades. Como já foi dito, o observatório funciona em um organismo maior e precisa adequar seu projeto e estrutura ao mesmo, isto não significa que este deve se prender aos muros da instituição, por isso a importância da realização de parcerias.

Devido ao observatório proposto neste trabalho ter como sede uma instituição de ensino, no caso a UFOPA, inicialmente, busca-se a produção do conhecimento científico, no entanto, esta proposta pretende ir além da academia através de publicações e apresentações à sociedade e aos tomadores de decisão em forma de relatórios e avaliações realizadas pelos seus pesquisadores, para que assim se possibilite mudanças no mundo. Para a produção de informação no observatório, deverá ser percorrido o seguinte esquema:

Esquema1: O percurso da informação no Observatório de Políticas Pública.



Fonte: BEUTMULLER, 2007. Organizado pela autora.

Inicialmente, os grupos de pesquisa serão divididos em áreas temáticas e a partir de suas produções. O Observatório de Políticas Públicas realizará a estruturação dos dados e processamento, reunindo as informações em um banco de dados, para que se possibilite análises, monitoramento e as avaliações. A partir dessas serão realizadas discussões, publicações, eventos e posteriormente serão realizados relatórios e avaliações que serão apresentadas aos usuários da mesma que deverão utilizá-las.

Todo esse processo elencado acima necessita de uma estrutura para atender as demandas provenientes de um observatório. Assim, propõe-se que o observatório busque parcerias como: CNPq, CAPES, FINEP, prefeituras, rede Namor, Instituto ETHOS de Empresas e responsabilidade social, Rotary, igrejas, universidades, ONGs, associações comerciais, sindicatos, movimentos sociais, órgãos de pesquisa, a rede observatório das metrópoles, institutos estatísticos, entidades do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Social de Transporte (SEST) e a sociedade civil organizada, sendo estas as mais citadas pelos observatórios pesquisados. No entanto, devido a este observatório ter sede na região Amazônica, deve-se buscar também parceiros regionais como: o Núcleo de Estudos Amazônicos (NAEA), Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), além dos sindicatos, movimentos sociais, associações locais etc. Diante do grande potencial da região Oeste do Pará, deve-se pensar também na realização de parcerias internacionais que investem na Amazônia brasileira.

Em relação à participação dos acadêmicos de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional no Observatório de Políticas Públicas, que é um dos objetivos deste observatório, busca-se: proporcionar aos acadêmicos, de forma sistemática, atividades práticas para o aperfeiçoamento da formação de profissionais qualificados, propõe-se a criação de um núcleo de atividade prática de gestão pública e desenvolvimento regional, dentro do observatório, que deverá organizar os alunos nos 7º e 8º semestre do curso como disciplina obrigatória, para que os mesmos participem na estruturação dos dados, monitoramento e avaliação das políticas públicas e assim possam ter contato com o mundo prático da gestão pública

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UFOPA apresenta grande potencial para ser sede de um Observatório de Políticas Públicas, pois a sua missão é “produzir e socializar conhecimento, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento a Amazônia” e o principal objetivo de um observatório é discutir, socializar, conhecer, propor e participar com o intuito de atingir os melhores resultados nas ações do Estado, ocasionando melhorias.

A partir deste trabalho verificou-se que o termo observatório ganhou várias definições e se estruturou de várias formas durante os últimos anos, sendo este instrumento bastante utilizado para monitorar as políticas públicas, devido a necessidade de maior concretização, acesso a informação por parte da sociedade e o interesse de pesquisadores em realizar estudos nesta área. Em relação a origem dos Observatórios de Políticas Públicas, observou-se que este organismo surgiu no Brasil a partir da década de 1990, estando vinculado a redemocratização do Estado brasileiro.

Através das experiências dos observatórios existentes é possível concluir que os Observatórios de Políticas Públicas possuem, em sua grande maioria, como sede e mantenedora, as instituições de ensino superior, estando vinculados aos departamentos de pós-graduação. É visível também que a universidade é o local mais propício para o desenvolvimento deste organismo, pois nela são realizadas diferentes discussões acerca dos temas atuais e é onde o conhecimento está sendo fomentado.

Para o desenvolvimento de suas atividades o Observatório de Políticas Públicas necessita de uma estruturação e manutenção, o que têm um custo, que muitas vezes as universidades não podem pagar, assim é necessário que os organizadores do observatório articulem parcerias com as diversas entidades interessadas e envolvidas que possam contribuir direta ou indiretamente. Neste trabalho foi constatado que os observatórios mais articulados com a sociedade, entidades, associações, empresas, clubes, instituições entre outras já citadas, possuem maior destaque e conseguem se manter ativos na realização de suas atividades.

Em relação a natureza do observatório, conclui-se que esta deve estar associada com o objetivo geral deste, sendo entendido que a natureza que melhor se adequa com o Observatório de Políticas Públicas proposto neste trabalho é a multitemática, pois deve ser lembrado que o observatório tem como objeto as políticas públicas, que é um tema relevante para as diversas áreas, e deve-se ressaltar também que devido ao observatório proposto ter como um dos objetivos atender o caráter disciplinar, esta é a opção mais adequada.

Na análise dos documentos institucionais da UFOPA, notou-se que na universidade existem projetos de pesquisa e extensão que possuem objeto de estudo em comum e que poderiam realizar troca de informações e de experiências, no entanto, foi verificado através dos documentos apresentados pela PROCCE e PROPPIT que não há integração entre os institutos e entre os grupos de pesquisas, sendo que cada um realiza o seu estudo e não compartilha as informações com outros grupos, não existindo parcerias entre os institutos.

Assim, a implantação de um observatório de Políticas Públicas na UFOPA facilitaria a integração dos grupos de pesquisa dando suporte através da criação de um banco de dados organizado por área temática de atuação, viabilizando as ações de projetos com áreas de estudo semelhantes, além de ser possível realizar comparações entre os dados como objetivo de análise.

Os benefícios da implantação do observatório proposto são muitos, mas em síntese deve-se ressaltar que para a universidade a implantação deste organismo acarretará uma maior integração das pesquisas e projetos desenvolvidos na mesma, e com o desenvolvimento das ações do observatório será possível a formação de um banco de dados com informações pertinentes sobre a região, tornando a UFOPA um centro de referência regional acerca das políticas públicas.

Para o curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional é uma oportunidade de ser mais atuante na universidade e torná-lo mais conhecido socialmente. Para o acadêmico, traz a possibilidade do contato com o mundo prático das políticas públicas. Para a sociedade, o será uma fonte de informação e suas atividades poderão acarretar em melhorias na implementação das políticas públicas que conseqüentemente melhora a qualidade de vida da população.

Em relação aos observatórios existentes na UFOPA, na realização da análise dos documentos institucionais encontramos apenas um registro, no Plano de Desenvolvimento Regional, com a utilização do termo observatório sendo este denominado Observatório de Economia Amazônica e Desenvolvimento Regional que se encontra desativado.

O objetivo de apresentar esta proposta de implantação de um Observatório de Políticas Públicas na Universidade Federal do Oeste do Pará e os possíveis benefícios de sua implantação foi alcançado juntamente com os objetivos específicos de identificar e analisar os Observatórios de Políticas Públicas registrados no CNPq, analisar a implantação de um Observatório de Políticas Públicas na UFOPA, analisar o processo de funcionamento do Observatório de Políticas Públicas na UFOPA proposto.

Na discussão deste trabalho, nota-se que a UFOPA possui projetos de pesquisa e extensão que produzem informações que poderiam ser utilizadas nas tomadas de decisão dos atores sociais, no entanto, não há organização para que essas informações cheguem a estes e que possam ser utilizadas para as ações governamentais. Foi observado também que há internamente na instituição um isolamento por parte dos institutos que discutem políticas públicas, mas não se conectam por não terem conhecimento da existência de outros projetos e por não encontrarem viabilidade.

Enfim, com a implantação do Observatório de Políticas Públicas na UFOPA, buscase a integração dos projetos realizados em torno das políticas públicas, o envolvimento dos alunos do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional com o mundo prático, a criação de um banco de dados para que a informação esteja disponível, e, por fim, fazer com que o conhecimento produzido saia da universidade e alcance o seu objetivo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Sonia. Observatório da cidadania: monitorando as políticas públicas em âmbito global. **Ci.inf**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 139-145, maio 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010019651999000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 nov. 2015.

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação, **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out. /dez. 2000.

BEUTTENMULLER, Gustavo. **Observatórios locais de políticas públicas no Brasil: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações**. 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado Administração Pública e Governo.), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARNEIRO, F. F; PESSOA, V. M.; ARRUDA, C. A. M.; FOLGADO, C. A. R.; SOARES, R. A. S.; KIRSCH, R.; TYGEL, A. F.; CARVALHO, P. D. Teias de um Observatório para a saúde das populações do campo, da floresta e das águas no Brasil. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília, v. 8, n. 2, p. Pág. 275-293, 2014.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol.17, n.3-4, pp. 185-197, 2003.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 962-969, set./ Out.2003.

DIRETÓRIO DOS GRUPOS DE PESQUISAS. **O que é**. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e/>> Acesso em 13 de março de 2016.

FARIAS, Carlos Aurélio Pimenta de. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **RBCS**, São Paulo, Vol.20, nº59, pp. 97-110. Outubro de 2005.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

OBSERVATÓRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Centro de Gestão e Estudos Estratégicos**, Brasília, 2006.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Sobre o OPP/ UFC**. Disponível em: <<https://oppceufc.wordpress.com/sobre-o-opp/>> Acesso em: 13 de março de 2016.

MAGALHÃES, Guilherme Souza, **A experiência do Observatório Social de Niterói no período de 2009 a 2012**. 57 f. Monografia (Especialização em Administração Pública). Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2013. Disponível em:Acesso em 13/03/2016.

SEMENSATO, Clarissa. O surgimento dos Observatórios de Cultura e de Políticas Culturais: Reflexões iniciais para construção de tipologias. **PragMATIZES Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, v. 8, p. 55, 2015.

SILVEIRA, Rogério L. L. da; FELIPPI Ângela C. T.; CAMPOS, Heleniza A. O observatório do desenvolvimento regional: a construção de uma rede de pesquisa e extensão sobre a dinâmica do desenvolvimento regional brasileiro. In: SILVEIRA, Rogério L. L. da (Org.). **Observando o desenvolvimento regional brasileiro: processo, políticas e planejamento**, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

HELLMANN, Gilmar José. O Observatório Regional como ferramenta de gestão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: o caso do Instituto Federal do Paraná (IFPR). **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional (RBDR)**. Vol. 2, Nº 2. FURB. Blumenau, Primavera de 2014.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul. /Dez 2006, p. 20-45.

TEIXEIRA, ELENALDO CELSO. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR-BA), Salvador, 2002.

TRZECIAK, D.S. **Modelo de observatório para arranjos produtivos locais**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TREVISAN, A. P; BELLEN, H.M.V. Avaliação de Políticas Públicas: Uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública- RAP**. Maio/jun. 2008.

UFOPA, Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2016). Universidade Federal do Oeste do Pará. 2012.

VELOSO, Valmir; ALMEIDA, Débora Aparecida. A construção de um novo espaço de geração de conhecimento por meio da home–page do observatório de desenvolvimento regional de curitibanos. **Ágora: revista de divulgação científica**, v. 16, n. 2esp., p. p. 14-24, 2012.

SOBRE OS AUTORES

ABNER VILHENA DE CARVALHO

Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia (FACECON) e Mestre em Desenvolvimento Econômico Regional pelo PPGE da UFPA. Doutor em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação Doutorado em Sociedade Natureza e Desenvolvimento (PPGCS). Docente no Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional (PCEDR) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: abnervilhena@hotmail.com

ALINE RAISSA MOTA DA SILVA

Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Ex - estudante voluntária do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: aline.raissa074@gmail.com

ANDRÉ DAS CHAGAS SANTOS

Doutorando em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (UFOPA). Mestre em Educação (UNIOESTE). Licenciado em História. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: Andrecriz2010@hotmail.com

DARIANE SILVA DA SILVA

Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: dariane_stm@hotmail.com

ELZAMILI LIMA BRITO

Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Ex - estudante voluntária do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: elzamili.brito@gmail.com

FRANCILENE SALES DA CONCEIÇÃO

Licenciada em Geografia (UFPA), Mestre em Geografia (PPGG/UNIR), Doutoranda em Geografia (PPGG/UNIR), Pesquisadora do GP Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA/UNIR) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: lenesalesgeo@hotmail.com

GIULIANA GONÇALVES PEREIRA DA SILVA

Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Ex - estudante voluntária do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: goncalves.giuli@gmail.com

JARSEN LUÍS CASTRO GUIMARÃES

Graduação em Economia pela União das Escolas Superiores do Pará. Especialização em Educação Ambiental pela UFPA. Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorado pela UFPA-NAEA. Pós Doutor pelo Programa Sociedade Natureza e Desenvolvimento. Docente no PCEDR, no PPGCS e no PPGSND da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: jarsen@bol.com.br

JORGIENE DOS SANTOS OLIVEIRA

Professora Adjunta da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutora em Ciência Política (UFSCAR/SP), Pesquisadora Visitante em Universidade Livre de Berlim (Alemanha/Berlim), Mestre Planejamentos dos Trópicos Úmidos da Amazônia (UFPA/NAEA/PA) e Graduada em Ciências Sociais (UFPA/PA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: jorgienes03@gmail.com

MÁRCIO JÚNIOR BENASSULY BARROS

Geógrafo (UFPA), Doutor em Geografia (UnB). Professor Adjunto do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq).. E-mail: marcio.barros@ufopa.edu.br

MARCUS VINÍCIUS DA COSTA RODRIGUES

Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Ex - estudante voluntário do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: marcusrodrigues.btt@gmail.com

MARIALVA CAMPOS RÊGO

Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: mari.alvacampos@hotmail.com

MARIO TANAKA FILHO

Doutor em Engenharia Mecânica pelo CPPE/UFRJ. Docente no PPGCS da UFOPA. E-mail: tanakafi@gmail.com

RAFAEL STANLEY DO CARMO HENRIQUES

Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Ex - estudante voluntário do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: stanleyrafa@gmail.com

RAONI FERNANDES AZERÊDO

Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Campus de Alenquer. E-mail: raoniazeredo@gmail.com

RHAYZA ALVES FIGUEIREDO DE CARVALHO

Bacharela em economia pela FACECON da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra em ciências da sociedade pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade (PPGCS) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: carvalho.rhayza@gmail.com

RICARDO GILSON DA COSTA SILVA

Doutor em Geografia Humana (USP) e Pós-Doutor pelo Programa de Posdoctorado en Ciencias Humanas y Sociales (Universidad de Buenos Aires/UBA), professor do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG/UNIR) e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Profissional em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS/UNIR). Coordenador do Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia (GTGA) e do Laboratório de Gestão do Território (LAGET) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: rgilson@unir.br

RODOLFO MADURO ALMEIDA

Doutor em Computação Aplicada pelo INPE. Docente no PPGCS da UFOPA. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: rodolfomaduroalmeida@gmail.com

TAIZA MIRELLA DA SILVA E SILVA

Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: taizastm@hotmail.com

VALDINEIA SAURÉ

Bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Ex - estudante voluntária do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais na Amazônia (GPDAM/UFOPA/CNPq). E-mail: valdinecias@outlook.com

“Penso que essa coletânea, e seus autores, a partir do conhecimento científico, contribui com a luta em defesa da Amazônia, com os povos amazônicos em suas terras e territórios”.

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

“O livro é um desavio de autores e organizador, para construir e continuar as pesquisas sobre as novas dinâmicas territoriais no Oeste do Pará, pois mesclam textos de pesquisadores experientes em temas amazônicos com a iniciação científica de jovens estudantes motivados por novas descobertas, na tentativa de criar outras narrativas sobre as dinâmicas territoriais nessa região de acelerado processo de transformação”.

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Professor Associado IV da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

